



**Contributos da Sociolinguística Interacional para a análise de narrativas
interativas realizadas em cartas no contexto pós-colonial (1974-1980)**

MARIA SOFIA DIAS FERREIRA GODINHO SILVA SANTOS

Doutoramento em Estudos Portugueses, especialidade em Linguística Portuguesa

Tese de doutoramento orientada pela Professora Doutora

CARLA AURÉLIA RODRIGUES DE ALMEIDA

Lisboa - 2024



**Contributos da Sociolinguística Interacional para a análise de narrativas
interativas realizadas em cartas no contexto pós-colonial (1974-1980)**

MARIA SOFIA DIAS FERREIRA GODINHO SILVA SANTOS

Tese orientada pela
Professora Doutora Carla Aurélia Rodrigues de Almeida
Especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor em
Estudos Portugueses – Especialidade em Linguística Portuguesa

Lisboa - 2024

AGRADECIMENTOS

Se ao ato de agradecimento se atribui, em geral, a função de restaurar o equilíbrio ritual das interações, diminuindo a dívida de gratidão para com o interlocutor, não poderá ver-se aqui cumprido esse objetivo, já que não cabe, nestas breves palavras, a dimensão do meu agradecimento pelo incentivo, amparo e carinho recebidos. Fica, ainda assim, a expressão do meu reconhecimento e da minha dedicada afeição.

Aos autores das cartas que constituem objeto deste estudo não agradei e infelizmente não poderei nunca agradecer na medida proporcional ao que deles recebi. Em cada uma destas cartas se encontram fragmentos de uma vida que foi e é um exemplo, bússola que me orienta. Timoneiros em tempos de tornados e ciclones, conduziram-me na bonança de quem convictamente acredita que todas as dores se curam com amor. À vida impuseram o fulgor de uma paixão incondicional e a confiança absoluta nos seus sonhos. Vivem, eternamente, no coração dos seus três filhos.

Aos meus irmãos, por tantas memórias felizes partilhadas.

Aos meus queridos avós, Orlanda e Luís, raízes de identidade, aconchego e amparo.

Aos tios, Alda, Paulino, Augusto, João, Basílio, Lulu e Irene, presentes nestas cartas e na minha vida.

Aos amigos (tantos) que se fazem sempre presentes em atos de estima e alento.

À Professora Doutora Carla Aurélia de Almeida, que desde o início acolheu com entusiasmo e confiança este projeto e que o orientou, a cada passo, com dedicado rigor, ciência e sensibilidade.

Aos Professores da Universidade Aberta cujo modelo de ensino a distância me permitiu, nesta particular condição insular, abeirar dos seus seminários e das suas dedicadas partilhas de conhecimento (Professor Doutor Paulo Nunes da Silva, Professora Doutora Hanna Batoréo e Professor Doutor Mário José Filipe da Silva, a primeira pessoa, fora da família, a ler estas cartas).

Ao Raul Martins (*in memoriam*), meu orientador de estágio no já longínquo ano de 1988, cujo exemplo segui sempre como a professora que gostaria de ser.

Ao José, pelo sorriso diário, esteio firme que sustém a minha vida.

...eu prefiro perder tudo, só não te quero é perder a ti.

(B-2/10/75)

Tenho vivido na esperança que o dia de amanhã seja melhor que o de hoje.

(A-28/03/76)



NOTA PRÉVIA

Fizemos disso a nossa terra e temos-lhe amor!

[B-07/06/75]

As cartas (786 cartas, de caráter pessoal, escritas entre 06 de setembro de 1974 e 07 de setembro de 1980), material empírico aqui objeto de estudo, são testemunhas oculares de vidas que se desfizeram e não voltaram a costurar-se, mesmo quando se reencontraram. O locutor B, do sexo feminino, nunca voltou a Luanda, mas também nunca regressou definitivamente a Portugal. Lutou, até ao final da sua vida, amparada à memória dos dias felizes que vivera em Angola. Recomeçou a vida em Portugal, criou três filhos, cuidou dos pais. Foi voluntária na Cruz Vermelha e generosa em todas as outras causas que conheceu. Visitou os doentes e os presos, ajudou os mais necessitados, distribuiu à sua volta amparo, ajuda e apoio, sempre numa voz clara, alegre e doce.

O locutor A, do sexo masculino, regressou de Angola em 2000, 26 anos depois da primeira carta e, em Portugal, viveu mais 21 anos sem nunca ter saído de Luanda¹, do largo da Mutamba, de onde contemplava o mundo. Faleceu no dia 17 de fevereiro de 2021, em Coimbra, tendo ido a sepultar dois dias depois. Nesse 19 de fevereiro, cinzento e chuvoso, a acompanhar a sua descida à terra estava uma amiga de Luanda que ia transmitindo em direto, para Angola, as exéquias fúnebres. Em Luanda, o filho, os amigos e ex-funcionários tinham ido à missa, estavam reunidos e choravam a morte daquele que, diziam, fora um “pai” para todos. Tinham decorrido 21 anos desde que deixara Angola.

¹A este propósito, encontram-se recorrentes relatos do mesmo sentimento experimentado por quem viveu em Angola. Veja-se, a título exemplificativo, em Ribeiro & Rodrigues (2022): «A transferência da casa-país africana para o espaço europeu é uma impossibilidade, e a primeira geração viverá essa frustração alimentando sempre uma mitologia de retorno, epitomizada na frase de Bruno, filho de um retornado e da Guerra Colonial, relativamente ao seu pai há mais de quarenta anos a viver em Lisboa: “O meu pai ainda vive em Angola”.» (Ribeiro & Rodrigues, 2022: 17); «O meu pai ainda hoje, de certa forma, “vive” em Angola. Quando encontra alguém que tem uma ligação a Angola, encanta-se completamente. Vem aquele passado perdido: Luanda, a esplanada, a guerra, os meus tios.» (Ribeiro & Rodrigues, 2022: 187); «Estou convencido de que, se tivesse podido escolher, o meu pai teria ficado em Angola, a vida dele teria sido lá. Foi uma interrupção que ele nunca mais pode agarrar. Pensei que o tempo cicatrizasse as feridas, mas acho que estão a adensar-se cada vez mais» (Ribeiro & Rodrigues, 2022:192).

Em carta datada de 21/12/75, já depois da independência, em clima de grande hostilidade contra os portugueses, escreve o locutor A a propósito da sua permanência em Angola e da continuidade do exercício das suas funções profissionais:

Ontem de manhã houve uma reunião geral de trabalhadores com a Comissão de Trabalhadores, estavam umas 40 pessoas, apenas 4 eram europeus. Foram tratados muitos assuntos, mas tudo correu bem. Todos estão de bem com o “camarada Ferreira”! Terei um dia muitas coisas para contar aos meus filhos. Tudo são experiências, mas podes crer que tenho da parte dos meus camaradas a melhor compreensão.

Alguns meses mais tarde, acrescenta:

Estou já a escrever no escritório, estão aqui os homens que trabalhavam na Zona do Caxito-Ambriz, homens do sul, procuram emprego, têm a família no sul, quase todos, não sabem quando regressarão, não vale a pena comentários, a vida é dura para todos, eles não têm nada, vou ver se coloco alguns no N’Gala, eu estou no barco e sofro com todas estas desgraças, dirás, mas porquê? Eu não sei, só sei que gostaria de ver todos bem e em paz e é isso que não vislumbro. [A-27/01/76]

Nem toda a história da colonização foi uma narrativa de racismo a preto e branco. O mundo tem muitas matizes e muitas outras cores. Na história de vida individual se inscrevem cambiantes diversos, impossíveis de observar com a lupa aumentada dos grandes contextos geopolíticos² e geoestratégicos.³

A truncação que resultou do isolamento destas pessoas apenas a uma categoria de pertença – a de portugueses colonizadores – retirou-lhes a “muito significativa relevância das suas múltiplas afinidades e participações” (Sen, 2007: 228) como indivíduos que construíram vidas entrecruzadas com a história de um país.

Subestimar, de forma gravosa, a riqueza e a relevância das múltiplas e complexas características da sua presença em território angolano, reduzindo-os, de forma artificial, a

² “Para Ramalho Eanes, se o 28 de setembro tivesse sido bem-sucedido, poderia ter-se adotado outro modelo descolonizador mais prolongado, sem a entrega imediata dos territórios africanos. Melo Antunes diria (anos depois) que «teria preferido prazos mais extensos, nomeadamente nos casos de Angola e Moçambique». Mas, segundo Eanes, as questões ideológicas foram determinantes.” (Marques, 2018: 63).

³ “Se é certo ter o colonialismo deixado heranças condenáveis à luz dos valores humanos e politicamente corretos da nossa contemporaneidade, sabemos, por outro lado, haver também muitos legados positivos decorrentes desse longo convívio entre os povos.” (Adamopoulos, 2012: 223).

“identidades singulares”⁴ (Sen, 2007: 230), teve efeitos fraturantes e irreversíveis do ponto de vista individual, nacional e global.

As cartas, objeto deste estudo - guardadas e estimadas pelos seus autores durante mais de quarenta anos, criteriosamente catalogadas pelo locutor A depois da morte do locutor B – ainda que fossem do conhecimento da família, nunca tinham sido lidas por ninguém, à exceção dos interlocutores.

Nos primeiros anos, foram cartas trocadas entre marido e mulher, em situação de rutura, de instabilidade, de inseguranças múltiplas, de reconfiguração das vidas e da estrutura familiar. Ficaram, inicialmente, preservadas como testemunho da solidez de elos que não se desfizeram, relatos de eventos de que se compôs a história pessoal, recordações dos micro episódios que foram desenhando o crescimento dos filhos.

Posteriormente ao falecimento do locutor B (ocorrido em 2012), o locutor A passou três anos a reler todas as cartas. Organizou-as por anos, introduziu comentários e apreciações sobre a época ou o estado de espírito em que foram escritas. Eram, nesse período de luto e de profunda dor, a materialização de uma presença física apartada, a continuidade de uma voz ausente, o repositório de uma eterna saudade. Corporizaram a saudade do alocutário desaparecido, e, por inerência, o fio que retomava o tempo em que tinham vivido felizes, o tempo abrupta e dramaticamente interrompido por força de circunstâncias sociopolíticas, externas e alheias às suas vontades.

Mais tarde, o filtro do tempo foi permitindo perceber estas cartas como documentos que se inscrevem para além da história da família. Afinal, a narrativa das vivências da família, que se separou e cujo envolvimento se procura manter pelas trocas interacionais, é também a história comum de dois países. É uma narrativa partilhada e tecida de experiências de pertença, expectativas, promessas, críticas, censuras, perda, mudança, restituição e reparação.

Por morte do locutor A (fevereiro de 2021), as cartas, objeto empírico deste estudo, foram deixadas como legado à filha mais velha (autora deste estudo), com a promessa de as

⁴ A este propósito, diz-nos Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia em 1998: “A insistência, ainda que apenas implícita, numa singularidade involuntária da identidade humana não só nos diminui a todos, como também torna o mundo muito mais inflamável. A alternativa ao domínio de uma única categorização não consiste em reivindicar, de forma pouco realista, que somos todos muito parecidos. Não o somos. Pelo contrário, a principal esperança de harmonia no nosso mundo conturbado reside na pluralidade das nossas identidades, que se entrecruzam e que contrariam as classificações rígidas em torno de uma única linha de divisão a que, alegadamente, não se pode resistir. Ao afunilarmos as nossas diferenças num sistema concebido em função de uma categorização singular, a nossa humanidade comum torna-se alvo de ataques selváticos. (Sen, 2007: 46).

preservar como testemunho do grande amor que uniu os dois intervenientes. É também essa promessa que agora, em parte, se cumpre.

Compreenda-se assim que, ainda que se tenha procurado sistematicamente ancorar a análise no quadro teórico-conceitual adotado, estas cartas tenham sido, inevitavelmente, lidas com os olhos do coração.

Trata-se de uma narrativa de vida individual que se inscreve na história de dois países. É um relato de separação e perda, de experiências traumáticas, mas não deve ser perspectivada como um “processo de retraumatização intergeracional, como uma herança de exclusão que passa de pais para filhos” (Ribeiro & Rodrigues, 2022: 17). Procura-se, sobretudo, adotar uma leitura multidimensional que permita contribuir para melhor entender as micro-histórias de que se fazem os grandes momentos históricos. Acreditando que será possível afirmarmos juntos as nossas múltiplas identidades comuns “não sob o prisma da perda, mas da adição, da ambivalência e da transformação empenhada num futuro cosmopolita, a desenhar e escrever a muitas mãos.” (Ribeiro, 2021: 228).

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no *Diário da República*, 2.^a série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

Universidade Aberta, 14 de abril de 2024

Nome completo: MARIA SOFIA DIAS FERREIRA GODINHO SILVA SANTOS

Assinatura: 

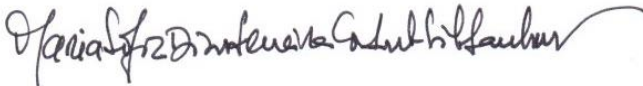
STATEMENT OF INTEGRITY

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal *Diário da República*, 2.^a série, n.º 215, november 6, 2013).

Universidade Aberta, 14/04/2024

Full name: MARIA SOFIA DIAS FERREIRA GODINHO SILVA SANTOS

Signature: 

RESUMO

O presente trabalho de investigação é realizado no âmbito do Doutoramento em Estudos Portugueses, da Universidade Aberta, e desenvolve uma ação de pesquisa centrada nos contributos da Sociolinguística Interacional para a análise de narrativas interativas, realizadas em contexto pós-colonial (1974-1980). Tem por base a constituição, delimitação e análise de um *corpus* de 786 cartas, de caráter pessoal, escritas entre setembro de 1974 e setembro de 1980, na sequência da separação imposta entre marido e mulher por força do contexto da descolonização.

A investigação incide na análise de *narrativas de experiências de vida* que configuram relatos de vivências individuais moldadas pelos contextos específicos em que se inscrevem. Observa-se, em particular, os processos de construção de sentido num movimento de influência recíproca entre as *narrativas conversacionais* quotidianas e os contextos interacionais em que estão incorporadas.

Considerando a emoção no âmbito do trabalho interacional (Almeida, 2022b: 255), observam-se as *estratégias discursivas* que contribuem para a construção de um discurso emotivo, nomeadamente os *rituais verbais* realizados através da alternância e encaixe de sequências de *atos de discurso* de ameaça, de agradecimento, de crítica e de reparação.

Num estudo que se pretende confluyente entre teoria analítica e análise empírica (Almeida, 2011: 36), observa-se que a noção de “envolvimento conversacional”, na linha de Gumperz (1982: 2-3) e Tannen (1989), está na base da interação social, como Goffman (1981) assinala. Com efeito, a presente perspetiva considera que a interpretação do sentido resulta da construção conjunta da interação (Almeida, 2012d: 109; 180; 213), introduzindo ainda o conceito de “comunhão fática” como um tipo de discurso em que os laços de união se reforçam ou desatam por ação de “uma simples troca de palavras” (Malinowski, 2018).

Palavras-chave: discurso epistolar, narrativas de experiências de vida, interação conversacional, envolvimento conversacional, gestão discursiva do conflito.

SUMMARY

This research work is carried out within the scope of the Doctorate in Portuguese Studies, of the Universidade Aberta, and develops an investigation focused on the contributions of Interactional Sociolinguistics to the analysis of interactive narratives, carried out in a post-colonial context (1974-1980). It is based on the composition, delimitation and analysis of a *corpus* of 786 letters, of personal nature, dated from September 1974 to September 1980, written between husband and wife separated due to decolonization.

The investigation focuses on the analysis of *life experience narratives* that constitute reports of individual experiences shaped by the specific contexts in which they are embedded. In particular, the processes of construction of meaning are observed in a movement of reciprocal influence between everyday *conversational narratives* and the interactional contexts in which they are incorporated.

Considering emotion in the context of interactional work (Almeida, 2022b: 255), the *discursive strategies* that contribute to the construction of emotive discourse should be noted, namely the verbal rituals carried out through the alternation and fitting of *sequences of speech acts* of threat, gratitude, criticism and reparation.

In a study that aims to be confluent between analytical theory and empirical analysis (Almeida, 2011: 36), it is observed that the notion of “conversational involvement”, along the lines of Gumperz (1982: 2-3) and Tannen (1989), is at the basis of social interaction, as Goffman (1981) points out. Indeed, this perspective considers that the interpretation of meaning results from the joint construction of interaction (Almeida, 2012d: 109; 180; 213), also introducing the concept of “phatic communion” as a type of discourse in which the bonds of union are strengthened or untied by the action of “a simple exchange of words” (Malinowski, 2018).

Keywords: epistolary discourse, life experience narratives, conversational interaction, conversational involvement, discursive conflict management.

RÉSUMÉ

Ce travail de recherche est réalisé dans le cadre du Doctorat en études portugaises, réalisé à l'Universidade Aberta, et développe une investigation centrée sur les apports de la Sociolinguistique Interactionnelle à l'analyse des récits interactifs, réalisée dans un contexte postcolonial (1974-1980). Il repose sur la constitution, la délimitation et l'analyse d'un *corpus* de 786 lettres, à caractère personnel, rédigées entre septembre 1974 et septembre 1980, suite à la séparation imposée entre mari et femme en raison du contexte de décolonisation.

L'investigation se centralise sur l'analyse de *récits d'expériences de vie* qui configurent des rapports d'expériences individuelles façonnés par les contextes spécifiques dans lesquels ils s'inscrivent. En particulier, les processus de construction de sens s'observent dans un mouvement d'influence réciproque entre les *récits conversationnels* du quotidien et les contextes interactionnels dans lesquels ils s'insèrent.

En considérant l'émotion dans le cadre du travail interactionnel (Almeida, 2022b : 255), on observe les *stratégies discursives* qui contribuent à la construction d'un discours émotionnel, à savoir les *rituels verbaux* réalisés à travers l'alternance et l'agencement de séquences d'actes de menace, de gratitude, de critique et de réparation.

Dans une étude qui se veut à la croisée de la théorie analytique et de l'analyse empirique (Almeida, 2011 : 36), on observe que la notion d'«engagement conversationnelle», à l'instar de Gumperz (1982: 2-3) et Tannen (1989), est à la base de l'interaction sociale, comme le souligne Goffman (1981). En effet, cette perspective considère que l'interprétation du sens résulte de la construction conjointe de l'interaction (Almeida, 2012d: 109; 180; 213), introduisant également le concept de «communion phatique» comme type de discours dans lequel les liens d'union sont renforcés ou déliés par l'action d'un «simple échange de paroles» (Malinowski, 2018).

Mots-clés : discours épistolaire, récits d'expérience de vie, interaction conversationnelle, implication conversationnelle, gestion discursive des conflits.

ÍNDICE

Agradecimentos	III
NOTA PRÉVIA.....	V
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	IX
RESUMO.....	X
SUMMARY.....	XI
RÉSUMÉ	XII
Índice de siglas e acrónimos	XVI
I INTRODUÇÃO.....	1
I.1. Justificação do tema e questões de investigação.	4
I.2. Objetivos do estudo.	7
I.3. Questões metodológicas / hipóteses de trabalho.....	8
I.4. Organização da investigação.	11
II ENQUADRAMENTO TEÓRICO	14
II.1. Para uma definição das narrativas de experiências de vida.....	14
II.2. O contexto de produção das narrativas de experiências de vida: processos de produção e de interpretação conjunta do discurso.	21
II.3. O contexto de receção das narrativas de experiências de vida: ‘condições mínimas’ e constrangimentos; estratégias discursivas e convenções interpretativas; princípios de influência e regulação.	29
II.4. Estratégias discursivas de construção do texto epistolar: as narrativas de experiências de vida.	32
II. 5. Contributos para uma definição do género epistolar.....	39
II.5.1. Identificação de traços distintivos do género epistolar.....	42
II.5.2. A construção do dialogismo epistolográfico: “traços da língua falada”.....	46
III IDENTIFICAÇÃO DO CORPUS E CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO	52
III.1. Caracterização do <i>corpus</i>	52
III.2. Organização e inventariação do <i>corpus</i>	61
III.3. Critérios de transcrição do <i>corpus</i>	62
III.3.1. Critério geral.....	62
III.3.2. Critérios específicos.	63
III.3.2.1. Marcas fonológicas.	63
III.3.2.2. Acentuação.....	63
III.3.2.3. Pontuação.	63

III.3.2.4. Ortografia.....	64
III.3.2.5. Formas verbais.....	64
III.3.2.6. Formas verbais de flexão pronominal.....	64
III.3.2.7. Particularidades gráficas dos manuscritos.....	64
IV ESTRUTURAS CONVERSACIONAIS DO DISCURSO EPISTOLAR EM ANÁLISE: REGULARIDADES DISCURSIVAS.....	65
IV.1. O quadro espaço-temporal.....	66
IV.1.1. O quadro espacial: território afetivo entre <i>aqui</i> e <i>aí</i> / <i>cá</i> e <i>lá</i>	66
IV.1.2. O quadro temporal: a ilusão da presença num ‘agora’.....	70
IV.2. Rotinas verbais de abertura: <i>Querida Joaquinha</i> / <i>Querido Zézito</i>	74
IV.3. Fórmulas de saudação inicial: a escrita como estratégia de aproximação.....	77
IV.4. As escolhas linguísticas selecionadas no momento da acusação de receção de carta.	82
IV.5. Rotinas verbais de fecho: a regularidade da escrita em período de inconstância.	87
IV.5.1. Estratégias discursivas de (in)delicadeza nas rotinas de fecho e de pré-fecho: conciliar estilos de conversação diferenciados e valores conflitantes para construir uma dinâmica de intimidade.....	94
IV.6. Um discurso emotivo e persuasivo no corpo da carta: as narrativas conversacionais e a construção de um território de proximidade.....	105
IV.6.1. As sequências argumentativas: a expressão da modalidade, da (in)delicadeza e os mecanismos de mitigação e de intensificação em estratégias discursivas de persuasão.	105
IV. 6.1.1. Argumentar e convencer com um <i>só</i> argumento: o item lexical <i>só</i> na sequência dialógico-discursiva de argumentação.....	119
IV.6.2. ‘Ficar’ ou ‘regressar’: um discurso de crítica, censura e ameaça como mecanismo de aproximação.	127
IV.6.2.1. Atos de ameaça nas sequências argumentativas: uma tentativa de persuasão.	127
IV.6.2.2. Atos de pedido de desculpa: esteios que amparam, reparam e preservam o equilíbrio interacional.....	139
IV.6.3. Cooperação e conflito na interação.....	146
IV.6.3.1. Atos de crítica e atos de reparação.....	146
IV.6.3.1.1. A ironia como estratégia discursiva de persuasão.....	152
IV.6.3.2. Atos de agradecimento como “estratégias de alinhamento”: a procura do entendimento mútuo.....	163
IV.6.4. A expressão de acordo e/ou de desacordo.....	165
IV.6.5. A interferência do contexto na seleção de estratégias discursivas e na definição do rumo da interação.....	172

IV.6.6. A expressão das emoções no âmbito do <i>trabalho interacional</i> : um percurso ou um discurso “aos trambolhões”.....	178
IV.6.7. Processos relacionais: posicionamento e construção de identidades num contexto social complexo.	189
IV.7. Sequências narrativas e digressões temáticas: a integração do narrativo na interação.	203
IV.8. Construir um espaço comum de diálogo: as estruturas conversacionais.	212
IV.9. O contexto de uso: o discurso testemunhal de um quotidiano individual e coletivo.	220
IV.10. A contextualização da linguagem - o não dito e o implícito conversacional: um silencioso entendimento mútuo.....	222
V CONCLUSÃO	229
V.1. Sistematização da análise.....	229
V.2. Hipóteses de desenvolvimento do estudo.....	240
V.3. Notas finais.....	245
QUADRO-SÍNTESE Estruturas conversacionais do discurso epistolar em análise: regularidades discursivas	248
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	262

ANEXO I – Declarações de consentimento

ANEXO II – Identificação do *corpus* (dia/mês/ano e n.º de páginas)

ANEXO III – *Corpus* digitalizado

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACP = Automóvel Clube de Portugal

BBC = British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão)

DISA = Direção de Informação e Segurança em Angola

FAPLA = Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA = Frente Nacional de Libertação de Angola

FUA = Frente de Unidade Angolana

MFA = Movimento das Forças Armadas

MPLA = Movimento Popular de Libertação de Angola

PCP = Partido Comunista Português

PIDE = Política Internacional e de Defesa do Estado

PPD = Partido Popular Democrático

UNITA = União Nacional para a Independência Total de Angola

JMPLA = Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

I INTRODUÇÃO

Na manhã de 25 de abril de 1974, a Emissora Oficial de Angola dava conta de uma revolução em Portugal. Para a maioria da população (portuguesa e angolana), não foram, contudo, imediatamente evidentes as implicações dessa revolução no futuro de Angola.

Na edição de 25 de Abril de 1974, o vespertino “Diário de Luanda” publica uma nota do governador da então província ultramarina (Fernando Augusto Santos e Castro) dizendo terem chegado “notícias confusas de Lisboa”.⁵ No sábado, 26 de abril, o matutino “A Província de Angola” faz duas edições⁶. A 1.^a página da 2.^a edição destaca como manchete “Proclamação da Junta de Salvação Nacional” e “Spínola proclamado Chefe da Nação Portuguesa”.

Na rádio (Emissora Nacional e Emissora Oficial de Angola), a revolução em Portugal é noticiada sem que se conheçam ainda os detalhes ou as consequências:

“A primavera de Abril tardou a chegar ao quente verão que se fazia sentir em Angola. Sem televisão, a rádio desempenhava o mais importante papel de informar, seguida dos jornais. A captação da Emissora Nacional requeria um recetor mais sofisticado, ao qual a maioria da população não tinha acesso. Era, por isso, a Emissora Oficial de Angola que transmitia grande parte das suas emissões. Os «Rádios Clube» que foram surgindo em várias cidades foram fundamentais para a difusão da informação por toda a Província.

Naquela manhã de 25 de abril de 1974, as notícias davam conta de uma revolução em Portugal. Não havia pormenores e o desenvolvimento da situação em Lisboa era dado com largos compassos de espera e muitas contradições. Durante vários dias era um boca a boca por toda a parte.”

(Canelas, 2017: 43-44)

Aos poucos, vai-se percebendo que a situação dos portugueses em Angola mudou ou está prestes a mudar⁷. Instala-se um clima de apreensão e desconfiança.⁸ Portugal posiciona-se de forma antagónica sobre o futuro da colónia: uma facção, encabeçada por Spínola, defendia a formação de uma federação de Estados entre a metrópole e as colónias; uma outra

⁵ <https://expresso.pt/sociedade/2017-04-24-Como-os-jornais-das-ex-colonias-viram-o-25-de-Abril--que-so-la-chegou-a-27.-ou-28->

⁶ A Província De Angola / Hemeroteca Municipal De Lisboa

⁷ Em carta de 25/07/75, recorda o locutor B: “...lembro-me que logo a seguir ao 25 de abril, numa noite antes de tu chegares do emprego em que eu estava só, por lá andei [no quintal] a chorar e a pensar que iria deixar a minha casa talvez para sempre. Eu pressenti logo tudo isto.”

⁸ Sobre as linhas antagónicas no processo de descolonização veja-se, por exemplo, Pimenta (2017). Marques (2018) cita um artigo de Pierre Zanin, colaborador do “France Presse”, publicado em *O século*, no dia 10 de junho de 1974 em que refere o seguinte: “Vivia-se um tempo de incerteza e expectativa.”

linha, em maioria no seio do Movimento das Forças Armadas e que contava com o apoio do General Costa Gomes, defendia a independência imediata e a transferência de poderes para os movimentos nacionalistas de guerrilha⁹. A partir de junho, começam a registar-se confrontos e episódios de violência que se vão agudizando e que em julho se concretizam em violentos tumultos e sangrentos incidentes com vários mortos e dezenas de feridos.¹⁰

Em 26 de julho de 1974, Spínola promulgou uma nova Lei Constitucional. A lei n.º 7/74, cujo Artigo 1.º estipula “O princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar, consagrado no n.º 8, alínea a), do capítulo B do Programa do Movimento das Forças Armadas, implica, de acordo com a Carta das Nações Unidas, o reconhecimento por Portugal do direito dos povos à autodeterminação.”¹¹

Ainda que no discurso à Nação (proferido na RTP) do dia 9 de setembro, Spínola afirmasse que “O processo de descolonização não consiste, como alguns levemente pensam, em transferir pura e simplesmente o Poder para organizações partidárias que sustentaram a luta armada contra o anterior regime português”¹², reiterando a necessidade de firmar uma aliança em que a comunidade branca não seja excluída, os portugueses

⁹ Veja-se, sobre os planos políticos relativamente ao futuro de Angola, os posicionamentos de Mário Soares, Spínola, Costa Gomes e Melo Antunes em Marques (2018). O plano de Spínola, “aprovado em 9 de agosto pela Junta de Salvação Nacional (da qual fazia parte Rosa Coutinho) previa que após o cessar-fogo fosse formado um governo de coligação entre os três Movimentos e os «agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola», o que obviamente incluiria os brancos (sublinhava-se) o qual deveria eleger em dois anos uma Assembleia Constituinte, redigir uma Constituição e realizar eleições legislativas, momento em que o Poder seria transferido para o legítimo presidente: o mesmo plano de transição que Portugal seguiria.” (Marques, 2018: 53. Coelho (2012: 160-161) comenta a este propósito: “Spínola ainda tentou salvar a honra da Pátria no processo de descolonização de Angola, chamando a si a condução do processo e envolvendo-se directamente em diversas iniciativas nesse sentido. Nunca se saberá o que poderia ter conseguido, mas são hoje conhecidas as profundas divergências do seu pensamento com a estratégia do núcleo duro do MFA, que foram causa do seu afastamento.”

¹⁰ “O pulsar da revolução. Julho 1974”, Centro de documentação 25 de abril. Universidade de Coimbra. <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=961> [30.11.2021]

Entre os muitos testemunhos já publicados, parece ilustrativo da situação que se vive, o relato de Coelho (2012: 173): “As notícias de famílias brancas atacadas, violadas e espoliadas iam aumentando a cada dia que passava. Começou por casas isoladas no interior das matas, dispersas pelos sertões de Angola. Depois foram as comunidades mais pequenas a serem vítimas dos ataques, num movimento imparável de sofrimento e dor, ao qual as autoridades portuguesas não opunham qualquer tipo de resistência, nem davam a necessária resposta. As pessoas sentiam-se totalmente abandonadas à sua pouca sorte e fugiam do mato para as pequenas vilas e aldeias para, logo a seguir, fugirem destas para as cidades maiores. Acomodavam-se em casa de amigos, de improvisados centros de acolhimento, ou simplesmente em casa de bons cidadãos. Nesta altura ainda alimentavam a esperança de que as coisas pudessem um dia serenar, permitindo-lhes o regresso aos lugares de onde tinham fugido, nem que fosse para erguer das cinzas os bens que haviam sido forçados a deixar para trás e que tantos anos de labuta lhes haviam custado.”

¹¹ <https://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/Direito-das-Colonias-%c3%a0pdf>

¹² Diário de Luanda, 11 de setembro de 1974, citado por Marques (2018: 53).

começam a tomar consciência de que será impossível ficar em Angola¹³ e que se impõe tomar decisões.

Em Luanda, um casal decide, como decidirão tantos outros, separar a família. Ela regressará a Portugal (de onde partira em 1953) com os pais e os filhos.¹⁴ O marido permanecerá em Angola, na esperança de que o processo de transição para a independência concilie o direito à autodeterminação do povo angolano e o direito ao trabalho e à propriedade privada de quem criara raízes numa terra que, não sendo sua, amava profundamente.

É atendendo a este particular contexto histórico, e em linha com a perspectiva sociopragmática proposta por Rita Marquilhas (2012) que considera os enunciados “na sua faceta de fragmentos de um comportamento social, necessariamente situado” (Marquilhas, 2012: 689) que nos propomos ler o *corpus* objeto do presente estudo. Analisamos o modo como, ao longo de seis anos, os interactantes reconstroem identidades e percursos de vida (De Fina, 2010; Antaki & Widdicombe, 2008; Almeida, 2011), através da produção de narrativas conversacionais, realizadas em trocas epistolares.

A partir do material empírico recolhido, privilegia-se uma abordagem do texto epistolar: i) como uma escrita do quotidiano (Costa, 2015); ii) como discurso de construção de identidade (Marquilhas, 2008); como discurso dialógico, com estrutura semelhante à dos textos dialogais-conversacionais (Adam, 2011a).

¹³ Veja-se, a este propósito, o testemunho de Aida Viegas (Adamopoulos, 2012: 154): “A partir desse dia, [refere-se às manifestações de junho] o ambiente mudou por completo em Luanda e começaram a desaparecer pessoas. Essas pessoas desapareciam misteriosamente, e nunca mais ninguém sabia delas. Soubemos então que havia forças que as raptavam e que depois as torturavam, acabando mesmo por matar algumas. As que conseguiam escapar relatavam os horrores por que haviam passado.”; ou o de Manuel Acácio (Acácio, 2009: 51): “Passávamos os dias a inventar motivos para ficar, até que a noite chegava e nos lembrava que a morte existia e era preciso partir o mais depressa possível. O clima de medo e a intimidação atingiram níveis insuportáveis. Chegaram a circular rumores infundados de que os guerrilheiros da FNLA eram canibais e andavam a matar crianças para as comerem. Uns dias depois do ataque do MPLA à sede da FNLA na Avenida do Brasil, cheguei a ouvir dizer que foram lá encontrados diversos corações e fígados humanos”.

¹⁴ A mulher (locutor B) regressa a Portugal em setembro de 1974. O marido (locutor A) só regressará a Portugal em outubro de 2000. Contudo, ao longo do ano de 1975, no período de maior insegurança em que os confrontos se agudizaram, refere por diversas vezes a inevitabilidade de ter de abandonar Angola. Marques (2017: 5) refere sobre esta época: “O período de transferência de poderes até à independência foi pautado em Angola e em Moçambique por confrontos (esporádicos ou permanentes), em que as populações residentes foram as mais afectadas pela anomalia social instalada, pontualmente marcada por ódios e revanchismos étnicos que visaram sujeitos de descendência europeia ou asiática (considerados cúmplices e/ou colaboradores do sistema colonial), mas também naturais africanos não apoiantes (ou simpatizantes) do movimento nacionalista armado predominante. A violência selectiva (de carácter físico e psicológico) aliada ao colapso dos sistemas (de saúde, de ensino e de justiça, securitário e administrativo) e à escassez de bens essenciais verificada antes e depois da transição acabariam por determinar a partida, não obstante o que essa decisão implicava (em termos individuais e colectivos) tanto do ponto de vista emocional como socio-económico.” (Marques, 2017: 5).

I.1. Justificação do tema e questões de investigação.

Deslocados de forma abrupta do espaço em que construíram as suas vivências, os interlocutores transformam a superfície da página em territórios afetivos, descobrindo formas discursivas de superar a vulnerabilidade dos contextos em que se encontram, expatriados em territórios (Angola e Portugal) que, cada um à sua maneira, se transformaram em espaços agrestes.¹⁵

Ocorrendo por força de um contexto histórico que atingiu mais de meio milhão de pessoas, nas práticas discursivas em análise emergem testemunhos diretos de uma história coletiva, mas que refletem a experiência individual, vivências e emoções pessoais ancoradas na existência diária. Está aqui patente a voz de quem viveu e presenciou, de quem olhou, de forma próxima, um quotidiano que se compõe de momentos de tumulto, de desânimo ou de esperança quase irracional. Sobre este assunto, atentemos no discurso das cartas:

- (1) *Estes últimos quatro dias foi o fim do mundo, todas as delegações da FNLA estiveram debaixo de fogo de morteiro e outras armas pesadas durante horas a fio...*¹⁶ [A-15/07/75]
- (2) *Com esse Teixeira passou-se uma história complicada, que não adianta repetir. Deixou um camião carregado de caixotes, os caixotes foram abertos e saqueados, o camião foi não se sabe para onde, de casa do Costa também levaram dois carros [...] isto é um caso sério, estou com um nervoso que não fazes ideia...* [A-21/12/75]

¹⁵ Sobre o acolhimento em Portugal, veja-se, por exemplo, os seguintes testemunhos (Adamopoulos, 2012) “Entrei em Portugal como retornado, era esse o meu estatuto, mas a verdade é que eu nunca tinha posto os pés em Portugal! Senti-me um completo estranho, num ambiente não digo hostil, mas havia um olhar de través, e aquelas chacotas, aqueles insultos que toda a gente na minha situação ouviu.” (p. 103); “Chamavam-nos racistas. Estavam sempre a acusar-nos de termos andado a roubar os pretos em África, e mandavam-nos de volta para lá.” (p. 175)

¹⁶ J. Céu e Silva (2013: 235) regista, a propósito do dia 16 de novembro de 1975: “Recrudescer o conflito armado entre o MPLA e a FNLA, enquanto no Quênia tem início uma cimeira entre os presidentes dos três movimentos nacionalistas angolanos. Um encontro de onde ficam ausentes resultados que contribuam para a pacificação angolana, mesmo que seja assinado um acordo em que se renuncia ao «uso da força como meio para resolver os problemas de Angola». O texto do acordo terá 19 páginas e atribui a corrida às armas «à intolerância política mútua e ao controlo separado sobre diferentes regiões do território”. Em Luanda, a situação é desesperada e faltam alimentos.[...] No final do mês, os combates em Luanda vão envolver pela primeira vez os três movimentos.”

Marinho & Carneiro (2015: 271) sintetizam assim as notícias publicadas em julho de 1975: “Nesses dias quentes de 1975, nem todo o calor advinha, directamente, da fornalha da actividade política. Em termos de segurança, ou melhor, de insegurança, também os acontecimentos estavam a aquecer. Desde logo nas antigas Províncias Ultramarinas, com o caso de Angola a surgir no topo. Fala-se de um «assustador aumento da violência», «mais de 30 mortos e 80 feridos entre a população civil», «baixas nas tropas portuguesas e dos movimentos de libertação», uma vez que se combate «abertamente em algumas ruas de Luanda onde foi imposto o recolher obrigatório». As notícias dão conta de que há fortes tiroteios em «algumas zonas urbanas e durante as horas de movimento», «disparos de prédios residenciais e de viaturas cujos ocupantes são civis» e de «intenso fogo de armas pesadas» na zona do aeroporto. Mais a norte, em Cabinda, há «duros combates» e relatos de que soldados da FNLA «fizeram muitos prisioneiros que abateram, depois de torturados, saquearam as casas e destruíram bens que não lhes interessavam, tendo utilizado as viaturas dos refugiados, sobretudo nas cidades e grandes vilas do Norte».”

- (3) *Diria que há muito devia ter tomado esta atitude [refere-se à mudança de residência para um bairro mais seguro] , mas eu sempre vivi na esperança de poder trazer os nossos filhos para junto de mim e queria que eles viessem para a nossa casa, não queria que eles tivessem alguma decepção. A mim também me custa muito deixar a nossa casa, mas da maneira que as coisas estão não temos outro remédio.*

[A-22/07/75]

Nas produções textuais originadas em consequência de uma situação de profunda fissura nas identidades, se constroem interações e se reconstroem - pela força da relação de proximidade, de carinho e de cumplicidade - as narrativas fraturadas.

O carácter multifacetado das cartas, torna-as objeto complexo e pluridimensional de interesse transversal a várias áreas: a Sociolinguística Interacional, a Pragmática Linguística, a Sociologia, os Estudos Culturais ou a História. Enquanto produto linguístico, as cartas permitem tratar questões relacionadas com a heterogeneidade composicional, a organização textual, as estratégias linguísticas da (des)cortesia ou da (in)delicadeza, a heterogeneidade enunciativa. Na superfície das cartas se manifestam, assim, múltiplas propriedades que se inscrevem em diferentes dimensões de análise configurando-as como objeto de estudo pluridisciplinar.

Respeitando o estipulado na alínea 1) do ponto 1.2. “Formatação” das *Normas de apresentação de trabalhos académicos a defender em provas públicas como requisito para obtenção do grau de Doutor ou Mestre na Universidade Aberta* (Universidade Aberta, 2022, disponível em linha¹⁷) foram respeitadas as exigências legais de proteção de dados e do consentimento informado: i) as cartas objeto de estudo foram selecionadas e disponibilizadas pelo locutor A; ii) a identificação dos nomes dos autores das cartas (referidos ao longo das cartas e, em particular, nas fórmulas de saudação e despedida) foi autorizada pelos herdeiros legais, mediante declaração escrita, integrada nos anexos do trabalho (Anexo II); iii) os nomes e apelidos de terceiros foram omitidos.

A proposta de análise que se apresenta alicerça-se em diferentes conceitos inerentes ao funcionamento do discurso interativo, processado em situação de trocas epistolares, produzidas na esfera pessoal. Os níveis de análise apresentados acomodam categorias propostas pela Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1989; Tannen, 1989; Schiffrin et al. 2010), a Análise Interacional (Kerbrat-Orecchioni, 1990; Traverso, 1996), a Linguística

¹⁷ https://portal.uab.pt/dsd/wp-content/uploads/sites/19/2022/02/Normas-Teses-Dissertacoes_2022.pdf

Cognitiva (Batoréo, 2004; Silva, 2006, 2022), a Pragmática das sequências discursivas (Fonseca, 1992) e a Sociopragmática, na linha dos trabalhos de Marquilhas (2012) e Almeida (1998; 2011; 2012d, 2014, 2016, 2018).

Num estudo que se pretende confluyente entre teoria analítica e análise empírica (Almeida, 2011), considera-se a noção de “envolvimento conversacional” na linha de Grumperz (1982), Tannen (1989) e também a de “interação social” de Goffman (1981), introduzindo ainda o conceito de “comunhão fática” como um tipo de discurso em que os laços de união se reforçam ou desatam por ação de “uma simples troca de palavras” (Malinowski, 2018).

Adota-se uma perspetiva analítica que considera a abordagem interacional no estudo das narrativas de experiências de vida, de acordo com a orientação defendida por De Fina & Georgakopoulou (2008), ou seja, o estudo das narrativas de experiências de vida como práticas discursivas e semióticas produzidas num determinado contexto e incorporando, conseqüentemente, múltiplos processos sociais.¹⁸

Num primeiro momento, observamos as condições de produção e as materialidades diversas do *corpus* selecionado, seguindo a perspetiva apresentada por Marquilhas (2003, 2008, 2012) sobre a escrita do quotidiano e sobre os aspetos enunciativos e gráficos como formas ilustrativas da representação de narrativas construídas em contexto de desenraizamento (Marquilhas & Albino, 2005).

Com base na pesquisa atual sobre as narrativas como *práticas discursivas*, problematizamos o impacto do contexto histórico e social nas condições de produção (De Fina, 2020) e nas condições de receção ou *frameworks* (Goffman, 1981), procurando ainda avaliar de que forma as práticas discursivas e semióticas quotidianas são utilizadas para realizar o trabalho de posicionamento e de (re)construção da identidade (Bamberg & Georgakopoulou, 2008).

A interação humana, como lugar de produção de identidades (De Fina, 2010), articula-se com a noção de “frame” proposta por Tannen (1990), entendida como “esquema de pensamento” que homens e mulheres desenvolvem de modo diferente e que se corporiza em *estilos de conversação* distintos. Importa assim observar de que forma se concretizam e

¹⁸ Em linha com a perspetiva defendida por Capinha, Keating, Lechner e Solovova (2018: 102) que considera os textos autobiográficos como “emancipadores tanto dos narradores como dos narratários, por darem, simultaneamente, a conhecer e performarem a identidade dos primeiros e a dimensão coletiva das suas experiências individuais”.

se equilibram, na interação discursiva, dualidades complexas e, por vezes, até conflitantes, como “intimidade e independência”, “simetria de conexão” e “assimetria de status” (Tannen, 1990).

Tratando-se de epístolas trocadas entre marido e mulher, o quadro teórico proposto por Tannen, como base da “sociolinguística dos relacionamentos”, constitui fundamento para a observação de como a dinâmica da intimidade se constrói, apesar dos pontos de vista contrastantes assumidos pelos interactantes (Tannen, 1990: 90).

Na análise da forma epistolar, privilegia-se a proposta de classificação da sequência dialogal definida por Adam (2011a), enquanto segmento textual necessariamente poligerado, ou seja, “produzido coletivamente” (Silva, 2012: 170), observando as constantes composicionais estruturantes do plano de texto fixo da carta (Adam, 2011a). Consideram-se, por conseguinte, as contribuições de Adam para a análise das cartas como textos plurissequenciais, que integram sequências narrativas, descritivas, explicativas e argumentativas.

I.2. Objetivos do estudo.

Centrando a análise nas componentes semânticas e pragmáticas de rituais verbais e de práticas discursivas originadas em consequência de uma situação dramática de profunda cissura na identidade dos interlocutores, procurar-se-á demonstrar que as narrativas que irrompem nas cartas apresentam uma estrutura conversacional específica da interação entre locutor e alocutário que se aproxima da comunicação “face a face” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b).

Este objetivo geral concretiza-se em objetivos específicos definidos :

- i) descrever a produção de interações que nos permitam entender atitudes individuais, inscritas em eventos coletivos (De Fina, 2020);
- ii) analisar os processos discursivos identificados como centrais para a (re)construção da identidade dentro do paradigma da Linguística Interacional: indexicalidade, circunstâncias do lugar, posicionamento e dialogismo (“indexicality”, “local occasioning”, “positioning” e “dialogism”, de acordo com De Fina, 2010: 264);

- iii) descrever as opções linguísticas que contribuem para a construção discursiva do relacionamento interpessoal (Tannen, 1990; Caffi, 1999, 2007);
- iv) explicar os mecanismos discursivos específicos que contribuem para a construção da interação conversacional realizada entre locutor e alocutário (Fonseca, 1992; Carreira, 1997);
- v) analisar os aspetos semânticos e pragmáticos da coconstrução de identidades discursivas realizadas em narrativas de experiências de vida (Almeida, 2011) que irrompem em trocas epistolares.

I.3. Questões metodológicas / hipóteses de trabalho.

No quadro espaço-temporal em que se inscreve o ato de escrever para responder, ou de escrever na expectativa de uma resposta, procuramos demonstrar que o texto epistolar em análise constitui um texto dialogal que pode ser analisado na linha dos trabalhos seminais de Kerbrat-Orecchioni (1990; 1992).

A dinâmica interacional que se realiza, ao longo de seis anos de correspondência, desenvolve rumos discursivos que permitem acomodar intersubjetivamente as narrativas de experiências de vida. Neste sentido, destaca-se o caráter dialógico das sequências argumentativas e propõe-se a análise de um conjunto de propriedades que se evidenciam como constitutivas dos textos epistolares em análise e que parecem aproximá-los dos textos conversacionais (Kerbrat-Orecchioni, 1998) onde emerge uma “cultura comunicativa” (Marquilhas & Albino, 2005: 993): i) predomínio de temas de natureza pessoal; ii) digressões temáticas (Tannen, 1989) e iii) realização de segmentos em discurso direto (Fonseca, 1992).

Importa considerar os aspetos formais específicos, que denotam o “envolvimento conversacional” (Tannen, 1989), presentes nas cartas: os atos de delicadeza positiva, as estratégias de aproximação e os rituais confirmativos (Kerbrat-Orecchioni, 1987); os comentários avaliativos e os “segmentos reveladores de coconstrução dos rumos discursivos” (Almeida, 2011: 42); as asserções de acordo (retórica de consenso) como estratégias discursivas de continuidade (Almeida, 2012d); a “pergunta de pedido de confirmação” (Carreira, 1997; Caffi, 2010; Almeida, 2014) como estratégia discursiva de apelo ao consenso (Almeida, 2012d; Almeida, 2014: 39-40); o ritual de pedidos de desculpa

com sequências discursivas como o ato de admissão de culpa, a expressão de arrependimento, a explicação e a oferta de reparação.

Na análise da sequência dos atos de discurso e contextos interacionais específicos, considerar-se-á: i) as suas dimensões interativas e as sequências de justificação (Fonseca, 1992); ii) a organização e funcionamento dos atos de conselho e de aviso (atos diretivos) e de ameaça (ato comissivo) em interação, em linha com os trabalhos de Almeida (1998, 2016). Pretende-se verificar de que forma: i) os atos de conselho, de aviso e de ameaça configuram diferentes graus de intensidade na ameaça da face negativa do alocutário (Kerbrat-Orecchioni, 1992); ii) a realização indireta dos atos diretivos de conselho e de aviso permite salvaguardar a face negativa do alocutário (Almeida, 2016); iii) a análise nas cartas dos atos de ameaça com efeito perlocutório (Fonseca, 1992), de natureza impositiva (Salgueiro, 2010), que incidem fortemente na face negativa do alocutário, ameaçando-a (Briz, 2013).

Em linha com a proposta de Goffman (1986) da “condição de felicidade”, observar-se-á como as estratégias discursivas selecionadas contribuem para manter o equilíbrio interacional (Goffman, 1981), seja pelo respeito do princípio da cooperação e delicadeza (Simonin, 2010), seja pela ocorrência de mitigadores em asserções com avaliação axiológica negativa (Almeida, 2014; Caffi, 2010).

A interação, em situação de desenraizamento e de incerteza, constrói-se também de promessas (a promessa de um rápido reencontro, de resolução dos problemas familiares, de resoluções que fortaleçam os laços e reconstituam a esperança) e intenções ameaçadoras (de quebra dos laços, de cisão, de seleção de opções divergentes). Procurar-se-á avaliar o contributo destes *atos de fala intersubjetivos* (Salgueiro, 2010: 226) para o “envolvimento conversacional”, na perspetiva de que as ‘coisas’ prometidas são, em geral, benéficas para o recetor, enquanto que as ameaças são, ou podem ser consideradas, prejudiciais para o alocutário.

A narrativa presente é, efetivamente, caracterizada pelo desequilíbrio das dinâmicas familiares, alteradas por um conjunto de circunstâncias externas à vontade dos interactantes, sobre as quais não têm qualquer poder de atuação. Os locutores em interação modificam os seus estados epistémicos, comportamentais e emocionais, num “dinamismo discursivo” (Fonseca, 1992: 320), ora por força da influência recíproca (Almeida, 2014; Kerbrat-Orecchioni, 1999), ora pelo efeito de um contexto cujos contornos de insegurança se

agravam diariamente. Todavia, reagem diferentemente, pelo que parece pertinente introduzir a análise do “estilo conversacional” proposta por Tannen (1990), considerando as dissemelhanças no estilo de conversação dos intervenientes (homem e mulher) e os modos distintos de conceptualizar e expressar as experiências humanas.

Ao longo de seis anos, na superfície de 1828 páginas, os interlocutores constroem uma “história de conversação” (Traverso, 1996) que vai do desacordo à confidencialidade, combinando, em proporções variáveis, sequências narrativas, argumentativas e dialogais (Adam 2011a; Traverso, 1996). Assim, na estrutura prototípica do texto epistolar, interessa observar, a nível local, as intervenções fáticas e transacionais que enformam a estrutura composicional das sequências dialogais.

Os atos de localização espaço-temporal, sequências fáticas prototípicas de abertura das missivas (Adam, 2011a) ancoram o discurso relatado num tempo e num espaço comuns aos interlocutores da carta (ainda que distanciado) e estabelecem o “quadro interacional” (Goffman, 1981) ou “frame interativo” (Tannen, 1990). As sequências transacionais que constituem o corpo das cartas, não convencionais e menos previsíveis, introduzem os assuntos de que se quer dar notícia: i) questões de natureza familiar (a escola dos filhos, a saúde, os efeitos da tristeza pela ausência, o desejo de breve reencontro, a manifestação do arrependimento, o pedido de desculpa como expressão de intenção de resolução do diferendo); ii) de natureza financeira (as despesas mensais, o cumprimento das obrigações relativas a empréstimos contraídos em Angola); iii) de natureza legal (a legalização de documentos); iv) de natureza profissional (a procura de emprego em Portugal, a perspetiva de manutenção da situação profissional existente em Angola).

A diversidade de temas abordados, assim como as digressões temáticas, revelam uma expressão espontânea de pensamentos, num discurso oralizante, marcado pelo uso frequente da frase exclamativa e da frase interrogativa, pelo emprego de expressões enfáticas, pelo recurso a expressões idiomáticas e figuradas.

A retórica de consenso (Almeida, 2014: 39-40) que se vai construindo com a realização de intensificadores constitui uma fórmula mais convencional e mais ritualizada e representa um ato confirmativo do elo relacional entre os correspondentes: reforça a relação afetiva pela expressão da preocupação, do desejo de notícias, do anseio pelo reencontro, dos votos prospetivos. Estas asserções de acordo integram estratégias discursivas de continuidade e são uma forma de estabelecer relações de coerência na história de vida que é

partilhada (Almeida, 2014). Constituem processos relacionais de posicionamento e dialogismo (De Fina, 2020) ilustrativos de que as “entidades são plurais, realizam-se em práticas discursivas determinadas por contextos específicos, mas também são relacionais, uma vez que as pessoas se relacionam continuamente, influenciando e sendo influenciadas por outros” (De Fina, 2020: 6, tradução nossa).

I.4. Organização da investigação.

O Capítulo I (Introdução) identifica as circunstâncias em que o *corpus*, objeto do presente estudo (um conjunto de 786 cartas, de caráter pessoal, trocadas entre marido e mulher, entre 06 de setembro de 1974 e 07 de setembro de 1980) foi produzido, referindo, em particular, i) a situação de separação imposta entre marido e mulher, por força do contexto de descolonização; ii) as condições de produção e as materialidades diversas do *corpus*. Justifica-se a escolha do tema com base na relevância do material empírico e das narrativas de experiências de vida para a compreensão de uma história coletiva, num estudo que se propõe avaliar: i) o impacto do contexto histórico e social nas condições de produção e de recepção das cartas; ii) de que forma as práticas discursivas e semióticas quotidianas são utilizadas para realizar o trabalho de posicionamento e de (re)construção das identidades. O estudo realizado acomoda, de modo entrosado, diferentes modelos de análise, considerando categorias propostas pela Linguística Textual, a Análise do Discurso, a Linguística Cognitiva e a Sociolinguística Interacional e fazendo confluir a teoria analítica com a análise empírica do *corpus*.

O Capítulo II convoca os princípios teóricos e metodológicos que fundamentam a análise empírica, referindo, em particular, os estudos recentes na área da Análise do Discurso, da Pragmática, da Linguística Cognitiva e da Sociolinguística Interacional que demonstram i) a relevância do contributo cognitivo do alocutário na coconstrução do sentido do discurso (De Fina, 2010; De Fina & Georgakopoulou, 2008, 2015; Kerbrat-Orecchioni, 1995, 2007; Silva, 2006, 2019; Charaudeau, 1995; Almeida, 2019; Almeida, 2022b); ; ii) a influência do contexto interacional em que emergem as narrativas de experiências de vida (Goodwin, 1997; Gumperz, 1989; Ochs & Capps, 1996, 2001; De Fina, 2009, 2020; Coelho & Almeida, 2022; Caffi, 1999; Bourdieu, 1983); iii) as características específicas que definem estas narrativas (Almeida, 2011, 2013a, 2014, 2019 e 2021; Tannen, 1990, 2007).

Atendendo ao *corpus* em estudo, referem-se ainda as propostas de classificação de género, em geral (Bakhtin, 1984; Petitjean, 1989; Maingueneau, 1995, 1998; Adam 2011b; Bronckart, 1996; Miranda, 2007), considerando, especificamente, os traços distintivos do género epistolar, na linha de Marquilhas (2012)¹⁹. Considera-se também a investigação mais recente sobre o carácter dialógico das trocas epistolares e problematiza-se a ideia, defendida por Kerbrat-Orecchioni (1998b, 2007), de (in)existência de uma efetiva interação, dado que o alocutário não interfere, diretamente, no trabalho de escrita.

No Capítulo III, apresenta-se a caracterização do *corpus* em estudo, considerando as suas materialidades em linha com a perspetiva sociopragmática proposta por Rita Marquilhas (2012): composição e extensão; diversidade dos materiais de tinta; multiplicidade dos formatos, tipos e cores de papel; distribuição da escrita na superfície da página. São também enunciados os critérios gerais e específicos adotados na transcrição do *corpus* e explicados os critérios particulares nos casos de regularização de oscilações gráficas ou ortográficas.

No capítulo IV, procede-se ao estudo do discurso epistolar com base no modelo de Adam (1998) e analisamos de que forma, em contexto de ausência e separação, se constrói a *ordem interacional* (Goffman, 1986). Na confluência de orientações teóricas e metodológicas inscritas na Análise do Discurso, na Linguística Textual, na Linguística Cognitiva e na Análise Interacional, observámos as trocas discursivas e a construção da emoção no âmbito do trabalho interacional desenvolvido pelos interactantes (Almeida, 2022a; Almeida 2022b), identificando as estratégias discursivas que contribuem para a construção de um discurso emotivo, nomeadamente os rituais verbais principais realizados nas cartas em análise: (i) a análise da alternância e do encaixe de sequências de atos de ameaça, de atos de agradecimento, de atos de reparação e de crítica, (ii) o estudo dos processos discursivos de intensificação da ameaça e da emergência de um discurso irónico (Almeida, 2012d).

No Capítulo V, apresentam-se as Conclusões, em que se procurou, com base na análise do *corpus*, responder às questões inicialmente formuladas: i) Que tipo de influência mútua exercem os interlocutores? ii) Como se processa essa influência? iii) De que forma o contexto interfere nos estados epistémicos, comportamentais e emocionais dos interlocutores

¹⁹ Sobre a questão de género epistolar, fazemos ainda uma reflexão sobre os estudos de Rocha (1985), Melançon (1996), Seara (2006) e Silva (2012, 2016).

e, conseqüentemente, na seleção de estratégias discursivas e no próprio rumo da interação? Por último, são analisados os efeitos ao nível do legado pessoal que este *corpus* constitui e lançam-se hipóteses de desenvolvimento do estudo com base nas informações que apresenta relativamente à situação política, económica e administrativa em Portugal e em Angola, no período de transição para a democracia e para a independência.

II ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“A conceptualização da linguagem fundamenta-se na análise de fatores interacionais, sociais e culturais que condicionam as produções discursivas dos falantes.”

(Almeida, 2022a: 131)

A complexidade do discurso em interação e os diferentes níveis de que se compõe exigem uma metodologia de análise qualitativa, que mobiliza orientações teóricas compostas por um conjunto de ferramentas de proveniências diversas (Kerbrat-Orecchioni, 2007: 21). Para procurar responder à referida complexidade, o presente estudo convoca o diálogo interdisciplinar entre a Linguística Textual, a Linguística Cognitiva, a Pragmática Conversacional e a Sociolinguística Interacional.²⁰

II.1. Para uma definição das narrativas de experiências de vida.

“Em todas as culturas, a narrativa surge no início do desenvolvimento comunicativo e é um meio fundamental de dar sentido à experiência. A narrativa e o eu são inseparáveis, pois a narrativa nasce simultaneamente da experiência e dá forma à experiência. A atividade narrativa oferece a oportunidade de impor ordem em eventos de outra forma desconectados e de criar continuidade entre o passado, o presente e os mundos imaginados. A narrativa também interage com o eu e a sociedade, constituindo um recurso crucial para socializar emoções, atitudes e identidades, desenvolvendo relacionamentos interpessoais e constituindo membros de uma comunidade. Através de vários gêneros e modos; através do discurso, gramática, léxico e prosódia; e por meio da dinâmica da autoria colaborativa, as narrativas dão vida a vários eus parciais.”

(Ochs & Capps, 1996: 19; tradução nossa)

Nas últimas décadas, os estudos na área da Sociolinguística Interacional, centrados nas narrativas de experiências de vida, têm vindo a adicionar às propriedades estruturais (como a presença de um certo número de componentes narrativas, o respeito pela ordenação temporal, a centralidade da avaliação como mecanismo para orientar a interpretação) definidas por Labov (1972), o papel do destinatário/alocutário na coconstrução do sentido

²⁰ É atendendo à complexidade e ao caráter multifacetado do material empírico em análise que se procurou, nas citações que introduzem o capítulo II e os seus subcapítulos, selecionar autores de áreas diversificadas e períodos temporalmente distantes.

(Almeida, 2021) e a influência do contexto interacional em que emergem as narrativas (Goodwin, 1997; Gumperz, 1989; Ochs & Capps, 2001).

Com efeito, as metodologias de análise propostas por estes investigadores consideram as narrativas de experiências de vida como “essenciais para uma compreensão rica e matizada dos fenómenos sociais” (De Fina, 2009: 233) pelo que o seu estudo deve contemplar a forma como aquelas se constroem e são moldadas pelo contexto em que se inserem. Na mesma linha, Schegloff (1977) observa que as condições de produção das narrativas (ou seja, o contexto social e cultural, a estrutura de participação, o contexto local imediato) condicionam a estrutura das próprias narrativas, desenhando-as como construções de sentido negociadas entre os interlocutores.

Atendendo ao *corpus* particular objeto deste estudo, importou-nos, em primeiro lugar, procurar determinar que características específicas apresentam as narrativas de experiências de vida e, complementarmente, o que as distingue de outras narrativas.

A investigação desenvolvida por Ochs & Capps (1996) definiu as narrativas de experiência pessoal “como enquadramentos verbalizados, visualizados e/ou incorporados de uma sequência de eventos reais ou possíveis da vida” (Ochs & Capps, 1996: 19, tradução nossa). As linhas metodológicas de análise desenvolvidas pelos autores acima referidos evidenciam-nas como:

- i) recurso essencial que permite transformar experiências em percepção consciente;
- ii) resultado e mediador do nosso envolvimento subjetivo no mundo;
- iii) representações e evocações parciais do mundo como o conhecemos;
- iv) versões subjetivas da realidade, ou seja, relatos do envolvimento particular, vivido e imaginado do mundo;
- v) materialização de pontos de vista individuais sobre a realidade;
- vi) oportunidade de auto-compreensão (ainda que parcial, pois que dão acesso apenas a fragmentos da experiência individual).

De Fina (2009), baseando os seus estudos em realizações concretas e de encaixe das narrativas em atos interacionais, adita, às características já anteriormente enunciadas, as seguintes particularidades:

- i) as narrativas orais em geral não reproduzem convenções, antes representam conquistas interacionais que refletem o trabalho de influência mútua entre os interlocutores;

- ii) a narrativa quotidiana escapa, quase sempre, aos princípios rígidos da ordenação temporal;
- iii) os relatos não são ordenados e coerentes, mas frequentemente incompletos;
- iv) a dinâmica de construção deste tipo de narrativas é sensível ao contexto e ao tipo de relacionamento entre os interlocutores;
- v) a orientação e os pontos de avaliação específicos podem ser negociados;
- vi) são narrativas orientadas para a factualidade;
- vii) apresentam grande variabilidade (alguns relatos são simples recapitulações de eventos organizados em torno de um início e um fim definidos espacial e temporalmente, enquanto que outros momentos podem ser longos e complexos incorporando diferentes tipos de histórias menores, anedotas, explicações).

Ambas as perspectivas remetem para a ideia de que as narrativas de experiências de vida são, essencialmente, lugares de mediação do “eu” que narra consigo mesmo, com o(s) outro(s) e com o mundo. Por isso, a ordem cronológica dos eventos é submetida à urgência das preocupações do narrador/locutor e os eventos passados são retomados pela ligação ao mundo da vida presente e justificam ou permitem compreender e lidar com preocupações atuais. A seleção predominante do presente do indicativo permite, precisamente, relacionar eventos passados que se projetam como contínuos e atuais na consciência do narrador, enquanto eventos que se mantêm como perturbadores. A reflexão proposta por Ochs & Capps (1996) defende que a experiência pessoal tematiza, em geral, experiências perturbadoras, cabendo à atividade narrativa a capacidade de reparar ou intensificar a discrepância entre o que é esperado e o que realmente aconteceu.

Este “caráter disruptor” (Coelho & Almeida, 2022: 48) das vivências relatadas nas narrativas de experiências de vida, “capaz de gerar contradições complexas e de difícil gestão” (Coelho & Almeida, 2022: 48) é evidenciado na investigação desenvolvida por Coelho & Almeida (2022). Partindo da análise de um *corpus* oral de narrativas de experiências de vida de soldados portugueses mobilizados para as campanhas militares do “Ultramar”, durante os anos de 1969 a 1974, as autoras realizam um exercício reflexivo que permite identificar as marcas linguísticas de um discurso testemunhal.

Estamos perante relatos emotivos realizados através de estratégias discursivas que denotam, entre outros aspetos, um posicionamento de distanciamento (por exemplo, através da seleção de referências impessoais) face a eventos traumáticos - marcados por dilemas,

violência, medo e opressão - que mais não é do que um respaldo para sofrimentos que se prolongam no presente da enunciação. Em linha com os trabalhos desenvolvidos por Caffi (1999) sobre os mecanismos discursivos de mitigação como “resultado do enfraquecimento de um dos parâmetros interacionais” (Caffi, 1999: 881), as autoras aludem à utilização destes sujeitos genéricos como “protetores de objetivação e impessoalização” (Coelho & Almeida, 2022: 48).

Os estudos anteriormente referidos remetem também para a importância dos fatores sociolinguísticos e psicolinguísticos que interagem em ambientes específicos (Caffi, 1999: 887), atendendo a que, nas narrativas de experiências de vida, os eventos são configurados e definidos tanto pelos “cenários da história” (Ochs & Capps, 1996: 32), como pelas disposições psicológicas e predisposições emocionais do narrador.

Resultantes de uma percepção da realidade que acomoda pontos de vista individuais com conhecimentos e comportamentos partilhados coletivamente, as narrativas de experiências fraturantes, muitas vezes singulares pelo seu caráter excepcional, cooperam num processo de construção da identidade pessoal, social e cultural em que o “eu” se define interativamente por oposição ou filiação ao(s) outro(s). Nas “assimetrias narrativas” (Ochs & Capps, 1996: 32) residem não apenas os valores atribuídos a diferentes versões da experiência, mas também a diferentes formas de a recontar. Diante do desafio colocado pela atividade narrativa de situações traumáticas, os narradores podem oscilar entre duas tendências (Ochs & Capps, 1996: 32): a “perspetiva relativista” (para cultivar um diálogo entre diversos entendimentos) e a “perspetiva fundamentalista (para estabelecer uma solução coerente e correta para o problema).

A perspetiva adotada na narrativa de experiência de vida pode não resultar, todavia, de uma opção individual, mas antes de circunstâncias externas, expectativas e avaliações alheias, discrepantes ou até irreconciliáveis com o ‘mundo’ do narrador. É o que acontece, de forma genérica, com a adesão (em geral imposta) a uma narrativa dominante. Exemplo disto são as narrativas produzidas pelos suspeitos de crimes (e, por vezes, também pelas crianças), que podem ser considerados “contadores menos competentes” das suas experiências e verem reduzidos os seus direitos a relatar a sua versão. Nestas “estruturas de participação” (De Fina, 2020: 10), como as que ocorrem em narrativas públicas e institucionais, as questões de propriedade e voz surgem do conflito entre necessidades e interesses individuais e restrições estruturais impostas por organizações ou instituições.

Nas últimas décadas, têm sido realizados estudos diversos, nomeadamente em pacientes com limitações de linguagem resultantes de patologias várias, como AVC ou perda de memória (Goodwin, 2002; Hamilton, 2008; Bamberg, 2011), para compreender como os ‘traços narrativos’ no discurso destes pacientes podem ser usados em interações reais como material que lhes permita construir “narrativas de experiências pessoais duradouras” (Bamberg, 2011: 8).

Com o propósito de estudar a relação entre narrativa e identidade, Jennifer Andrus realizou, em 2021 na obra editada pela Cambridge University Press, intitulada *Narratives of Domestic Violence: Policing, Identity and Indexicality*, uma investigação, na área da Linguística Forense, em que observa maneiras marcadamente diferentes de narrar de acordo com os níveis de poder. Partindo da análise comparativa das narrativas produzidas por vítimas de violência doméstica e pelos responsáveis da polícia que recebem os relatos dessa violência, as conclusões mostram que os processos de tomada de decisão dos responsáveis pela aplicação da lei são informados por suposições sobre a violência doméstica que não condizem com as experiências das vítimas. Contudo, são esses entendimentos que se posicionam como mais credíveis e são tratados como mais legítimos.

Recentemente, Jack Joyce (2022: 43-59), procura mapear os métodos e práticas de interação em contexto de acusação e defesa de posturas racistas. Em concreto, pretende identificar formas de participação numa interação em torno do tema racismo, num contexto em que a intervenção é considerada moralmente imperativa, mas em que essa intervenção exige uma cuidadosa atenção à participação. A observação permite concluir que: i) os interlocutores detêm um repertório de práticas para projetar as suas intervenções, que, por sua vez, indexam ao ambiente particular em que essa intervenção ocorre; ii) intervir é tratado como interacionalmente perigoso, pois o interlocutor pode tornar-se o alvo, pelo que este se esforça em permanecer ‘fora’ da disputa, para não ser responsabilizado pelos seus efeitos.

O silêncio de que aqui se fala, assume, na verdade, formas diversas e, em graus variados, o silenciamento das histórias de experiências (sobretudo as que não fazem eco das ideologias predominantes ou que não se conformam em contar histórias que reforçam a ordem social) é uma forma de “opressão linguística” (Ochs & Capps: 1996: 32).

Tomamos como exemplo os "Papéis da Prisão: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971)" de José Luandino Vieira²¹.

Sobre estes "Papéis da Prisão", dizem-nos os organizadores da compilação:

"Durante os anos de cárcere, José Luandino Vieira coligiu um acervo de textos constituído por 17 cadernos. O processo de escrita destes Papéis tem como termos cronológicos e fronteiras espaciais a entrada no Pavilhão Prisional da PIDE em Luanda (1961) e a sua saída do Tarrafal (1972). A materialidade destes cadernos é composta por aproximadamente 2000 frágeis folhas manuscritas onde o autor anotou a sua visão do cárcere como observatório da nação angolana, manifestou os seus projetos políticos e literários, evidenciou o projeto comunitário de Angola como o veículo da união e resistência coletiva, expressou angústias e sonhos pessoais. Os Papéis de José Luandino Vieira são um sismógrafo excecional para mapear os espaços de detenção e confinamento construídos pelo colonialismo português, nos estertores da sua existência, perante a luta crescente dos movimentos de independência africanos em várias frentes: na clandestinidade, nas prisões, na guerrilha".²²

Em situação de privação da liberdade, a narrativa de experiência de vida assume um caráter testemunhal, mas também uma forte componente de militância e de afirmação da identidade, num movimento de resistência. Estes "Papéis da Prisão" dão conta dos dias passados na prisão durante os anos de 1962 a 1971, mas nada, ou quase nada referem dos períodos (1959 e 1961) em que foi preso pela PIDE em Lisboa, na cadeia do Aljube. Porventura por se tratar de uma experiência de tal forma traumática "que o autor não quis ou não foi capaz de rememorar por meio da escrita" (Vasconcellos, 2023: 18).

Podemos ver, nos exemplos anteriormente referidos, como a forma, a regulação e o desenvolvimento das narrativas de experiências de vida são amplamente determinados pelo trabalho interacional, pelo tipo de atividades em que os seus produtores estão comprometidos e pelos objetivos que perseguem. A sua prática resulta da conciliação da relação dialética entre duas forças aparentemente opostas, que Bourdieu (1983: 61) designa como "a dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade". Dito de outra forma, de como se concerta e articula, de forma local e individual, a força das estruturas sociais no "habitus linguístico", como

²¹ Tomamos como exemplo esta obra por nos parecer ser, efetivamente, ilustrativa de como, em situação de privação, as narrativas de experiências de vida em interação (o autor escreve dirigindo-se sempre a um interlocutor, Ermelinda da Graça, sua mulher) são 'espaço de tomada de voz', contra o 'silenciamento' imposto. E também por uma segunda razão, eminentemente subjetiva que, todavia, não nos parece despidianda, e que reside no facto de Luandino Vieira e o locutor A das cartas objeto deste estudo terem sido companheiros e amigos durante o tempo em que cumpriram o serviço militar obrigatório em Luanda (1958).

²² <https://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/destaques/2015/papeis-da-prisao> [25.02.2023]

“sistema de disposições duráveis e transponíveis que integram todas as experiências passadas e que funciona como uma *matriz de percepções, de avaliações e ações*” (Bourdieu, 1983: 65), com as condições do seu exercício num trabalho pessoal.

Analisar narrativas como *práticas discursivas* requer uma atenção crítica a estas duas dimensões interativas - “a estável e a nova” (De Fina, 2020: 4), ao modo como as práticas são implementadas por meio de estruturas específicas de participação e como se articulam com outras práticas em diferentes níveis e escalas (De Fina, 2020: 7). Tal noção abre caminho a novas perspectivas de análise que consideram as narrativas de experiências de vida como (De Fina, 2020: 5): i) construção emergente de significado interpessoal; ii) estruturas participativas polifônicas, inseridas nas práticas quotidianas e mobilizadas pelos participantes para a realização de ações sociais.

A primeira das características referidas remete para a “autoria colaborativa” (Ochs & Capps, 1996: 37) das narrativas e define-as como “conquistas interacionais” em que o alocutário está posicionado para contribuir para a construção do sentido narrativo (ignorando, questionando, refutando, provocando, criticando) e tem capacidade para levar o outro a rever o conteúdo da narrativa, de forma a garantir o reconhecimento, a aprovação ou a validação do seu interlocutor. A segunda característica adita à ideia anterior as dependências a que as narrativas estão sujeitas: os já referidos movimentos de resistência ou colaboração do interlocutor, mas também o contexto em que se inserem e, em última análise, a “imprevisibilidade do eu” (Ochs & Capps, 1996: 37).

Nesta linha de pensamento, De Fina & Georgakoupoulou (2008) defendem uma orientação que parte da análise interacional da narrativa e que conjuga a incorporação múltipla da narrativa em processos sociais, relações e discursos, diversos níveis e maneiras pelas quais as práticas de contar histórias impactam e são impactadas pelas múltiplas relações de poder. O estudo das narrativas de experiências de vida permite, desta forma, observar i) a construção de um discurso testemunhal em que a experiência individual se insere em eventos coletivos, resultando num “construto coletivamente partilhado” (Coelho & Almeida, 2022: 49); ii) a “dimensão intersubjetiva do discurso, demonstrando as interações entre o linguístico e o social e revelando a ancoragem dos fenómenos linguísticos nos contextos de uso” (Coelho & Almeida, 2022: 49).

A investigação que desenvolvemos é tributária desta orientação metodológica, propondo-se observar narrativas de experiências de vida que emergem em contexto

interacional e que são determinadas i) pelo conhecimento explícito e implícito dos participantes sobre regras, suposições e visões do mundo; ii) pela mobilização de universos de referência partilhados; iii) pelas características psicológicas e disposições emocionais inerentes a cada participante; iv) pelo contexto fraturante em que se realizam; v) pelos movimentos de resistência e de colaboração que permitem a gestão do conflito e a negociação dos “lugares de interação” (Kerbrat-Orecchioni, 1980; 2007; Almeida, 2005; 2012d; 2014).

II.2. O contexto de produção das narrativas de experiências de vida: processos de produção e de interpretação conjunta do discurso.

“O discurso como atividade condicionada e transformadora do contexto”
(Kerbrat-Orecchioni, 2007: 16)

O quadro teórico-metodológico adotado considera a análise das narrativas de experiências de vida não apenas como textos, passíveis de uma análise puramente formal, mas como práticas socioculturalmente moldadas e elaboradas interacionalmente em contextos locais específicos, na linha dos trabalhos desenvolvidos por De Fina & Georgakopoulou (2015). Esta perspectiva da Análise Conversacional e da Sociolinguística Interacional pressupõe uma atenção a dois níveis que agem de forma dinâmica: o nível local em que ocorre a interação (considerando que as narrativas se desenvolvem e emergem dentro de estruturas de participação específicas) e uma ênfase no “poder contextualizador” (De Fina & Georgakopoulou 2008: 385) das narrativas, uma vez que estas são moldadas por contextos, mas também criam novos contextos ao mobilizar e articular novas compreensões do mundo.

Numa obra intitulada “Manual de Análise Narrativa”, De Fina & Georgakopoulou (2015) reúnem um conjunto de estudos que documentam não apenas os meios multifacetados pelos quais as identidades são construídas interacionalmente no decorrer de uma narrativa, mas também a natureza polifacetada das próprias identidades narrativas, abrangendo histórias individuais e relacionais, agrupamentos sociais e culturais e, por último, mas não menos importante, as realidades físicas e materiais (De Fina & Georgakopoulou, 2015: 16).

Trata-se de uma abordagem teórica que evidencia o papel da comunicação interpessoal na constituição, promulgação e negociação de identidades, ou seja, que interpela a relevância da interação na criação do mundo pessoal e social, assim como a contribuição da linguagem nos processos socioculturais (De Fina, 2010: 264, tradução nossa). As narrativas são assim perspectivadas como importante local de articulação das identidades, proporcionando aos narradores uma ocasião para se apresentarem como atores em mundos sociais, ao mesmo tempo que negociam o seu *eu* atual com outros interactantes (De Fina, 2010: 275, tradução nossa).

A investigação realizada nesta direção (Wortham & Rhodes, 2015) considera as formas de interconexão entre eventos narrativos e narradores através de tempos e espaços. Estes autores defendem que os eventos narrativos devem ser estudados como cadeias ou trajetórias unidas por meio de processos discursivos que ligam eventos de fala uns aos outros, estratégias intertextuais (polifonia, discurso relatado, citações e referências) que demonstram a interconectividade entre um evento específico e outros elementos do contexto que o rodeia.

Uma compreensão mais profunda da contextualização das narrativas no espaço e no tempo exige que se aprofunde o trabalho crítico de estudar como as narrativas moldam e são moldadas por relações de poder e ideologias. Situam-se nesta linha os princípios metodológicos propostos por Kerbrat-Orecchioni (1995, 2007) para a análise das trocas conversacionais quotidianas, área em que se insere o presente estudo. De acordo com esta investigadora, importa, em primeiro lugar, basear a análise em dados autênticos, ou seja, as “trocas que ocorrem entre pessoas reais em situações reais” (Kerbrat-Orecchioni, 2007: 14). Trata-se de uma opção metodológica já preconizada em estudos amplamente desenvolvidos por Almeida (2012d) em contextos diversos como (i) os constituídos por conversas em programas de rádio em período noturno (Almeida, 2012d, 2013a, 2013b, 2015, 2021); (ii) narrativas de experiências de vida recolhidas no quadro de um projeto de investigação sociológica desenvolvido na região do Vale do Ave, Norte de Portugal (Almeida 2014, 2019); (iii) narrativas de experiências de vida de soldados portugueses mobilizados para a guerra no Ultramar (Coelho & Almeida, 2022), para referir apenas alguns.

Outros estudos se inscrevem no recorte das narrativas autênticas, tendo por base uma multiplicidade de contextos como os realizados por Visona (2022: 121-133), a partir de

chamadas de emergência dos membros da comunidade universitária para o número de emergência 911 (Estados Unidos e Canadá).

Na perspectiva da Linguística Interacional, os estudos de De Fina (2020) abordam a questão de contextualizar os dados da narrativa apontando em duas direções: por um lado, dando relevância à observação participante para fundamentar a análise da narrativa de entrevistas em contextos específicos; por outro lado, enfatizando a importância da reflexividade na pesquisa baseada em entrevistas (De Fina, 2020: 20).

Um segundo princípio metodológico apontado por Kerbrat-Orecchioni diz respeito à importância de se considerar a totalidade do material semiótico e os elementos relevantes do contexto em que esse material emerge, o que deve ser realizado observando duas dimensões: i) a linguística, que considera o contexto discursivo, endógeno ou sequencial e que é intrinsecamente da mesma natureza do próprio texto, isto é, o cotexto; e ii) o contexto externo e exógeno que vai da situação imediata para a sociedade como um todo através do nível intermédio do escopo que é o contexto institucional (Kerbrat-Orecchioni, 2007: 15, tradução nossa).

A noção essencial destacada nesta teorização – e mais relevante na perspectiva da investigação desenvolvida no presente estudo – é a de que o discurso é uma atividade que é tanto condicionada pelo contexto, quanto transformadora desse mesmo contexto (Kerbrat-Orecchioni, 2007: 16). Esta concepção dinâmica do contexto, que o mesmo é dizer, da ação mútua que, pela relação interpessoal, o texto e o contexto exercem um sobre o outro, resulta de forma decisiva nos processos de produção e de interpretação do discurso.

No campo da Linguística Interacional, a importância de que se reveste a informação sobre o contexto externo na análise interativa do discurso acolhe posicionamentos diversos. A perspectiva mais etnográfica da comunicação (Gumperz, 1982, 1989) considera ser pertinente uma análise preliminar do contexto que permita reunir o máximo de informação possível. Na ótica da Análise Conversacional (De Fina, 2010, 2020; Kerbrat-Orecchioni, 1980, 2007), o contexto representa um conjunto infinito de elementos, que não são todos interacionalmente relevantes, pelo que se deve privilegiar uma análise centrada nas informações endógenas.

A análise das interações conversacionais, objeto do presente estudo, adota o quadro teórico e metodológico da Linguística Interacional, destacando a dimensão acional da linguagem; a natureza interativa do discurso e a sua capacidade para agir sobre o outro –

considerando a conversação como um “acontecimento social que permite a integração dos falantes na *praxis* social” (Almeida, 2022: 132).

Atendendo ao caráter historicamente singular do contexto em que as narrativas aqui objeto de estudo emergem (a descolonização e a proclamação da independência de Angola), a investigação desenvolvida é tributária da abordagem da narrativa baseada na contextualização histórica e social (De Fina, 2020: 8), acomodando, complementarmente, metodologias que permitam a exploração de práticas específicas como:

a) o contexto de produção e os detalhes de interação do evento em que as narrativas são produzidas - o que compreende a forma como a história foi gerada e por quem, com que objetivos, a quem é dirigida, que tipo de estruturas de participação são promulgadas através dela, o tempo e o espaço em que a narrativa surge ancorada (De Fina, 2020: 9-17);

b) uma orientação para a totalidade do evento narrativo, considerando os formatos de produção e receção; absorção e formas de incorporação, mas também a sua “conectividade” (De Fina, 2020: 15), ou seja, a maneira como as narrativas se conectam umas com as outras, recuperam ou refletem vozes e temas (Bakhtin, 1984);

c) as condições de receção, sobretudo em situações de instabilidade emocional;

d) o papel da *doxa*, referências e conhecimentos linguísticos e socioculturais que os interlocutores devem partilhar para manter o “envolvimento conversacional” (Gumperz, 1989: 2).

No sistema de referências e de avaliações dessas referências que o discurso constrói, a partilha do “universo de saberes” que o locutor faz presidir “à produção (e à esperada receção-interpretação) do seu discurso” (Fonseca, 1992: 316) assegura a interpretação de sentido como uma construção conjunta realizada entre locutor e alocutário:

“[...] esta enciclopédia está aberta à abordagem de outros elementos, nomeadamente o sistema de referências e avaliações que vai ser construído no discurso – e os que estas ativam – e ainda os que decorrem da imagem que o locutor de si também vai construir nesse mesmo discurso e os que se vincula, correlativamente, à imagem que ele igualmente irá construir dos seus leitores.”

(Fonseca, 1992: 316)

A natureza dos processos interpretativos assenta no princípio da coerência, como “dimensão fundadora” (Fonseca, 1992: 317) de qualquer discurso, tanto ao nível da produção como ao nível da decodificação, permitindo ao alocutário de uma interação

“desenvolver os seus próprios esquemas interpretativos, reajustando as suas próprias intenções comunicativas às do locutor” (Almeida, 2022b: 252).

Sendo o significado uma construção orientada por princípios cognitivos e comunicativos²³, importa observar, recorrendo também à Linguística Cognitiva, de que forma os processos cognitivos e as representações mentais dos interlocutores condicionam a “realidade social da linguagem”, ou seja, “como é que se dá a interface entre o nível mental e individual e o nível intersubjetivo e social da linguagem” (Silva, 2019: 18).

Para procurar responder a esta questão, identificamos os três movimentos que se articulam na construção do sentido como determinantes para o sucesso comunicativo e o “envolvimento conversacional” (Gumperz, 1989), partindo dos pressupostos gerais, enunciados por Silva (2019: 18): “(1) a linguagem existe na mente individual, mas pertence à comunidade; (2) a linguagem é um meio de conhecimento partilhado e socialmente distribuído; (3) a linguagem é uma atividade intersubjetiva, histórica e socialmente variável; (4) a linguagem é um sistema dinâmico complexo.”

Reconhecemos um primeiro momento, constituído pelo ato de produção linguística, em que o locutor mobiliza esforços articulatórios e cognitivos, recorrendo a um conjunto de estratégias discursivas que possibilitam a partilha de experiências e de perceções, isto é, que cooperam na construção de “expectativas partilhadas”, de acordo com os efeitos que pretende produzir no seu interlocutor.

Um segundo momento, diz respeito ao contributo cognitivo do interlocutor, ou seja, aos processos cognitivos e sociais que este realiza para interpretar o conteúdo conceptual do enunciado do seu locutor e que são de natureza variável (com grau relevante de imprevisibilidade na interação) dado que revelam uma construção de sentido e uma perspetiva particular (“perspetivação conceptual”, Langacker, 1987, cf. também Silva, 2019: 19). A garantia do sucesso comunicativo está assim dependente da realização, por parte do interlocutor, de processos de inferência que alicerçam a realização de implicaturas conversacionais (Grice, 1975) e que permitem a interpretação dos valores ilocutórios indiretos das sequências de atos do discurso em interação (Almeida, 2022b: 253).

²³ Batoréo (2022) refere, a propósito da aquisição da linguagem: “O processo [de aquisição da linguagem] fundamenta-se, por conseguinte, nas capacidades gerais da mente humana e não numa suposta pré-programada capacidade universal específica. A primeira destas capacidades é a de reconhecer e definir padrões, encontrada igualmente entre os primatas. A segunda capacidade tem a ver com o reconhecimento e imitação por parte da criança da intenção comunicativa do outro, que é determinada culturalmente, o que implica a adaptação de carácter cultural e simbólico de quem adquire a linguagem” (Batoréo, 2022: 33).

Estes processos de “perspetivação conceptual” (Silva, 2019: 21) e de inferência são, em parte, universais, pois que envolvem capacidades cognitivas gerais e comuns, mas são também “condicionados por fatores linguísticos, discursivos, sociais, culturais e históricos e, conseqüentemente, sujeitos às respetivas variações” (Silva, 2019: 21) e mobilizam um conjunto diversificado de operações.

Um terceiro momento que diz respeito à coconstrução do sentido nas trocas interacionais e que se realiza na mútua influência entre os interlocutores; nas “diversas formas de controlo e de influência” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18) que os intervenientes ativam para a “construção coletiva” do sentido. Referimo-nos, neste momento, à dimensão retórica e social da comunicação, isto é, à procura de adaptação ao alocutário através de objetivos interacionais comuns. A construção de um “foco comum de atenção” (Goffman, 1986: 95), que se concretiza num mapa partilhado de intenções, interesses, atitudes, tarefas, crenças, projetos e expectativas e às adaptações e reformulações que o locutor vai realizando para se ajustar às expectativas do interlocutor, acomodando as suas respostas ou “sinais de escuta” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18), como “reguladores” ou “construtores” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 72) da relação interpessoal (cf. Almeida, 2012d).

Incluem-se como “reguladores” da interação, para além das estratégias discursivas que iremos identificar mais adiante, o que Gumperz designa como “pistas de contextualização” (Gumperz, 1989: 211), isto é, ‘instruções de uso’ transmitidas através de um conjunto de sinais verbais e não verbais que ligam o que se diz a um momento determinado, a um lugar específico e ao conhecimento do mundo dos interlocutores. Gumperz refere-se concretamente à prosódia e à escolha de um código entre as opções disponíveis no repertório linguístico dos falantes. Incluem-se ainda, nestas pistas, a escolha de expressões metafóricas e as rotinas de abertura e fecho da interação (cf. também Almeida, 2012d). Servem estas “pistas de contextualização” para esclarecer, confirmar ou contestar, pôr em destaque determinadas sequências fonológicas ou lexicais (Gumperz, 1989: 212) e funcionam como pressupostos sobre os quais os interlocutores se apoiam para manter o “envolvimento conversacional” (Gumperz, 1989: 212).

A noção de *contextualização* de Gumperz deve ser entendida como o processo pelo qual as pressuposições contextuais são evocadas. Tem por referência uma teoria da interpretação (Gumperz, 1989: 211) que se baseia fundamentalmente no pressuposto de que

i) a interpretação situacional de qualquer enunciado é sempre uma questão de inferência. Essa inferência é baseada em suposições e, portanto, conjectural e não assertiva, ou seja, trata-se de tentativas de avaliar um caráter hipotético da intenção comunicativa que só pode ser validado em relação a outros pressupostos básicos, e não em termos de valor de verdade absoluta;

ii) essas suposições básicas são socialmente construídas como parte do processo de conversação. As interpretações são, de facto, o resultado de uma colaboração e são, no sentido literal, limitadas por práticas e estilos conversacionais.

De acordo com Almeida (2014), no âmbito do trabalho de construção e de interpretação do sentido, é importante demonstrar como funciona o trabalho do alocutário:

“No sistema de referências e de avaliação dessas referências que o discurso em interação constrói, o contributo do alocutário é determinante na construção do sentido e a coordenação simétrica de sentidos entre os dois interlocutores é um requisito essencial para o sucesso da comunicação”. (Almeida, 2014: 32).

A narrativa de experiência de vida é, como já referimos, fortemente influenciada ou regulada pelo meio sociocultural em que é codificada, mas é-o igualmente pelo ambiente linguístico (Crystal & Altarriba, 2015), ou seja, o sentido resulta da maneira como os interlocutores, em cada ato de linguagem “colocam o discurso em situação” (Rodrigues, 2005: 22). Convoca, desta forma, uma análise que deve considerar o sentido, mas também o referente; a competência linguística, mas também a competência comunicativa sobre a qual aquela se articula; a mensagem, mas também o contexto em que se insere e os efeitos que pretende obter.

Complementarmente, na presente análise, integramos também a perspetiva da Linguística Cognitiva, considerando a interpretação da cognição como “cognição social” ou “cognição situada”, tal como é descrito por Silva (2019: 23):

“A cognição é situada, já que a atividade cognitiva tem sempre lugar num contexto sociocultural; a cognição é distribuída, pela repartição do esforço cognitivo entre dois ou mais indivíduos e entre eles e os seus instrumentos cognitivos; a cognição é sinérgica, como atividade de colaboração entre indivíduos, não só sincrónica, mas sobretudo sócio-histórica, cujos mecanismos são a imitação e os recentemente descobertos neurónios espelho. A perspetiva da cognição social faz, assim, a síntese do individual e do coletivo, do pensamento e da ação, do neuronal e do cultural, do cognitivo e do social, da mente e da comunidade.”

Estudos recentes desenvolvidos nas áreas das Ciências da Linguagem, da Psicologia e da Neurologia (cf. Silva, 2019: 23), exploram a “situacionalidade sociocultural da cognição” (Silva, 2019: 23). Procuram comprovar a existência do que designam como “cérebro social” assente na evidência de que “mentes individuais e processos cognitivos são configurados por interações sociais e culturais” (Silva, 2019: 23).

Também na área da Sociolinguística Interacional, Tannen (1990) tem analisado as conversas quotidianas e os seus efeitos nos relacionamentos, considerando que a “vida de cada pessoa é vivida como uma série de conversas” (Tannen, 1990: 5). A sua pesquisa empírica e reflexiva visa demonstrar que homens e mulheres têm estilos de conversação distintos (ainda que igualmente válidos, lógicos e razoáveis), que refletem esquemas de pensamento diferenciados. Embora ressalvando que a categorização dos indivíduos é sempre redutora e que a generalização mais não faz do que identificar semelhanças, ocultando diferenças, os dados autênticos que recolhe (conversas quotidianas entre homens e mulheres) permitem-lhe identificar *estilos de conversação* distintos, por vezes contrastantes. Do seu ponto de vista, a forma desigual como homens e mulheres expressam os seus pensamentos e sentimentos reflete esquemas distintos de pensamento e está alicerçada num quadro conceptual de valorização desigual das noções de intimidade e independência: “as mulheres falam e ouvem uma linguagem de conexão e intimidade, enquanto os homens falam e ouvem uma linguagem de *status* e de independência” (Tannen, 1990: 18, tradução nossa).

Para esta investigadora, se pudermos compreender as diferenças com base no estilo de conversação, estaremos em melhor posição para enfrentar conflitos de interesses e evitar que tentativas sinceras de comunicação sejam frequentemente confundidas e resultem em mal-entendidos (Tannen, 1990: 5).

No quadro da investigação local que desenvolvemos (trocas epistolares entre marido e mulher), a leitura do material empírico revela claramente que os interlocutores assumem estilos de conversação distintos, não raras vezes geradores de mal-entendidos, intensificadores da ameaça à *face* dos interlocutores e disruptores da relação interacional. Diferentes “estilos conversacionais” (Tannen, 1990), ou diferenças nas “convenções de contextualização” (Gumperz, 1989: 230) impedem os interlocutores de reconhecerem que as suas perspetivas são díspares, daí resultando falhas na comunicação e, por vezes, o fracasso das tentativas de reparação que mais se agrava do que se resolve na continuidade da interação. Tanto mais que, na ‘conversa’ epistolar, não podem ser mobilizadas algumas

das *pistas de contextualização* (como os gestos, ou a prosódia) que contribuem de forma relevante para a cooperação interpessoal.

Resultam as referidas diferenças de estilo, certamente de influências múltiplas como a profissão, a formação, ou o modelo educativo a que se associam características de personalidade, interesses e posicionamentos individuais. Mas exigem um esforço de equilíbrio contínuo e permanente de gestão das necessidades e opções conflitantes, essencial para que o mundo em geral e a interação em particular se torne um “território mais familiar” (Tannen, 1990: 21, tradução nossa).

A verdade é que todos queremos ser ouvidos, mas não apenas ser ouvidos, queremos ser compreendidos, queremos que o “espaço da interação” (Gumperz, 1982; Almeida, 2005) seja um espaço de escuta e acolhimento, queremos receber a atenção do nosso interlocutor e estarmos protegidos da perplexidade e da crítica. Esta evidência interpela a necessidade de encontrar uma linguagem compartilhada que permita abrir “linhas de comunicação” e negociar a coconstrução do discurso em interação.

A Linguística Interacional atribui centralidade a um conjunto de estratégias discursivas que operam simultaneamente na cooperação interpessoal e na construção do sentido, como adiante veremos.

II.3. O contexto de receção das narrativas de experiências de vida: ‘condições mínimas’ e constrangimentos; estratégias discursivas e convenções interpretativas; princípios de influência e regulação.

“Habitar o mesmo mundo do discurso”

(Tannen, 2007: 29)

“[...] a linguagem é, antes de mais, prática discursiva, produção de enunciados com sentido, intimamente associada a um processo interlocutivo, inscrita numa prática concreta de troca de palavra entre interlocutores. Se a língua é um sistema, importa compreender como é que os falantes fazem uso dele e a sua relação com a prática discursiva.”

(Rodrigues, 2005: 17-18)

Destacando o facto de o significado “não ser estático, mas dinâmico”, “construído no conhecimento enciclopédico e configurado em feixes de conhecimento ou domínios” e “corporizado nas necessidades, nos interesses e nas experiências dos indivíduos e das

culturas”, Silva (2006) defende uma “conceção *processual* da significação” (Silva, 2006: 59). Refere, a este propósito, o conceito de *sentido* que Geeraerts (2006) ilustra a partir da “metáfora do holofote”:

“[...] em cada utilização de uma palavra, é ‘iluminada’ determinada porção particular do seu domínio de aplicação; o número de porções que podem ser iluminadas não é determinado, mas também não é infinito, sendo que algumas são preferenciais. Quer isto dizer que os sentidos de um determinado item são essencialmente interpretações que surgem de um contexto particular, mas em que alguns (os sentidos prototípicos) são a perspectiva interpretativa para outros.”

(Silva, 2006: 60)

Em linha com a análise da significação, considerando o sentido como situado e atualizado na forma como avaliamos o que estamos a ouvir (ou a ler), abordaremos as estratégias discursivas que cooperam na coconstrução do sentido do texto epistolar, enquanto texto dialógico e conversacional.

Partimos da perspectiva de Charaudeau (1995: 2, tradução nossa) de que as trocas interacionais se realizam com base em quatro princípios:

i) o princípio da alteridade na interação (que estipula o “reconhecimento-legitimação recíproco dos parceiros entre si como a base do aspeto contratual do dispositivo sociolinguístico”);

ii) o princípio da relevância (“que afirma que os parceiros do ato de fala devem ser capazes de reconhecer os universos de referência que são objeto da transação linguística, ou seja, devem poder partilhar - o que não significa necessariamente adotar - o conhecimento contido no ato de fala em questão: conhecimento sobre o mundo, sobre valores psicológicos e sociais, sobre comportamentos”);

iii) o princípio da influência (que “postula que todo o sujeito que produz um ato de fala visa atingir o seu parceiro para o fazer agir, ou para influenciar o seu pensamento”);

iv) o princípio da regulação (que pressupõe que, “para que a interação tenha sucesso e não termine em confronto ou rutura, é necessário que os interactantes regulem o jogo de influências e de contra influências”).

Abordaremos em primeiro lugar o “princípio da alteridade”, que afirma, na proposta teórica de Charaudeau (1995: 3) como ‘condições mínimas’ necessárias para que o ato de fala seja válido, isto é, para que possa produzir efeito comunicativo, i) “a condição de legitimidade” (Charaudeau, 1995: 4) que consiste no reconhecimento, entre os

interlocutores, do ‘direito a falar’ e ii) a condição de “credibilidade” (Charaudeau, 1995: 4). Esta é também a condição essencial do ato de fala apresentada por Searle (2009) e retomada por Attal (1976) e Almeida (2014): a validade da asserção depende da confiança que o auditório concede ao locutor e à credibilidade que atribui ao que é dito no conteúdo proposicional (Almeida, 2014: 3).

Acrescenta ainda, a este propósito, Charaudeau (1995):

“[...] o princípio da alteridade afirma que qualquer ato de fala é um fenómeno de troca entre dois parceiros (estejam estes presentes, ou não) que devem reconhecer-se semelhantes e diferentes. Semelhantes porque, para que a troca ocorra, eles devem ter em comum universos de referência (conhecimentos compartilhados) e objetivos (motivações comuns); diferentes porque o outro só é perceptível e identificável na sua dissimilaridade (alteridade), e cada um desempenha um papel particular [...]. Assim, esse princípio diz que cada um dos parceiros está comprometido num processo recíproco (mas não simétrico) de reconhecimento do outro, legitimando-o ao mesmo tempo no seu papel, condição de validação do ato de fala.” (Charaudeau, 1995: 2-3, tradução nossa)

Complementarmente, Tannen (2007) realça que a participação na conversa não é meramente uma questão de compreensão passiva, não basta decifrar o sentido do enunciado, é preciso ser capaz de decifrar o que foi dito, mas também de prever os rumos prováveis de desenvolvimento do discurso interativo.

“[...] a conversa não é só uma questão de duas (ou mais) pessoas que assumem alternadamente o papel de falante e ouvinte, já que tanto o falar como o ouvir incluem elementos e traços do outro. Ouvir, nesta perspetiva, é um empreendimento ativo e não passivo, exigindo uma interpretação comparável à que é exigida para falar, e falar implica projetar o ato de ouvir.” (Tannen, 2007: 27, tradução nossa)

Definido desta forma, o ato de fala assume-se como um “contrato de comunicação” (Charaudeau, 1995: 5) que, todavia, compreende dois espaços: um “espaço de constrangimento” (Charaudeau, 1995: 4), que inclui os dados ‘mínimos’ já anteriormente referidos, mas também um “espaço de estratégias” (Charaudeau, 1995: 4), correspondente à seleção de recursos linguísticos que, individualmente, cada interlocutor pode realizar para satisfazer a sua intenção de comunicação.

Compartilhar convenções comunicativas, ou “habitar o mesmo mundo do discurso” (Tannen, 2007: 29) e desempenhar um papel ativo e ‘observável’ na interação constituem

assim, na perspectiva partilhada por Tannen (2007) e Gumperz (1982), condições para o “envolvimento conversacional” (Goffman, 1981; Gumperz, 1982; Tannen, 2007) como “resultado feliz” (Tannen, 2007: 26, tradução nossa) da inferência conversacional. Entendida como a capacidade de inferir, globalmente, sobre o que trata a interação, o que cada enunciado significa e o que se espera que seja a participação dos interlocutores, o seu sucesso está dependente da partilha das *convenções interpretativas*. Quando esta condição não se realiza, isto é, nas interações em que os sistemas de sinalização diferem entre os interlocutores, os processos interpretativos tornam-se problemáticos (Tannen, 2007: 26) e potencialmente geradores de conflito ou rutura na interação.

No sistema de referências e de avaliação dessas referências que o discurso constrói, importa, por conseguinte, observar as estratégias discursivas que possibilitam a partilha de experiências e de perceções, que Charaudeau (1995: 4) designa como “condições de captação” (englobando os princípios de influência e regulação). Partindo deste quadro teórico, consideraremos a interação, em geral, como “jogo de recíproca influência entre locutor e alocutário” (Almeida, 2014: 1) e as narrativas de experiências de vida, em particular, como “resultado do trabalho colaborativo na construção conjunta do sentido” (Almeida, 2019: 239).

II.4. Estratégias discursivas de construção do texto epistolar: as narrativas de experiências de vida.

“Criar um espaço colaborativo de consenso”
(Almeida, 2010: 140)

Tannen (2007: 32) identifica estratégias que trabalham principalmente (ainda que não exclusivamente) ao nível do som e estratégias que trabalham essencialmente (mas nunca exclusivamente) ao nível do significado e do sentido. Nas primeiras, inclui o ritmo, padrões baseados na repetição e variação (de fonemas, morfemas, palavras, colocações de palavras e sequências de fala mais longas) e figuras de linguagem (muitas das quais também são figuras repetitivas). No segundo grupo, considera a indireção, a elipse, os tropos, o diálogo, as imagens e a narrativa.

Dado que nos ocupamos da análise do texto epistolar, iremos centrar-nos nas estratégias que operam ao nível do significado e do sentido: analisaremos as estratégias discursivas que são possíveis de identificar no texto escrito, em particular nos marcadores linguísticos que denotam estratégias de envolvimento conversacional, na linha dos trabalhos desenvolvidos por Almeida (2011, 2013a, 2014, 2019 e 2021) e Tannen (2007).

Ao longo de seis anos em que os locutores reiteradamente afirmam a determinação em permanecer em Angola, o apelo ao regresso a Portugal, a produção, a compreensão, a conexão e a interação realizam-se muito por força da repetição que envia uma “metamensagem de envolvimento” (Tannen, 2007: 61). Com efeito, repetir as palavras (suas ou do seu interlocutor) realiza, na perspetiva de Tannen (2007), uma conversa: expõe a resposta de alguém ao enunciado do outro, mostra a aceitação dos enunciados do alocutário, confere um caráter de familiaridade e dá evidência da própria participação.

A repetição de palavras, expressões ou sequências discursivas em diferentes momentos da interação identifica padrões de discurso partilhados pelos interlocutores. Desempenham uma dupla função na interação: uma função “organizacional” (Norrick, 2018: 128, tradução nossa) e uma função de “focagem textual” (Norrick, 2018: 128, tradução nossa) no sentido em que destacam os “pontos focais” (Norrick, 2018: 128, tradução nossa) da narrativa conversacional. As repetições não só unem partes do discurso (sincronicamente, no seu ambiente discursivo e diacronicamente no texto anterior), como também ligam os participantes ao discurso entre si, interligando falantes individuais numa interação. Colaboram, desta forma, no trabalho de construção de sentido, assegurando a *coerência* como dimensão fundadora do discurso “tanto ao nível da sua produção como ao nível da sua decodificação, atuando como princípio interpretativo básico” (Fonseca, 1992: 317). Mostram, assim, que “os participantes estão conjuntamente envolvidos e comprometidos com a interação” (Almeida, 2019: 246). No contexto específico do *corpus* objeto deste estudo, cumprem simultaneamente uma dupla função conflituante de o locutor preservar a sua *face* positiva (a necessidade de ser aceite nas opções de vida que definiu como as situacionalmente mais adequadas) e a *face* negativa dos interlocutores (a necessidade de conciliar, não impondo perspetivas diferentes).

Nas cartas em análise, os autores realizam a gestão discursiva articulando um eixo de oposições entre a repetição expressa das suas posições e a capacidade de transmitir significado não declarado, ou seja, o que esperam que seja entendido pelos seus

interlocutores sem que seja necessário dizê-lo de forma explícita. Trata-se de um processo que Tannen (2007: 38) designa como “indiretividade” cujo propósito concorre para o reforço do envolvimento conversacional através da participação conjunta de criação de sentido. Responde igualmente a um duplo objetivo: salvar a face se uma contribuição de conversação não for bem-recebida e alcançar o sucesso que consiste em ser entendido sem dizer explicitamente o que se quer dizer. Tannen (2007) adita ainda a ideia, que nos parece pertinente no quadro de trocas interacionais na esfera privada, que:

“[...] um enunciado diz mais do que diz, faz a mediação entre o passado e o futuro, transcende o pensamento consciente do falante, ultrapassa o seu controle manipulativo e cria na mente do ouvinte mundos imprevisíveis. Dentro da infinidade do ‘não dito’, o falante e o ouvinte, por um ato conjunto da vontade, dão vida ao que foi ‘dito’.” (Tannen, 2007: 38, tradução nossa)

É deste “ato conjunto da vontade” (produção e interpretação) que se constrói efetivamente a coerência do discurso, o qual, por sua vez, se desenvolve, na perspectiva de Fonseca (1992), que adotamos, em torno de organizadores de ordem semântica e ilocutória/perlocutória articulados num eixo de contraposições. Fonseca identifica (1992: 318) contraposições entre i) “momentos temporais (um tempo do passado, do *Então* e um tempo do presente, do *Agora*”; ii) “atitudes modais de distanciamento ou de adesão face aos estados de coisas sucessivamente configurados”; iii) “valores (com destaque para *estabilidade* e *sucesso*”); iv) “atitudes modais e avaliações axiológicas a respeito de estados de coisas e valores”; v) “vozes, a do locutor e a voz dos outros que ele põe em causa”; vi) “avaliação e atitudes aplicadas a estas vozes”.

Referimos explicitamente estes *eixos organizadores do discurso* pela sua consistência no quadro das narrativas de experiências de vida que analisamos. Com efeito, situadas num contexto de grande instabilidade e insegurança, as trocas epistolares objeto de estudo são fortemente marcadas por um carácter de polemicidade que é gerido através de sucessivos movimentos discursivos de natureza argumentativa e contra-argumentativa, numa “estratégia argumentativo-retórica de persuasão” (Almeida, 2019: 245). Os recursos linguísticos mobilizados pelos interactantes realizam atos de asserção, de crítica e de ameaça que visam modificar a “visão do mundo do alocutário” (Almeida, 2014: 3), ou seja, alterar os seus “estados epistémicos, emocionais e comportamentais” (Almeida, 2014: 10). Trata-se de atos orientados intencionalmente para um efeito persuasivo, que, todavia, ocorrem entre interlocutores com elevado grau de proximidade e de interconhecimento, circunstância

que torna o discurso um exigente e permanente exercício de gestão da gravidade das questões abordadas e, conseqüentemente, de preservação da ameaça à face do locutor e do seu alocutário.

A análise que desenvolvemos, na linha dos trabalhos de Almeida (2011, 2013, 2014, 2019, 2021), acolhe também os contributos da Pragmática Conversacional (Fraser, 2010; Caffi, 1999; Heritage, 1984) e da Análise do Discurso (Charaudeau, 1995) e considera:

- i) o uso de intensificadores do discurso como reforço da eficácia argumentativa (Almeida, 2019: 254);
- ii) a ocorrência de sequências de justificação através das quais os falantes constroem identidades e “invocam lugares-comuns para lidar com os dilemas” (Almeida, 2019: 239);
- iii) o papel interacional dos marcadores de imprecisão nas respostas seguidas de justificações, como marcadores ao serviço da mitigação dos valores e das obrigações epistémicas (Almeida, 2019: 241; Caffi, 2000: 96);
- iv) a coocorrência, no mesmo enunciado, de fenómenos linguísticos de intensificação e de mitigação (Almeida, 2019: 245).

Esta última estratégia discursiva referenciada – a coocorrência, no mesmo enunciado, de fenómenos linguísticos de intensificação e de mitigação – remete para a necessidade, sempre evidenciada pelos interlocutores, de (re)estabelecer o equilíbrio conversacional e ativar uma retórica de consenso (Almeida, 2014: 39-40). Se é certo que os interlocutores assumem pontos de vista distintos sobre o evoluir da situação política e opções desiguais relativamente ao futuro individual, tais divergências convergem de forma inequívoca e contínua para a afirmação permanente dos laços afetivos que os unem. Neste quadro, a aceitação da noção de que as narrativas de experiências de vida incorporam uma preocupação com o estabelecimento de um “espaço interativo estruturado pelo trabalho colaborativo” (Almeida, 2019: 267, tradução nossa) convida à investigação das práticas constituintes que cooperam para a construção de um “espaço de intersubjetividade” (Heritage, 1984: 311). Destacamos, assim, a investigação de Carla Aurélia de Almeida sobre o estudo da construção das narrativas de experiências de vida que irrompem em diferentes contextos interacionais, identificando em particular:

- i) os comentários avaliativos que orientam os interlocutores para um mais claro enquadramento do que se está a narrar (Almeida, 2011: 37);

- ii) estratégias de atribuição de credibilidade e de legitimação (Almeida, 2021: 54);
- iii) comentários metadiscursivos que revelam uma atitude de escuta atenta e ativa (Almeida, 2021: 49);
- iv) a construção de uma identidade discursiva e a criação de um discurso vivido e testemunhal ancorado na situação enunciativa e incorporando (1) segmentos em discurso direto, segmentos no presente do indicativo, referências deíticas (Almeida, 2011: 45); (2) imagens e representação dos eventos como cenas (Tannen, 2007: 42);
- v) asserções de continuidade regidas por digressões temáticas que ocorrem em registo mais informal e denotam conhecimento partilhado de um conjunto de referências (Almeida, 2011: 42);
- vi) estratégias discursivas de concordância e estratégias discursivas de continuidade (Almeida, 2010: 140);
- vii) estratégias de alinhamento que visam enfatizar o tema da conversa (Almeida, 2021: 48);
- viii) ocorrência de perguntas-*tag* com sequências de justificação como formas de mitigação do conteúdo proposicional e de apelo ao consenso (Almeida, 2014: 8);
- ix) pré-sequências de justificação em intervenções diretivas como estratégia de alinhamento (Almeida, 2019: 252);
- x) aspetos formais específicos (repetições e enunciados em simultâneo) como estratégia de cooperação e/ou colaboração (Almeida, 2011: 37);
- xi) uso de mitigadores em asserções com avaliação axiológica negativa com vista a reduzir as obrigações epistémicas expressas no conteúdo proposicional, preservar a face dos interlocutores e manter o equilíbrio interacional (Almeida, 2014: 11).

Para além do destaque nas regularidades discursivas ou “fenómenos prototípicos das narrativas interativas” (Almeida, 2021: 53), anteriormente referidos nos trabalhos de Almeida (2010, 2011, 2014 e 2019), salientamos também o contributo da estratégia da mitigação, quando combinada com a empatia e a tomada de perspetiva, fenómenos negociados interacionalmente, para a construção do espaço intersubjetivo.

Na literatura, a revisão do conceito de *mitigação*, enquanto estratégia multidimensional, permite perspetivar a sua dimensão cognitiva e a sua dimensão linguística (como expressão marcada para aumentar a vagueza do conteúdo proposicional, atenuando as potenciais ameaças à face dos interlocutores) e, em particular, a sua dimensão retórico-social, ajustando-se ao alocutário e às expectativas geradas por este, na busca de objetivos interacionais. Na interação em geral e nas narrativas de experiências de vida em que os participantes se encontram em situação de dramática fragilidade, em particular, todo o enunciado que contraria as expectativas do interlocutor é suscetível de produzir um efeito de indelicadeza (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 84).

A Linguística Conversacional tem promovido uma importante investigação centrada no funcionamento dos mecanismos de delicadeza mobilizados durante a interação. A partir dos estudos seminais de Brown & Levinson (1987), tributários do modelo de Goffman (1967), a teoria da delicadeza é tratada como um conjunto de procedimentos que permitem conciliar o desejo mútuo de preservar as faces dos interlocutores, com o facto de muitos atos realizados durante a interação comportarem um forte potencial de ameaça às faces dos participantes em ‘presença’ (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 74). Desenvolvem-se, a partir desta ideia, as noções de ‘faces’ (negativa e positiva) de FTAs (atos de ameaça), de *face want* (desejo de preservar as faces) e de *face work* (trabalho de figuração com o qual se identifica a delicadeza).

Não sendo de natureza estritamente linguística, a delicadeza tem sido estudada (Goffman, 1967; Brown & Levinson, 1987; Culpeper et al., 2003; Bousfield, 2008; Kerbrat-Orecchioni, 2002, 2010, 2011; Almeida, 2009, 2010, 2012b, 2013b) como um dos aspetos importantes no funcionamento do discurso e, em particular, do discurso interativo. O modelo de Brown & Levinson, amplamente generalizado e adotado, tem sido, todavia, sujeito a críticas, sobretudo pelo enfoque que confere à presença da delicadeza “negativa” (de evitação da ameaça), considerando que a cultura ocidental ativa predominantemente atos potencialmente ameaçadores para as faces dos interlocutores.

Importa, na perspetiva de Kerbrat-Orecchioni (1995) que partilhamos, acrescentar ao modelo de Brown & Levinson a noção de anti-FTA, isto é, atos positivos como, por exemplo, os atos ‘confirmativos’ já referenciados por Goffman (1967), cuja função é preservar e mesmo valorizar a *face* do interlocutor (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 75). De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1995), a ‘delicadeza negativa’ é de natureza “abstencionista” ou

“compensatória” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 76, tradução nossa). Consiste em evitar produzir um FTA ou em suavizar os atos potencialmente realizadores de FTA (ameaças à *face*); enquanto que a ‘delicadeza positiva’ é de natureza “produtiva” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 76, tradução nossa), realizando atos anti-FTA à *face* negativa e positiva do alocutário. Kerbrat-Orecchioni sinaliza ainda a evidência de que toda a teoria da delicadeza é, ao mesmo tempo, uma teoria da indelicadeza, podendo realizar-se de forma positiva ou negativa (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 77).

Para além de outras questões como as infrações às regras das convenções sociais e transgressões atinentes à manipulação de pressupostos e de processos argumentativos, a teoria da delicadeza, ativando expressões intersubjetivas, convoca a reflexão sobre as relações que se estabelecem entre conceptualizadores e objetos de conceptualização e sobre o contributo cognitivo do alocutário na construção dos processos de inferência conversacional.

Outros investigadores (Matsumoto, 2003, por exemplo) questionam o modelo universal da delicadeza proposto por Brown & Levinson, contestando a ideia de que a ameaça da *face* do outro seja universalmente entendida da mesma forma. Na perspetiva de Matsumoto (2003), a variabilidade cultural pode atribuir a um ato específico diferentes graus de ameaça feita à *face* positiva e negativa. As observações realizadas por este investigador sugerem que os constituintes de *face*, ou seja, os objetos de interesse das pessoas na troca conversacional, são culturalmente variáveis e dependentes (Matsumoto, 2003: 1517). Esta perspetiva considera que uma estrutura para a análise dos fenómenos da delicadeza inclui um espectro de estilos que podem ser escolhidos de acordo com a cultura e a situação (Matsumoto, 2003: 1517).

Apesar de assumirem perspetivas desiguais de abordagem, os teorizadores (Goffman, 1967; Brown & Levinson, 1987; Kerbrat-Orecchioni, 1995; Matsumoto, 2003) parecem ser unânimes em relação a um ponto: a delicadeza tem como função principal reduzir as tensões e os conflitos que ameaçam a relação interlocutiva (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 85, tradução nossa). A verdade é que o exercício de interação se joga no eixo de articulação entre dois requisitos de difícil gestão, sobretudo quando realizado entre interlocutores com elevado grau de proximidade afetiva: o desejo ou necessidade de não contrariar as expectativas do alocutário e a obrigação ‘contratual’ de se exprimir com sinceridade.

Sendo o trabalho interacional particularmente delicado e repleto de potencial de conflito (Locher, 2005), mais difícil se torna quando, como é o caso das trocas epistolares objeto deste estudo, os interlocutores estão em situação de volubilidade emocional e relatam eventos traumáticos. Importou-nos, por isso, também observar o papel da emoção no quadro do trabalho interacional (Almeida, 2022b).

Conceptualizações inatas e universais da experiência corporal humana ou construções culturais estabelecidas por determinado grupo social, as emoções têm sido objeto de estudo de diferentes áreas científicas como as neurociências, a psicologia, a sociologia e a linguística. Em estudo publicado em 2022, Silva desenvolve a ideia de que “as emoções têm uma base neurológica, mas são social e culturalmente construídas” (Silva, 2022: 50). Tomando em consideração esta perspectiva, analisamos as atitudes de distanciamento ou envolvimento emocional dos locutores em relação aos eventos narrados, identificando, em particular, os mecanismos discursivos baseados na expressão da metáfora conceptual, cognitivamente entendida como uma necessidade para exprimir emoção, na linha dos trabalhos desenvolvidos por Silva (2006, 2022), Batoréo (2004), Tannen (2007) e Almeida (2013b, 2022b).

Num perturbador contexto de desassossegos múltiplos, a gestão das emoções realiza-se no território afetivo da escrita que se acomoda em envelopes selados na urgência de instantes de proximidade.

II. 5. Contributos para uma definição do género epistolar.

“[...] un écrit qu'on envoie à un absent pour lui faire entendre sa pensée avec ses caractères.”

(Dictionnaire Universel de Furetière, 1690, cf. Ferreyrolles, 2010: 5)

As teorizações sobre o modelo de descrição dos géneros discursivos apontam perspectivas diversas, na dependência da área de investigação e das disciplinas linguísticas em que se inserem: Linguística Textual e, em particular, Análise Textual dos Discursos (Adam, 2001, 2012); Análise do Discurso (Maingueneau, 1995, 1998) ou Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1996). De acordo com o contributo do fundador Bakhtin (1984), podemos considerar que a descrição de qualquer género passa necessariamente pela

descrição de três componentes que o integram: conteúdo temático, construção composicional e estilo.

Em 1989, Petitjean reflete sobre os contributos da Sociologia Cultural, da Psicologia Cognitiva e da Linguística (Petitjean, 1989: 88-93) na descrição das classificações de texto. Se a primeira realiza uma observação de tipo etnográfico e cultural dos modos de consumo dos textos e uma reflexão crítica sobre o carácter “constituente” dos géneros (Petitjean, 1989: 88, tradução nossa), a segunda interessa-se pela forma como a organização textual se efetiva através de três tipos de atividades: atividades de compreensão, atividades de produção e atividades de classificação (Petitjean, 1989: 92, tradução nossa). Na perspetiva da linguística, considera a multiplicidade e a diversidade de fatores que caracterizam e condicionam os textos e propõe a seguinte classificação:

“São verbalizações orais ou escritas, emitidas em situação, ou seja, realidades semióticas complexas e multidimensionais. Uma vez que os textos são estratificados em diferentes níveis, é possível encontrar neles propriedades comuns muito heterogéneas e um número incalculável de combinações possíveis.” (Petitjean, 1989: 93-94, tradução nossa)

A partir desta categorização dos géneros como classificações heterogéneas, Petitjean sistematizou os “critérios internos e externos” em que se alicerça a sua definição, considerando “centros classificatórios” tão distintos como o conteúdo temático, a organização global e a organização local, o modo de enunciação, o modo comunicacional, a intenção comunicativa, a estratégia ilocucionária, o destinatário, o modo de socialização, os índices paratextuais e o suporte (Petitjean, 1989: 94, tradução nossa). Em linha com a proposta de Petitjean, Silva (2012) acrescenta que, dado o seu “carácter multifacetado” (Silva, 2012: 21), “os textos podem ser perspetivados a partir de pontos de vista muito diversos, focando dimensões diferentes: umas estritamente linguísticas, outras de natureza extralinguística” (Silva, 2012: 21).

Em 1995, Dominique Maingueneau começou por considerar o estatuto dos enunciadores e coenunciadores, assim como o espaço e o tempo da enunciação, os temas abordados e o modo de organização como fatores de definição de um género. Destaca o carácter heterogéneo do discurso e a conexão entre operações de linguagem e espaço institucional. A situação de enunciação é construída como uma “cenografia” (Maingueneau, 1995: 120), em que as formas enunciativas cumprem a dupla função de intervir num universo que, simultaneamente, representam, modelam e legitimam.

Em trabalhos posteriores (Maingueneau, 1998), o autor introduziu ligeiras formulações, retendo as seguintes componentes de género: a finalidade que se pretende atingir com o texto; o estatuto socioprofissional dos interlocutores envolvidos na interação; o tempo e o espaço em que o texto é produzido; o suporte material em que o texto circula; a organização textual (o modo como o texto é segmentado; a distribuição de conteúdos; a tipologia das sequências textuais; aspetos de natureza estilística como as escolhas lexicais ou sintáticas).

Reportando-se explicitamente ao contributo de Maingueneau, Adam (2011b) propõe um alargamento das componentes referidas para dar relevância às componentes internas. Assim, categoriza a classe genérica em que é possível inserir um determinado texto com base nas seguintes componentes: componente enunciativa, componente pragmática, componente composicional, componente semântica, componente estilístico-fraseológica, componente material, componente metatextual e componente peritextual.

Adam (1998) cita Gustave Lanson (1895)²⁴ para reafirmar a relevância das condições pragmáticas da enunciação. Para Lanson, como para Albalat (2000), são sobretudo “as circunstâncias da interação sociodiscursiva que ditam as regras de escrita de cada carta” (Adam, 1998: 39). Na perspetiva de Lanson, mais tarde também será a de Adam (1998: 39), “a carta não é um género desejado, um trabalho de escolha, é uma obrigação. Tem-se tal carta para enviar, tal correspondência para fazer, de acordo com os acasos da vida, porque aconteceu este ou aquele facto” (Lanson, 1895; tradução nossa). Também Marcushi (2000) classifica a carta como texto “tipologicamente variado” (Marcushi, 2000: 5) pois que pode conter “sequências tipológicas descritivas, injuntivas, expositivas, narrativas e argumentativas” (Marcushi, 2000: 6), não se definindo, todavia, por características linguísticas, antes se caracterizando enquanto “atividade sócio-discursiva” (Marcushi, 2000: 10).

A noção de texto que orienta o presente estudo adota a perspetiva defendida pelo Interacionismo Sociodiscursivo (Bronckart, 1996), considerando também as linhas de análise tributárias dos estudos de Adam e de Maingueneau. A produção textual será assim considerada não como uma simples atividade mental, mas como produto da interação humana, manifestada através de ações derivadas de escolhas linguísticas, sociais, culturais e

²⁴ Gustave Lanson foi professor na Faculdade de Letras da Universidade de Paris e dedicou grande parte dos seus trabalhos a estudar a obra literária enquanto fenómeno social.

históricas, construção complexa que responde a propósitos comunicativos de natureza social. Os aspetos macroestruturais semânticos e formais, assim como as microestruturas semânticas e estilístico-formais são, por isso, determinados pelo modelo de género adotado, mas também pelo contexto de produção, ou seja, pelo *texto-em-situação* (Miranda, 2007: 4). Neste conceito se incluem as convenções associadas à situação em que o texto ocorre e aos fatores externos que, de forma implícita ou explícita, nele se refletem.

No plano teórico, importa assim considerar os fatores situacionais e comunicativos sob cujo impacto os enunciados podem assumir formas infinitas e os fatores de regulação que, concomitantemente com as opções discursivas ao dispor do enunciador, definem as duas principais dimensões do conceito de plano de texto: um nível macroestrutural que suporta o texto como um todo e um nível microestrutural que correspondente à organização dos segmentos interiores.

Enunciado refletido, pensado ou espontâneo, orientado por uma intenção comunicativa, constringido por elementos situacionais que definem o seu ato e/ou momento de produção – objetivo(s); tema(s) abordado(s); convenções de ação social e padrões linguísticos considerados adequados –, o discurso epistolar organiza os seus componentes de acordo com um plano de texto que, todavia, se pode “revestir de um maior ou menor grau de convencionalidade ou de ocasionalidade” (Silva, 2016: 187). De acordo com Adam, apesar da sua grande diversidade de género, a forma epistolar apresenta algumas “constantes composicionais” (Adam, 2011a: 259) que a seguir procuraremos identificar.

II.5.1. Identificação de traços distintivos do género epistolar.

De todos os atos do entendimento, nenhum é tão expresso retrato da alma como a carta de cada um, por uma natural reverberação do espírito, que faz reflexo no papel de todos os afetos que no ânimo do homem estão guardados e só ali circunstantes.

Melo (2007: 28-29)

E passando do nome da carta aos exteriores d'ella, digo que ha de ter: Cortezia commum, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras eguaes, chancellia sutil, e sêllo claro; e com estas condições será carta de homem da côrte. E falando da cortezia (disse Solino) que entendeis n'ella?—A cortezia (lhe respondeu elle) não falando na leitura da carta, é o sobrescripto, o apartado da cruz, até á primeira regra; e do principio do papel até o começo de todas: e o final, o nome de quem escreve, abaixo da data da carta.

Lobo (1890: 25)

A carta, que a tradição literária define como ‘conversa entre ausentes’, foi assumindo, ao longo do tempo, de acordo com os contextos gerais e as necessidades particulares, diferentes fisionomias, estatutos e funções. Expressão de intimidade; espaço público constituído por pessoas privadas; lugar de transição entre o público e o privado; género considerado, em determinadas épocas, como mais próprio à natureza feminina; tratado de estética; manual de saber; repositório de orientações e máximas de vida; reflexão didático-pedagógica que o autor endereça ao leitor; território de resistência, de luta, de denúncia ou de transgressão; escrita de si ou escrita para um outro que se deseja igual a si; escrita de oposição ao outro; escrita espontânea ou convencional²⁵, o texto epistolar reveste-se de grande complexidade e a sua definição é, não raras vezes, “contraditória e paradoxal” (Altman, 1982: 187, tradução nossa).

Em *A Epistolografia em Portugal*, estudo publicado em 1965, Andrée Rocha apresenta uma visão de conjunto da atividade epistolar dos escritores portugueses do século XV ao século XX. Na “Introdução”, explicita algumas das “normas de estrutura” que enquadram a “substância” das cartas (Rocha, 1985: 14-35), de que aqui nos permitimos destacar:

i) o lugar como fator preponderante na carta. Ninguém escreve a alguém que está ao pé. Escreve-se porque o encontro pessoal é impossível, pela distância, a clausura, a doença, a prisão. Ou seja, a carta é, antes de mais, um “substituto da presença corpórea”;

ii) a data, pela qual o autor ancora as suas palavras a um momento determinado, ao mesmo tempo que “implica outrem num momento em que se lhe sentiu, de qualquer modo, ligado”;

iii) o destinatário, um leitor vivo e individualizado (Rocha refere que, em geral “não se escreve aos mortos”);

iv) a assinatura, que responsabiliza jurídica, moral e literariamente quem a escreve;

²⁵ Haroche-Bouzinac (2020) traça as grandes linhas de um balanço de trinta anos de estudos sobre a epistolografia (1987-2018), destacando questões como a natureza e as funções da carta entre o individual e o social, entre o que está em movimento e o estável; a carta como espaço educativo e moral, de mediação de valores, como um género menor, ou a visão, no âmbito dos estudos da cultura, que, tradicionalmente, viam a carta como ligada ao sexo feminino. Adita a esta resenha um importante número de referências a publicações anteriores a 1987, que apresentam propostas de análise do texto epistolar organizadas por séculos, por temas ou motivos, ora numa perspetiva mais histórica, ora mais literária.

v) a confidencialidade da mensagem, que justifica que a carta siga num envelope fechado e que as normas internacionais sobre a violação da correspondência não devam ser desrespeitadas.

Rocha problematiza ainda se a carta, “presença do dia a dia”, pode alcançar a “intemporalidade das grandes criações”, que o mesmo é dizer, pode a carta ser mais do que “efêmero noticiário” e por ela correrem “verdades que não têm fim”? (Rocha, 1985: 16)

Frágeis e perecíveis na sua natureza física, são tantas vezes papéis passageiros e breves, porque se perdem e extraviam, porque o destinatário apenas casualmente os guarda, porque sujeitos a múltiplas formas de destruição (descuido dos destinatários, escrúpulos morais, desavenças e ruturas, incúria dos descendentes, ação destruidora do fogo, da água ou do tempo). Mas são também, reconhecidamente, matéria cuja “latitude é infinita – pois todos os assuntos aí encontram expressão, do mais objetivo ao mais subjetivo, do mais pensado ao mais espontâneo, do mais vital para o artista ao mais secreto para o homem” (Rocha, 1985, 11).

Num estudo sistemático sobre a correspondência de Diderot, Melançom (1996) analisa a maneira como, no século XVIII, a carta familiar se constitui e se transforma, apontando alguns dos grandes eixos que a distinguem, como sejam: a ausência como fundamento; o tratamento do tempo (a carta concatena diferentes tipos de temporalidade para diminuir a impressão negativa do presente de ausência); o jogo da autorrepresentação; o pacto de recusa de silêncio e de obrigação de regularidade; o caráter muitas vezes público da carta²⁶.

A investigação desenvolvida por Marquilhas (2012) propõe o estudo das materialidades e do grafismo da carta como “recursos produtores de significado” (2012: 689). Nos cabeçalhos das cartas, por exemplo, o número de parágrafos, deixados em branco para separar as expressões referenciais e fáticas, marcam o grau de distância social, de hierarquia ou de respeito do autor da carta pela pessoa a quem escreve. O projeto FLY 1900-1974 identificou e anotou este e outro tipo de convenções presentes na superfície do papel

²⁶ Partindo da noção de ausência que justifica a carta, Seara (2006: 29-30) baseia-se nas propostas de definição de Melançom (1996) para identificar traços temáticos que permitem caracterizar e distinguir a especificidade do género epistolar, enquanto experiência recíproca, dominada pelo desejo e expectativa de uma resposta e como recriação pessoal de um espaço codificado de comunicação social.

como representativos do estatuto do destinatário e/ou do estatuto do remetente, “símbolos claros da hierarquia social” (Marquilhas, 2012: 691).²⁷

Refere, a este propósito, Marquilhas (2012: 700):

“A tradição milenar da carta encontrou um meio de compensar a incapacidade de se transmitir no texto escrito a visualização da *performance* do respetivo autor. Esse meio é o do grafismo, incluindo pormenores como o das margens e o dos desenhos. Nas sociedades do Antigo Regime, por exemplo, a qualidade de voz de uma duquesa e a postura direita do seu corpo, apesar de invisíveis, prolongavam-se na generosidade com que ela deixava grandes margens na cabeceira das suas cartas.”

Apresentando grande potencial de criação de novos significados do ponto de vista sociológico, sociolinguístico, histórico ou cultural, a correspondência é, de uma forma geral, substância que permite construir vínculos entre a memória individual, a memória coletiva e o contexto situacional. Veja-se, a este propósito, as numerosas biografias de políticos e governantes realizadas a partir das cartas escritas²⁸ e recebidas; ou também as cartas de presos políticos, de prisioneiros nos campos de concentração, de combatentes na Guerra Colonial²⁹, confidências que se deixam como legado, testemunhos de sofrimentos individuais que se inscrevem na memória coletiva.

Na perspetiva de Foucault (1994), a carta é

“[...] uma certa maneira de se manifestar para si mesmo e para os outros. A carta torna o escritor ‘presente’ para aquele a quem ele a envia. E presente não apenas pelas informações que ele lhe dá sobre a sua vida, suas atividades, seus sucessos e fracassos, suas venturas e desventuras; presente com uma espécie de presença imediata e quase física.” (1994: 155-156)

²⁷O projeto FLY 1900-1974 corresponde a uma campanha de recolha, edição eletrónica e estudo interdisciplinar de um conjunto de documentos do século XX produzidos na esfera privada e escritos por autores de todos os estratos sociais. Trata-se de uma amostra de 2.000 cartas portuguesas compostas em contexto de guerra, emigração, prisão ou exílio entre 1900 e 1974, amostra essa que tem o duplo formato de *corpus* linguístico e de edição crítica disponibilizada na internet e comentada nas perspetivas histórica, linguística e sociológica. O FLY disponibiliza em <http://cards-fly.clul.ul.pt/index.php?page=mainen> a edição eletrónica de 2.000 cartas particulares do século XX acompanhadas de indexação linguística, histórica e sociológica.

²⁸ Em 2021, o escritor e investigador Pedro Sena-Lino publicou *De quase nada a quase rei. Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal* (Contraponto Editores) em que traçou o percurso de vida do Marquês de Pombal através da voz do próprio biografado, com base nas cartas que este escreveu e recebeu.

²⁹ Poder-se-ia referir, a título meramente exemplificativo, as cartas que Nelson Mandela escreveu na prisão à sua mulher e filhos, mas também a companheiros ativistas e responsáveis governamentais (*As cartas da prisão de Nelson Mandela*, Porto: Porto Editora, 2018); as *Cartas da Guerra – D’este viver aqui neste papel descripto* de António Lobo Antunes (Lisboa: D. Quixote, 2005); as *Cartas a um amigo alemão* (Lisboa: Livros do Brasil: 2021), escritas por Albert Camus durante a ocupação da França pelas tropas nazis e publicadas na clandestinidade, que o autor identifica como “um documento da luta contra a violência”.

A carta é, nesta linha de análise, capaz de suprimir a separação, assegurando um momento virtual de presença conjunta que se realiza na simultaneidade de tempos distintos: o de quem escreve e o de quem lê. “A carta consegue eliminar a distância que a tornou necessária e cria uma temporalidade específica, um presente epistolar”, afirma Melançom (1996: 277).

É considerando, em particular, esta capacidade de materializar um espaço comum de partilha que anule a distância e compense a ausência, ou seja, um substituto, o prolongamento ou a antecipação da conversa que se desejaria em presença, que nos importa analisar o conceito de dialogismo presente nas cartas.

II.5.2. A construção do dialogismo epistolográfico: “traços da língua falada”.

[...] a palavra não interrompe o silêncio, a palavra verdadeira é aquela capaz de prolongar e iluminar o nosso silêncio.

(Mendonça, 2023)

Na linha teórica que Melançom desenvolve, a carta é, em si mesma, uma prova da separação que, todavia, permite uma “presença conjunta” (Melançom, 1996: 289) e assegura que os sentimentos são partilhados. Neste sentido, convivência e reciprocidade são explicitamente traços positivos da carta e implicitamente da conversação. Apesar deste investigador encontrar pontos comuns entre a carta e a conversação, sobretudo pela capacidade daquela de criar uma temporalidade que elimina a distância e anula os efeitos da ausência, sendo palavra que se partilha no presente, a carta não é, na perspectiva que apresenta, efetivamente uma conversa *face a face*, é apenas um “diálogo imaginário” (Melançom, 1996: 275) em que se simulam modos de conversação. As inerentes contingências de fragmentação e descontinuidade, de separação e de diferido da carta impõem, por conseguinte, o emprego de processos distintos dos recursos vocais ou físicos (Melançom, 1996: 278).

A observação que desenvolvemos a partir do *corpus* em análise, irá problematizar, para além desta orientação teórica, igualmente defendida por Kerbrat-Orecchioni (1998b), também uma outra característica diferenciadora dos dois tipos de comunicação. Apesar de autores como Seara (2006) referirem o “caráter espontâneo e improvisado no decurso da

comunicação” por oposição ao “caráter premeditado (possibilidade de rasurar, de autocorrigir, de apagar)” (Seara, 2006: 34), um olhar mais atento à “sintagmática conversacional” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b) e às características sintático-semânticas e pragmáticas do discurso epistolar impõe a problematização desta comparação. Parece certo, efetivamente, que o discurso epistolar permite um tempo de reflexão, de planificação, de estruturação que, em geral, não ocorre de forma delongada no imediatismo da interação oral. Mas importa atender ao quadro complexo em que o exercício de escrita da carta se inscreve: que relação existe entre os interlocutores, que tipo de posicionamento hierárquico se estabelece, com que propósito escrevem, em que circunstâncias e contextos escrevem.

Nas 786 cartas, trocadas entre marido e mulher, em situação de profunda perturbação e instabilidade física e emocional, objeto deste estudo, encontramos apenas uma ocorrência de segmento que foi rasurado e corrigido. São frequentes as situações em que o locutor diz escrever “a correr”, porque (i) tem pressa de enviar a carta para o correio, (ii) quer dar conta “imediate” de situações ocorridas, (iii) ‘acabou de’ ouvir notícias que o deixaram preocupado.

A este propósito, Marquilhas (2012: 699) afirma que os “autores das cartas sentem efetivamente que estão a falar de viva voz com os seus destinatários, apesar de, obviamente, isso não estar a acontecer”. Esta atitude justifica que a carta apresente “traços que fazem a língua falada e espontânea” (Marquilhas, 2012: 699). Ou seja, o registo das cartas apresenta marcas de coloquialismo próprias do diálogo falado de que são exemplo as expressões que remetem para universos de referência partilhados como os deíticos ou anafóricos, “cujo significado completo só se entende quando se conhece o contexto extratextual e co-textual em que são produzidos” (Marquilhas, 2012: 699).

Centrando o foco de análise na demonstração da evidência da interação que efetivamente se realiza nas trocas epistolares, ou seja, na mútua influência exercida entre si pelos interlocutores e nas adaptações ou reformulações do discurso em consequência da referida influência, permitimo-nos convocar também a perspectiva de Bakhtin (1984). Considerando o diálogo como “uma condição da linguagem” (Bakhtin, 1984: 298), este investigador afirma a interdependência entre os enunciados - cada um deles ligado por “ecos ou ressonâncias” a/de outros enunciados - e identifica atitudes inerentes aos atos de comunicação verbal que, “de forma semelhante, estão também presentes no discurso lido/escrito” (Bakhtin, 1984: 290, tradução nossa).

Na sua perspectiva, a sequência reativa da carta realiza um ato de “compreensão responsiva ativa” (que concretiza a atitude de elaboração constante, enquanto ouvinte), semelhante ao que acontece na comunicação verbal, com a singularidade de ocorrer de forma “retardada”. Dito de outra forma, a “atitude responsiva ativa” (que se materializa no ato real de resposta) e a “compreensão responsiva ativa” (em que o interlocutor manifesta a sua atenção, compreensão, acordo ou desacordo), realizam um efetivo exercício de interação, de influência mútua, repercutem-se nas sequências reativas, tanto pelo que foi ‘ouvido’ como pelo que foi ‘lido’. O enunciado a que o locutor (na sua tomada de vez) responde já existe, mas a sua resposta, a sua “compreensão responsiva” (Bakhtin, 1984: 303) está ainda por realizar. Enquanto elabora o seu enunciado, o locutor tem de executar, de forma ativa e considerando o “capital de compreensão” do destinatário (Bakhtin, 1984: 304), duas funções: determinar a sua resposta e presumir a resposta do alocutário, resposta que, no seu turno, agirá também sobre o enunciado seguinte.

A investigação de Kerbrat-Orecchioni (1998b) nesta área, parte do estudo de “cartas autênticas” para registar e transcrever interações que ocorrem entre pessoas reais, em situações reais, que o mesmo é dizer, “cartas que falam de coisas e de outros” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 15, tradução nossa), sem nenhum outro compromisso ou função que não seja o de manter o elo socioafetivo entre os participantes. O propósito é o de comparar estas trocas epistolares, ‘quotidianas e banais’, com as trocas conversacionais, identificando semelhanças e diferenças.

De forma breve, apontamos como principais características que esta autora reconhece na comunicação *face a face*, o facto de este tipo de comunicação i) utilizar um canal oral; ii) possuir um carácter improvisado; iii) se realizar em situação partilhada (o quadro espaço-temporal é o mesmo para todos os participantes que usufruem de uma ‘acessibilidade percetiva mútua’, isto é, podem ver-se, ouvir-se e até tocar-se); iv) implicar uma alocução (o discurso é endereçado a um destinatário específico) e uma interlocução (pela alternância de papéis de emissor e recetor); v) realizar uma interação (ou seja, ao longo das trocas conversacionais, os diferentes participantes exercem mutuamente um conjunto de influências (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 15-16, tradução nossa).

Quanto à comunicação epistolar, esta particulariza-se, no modelo proposto por Kerbrat-Orecchioni (1998b:17-18, tradução nossa), i) por usar um canal escrito; ii) pelo seu carácter premeditado (que possibilita rasuras, apagar e emendar); iii) por se realizar em

situação não partilhada (o que constrange o locutor a especificar a sua própria identidade e a do seu destinatário, assim como o quadro espaço-temporal em que se inscreve o ato de escrita); iv) por implicar igualmente uma alocação (dirige-se a um, ou a vários, destinatários precisos e concretos) e uma interlocução (toda a carta faz apelo a uma resposta). Nesta análise, a investigadora reconhece a existência da interlocução, mas não da interação já que esta noção adita àquela a ideia de que, quando interagem, os participantes exercem uns sobre os outros “diversas formas de controlo e de influência” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18).

A autora convoca os estudos realizados no quadro da Análise Conversacional para demonstrar que o locutor em presença não pode continuar a falar se a sua palavra não for apoiada por “sinais de escuta” ou “reguladores” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18), que lhe permitam permanentemente adaptar o seu comportamento ao do seu interlocutor, “navegando ao ritmo das reações do seu *copiloto*” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18, tradução nossa). Neste sentido, toda a comunicação é uma “construção coletiva” que resulta de um exercício de negociação. Contudo, nas trocas epistolares, ao contrário do que ocorre nas trocas conversacionais, o alocutário não interfere “diretamente” no trabalho de escrita: o autor da carta pode apenas “simular” essa intervenção, antecipando respostas, comentários e reações. Trata-se, por conseguinte, de uma “pseudo-negociação” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 19, tradução nossa) da relação interpessoal, de uma imitação da conversa oral, ou de uma “transmutação da conversação” (Adam, 2011a: 248).

Na linha de análise de Adam, o que distingue as trocas epistolares das trocas conversacionais é que a interação em curso “é tematizada no texto e organiza a sua estrutura composicional” (Adam, 1998: 45).

Kerbrat-Orecchioni sublinha a distância espaço-temporal como a particularidade fundamental desta forma de comunicação: “os participantes escrevem porque estão separados e, ao mesmo tempo, escrevem para criar a ilusão de que estão juntos” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b:17, tradução nossa). Tal ilusão de presença materializa-se na seleção de estratégias de abertura (saudação inicial e “saudação complementar”: pergunta sobre a saúde do alocutário, comentário sobre o quadro espacial, acusação de receção, agradecimento, recriminação, advertência ou formulação de pedido de desculpa como ato reparador) e estratégias de fecho prototípicas (enunciados que justificam a necessidade de pôr termo à interlocução, agradecimentos, atos prospetivos, balanço positivo do encontro e perspectiva de novo encontro).

Ainda que não se possa confundir com uma “oralidade autêntica” (Adam, 2011a: 248), o texto epistolar acomoda, nomeadamente através das estratégias de abertura e fecho que seleciona, uma organização sequencial que encena o “habitat coletivo” (Adam, 2011a: 248) das trocas *em presença*. São disso exemplo os enunciados performativos “termino”, “deixo-te” e as menções “abraço-te” e “beijos”, substitutos verbais, na perspetiva definida por Kerbrat-Orecchioni (1998b) de “um comportamento verbal que é impossível, circunstancialmente, de realizar, quando *dizer não é fazer*” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 25; tradução nossa).

Esta ilustração direciona-nos para as efetivas diferenças entre as trocas epistolares e as trocas conversacionais que, de forma sintética, e em linha com as orientações metodológicas desta investigadora (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 32-33), a seguir registamos:

- i) os “turnos de escrita” não funcionam exatamente como os “turnos de palavra”;
- ii) a escrita ignora as interrupções;
- iii) o intervalo temporal é, na escrita, muito mais longo, o que impõe um certo número de consequências como o recurso a processos de conexão de retoma e reinterpretação, no seu próprio discurso, das palavras do seu interlocutor;
- iv) a carta apresenta-se como uma sequência de enunciados dotados de valores ilocutórios diversos, iniciativos ou reativos, agrupados num único bloco “compacto e contínuo”, produzido por um único enunciador (que, na conversação oral, corresponderia a vários “turnos de palavra”);
- v) a carta apresenta trunicações e nem sempre responde à totalidade das intervenções, nem à ordem em que foram formuladas.

Na perspetiva pragmática e textual, a estrutura composicional da forma epistolar parte de uma macrounidade: o texto dialogal, ou seja, os textos ou segmentos de texto produzidos “coletivamente” (Silva, 2012: 170) por um ou mais interlocutores. Observando o esquema macroproposicional de Adam (2011a: 259-260), verifica-se que é possível detetar no discurso epistolar propriedades que se inscrevem nas sequências definidas como dialogais, ou seja, os textos completos ou os segmentos de texto que integram diálogo, entre dois ou mais interlocutores, produzido coletivamente, à distância. Na proposta de Adam (2011a), o texto dialogal obedece a um plano de texto fixo composto por i) sequências fáticas de abertura e de fecho; ii) sequências transacionais, que constituem o corpo da carta.

Retomando os implícitos da tradição retórica clássica, Adam (2011a) desenha um modelo que considera os segmentos textuais de introdução, preparação, conclusão e fecho (exórdio e peroração) como zonas discursivas de transição, facultativas e mais ou menos desenvolvidas, entre o momento inicial (abertura: termos de interpelação e indicações de tempo e de lugar), o momento final (fecho: fórmula de cortesia e assinatura) e o corpo da carta.

A orientação metodológica que seguimos desenvolve diferentes níveis de análise que acomodam categorias propostas pela Linguística Textual (Adam, 1998, 2011a, 2011b), a Análise Interacional (Kerbrat-Orecchioni, 1990; Traverso, 1996), a Linguística Cognitiva (Batoréo, 2004; Silva, 2006, 2019, 2022), a Pragmática das sequências discursivas (Fonseca, 1992, 1994) e a Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1989), na linha dos trabalhos de Almeida (1998; 2011; 2012d, 2014, 2016, 2018).

III IDENTIFICAÇÃO DO CORPUS E CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

III.1. Caracterização do *corpus*.

*Acabou-se o papel cor de rosa, mas eu continuo a escrever-te
na mesma com o meu coração de poeta e a minha alma de sonhador
e, creio, não será necessário fazer aqui mais protestos de amor
para que saibas que te quero sempre muito.*

[A-29/09/76]

Toma-se como objeto de análise um conjunto de 786 cartas, de caráter pessoal, escritas entre 06 de setembro de 1974 e 07 de setembro de 1980. Os intervenientes são marido e mulher, separados fisicamente em consequência do processo de descolonização ocorrido no quadro da conjuntura política imposta pela Revolução do 25 de abril de 1974.

A mulher, Joaquina (como é designada nas cartas, neste exercício identificada como alocutário / locutor B), nasceu em Elvas, a 11 de outubro de 1935 e faleceu em Coimbra, a 4 de fevereiro de 2012. O marido, José (doravante identificado como locutor / locutor A), nasceu a 16 de outubro de 1935, numa pequena aldeia do interior de Portugal (Maçãs de D. Maria) e faleceu em Coimbra, a 17 de fevereiro de 2021. Ambos tinham ido para Angola, onde se conheceram, em 1953, e onde viriam a casar, em 9 de dezembro de 1961.

Joaquina era, à data da Revolução de Abril, funcionária pública na Direção Geral de Indústria em Luanda. No início de setembro de 1974 vai para Portugal de “licença graciosa”³⁰ e, dado o precipitar dos acontecimentos políticos³¹, já não regressa a Angola.

José era contabilista e permaneceu em Luanda. Ficariam separados, ela em Portugal, ele em Luanda, até outubro de 2000. Entre os anos de 1974 e 1980, trocaram correspondência regularmente e, até 1976, quase diariamente. Nos primeiros tempos, escrevem frequentemente mais do que uma carta por dia:

³⁰ Período de férias prolongado que, consoante os casos, podia variar de 90 a 120 dias, com viagens pagas, concedido aos funcionários públicos das províncias ultramarinas portuguesas a cada quatro ou cinco anos de trabalho, para passarem na terra natal. A Portaria 755/74, de 22 de novembro, publicada no boletim Oficial de Angola, prevê mesmo um reforço da verba destinada a assegurar as despesas relacionadas com o gozo de licença graciosa: “Manda o Governo Provisório da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Assuntos Económicos, nos termos do artigo 7.º do [Decreto-Lei 23367, de 18 de Dezembro](#) de 1933, reforçar com a importância de 19000000\$00 a verba do capítulo 10.º, artigo 1565.º, n.º 4, alínea a) «Encargos gerais - Deslocações do pessoal - Passagens de ou para o exterior por motivo de licença graciosa - A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor no Estado de Angola...”

³¹ A 26 de julho de 1974, o Presidente da República, General António Spínola, promulgou a Lei Nº7/74 que formalizava “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as consequências, incluindo a aceitação da independência dos territórios ultramarinos” (Dec. Lei Nº7/74 de 27 de julho de 1974).

Luanda, 28 de Outubro de 1974

Querida Joazinha

Estava e desço que estás bem em companhia de nossos queridos filhos. Bem eu gostaria de ir com a Deus. Teria pena de te deixar e deixar a casa expresso, mas não se preocupar ao aeroporto. Agora vou responder a tua carta de dia 28 mais para o arquivamento. Vi pela tua carta que quando um emissor estas preocupado com a situação está tanto em psicológico e também em físico. Tanto a nível de saúde e a nível dos negócios que perdemos o pai. É a vida está sempre a dar cada um passo para a frente. Eu sei muito a sério em a vida, sempre sou e vou de trabalho, mas não há para se deixar aos negócios, mas não a vida e aqui para os lados de dentro que tem havido mais a respeito depois de um dos grandes de um largo de nível e há um nível de vida.

Como tu disse um pouco antes, a casa de brida de estar pronta há um mês a fazer, depois não há mais que um pouco de trabalho em a fazer. Tendo tudo a fazer e a fazer a casa para habitar, por isso de trabalho de casa que não está mais pronto. Logo que estiver pronto os meus negócios em a fazer a vida e o pagamento já não há mais. Mas estou preocupado que eu não há mais que um nível de vida e não há mais que um nível de vida.

Quanto a saúde, eu sei muito a sério em a fazer a vida e o pagamento já não há mais. Mas estou preocupado que eu não há mais que um nível de vida e não há mais que um nível de vida.

Quanto a saúde, eu sei muito a sério em a fazer a vida e o pagamento já não há mais. Mas estou preocupado que eu não há mais que um nível de vida e não há mais que um nível de vida.

[A-28/10/74]

Luanda, 28 de Outubro de 1974

Querida Joazinha

Estava e desço que estás bem em companhia de nossos queridos filhos e de todos os da família. Que eu fico bem graças a Deus.

Acabo de receber a tua carta de 23 e por ela vejo que estás impressionadíssima com a morte do senhor af de Alvaizere ocorrida em Moçambique. É realmente uma pena tudo o que se está a passar, e nesta altura mais que em qualquer outra temos de ser corajosos para enfrentar todas estas coisas com ânimo e com fé em Deus. Quanto a vender-se seja o que for nesta altura, aqui em Luanda, só por metade do valor das coisas e não há quem compre nada. Realmente a casa da baixa é um grande compromisso que não temos todos os meses e se não fosse esse compromisso eu não teria dificuldades em fazer as transferências. Mas sabes como eu sou de vivá-los e sempre esperançoso de que o dia de amanhã seja melhor do que o dia de hoje. Temos de aguardar talvez mais uns quinze dias para podermos ver quem vai isto parar. Realmente estou para abrir aqui em Luanda as delegações de vários partidos emancipalistas. Quanto a mim parece-me que isso não será pior porque eles também tem de ter respeito uns pelos outros. Não sei se existia Loba e Savindi, já começou a dar respostas nos tipos das emissoras que estão a agitar o povo. Isto para mim é muito bom sinal. Não te preocupes que isto agora por aqui não anda tão agitado como esteve em Agosto, nem coisa que se pareça. Toda a gente já esqueceu que não pode ir para os mercados e é tudo. Não falta gente nos cinemas, nos cafés e por todo o lado onde haja brega. Eu é que não vou a lado nenhum porque não me sinto com ânimo para isso. Fala aí com o Hilário no assunto e verás o que ele te diz sobre isto.

Quanto ao caso das Finanças fizemos um recurso para o Presidente da Junta Governativa e estou esperançoso de que ganhemos o recurso e eu não sei mal deste caso. Não ganhei para o custo que me prepararam.

Sobre o carro SIMBA, estava a escrever um telegrama para te mandar quando recebi esta tua carta, por dois motivos, primeiro para te dizer que não tinha notícias e estava preocupado, segundo para te dizer que não vendas o carro sem minha ordem, e a vender nunca por menos de 85 contos. É que mandei saber agora o custo de um carro novo aqui em Luanda, igual ao nosso e nesta data - é de 182.500.000,ora, já vez em qualquer altura poderei vender o carro e ganhar bom dinheiro. Guarado aí bem, sim.

O Basílio não sabe o que quer, não sei que eu corinha para ele escreveu agora para o Brasil e de momento não sabe para onde há-de ir ou se vai de vez. Claro que só lhe dá o dinheiro todo se ele for de

[A-28/10/74]

Luanda, 19 de Novembro de 1974

Querida Joazinha

Estava e desço que estás bem em companhia de nossos queridos filhos e de todos os outros, que eu fico bem graças a Deus.

Logo de quando recebi a tua carta de 13 e 14 de Novembro e muito emocionado porque estás preocupado com a vida que tens de um mundo de vida, depois que tens recebido a minha carta e tempo a que estás sempre a mudar tanto a vida. Depois das minhas respostas que tens recebido, que eu sei muito a sério em a fazer a vida e o pagamento já não há mais. Mas estou preocupado que eu não há mais que um nível de vida e não há mais que um nível de vida.

Quanto a saúde, eu sei muito a sério em a fazer a vida e o pagamento já não há mais. Mas estou preocupado que eu não há mais que um nível de vida e não há mais que um nível de vida.

[A-19/11/74]

Luanda, 19 de Novembro de 1974

Querida Joazinha

Estava e desço que estás bem em companhia de nossos queridos filhos e de todos os outros, que eu fico bem graças a Deus.

Agora recebi a tua carta de 13 e 14 de Novembro e muito emocionado porque estás preocupado com a vida que tens de um mundo de vida, depois que tens recebido a minha carta e tempo a que estás sempre a mudar tanto a vida. Depois das minhas respostas que tens recebido, que eu sei muito a sério em a fazer a vida e o pagamento já não há mais. Mas estou preocupado que eu não há mais que um nível de vida e não há mais que um nível de vida.

Quanto a saúde, eu sei muito a sério em a fazer a vida e o pagamento já não há mais. Mas estou preocupado que eu não há mais que um nível de vida e não há mais que um nível de vida.

[A-19/11/74]

Nestes primeiros tempos, a carta impõe-se como meio de comunicação quase exclusivo dado que as comunicações telefónicas são caras, exigem marcação e realizam-se por intermédio de um telefonista, no posto dos correios ou em casa de amigos que possuíam telefone:

(4) *Estou aqui nos correios a ver se consigo ligar para ti, pois os filhos querem falar-te, mas se conseguir é lá para as tantas da noite, agora é um problema para se telefonar para aí, tem que se marcar com dias de antecedência.*

[B-29/07/75]

(5) *Zézito já hoje te mandei um telegrama a dizer para telefonares 5ª feira porque 4ª feira há uma reunião do ciclo e tenho receio de não estar e depois tu ficas aborrecido. [...] Eu penso que tu quando pedes as chamadas se disseres com quem queres falar e a pessoa não estiver, não recibes a chamada e não a pagas.*

[B-22/03/76]

(6) *Hoje é 4ª feira, disseste que telefonavas. Olha Zézito eu gosto muito de te ouvir, mas se vês que fica muito caro, telefona só aos domingos, está bem?*

[B-22/03/78]

-

A partir de 1978, o locutor B passa a ter telefone em casa e a comunicação escrita vai, pouco a pouco, sendo substituída pelas conversas telefónicas.

O acervo é assim composto por 786 cartas (513 enviadas pelo locutor A e 273 enviadas pelo locutor B) que perfazem 1828 páginas (1098 escritas pelo locutor A e 730 escritas pelo locutor B³²) que foram metodicamente organizadas por anos e cuidadosamente guardadas pelos intervenientes.

A primeira carta (locutor A) é datada de 6 de setembro de 1974, quando o alocutário ainda se encontrava a bordo do Paquete Infante D. Henrique, naquela que se viria a tornar uma definitiva viagem de regresso a Portugal. A última carta (locutor A) é datada de 7 de setembro de 1980. Atentemos, então, no seguinte quadro com a identificação do número de cartas e de páginas por ano:

³² Cf. quadro exaustivo com a identificação do número de cartas e páginas por ano e mês em anexo (Anexo I).

ANO	Locutor A		Locutor B	
	n.º de cartas	n.º de pág.	n.º de cartas	n.º de pág.
1974	44	95	50	147
1975	126	306	158	421
1976	109	261	47	125
1977	97	198	---	---
1978	73	138	12	23
1979	39	56	5	12
1980	25	44	1	2
TOTAL	513	1098	273	730

Na superfície da sua materialidade, inscrevem-se recursos diversos e opções de grafismo (o tipo, gramagem e cor do papel, tipo e cores de tinta, distribuição do texto na página, espaços em branco, ocupação das margens para concluir parágrafos) que são também produtores de sentido, dado que permitem visualizar as formas de atuar e o desempenho (“*performance*”) dos seus autores (Marquilhas, 2012: 700).

Numa perspetiva sociopragmática que, segundo Marquilhas (2012: 689), permite observar os enunciados enquanto “fragmentos de um comportamento social”, determinado por um tempo e uma geografia, importa considerar a diversidade de formatos, medidas, gramagens e até cores do papel de cartas que foram escritas durante um conturbado momento de profundas alterações políticas, sociais, culturais, económicas. As cartas em análise foram, em grande parte, produzidas enquanto decorria um dramático período de guerra civil, com escassez de bens de primeira necessidade³³, a que, certamente, os materiais de escrita, não terão ficado isentos.

É possível identificar, na correspondência do locutor A, algumas referências indiciadoras das dificuldades em encontrar materiais de escrita:

- (7) *Acabou-se o papel cor de rosa, mas eu continuo a escrever-te na mesma com o meu coração de poeta e a minha alma de sonhador e, creio, não será necessário fazer aqui mais protestos de amor para que saibas que te quero sempre muito.* [A-29/09/76]

³³ “Deixou, nessa altura [1975] de haver madeiras em Luanda, para construir os caixotes [...] para além das matérias-primas que se acabaram – tal como outras coisas de primeira necessidade, caso dos alimentos, que começaram também a falhar a dada altura” (Adamopoulos, 2012: 148); “Aqueles dias de agosto [1975] pareciam intermináveis. A insegurança era assustadora e tudo começava a faltar. A capital estava a transformar-se num autêntico campo de batalha. Quase não se viam pessoas, brancos muito menos. Os passeios iam-se degradando e os canos rebentados provocavam lama por todo o lado. Algumas estradas tinham sido cortadas. Eram já poucas as lojas abertas e as casas que ainda estavam ocupadas davam elas próprias ares de *bunkers*, trancadas e fortificadas com o que se conseguia arranjar, desde paletes de madeira a colchões a proteger as janelas. «E com tudo isto foram acabando as linhas de abastecimento normais, deixou de haver combustível e comida. Chegou-se a uma altura em que só se ouviam tiros e o pregar dos caixotes.»” (Canelas, 2017: 68-69).

(8) *Como vês estou já a escrever-te com outra caneta. Agora é verde, o verde de esperança e da saudade! Mas a verdade é que eu escrevo-te sempre com uma mesma caneta e só quando ela acaba mudo para outra. Estas canetas são as do velhote C.S. que já estão quase a acabar e com que eu tenho vindo a escrever-te desde há algum tempo.*

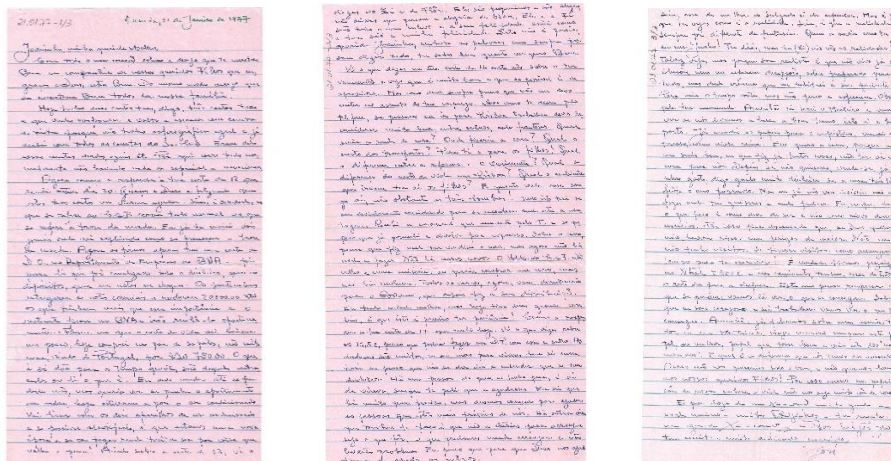
[A-02/12/76]

(9) *Hoje tenho duas cartas tuas, digo, três cartas tuas a que venho responder e volto a escrever com caneta de tinta porque não tenho esferográfica azul e já acabei com todas as canetas do Sr. C.S. Eram dele essas canetas verdes, azuis, etc.*

[A-21/01/77]

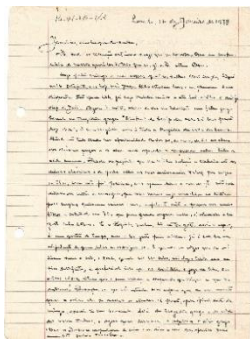
Sobre o tipo de papel utilizado, diz-nos em carta de 21/01/1977:

(10) *Hoje mandei comprar este papel, ou melhor, papel que fosse bom e veio este dos “namorados”. E qual é a diferença que nós temos dos namorados. Acaso não nos queremos todo o bem, e não queremos bem aos nossos queridos filhos! Por isso escrevo em papel cor de rosa, embora a vida não nos seja muito cor de rosa.*



Se é certo que não conseguimos, hoje, nomear todas as razões objetivas da diversidade identificada nos materiais de escrita utilizados nas cartas, a verdade é que a multiplicidade de formatos, tipos e cores de papel se observa, sobretudo, nas cartas que foram escritas pelo locutor A, em Angola. Encontramos papel de diferentes gramagens (esquicho, cartão, bloco de carta comum), cores (branco, marfim, azul, verde, diferentes tons de rosa) e medidas (foram identificados 32 formatos diferentes de papel³⁴).

³⁴ Foram identificados 32 formatos diferentes de papel, com as seguintes medidas: 12,4 x 19,9 cm, 12,5 x 8 cm, 13,4 x 21,2 cm, 14,2 x 21 cm, 14,5 x 21 cm, 14,5 x 27,3 cm, 15 x 21 cm, 15 x 27,5 cm, 15,2 x 23,8 cm, 15,3 x 22,3 cm, 15,3 x 24,3 cm, 15,3 x 26,2 cm, 15,5 x 26,7 cm, 15,5 x 26,9 cm, 15,9 x 23 cm, 15,9 x 25,2 cm, 16,2 x 22 cm, 17 x 22,5 cm, 17,3 x 25,3 cm, 19 x 26,4 cm, 19,9 x 26,5 cm, 20,3 x 26,8 cm, 20,8 x 26,5 cm, 20,8 x 27,8 cm, 21 x 13,5 cm, 21 x 21,5 cm, 21 x 26,4 cm, 21 x 26,7 cm, 21 x 27,8 cm, 21 x 29,5 cm, 21 x 29,7 cm, 21,5 x 32,8 cm).



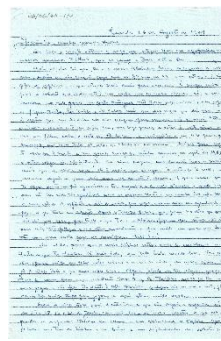
A-14/01/78



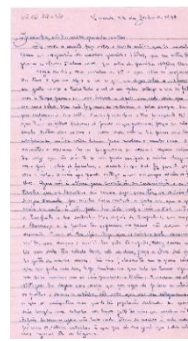
A-05/11/74



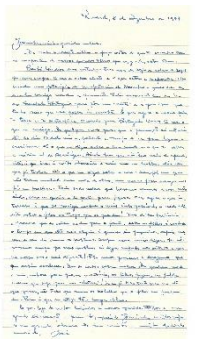
A-16/07/75



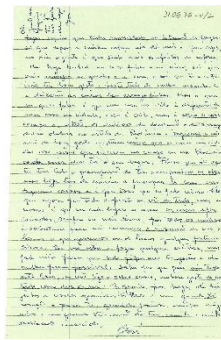
A-16/08/79



A-22/06/77



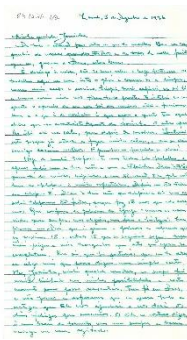
A-08/12/77



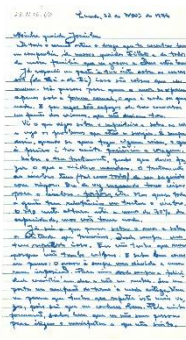
A-31/08/78



A-08/08/76



A-05/12/76



A-32/11/76

Na correspondência do locutor B (em Portugal), embora se observe papel de diferentes gramagens, medidas³⁵ e cores (beje, amarelo, rosa, verde e azul), não se verifica uma tão grande variedade dos suportes materiais utilizados (a diversidade verificada parece normal dado que a comunicação se desenrola ao longo de seis anos).

Considerando a distribuição da escrita na superfície da página, é possível certificar profundas diferenças no desempenho (“performance”) dos dois intervenientes: i) o locutor A é metódico e organizado, escreve em geral apenas numa das faces do papel, em folhas pautadas, ocupa a totalidade da página, sem rasuras nem emendas; escreve, por vezes, na margem superior para concluir parágrafo, mas sobretudo, para uma última anotação, lembrete, recomendação, reforço de ideia já anteriormente enunciada; ii) o locutor B ocupa, em geral, todas as margens (laterais, inferiores e superiores) e, não raras vezes, todos os espaços em branco, escrevendo na diagonal e/ou na vertical. Ocasionalmente, acrescenta

³⁵ Foram identificados 5 formatos diferentes de papel, com as seguintes medidas: 15x21 cm, 17,8x27,3 cm; 19x21,5 cm; 19x26 cm; 21x29,7 cm. Encontram-se também pequenas tiras do mesmo papel utilizado nas cartas, com diferentes medidas e que parecem ter sido cortadas de forma arbitrária, para concluir o parágrafo ou acrescentar uma última nota ou recomendação. Foram identificadas tiras com as seguintes medidas: 15,3x3,5 cm; 15,4x5 cm; 19x6,7 cm.

O material objeto de estudo ficou assim, desde 2012 e até à morte do locutor A, em fevereiro de 2021, arquivado em pastas de cartão. Por morte deste, e por sua vontade expressa, coube em legado à filha mais velha.

Tratando-se de cartas com quase 50 anos, de papel de carta comum, fino e frágil, foi necessário salvaguardar que o manuseamento imposto pela necessidade de leitura e análise não deteriorasse o papel ou a tinta. Procedeu-se, por isso, numa fase inicial, à digitalização de todo o *corpus* e, posteriormente, a uma transcrição quase fiel. Consideramos que este procedimento, similar ao adotado pelo projeto CARDS (Marquilhas, 2008: 50)³⁶ não resulta numa redundância. Numa fase inicial, a transcrição constituiu um momento de leitura atenta e demorada; posteriormente, facilitou o recurso à exemplificação, ao mesmo tempo que permitiu registar uma versão mais facilmente legível.

Os originais manuscritos foram, depois de digitalizados e transcritos, arquivados em pastas Capas simples realizadas em papel acid-free branco ou creme, com pH neutro, com 80grs/m2, Papel acid-free, sem lenhina, pH 8.0, resistência à oxidação entre 1-2, reserva de carbonato de cálcio superior a 4%, de tamanhos A4 (305x215mm).

III.3. Critérios de transcrição do *corpus*.

III.3.1. Critério geral.

Tratando-se de correspondência de carácter privado, em que os intervenientes se expressam com a informalidade e espontaneidade de quem sente que fala “de viva voz”, o critério geral adotado na transcrição foi o de manter visível, tanto quanto possível, a fisionomia dos manuscritos e a *performance* dos intervenientes.

Assim, procurou-se conservar não só marcas ortográficas transmissoras de um certo número de realidades fonológicas, mas também marcas estilísticas e formais reveladoras de um modo peculiar de escrita.

³⁶ Projeto de investigação CARDS “cumprir o programa de abordar certos objetos textuais – cartas manuscritas portuguesas anteriores a 1900 – editando-os eletronicamente sob forma tão anotada que permita a construção de múltiplas hipóteses de compreensão do homem comum na sua relação com a cultura, o tempo e a linguagem. As cartas surgem de uma campanha de recolha junto de arquivos judiciais. São editadas em linguagem compatível com todos os tipos de processamento (mecânico e humano), são filologicamente preparadas para leitores com diferentes interesses, contextualizadas mediante recurso à documentação que as rodeia e anotadas por historiadores e linguistas.” (Marquilhas, 2008: 47)

Respeitando grafias e estruturas portadoras de valor linguístico e estilístico, procedemos a uma transcrição quase fiel do texto, muito próxima da transliteração, limitando-nos a uniformizar e regularizar os casos de oscilações gráficas ou ortográficas em que não havia implicações de ordem fonética ou fonológica. O propósito geral é o de garantir o “bom entendimento do leitor” (Duarte, 2019: 120).

III.3.2. Critérios específicos.³⁷

III.3.2.1. Marcas fonológicas.

Sendo uma “escrita do quotidiano” (Costa, 2015: 49), que adota um registo muito próximo do oral espontâneo, optou-se por manter algumas marcas fonológicas:

Ex: “quere” (usado recorrentemente pelo locutor A); “navo”; “eu não poude”; “oucupar”; “dei”.

III.3.2.2. Acentuação.

Foi regularizada e corrigida nos casos em que tal se tornou necessário para a boa interpretação do texto.

Ex: “responder as tuas cartas” > “responder às tuas cartas”; “vem” > “vêm”; “vem” > “vêem”; “da” > “dá”.

Foram também regularizados os vocábulos “também” e “ninguém” que, no caso do locutor A, por vezes não aparecem acentuados.

Foi mantida a acentuação em “Flôr”, que o locutor A regista sempre com acento circunflexo, por se tratar da forma como grafa o nome de uma das filhas.

III.3.2.3. Pontuação.

Os lugares de pontuação dos manuscritos são, em geral, conservados.

³⁷ Os critérios de transcrição adotados no presente trabalho resultam em atualizações ortográficas muito residuais e foram definidos considerando as linhas de análise desenvolvidas ao longo da investigação. Contudo, num exercício de transcrição integral das cartas será fielmente respeitada e conservada a fisionomia original dos manuscritos.

O locutor A utiliza frequentemente o ponto final (ex: “Então o que me dizes a esses acontecimentos daí.”) em lugar do sinal gráfico de interrogação ou o sinal de exclamação quando, claramente, procura a confirmação através de uma interrogativa (ex: “Está bem!”)

Nestes casos, a pontuação foi mantida dado não impedir a boa interpretação.

III.3.2.4. Ortografia.

É regularizada de acordo com a norma atual.

Ex: “talves” > “talvez”; “acente” > “assente”; “puz” > “pus”; “geitosa” > “jeitosa”; “geito” > “jeito”; “socêgo” > “sossego”; “limpesa” > “limpeza”; “chasinho” > “chazinho”.

III.3.2.5. Formas verbais.

É regularizado o emprego de <-ão> como marca da 3.^a pessoa do plural do futuro simples do indicativo.

Ex: “assim as cartas chegaram mais depressa” > “assim as cartas chegarão mais depressa”.

III.3.2.6. Formas verbais de flexão pronominal.

São atualizadas e regularizadas, quanto à flexão, grafia e uso do hífen, os pronomes átonos de objeto direto e de objeto indireto em posição enclítica e mesoclítica ao verbo.

Ex: “dizer-mes” > “dizeres-me”; “encontras-te” > “encontreste”.

III.3.2.7. Particularidades gráficas dos manuscritos.

Os sublinhados existentes nos manuscritos foram mantidos na transcrição.

O texto adicionado pelo curador, em 2012, sobre a redação de base, aparece assinalado entre parênteses angulares.

A negrito, e entre parênteses retos, são anotadas: i) as palavras, expressões ou parágrafos acrescentados pelos autores na margem ou na entrelinha; ii) as mudanças de orientação espacial do texto na superfície da página. Segue-se, nestas ocorrências, as sugestões propostas por Marquilhas (2008: 50-51): [orientação vertical], [texto livre nas margens], [inversão da página], [escatocolo / remate], [fecho], [ps].

IV ESTRUTURAS CONVERSACIONAIS DO DISCURSO EPISTOLAR EM ANÁLISE: REGULARIDADES DISCURSIVAS.

A correspondência em análise constrói-se com base num conceito de permanente reciprocidade (note-se que as referências a cartas recebidas que se retomam - “*respondo à tua carta de ...*” - são recorrentes e estão presentes em quase todas as missivas). Esta forma de comunicação e troca serve, entre propósitos mais prosaicos de resolução dos assuntos quotidianos³⁸ que compõem a soma dos dias, o intento maior de eliminar a distância e, sobretudo, a ausência imposta, indesejada, pungente e dramática.³⁹ Desfiando os pequenos acontecimentos em que se vai entrelaçando a fragilidade dos dias, procura-se reconstruir um projeto comum, num futuro próximo que prometa conglutinar tempos, espaços e vidas.

No quadro espaço-temporal em que se inscreve o ato de escrever para responder, ou de escrever na expectativa de uma resposta, o texto epistolar em análise constitui um texto dialógico⁴⁰ que pode ser analisado na linha dos trabalhos seminais de Kerbrat-Orecchioni (1990, 1992, 1998a, 1998b). Nele, através dele, se multiplicam as interações que avivam e prolongam o “convívio impossível” (Rocha, 1985: 14), se preenchem os hiatos temporais que se desejam encurtar (atente-se à frequência quase diária da correspondência nos anos de 1974, 1975 e 1976), assim se tornando presente e próximo o ausente e distante.

Importa, assim, para além de outras práticas semióticas, que também envolvem materialidades diversas, observar as condições de produção (De Fina, 2020: 10), em que estas narrativas emergem.

³⁸ Na sua proposta de classificação de géneros do discurso epistolar, Adam inclui a correspondência familiar no género “correspondência íntima”, como género que se define pela natureza das relações entre os participantes e que autoriza a utilização de um tom pouco formal. (Adam, 1998: 46).

³⁹ Oscilando no grau de elaboração, determinado pela complexidade do intercâmbio em curso e pela identidade dos interactantes, o texto epistolar configura uma estrutura hierarquizada em que cada nova intervenção decorre de contributos anteriores e é por eles condicionada (Silva, 2012: 172).

⁴⁰ Numa perspetiva pragmática e textual, Adam considera também que é possível detetar, no discurso epistolar, macrounidades que se inscrevem nas sequências definidas como dialógicas (Adam, 1998: 41).

IV.1. O quadro espaço-temporal.

IV.1.1. O quadro espacial: território afetivo entre *aqui* e *aí* / *cá* e *lá*.

Luanda, 6 de Setembro de 1974

Infante D. Henrique, 7/9/74

Os atos de localização espaço-temporal, sequências fáticas prototípicas de abertura das missivas (Adam, 2011)⁴¹, enquanto pontos de referência do “cenário” e do tempo de enunciação, estabelecem o “quadro interacional” (Goffman, 1981) ou “frame interativo” (Tannen, 1990).

Na correspondência do locutor A, a sequência fática de abertura é constante e regular desde a primeira até à última carta (*Luanda, 6 de Setembro de 1974, Luanda, 7 de Setembro de 1980*), com a indicação de lugar e data inscrita à direita da página, na primeira linha ou na margem superior. A localização espacial surge sempre anteposta à menção da data e esta é sempre referida, por extenso, através do sistema dia, mês, ano.

Na correspondência do locutor B, as referências espaço-temporais configuram um importante acréscimo de informação. Se considerarmos as primeiras cartas, registamos a evidência da indicação dos lugares do locutor como reflexo de uma ordem deposta, de uma existência deambulante e dispersa que se procura reagrupar, num percurso de reconstrução da identidade. A primeira carta, datada de 7/9/74 tem aposta a localização *Infante D. Henrique*. A segunda, datada de 9/9/74, não tem indicação de lugar, mas é possível situar a enunciação ainda a bordo do Pacote Infante D. Henrique (“*anunciaram hoje que dia 11, 4ª feira às 10h estamos em Lisboa*”). As cartas seguintes documentam o percurso de deslocamento desde a chegada a Lisboa, formalidades de desembarque de pessoas e bagagens, procedimentos burocráticos para desalfandegar a vida que se encaixotara em Luanda (*Lisboa 12/9/74, Lisboa 13/9/74, Lisboa, 15/9/74, Lisboa 17/9/74, Lisboa 19/9/74*), até à procura de um lugar para ficar (*Alvaiázere 21/9/74, Casais 22/9/74, Casais 24/9/74, Alvaiázere 27/9/74*). Mais tarde, quando o descompasso dos dias se começa a aquietar, recomeçar significa também

⁴¹ De acordo com Adam (2011: 259), a forma epistolar respeita um plano de texto fixo (cuja estrutura se assemelha à dos textos dialogais) e apresenta algumas constantes composicionais: segmentos fáticos de abertura e fecho e segmentos transacionais que constituem o corpo da carta.

reencontrar-se, reinventando-se identitariamente em outras localidades (*Elvas 21/3/75, Elvas 22/3/75, Portel 23/6/75, Portel 25/6/7*”).

Não são estes, todavia, locais de mudança, antes constituem

i) momentos de revisitação da terra natal:

(11) *Encontro-me em Elvas, onde chegámos ontem às 17h. Fomos a Vila Boim, gostei de ver a minha terra, é sempre agradável voltar ao local onde nascemos e passámos a nossa infância.* [B-21/03/75]

ii) viagens de curta duração para resolução de assuntos pendentes:

(12) *Aqui me encontro no Alentejo, era para irmos já hoje embora, mas o homem que quer comprar a horta só chega amanhã. Aqui também é o fim do mundo, a minha mãe também anda com receio que lhe ocupem a casa e a horta, foi mais o que nos trouxe aqui.* [B-22/03/75]

(13) *Hoje só fiquei cá eu e as meninas, os pais, o Zé e o tio foram para Elvas por causa das escrituras.* [B-23/06/75]

De realçar que a correspondência mantém o ritmo quase diário, mesmo nos momentos em que o locutor realiza pequenas deslocações.

As indicações de espaço e de lugar, entendidas por Adam como unidades peritextuais da sequência dialogal (Adam, 2011: 203), circunstâncias únicas em que a interação ocorre e que a condicionam, são inscritas pelo locutor B centradas na primeira linha ou na margem superior da página e grafadas de formas distintas, ora com recurso à numeração árabe, ora com recurso à numeração romana (*Alvaiázere 21/1/78, Alvaiázere 24/X/74*). A referência aos topónimos não é, no caso do locutor B, separada da menção da data por vírgula.

Em ambos os interlocutores, a disjunção na distância espacial entre Angola e Portugal é normalmente medida com recurso aos advérbios de lugar “aqui/cá” e “aí”, deíticos que marcam a rutura na existência, a disrupção na ordem anteriormente estabelecida, mais do que a distância física. Com efeito, na sua função discursiva, a oposição entre “cá”, aqui, neste lugar e “aí”, nesse lugar, agora distante, demonstra a irreversibilidade da situação em que os interlocutores se encontram.

Em carta datada de 30/03/76, o locutor B escreve: “*Dizes que não sabes o que há-de fazer, não me parece difícil, pois se não aceitam aí a tua família parece-me que a solução só pode ser uma.*”

Intensificando o sentido de um dos elementos do enunciado (o verbo “aceitar” na sua forma negativa), o advérbio “aí” torna evidente que o percurso futuro se terá de construir

com base na não aceitação, ou na expulsão da família “desse lugar”. A solução, que “só pode ser uma”, não está no “aí”, mas no “aqui” (“*Aqui também se governa a vida*” B-25/03/76). Por vezes, o critério semântico de localização espacial esbate-se e “aqui” e “aí” tornam-se território comum de partilha de um percurso e de objetivos conjuntos, são apenas “entre nós”, lugar de afetividade (“*Estou pronta a ajudar-te sempre aqui e aí, está bem?*” B-27/09/75).

Ao mesmo tempo, na construção de um discurso testemunhal de caráter confessional, o contexto de comunicação apenas é possível de ser integralmente compreendido pelos interactantes. O segmento, “pois, se não aceitam”, sem referente fixo ou determinado, não permite reconhecer o sujeito da ação por indicações fornecidas previamente na comunicação. Denota um conhecimento partilhado do mundo que se atualiza na utilização dos deícticos espaciais “cá” e “aí” identificáveis pelo local em que se inscreve o ato de enunciação (Angola e Portugal) mas que também referenciam localizações mais concretas:

i) “cá”, [em nossa casa]

(14) *Pois cá está o Basílio, deu-me notícias de todos vós que muito gostei de ouvir e contou-me muitas coisas dos miúdos de que também gostei de saber e que vieram aumentar a minha saudade.* [A-13/10/74]

ii) “aí”, [em casa dos avós]

(15) *Penso que aí irão passar umas boas férias.* [A-27/09/74]

Fica evidente, desde o início, a interseção entre a história de vida que é partilhada e o contexto de insegurança, perturbação e instabilidade política em que esta se inscreve e que é causador de preocupação (“*desejo [...] que nada de mal vos tenha acontecido, só por milagre não vos acontecerá nada*”). Com efeito, o período de transferência de poderes até à independência de Angola⁴² foi pautado por confrontos (entre os diferentes movimentos – MPLA, FNLA e UNITA - que combatiam pelo estatuto de governante⁴³) e por perturbações várias (faltam bens de primeira necessidade; as indústrias, os serviços e as escolas começavam a parar por falta de matéria-prima ou por falta de técnicos, funcionários e

⁴² O acordo entre Portugal e os três movimentos de libertação de Angola (A FNLA, dirigida por Holden Roberto; o MPLA, presidido por Agostinho e Neto e a UNITA de Jonas Savimbi), assinado no Alvor, a 15 de janeiro de 1975, estipula o dia 11 de novembro como a data oficial da independência de Angola.

⁴³ “Se entre 16 e 21 de Junho de 1975 os jornais angolanos depositavam verdadeira esperança no acordo assinado na Cimeira de Nakuru, no Quénia, por Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, em poucas semanas ficou claro que uma transição pacífica para a independência não passava de uma utopia.” (Garcia, 2011: 138-139)

professores, entretanto a regressar massivamente a Portugal⁴⁴). A referência a acontecimentos, notícias de última hora ou projeções emergem nas práticas discursivas e semióticas dos locutores como formas de posicionamento, fundamentam os dados como um evento interacional e permitem compreender as dimensões múltiplas de contextos relevantes (De Fina, 2020: 20) com impacto muito significativo na vida presente e na projeção do futuro.

Referem-se às notícias provenientes de Angola - o “aqui” do locutor A - que dão conta do agudizar dos confrontos (“*Isto aqui vai indo melhor um dia e pior o outro.*” A-05/11/74; “*De facto por aqui entrou em vigor o cessar-fogo com a FNLA, mas a agressão ideológica por parte do MPLA continua agora com toda a intensidade.*” A-18/10/74⁴⁵) que, todavia, se procuram mitigar através de mecanismos discursivos ao serviço de uma função persuasiva e tranquilizadora (“*Mas não te preocupes que todo este movimento não é nada de grave se comparado com os terríveis dias de Julho e Agosto que tu cá passaste com os nossos filhos.*” A-08/11/74). Fazem parte destes mecanismos discursivos de mitigação o uso da negativa “não é nada de grave” e o uso da frase subordinada condicional “se comparado com os terríveis dias de Julho e de Agosto” que diminui a gravidade dos problemas relatados no presente por comparação com outros ocorridos nos “terríveis dias de Julho e Agosto”.

A dinâmica interacional que se realiza atualizando as referências deíticas “aí” ou “aqui” desenvolve caminhos discursivos que permitem acomodar intersubjetivamente as narrativas de experiências de vida:

Eu toda contente ontem, ouvi boas notícias de Angola, que o Eng^o Falcão tinha ido a Kinshasa falar com os partidos etc, pensei bem aquilo não está a correr mal, hoje percebi que houve nova agitação. Mas olha Zé, não sei se será aí ou aqui que estará pior, foi hoje apreendido material de guerra, uma coisa doida, na sede do Partido Progressista em Lisboa, isto é o fim⁴⁶, temos de ir para o Brasil ou para a Conchinchina.
[B-02/10/74]

⁴⁴ “De um momento para o outro passou a faltar tudo. Os transportes pouco circulavam, ninguém recolhia o lixo e não havia água, nem luz, comprometendo, por exemplo, a produção de pão – até porque a farinha também escasseava.” (Garcia, 2011: 142). Marques (2018: 48) afirma: “Alguns portugueses começaram a partir no início das férias escolares. Devido à insegurança – muitos africanos eram impedidos de comparecer ao trabalho, viaturas das empresas que transportavam pessoal eram apedrejadas e eram frequentes as ameaças de morte aos funcionários - , muitas firmas concederam férias ou encerraram provisoriamente.” (Marques, 2018: 48).

⁴⁵ Adamopoulos (2012), Garcia (2011) e Coelho (2012) dão conta do agravamento das hostilidades contra os portugueses: transcrevem testemunhos de torturas, perseguições e ameaças de morte, ocorridas no período anterior à independência. Marques (2018: 80) refere: “Em Outubro [1974], do norte e do leste de Angola eram diariamente reportados incidentes com vítimas mortais, actos de vingança sumária contra capatazes, gerentes ou outros ex-colonos. Os atentados contra a vida e os bens dos portugueses sucediam-se.”

⁴⁶ Veja-se, a este propósito, a descrição feita por Mário Murteira em “A situação económica em Portugal: origens e perspectivas” (Versão em português da comunicação apresentada à conferência internacional

O pronome demonstrativo de valor deítico “isto” (“*Isto é o fim, olha Zé isto é incrível, tu nem sonhas o banzé que vai por aqui.*” B-12/09/74) permite estabelecer a sua referência tendo em conta a relação de proximidade ou distância a partir da localização geográfica dos locutores, no contexto da separação física imposta por circunstâncias externas à vontade dos interactantes.

IV.1.2. O quadro temporal: a ilusão da presença num ‘agora’.

Lembrei-me mesmo neste instante que fazemos anos de casados
[B-09/12/74]

Recebi agora mesmo a tua carta de 7 deste mês...
[A-11/03/75]

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1998b), escrevemos porque estamos separados e, ao mesmo tempo, para “criarmos a ilusão de que estamos juntos” (Kerbrat-Orecchioni (1998b: 17, tradução nossa). Com efeito, sobretudo nos primeiros anos de separação, a frequência das cartas em análise é diária (por vezes ocorrendo até escreverem mais do que uma carta por dia, como já referimos), procurando encurtar a distância e diminuir os intervalos de ausência. Em face do contexto de afastamento indesejado, os interlocutores seleccionam mecanismos linguísticos que permitam criar a “ilusão da realidade” (Altman, 1982:118, tradução nossa), numa passagem do mundo real a mundos alternativos de presença e imediatismo.

Assim, as fronteiras do quadro temporal situam-se, frequentemente, no “hoje”, “agora”, “neste instante” (“*Escrevo agora um bocadinho do escritório*” A-06/04/75; “*Lembrei-me mesmo neste instante que fazemos anos de casados*” B-09/12/74; “*Hoje chegou a Luanda o Dr. Agostinho Neto, foi muita gente ao aeroporto pelo que ouvi na rádio.*” A-04/02/75).

Os interlocutores (sobretudo o locutor A) delimitam, frequentemente, o quadro temporal, fornecendo indicações precisas sobre o momento do dia em que escrevem:

realizada em Abril último na Universidade de Toronto, no Canadá, sobre o tema «Crisis in Portugal», p. 279: “Durante 1974 e alguns meses de 75, assistimos em Portugal a crescentes lutas de classes que conduziram o país a uma situação pré-revolucionária. Depois dos acontecimentos dos últimos meses do ano passado, esta situação modificou-se, mas estamos ainda muito longe duma sociedade relativamente estável, com um dado suporte institucional onde a actividade económica e política sigam determinadas regras estabelecidas, mesmo muito amplas. As presentes regras do jogo económico e político em Portugal são ainda precárias e a «crise» consiste, de facto, num tumultuoso processo de transição e ajustamento, ele próprio desenvolvendo-se de forma aleatória, às apalpadelas, buscando certo lugar de estabilização.” (Murteira, 1976: 279).

- (17) *É domingo à tarde* [A-25/05/78]
- (18) *Estou a escrever-te à noite, como sempre* [A-25/05/78]
- (19) *Já hoje te escrevi umas linhas muito à pressa. Agora ao serão estou a escrever-te com mais calma pois os miúdos já estão todos a dormir.* [B-08/10/74]
- (20) *Estou a escrever-te dia de carnaval à noite...* [A-11/02/75]
- (21) *Hoje aproveito por ser um bocadinho mais cedo para te escrever...* [A-19/09/74]
- (22) *Hoje é sábado...* [A-18/06/77]
- (23) *Já hoje falei contigo, mas, como é domingo à tarde, aproveito para te escrever um bocadinho e assim deste modo falar mais um pouco contigo.* [A-12/06/77]

De salientar o emprego do verbo ‘falar’ utilizado para referir a conversa ao telefone, mas também o diálogo que se prolonga e se materializa na escrita.

Tomando o locutor como eixo central de referência, os deícticos temporais têm um estatuto paradoxal: ao mesmo tempo que produzem um “efeito de presença”, sublinham a realidade da ausência já que seriam dispensáveis em situação de comunicação partilhada (Kerbrat-Orecchioni 1998b: 17).

Atentemos em particular no funcionamento e nas “propriedades temporais” (Matos, 1988: 120) do advérbio ‘agora’, recorrentemente utilizado ao longo das cartas em situações distintas.

i) Observamos, em primeiro lugar, a preocupação do locutor (A) em concretizar e especificar a simultaneidade da referência temporal do advérbio ‘agora’ com o tempo da enunciação. Tal cuidado justifica-se uma vez que as coordenadas temporais fornecidas nas cartas apenas dizem respeito ao dia em que foram escritas (sabemos que, em alguns casos, foram completadas ou terminadas em diferentes momentos do dia e, por vezes, até em dias distintos):

- (24) *Recebi agora (17h do dia 1) as tuas cartas de 20 e 27.* [A-01/04/75]
- (25) *Hoje, como sabes, é o dia da tomada de posse do Governo de transição, ninguém foi trabalhar, é feriado, mas parece-me que, salvo uma ou outra pequena coisa, nada aconteceu até esta hora em que te escrevo (21,30) nada de grave.* [A-31/01/75]

ii) Selecionando um intervalo de tempo contido ou contendo o intervalo de enunciação, o localizador temporal contribui para a construção do efeito de presença:

(26) *Agora vou responder às tuas cartas de 12,13 e 15 pela ordem dos assuntos nelas referidos...* [A-18/09/74]

(27) *Agora respondo à tua carta de ontem...* [A-28/01/75]

(28) *Está agora a dar [na Emissora Nacional] a retransmissão do discurso do Johnny Eduardo (FNLA) do colégio Presidencial...* [A-31/01/75]

(29) *Agora está a dar o programa da UNITA e daqui a pouco vem a FNLA...* [A-02/12/74]

iii) Refere uma situação ocorrida num passado recente:

(30) *Agora à saída da missa o senhor de Luanda (da drogaria) disse-me que ia para Luanda amanhã, se queria alguma coisa. Aproveitei e mandei o que tinha em casa.* [B-06/10/74]

iv) Empregue conjuntamente com o auxiliar aspectual terminativo ‘acabar de’, assume uma perspetiva dinâmica, operando uma transição temporalmente muito próxima entre uma situação e o momento da enunciação:

(31) *Acabei agora de te telefonar, estou nervosa, mas estava muito mais antes...* [B-09/11/74]

(32) *Acabei agora de ouvir uma mensagem do Savimbi que demorou uma hora e meia ou seja das 20 horas até às 21,30...* [A-13/03/75]

(33) *Acabei agora de ouvir uma conferência de imprensa em que o Lúcio Lara condenou abertamente o banditismo dos musseques e as greves selvagens.* [A-21/11/74]

A proximidade temporal com o momento da enunciação é intensificada através do emprego do advérbio ‘mesmo’:

(34) *Acabei agora mesmo de escrever ao Basílio...* [A-16/02/75]

(35) *Recebi agora mesmo a tua carta de 7 deste mês...* [A-11/03/75]

(36) *Estou a escrever-te do escritório, recebi agora mesmo as tuas cartas de 25 e 26 de Fevereiro a que venho responder...* [A-01/03/75]

v) O valor de ‘agora’ pode ser também retrospectivo, funcionando, frequentemente, como um ponto de referência a partir do qual uma situação pretérita é avaliada (Matos, 1988:121). Ao referir-se, em 1976, ao clima de insegurança que se continua a viver em

Luanda, o locutor A diz-nos que os roubos continuam, embora não sejam ‘*agora*’ da mesma natureza que foram anteriormente (“*Agora já os carros dos ‘colonos’ para roubar não são muitos, começa-se pelos dos ‘patricios’.*” A-10/03/76).

vi) Assume também valor prospetivo (Matos, 1988: 121). Contém o intervalo da enunciação, mas as suas fronteiras prolongam-se num futuro próximo (“*Vou agora para os Casais passar o resto do domingo e buscar os meninos*” B-06/10/74); num futuro indefinido (“*Mas eu não acredito nas notícias que por aí propalam aqueles que agora detêm o poder*” A-07/10/74; “*Agora para o despacho do carro já não é preciso meter despachante*” A-04/10/74) ou podem referir um futuro que será diferente de um passado onde se incluem séculos de história (“*Agora estamos na fase da campanha contra o racismo*” A-28/02/76). Neste último exemplo, o deíctico não encerra apenas uma referência ao momento da enunciação, mas ao momento da atualidade contextual.⁴⁷

A situação de enunciação única e irrepitível em que o advérbio temporal ‘*agora*’ é ativado denota um tempo de incerteza, de insegurança, de inconstância, de readaptação que é necessário realizar ‘*agora*’ e ‘*a partir de agora*’. Destaca a fragilidade do presente a que os locutores estão ancorados e a incerteza face a um futuro que se procura anteciper, mas que se evidencia como incontrolável.

O abandono das vidas anteriormente estabelecidas, da forma repentina e urgente como foi feito, deixou os alocutários vulneráveis, num processo complexo e contraditório, numa experiência de desenraizamento, rutura e mudança, ainda não assimilada e que gera momentos de difícil gestão das emoções. Os locutores em interação modificam os seus estados epistémicos, comportamentais e emocionais, por força da influência recíproca, mas, sobretudo, pelo efeito de um contexto cujos contornos de insegurança se agravam ‘*agora*’ diariamente (“*Um dia dizes: vou mandar fazer a casa, no dia seguinte dizes: já não faço. Hoje dizes: tem coragem, amanhã dizes: olha que não vale a pena.*” A-17/06/76; “*Tenho vivido na esperança que o dia de amanhã seja melhor que o de hoje.*” A-28/03/76).

Permanecer num território onde a sua presença se tornou ilegítima, regressar a uma terra onde o retorno não é desejado tornou-os expatriados e exilados. Encontram, na superfície das muitas páginas que trocam, o “*aqui*” e “*agora*”, uma geografia de proximidade,

⁴⁷ Embora mantendo o uso marcadamente temporal, o advérbio assume, cumulativamente, um valor argumentativo. Estabelece uma relação de contraste, com valor antitético (Mateus, 1989:105), consequência, introduz um novo tópico na interação, funciona como marcador de transição do discurso, pode cancelar uma implicatura conversacional (Matos, 1988). Iremos abordar estes usos num outro momento deste estudo.

território afetivo onde se acolhem e que lhes permite reconstruir a identidade e redefinir um rumo comum.

É neste sentido que nos importa atentar nas rotinas de abertura e saudação.

IV.2. Rotinas verbais de abertura: *Querida Joaquina / Querido Zézito.*

Na sua proposta de classificação de géneros do discurso epistolar, Adam (1998: 46-47) inclui a correspondência familiar no género “Correspondência íntima”, que se define pela natureza das relações entre participantes: “Ces relations entre correspondants autorisent un ton peu formel” (Costa, 2015: 52).

O modelo proposto por Adam considera que, apesar da diversidade do género, a forma epistolar respeita um plano de texto fixo que apresenta algumas constantes composicionais: i) o contacto inicial com o destinatário da carta; ii) a apresentação e o objeto do discurso; iii) a interrupção final do contacto. As duas macroproposições identificadas em i) e em iii) podem desdobrar-se em unidades peritextuais e em zonas fronteiriças de abertura e de fecho, mantendo-se segmentos fáticos com fortes restrições composicionais.⁴⁸ Estes momentos do discurso epistolar são fortemente ritualizados e há um uso prototípico das formas de tratamento. Como referem Marquilhas & Albino (2005: 1008), estes rituais verbais fazem “parte da própria materialidade da carta” (Marquilhas & Albino, 2005: 1008, tradução nossa).

Com efeito, a forma de abertura, nas cartas do locutor A, apresenta uma estrutura prototípica que se concretiza na saudação através de uma expressão apelativa. Esta surge sempre posicionada, relativamente ao corpo do texto, de forma isolada, na primeira linha, e inserida à esquerda da página.

⁴⁸ Marquilhas & Albino (2005: 1008) referem a presença, na correspondência dos presos do Limoeiro (“cartas aterroradoras”, de ameaça, escritas durante o Século XIX) de modelos, espécie de minutas, em que apenas mudavam: a referência e a quantia exigida na extorsão; o nome e o lugar de residência do destinatário. A cortesia no tratamento era, todavia, rigorosamente observada, “como se fizesse parte da própria materialidade da carta” (Marquilhas & Albino, 2005: 1008; tradução nossa).

Estruturas prototípicas de abertura das missivas do locutor A:

1974	Querida Joaíinha	Adj. + nome próprio + sufixo -inha
1975	Joaíinha Querida Joaíinha Minha querida Joaíinha	Nome próprio + sufixo -inha Adj. + nome próprio + sufixo -inha Det. pos. + Adj. + nome próprio + sufixo -inha
1976	Querida Joaíinha Minha querida Joaíinha Joaíinha, minha querida mulher	Adj. + nome próprio + sufixo -inha Det. pos. + Adj. + nome próprio + sufixo -inha Nome próprio + sufixo -inha + det. pos. + adj + categoria de vínculo de parentesco
1977	Querida Joaíinha Minha querida Joaíinha Joaíinha, minha querida mulher	Adj. + nome próprio + sufixo -inha Det. pos. + Adj. + nome próprio + sufixo -inha Nome próprio + sufixo -inha + det. pos. + adj + categoria de vínculo de parentesco
1978	Joaíinha, minha querida mulher	Nome próprio + sufixo -inha + det. pos. + adj + categoria de vínculo de parentesco
1979	Joaíinha, minha querida mulher	Nome próprio + sufixo -inha + det. pos. + adj + categoria de vínculo de parentesco
1980	Joaíinha, minha querida mulher Querida Joaíinha	Nome próprio + sufixo -inha + det. pos. + adj + categoria de vínculo de parentesco Adj. + nome próprio + sufixo -inha

Sintaticamente constituída, mais frequentemente, por um grupo nominal composto por adjetivo (que ocorre sempre em posição pré-nominal) a se que segue o nome próprio do interlocutor, tal como é utilizado no contexto familiar (*Querida Joaíinha*), a sequência de abertura assume variados matizes e serve o propósito geral de acentuar o sentimento de carinho, intimidade e proximidade. Destaca-se, de forma mais regular, nas cartas de 1977 e, de forma sistemática, nas cartas dos últimos três anos, o emprego do modificador restritivo do nome com referência explícita ao parentesco.

Uma das últimas cartas de que dispomos (26/07/1980) utiliza precisamente a mesma rotina da primeira carta (*“Querida Joaíinha”*), escrita seis anos antes (06/09/1974). O recurso reiterado ao afixo avaliativo -inh-, sufixo de grande vitalidade no Português Europeu, traduz, de forma renovada e constante, ao longo de seis anos de interações quase diárias, o apreço do falante relativamente ao denotado (Rio-Torto, 2016: 437).

Estruturas prototípicas de abertura das missivas do locutor B:

1974	Querido Zé Querido Zézito	Adjetivo + nome próprio (familiar) Adjetivo + nome próprio (familiar) + sufixo -ito
1975	Querido Zézito Meu querido Zézito Meu querido marido	Adjetivo + nome próprio (familiar) + sufixo -ito Det. pos. + adj. + nome próprio (familiar) + afixo -ito Det. pos. + adj. + nome (categoria de vínculo de parentesco)
1976	Querido Zézito Meu querido Zézito Querido marido Meu querido marido	Adjetivo + nome próprio (familiar) + sufixo -ito Det. pos. + adj. + nome próprio (familiar) + afixo -ito Adjetivo + categoria de vínculo de parentesco Det. pos. + adj. + nome (categoria de vínculo de parentesco)
1978	Querido Zézito Meu querido Zézito	Adjetivo + nome próprio (familiar) + sufixo -ito Det. pos. + adj. + nome próprio (familiar) + afixo -ito
1979	Querido Zézito Meu querido Zézito	Adjetivo + nome próprio (familiar) + sufixo -ito Det. pos. + adj. + nome próprio (familiar) + afixo -ito
1980	Querido Zézito	Adjetivo + nome próprio (familiar) + sufixo -ito

No caso do locutor B, as rotinas discursivas de abertura são bastante constantes ao longo de todo o período em que ocorre a troca de correspondência. Os “termos de interpelação” (Adam, 2011: 259) oscilam, sobretudo, na anteposição do determinante possessivo (“*Meu querido Zézito, Meu querido marido*”) ou na sua omissão (“*Querido Zézito, Querido marido*”), conferindo ênfase maior ou menor à relação de proximidade.

O mecanismo redutivo de truncação utilizado no hipocorístico monossilábico (‘Zé’), gerado por seleção da sílaba tónica e apagamento de todo o material segmental à sua esquerda (Rio-Torto, 2016: 477) apresenta grande vitalidade na linguagem familiar em português europeu e ocorre, por definição, associado à manifestação de afetividade.

Ainda que o sufixo z-avaliativo-zit- (sufixo com menor grau de produtividade do que o sufixo -zinh-) possa, em algumas ocorrências, ser usado para traduzir um certo distanciamento ou um menor grau de empatia afetiva relativamente àquele que -inh-manifesta (Rio-Torto, 2016: 477), no emprego em análise, parece refletir uma relação de grande proximidade, enunciando atos expressivos de “espontaneidade afetiva” (Costa, 2015: 57), que contribuem para diminuir a distância psicológica.

IV.3. Fórmulas de saudação inicial: a escrita como estratégia de aproximação.

Estimo de todo o coração que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos, que eu estou bem graças a Deus.

[locutor A]

Do coração te desejo saúde e paz e que nada de mal vos tenha acontecido. Nós todos bons Graças a Deus.

[locutor B]

O termo de interpelação (“*Meu querido Zézito; Minha querida Joaquina*”) tal como o segmento fático inicial, sequências composicionais constantes no texto epistolar, (“*Estimo de todo o coração que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos, que eu estou bem graças a Deus.*” [locutor A]; “*Do coração te desejo saúde e paz e que nada de mal vos tenha acontecido. Nós todos bons Graças a Deus.*” [locutor B]) observam as rotinas habituais que configuram, no pacto epistolar, as exigências de saudação e revelam, desde logo, a relação de proximidade e os laços afetivos existentes entre os intervenientes.

As fórmulas de saudação inicial, estratégias discursivas ritualizadas, com elevado grau de previsibilidade (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 20), referem e incluem

i) votos que incidem sobre o presente ou o passado do interlocutor perspectivados em relação ao ato de leitura:

(37) *Estimo e desejo de todo o coração que te encontres bem em companhia de todos os que nos são queridos, que a tua viagem tenha corrido da melhor forma possível em companhia da nossa querida Sofia.* [A-06/09/74]

(38) *Espero que esta carta te vá encontrar já na tua casa e que as bagagens tenham chegado em boa ordem.* [A-29/09/74]

(39) *Deus queira que tenhas feito boa viagem...* [B-11/12/75]

ii) o tópico da saúde do destinatário, do autor ou de entes próximos:

(40) *Estimo de todo o meu coração que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos e de toda a nossa família, que eu fico bem graças a Deus.* [A-14/09/74]

(41) *Faço votos de que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos...* [A-09/11/74]

(42) *Estimo e desejo de todo o coração que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos que eu fico bem graças a Deus. A Irene e o João também estão bem.* [A-11/02/75]

(43) *Faço votos de que o teu pai esteja melhor.* [A-08/07/75]

(44) *Faço votos para que te encontres de saúde e que a Irene já esteja melhor, e que tudo aí vá correndo bem.* [B-30/01/75]

iii) a expressão da preocupação com o agravamento da situação de insegurança:

(45) *Faço sinceros votos para que te encontres bem de saúde e bem-disposto e aí não haja barulho.* [B-12/09/75]

(46) *Faço ardentes votos para que te encontres de saúde e que Luanda já esteja mais calma.* [B-11/10/75]

(47) *Faço votos para que te encontres de saúde e que tudo aí corra pelo melhor.* [B-21/01/75]

(48) *Do coração te desejo que te encontres de saúde e que a paz tenha voltado a essa terra, que Deus nos proteja.* [B-15/05/75]

iv) o propósito de tranquilizar a família

(49) *Estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos que eu graças a Deus estou bem. Agora ando melhor.* [A-17/03/75]

(50) *Do coração desejo que te encontres de perfeita saúde, na companhia do João e da Irene que eu e os filhos estamos bons graças a Deus.* [B-25/02/75]

Atente-se no emprego recorrente, pelo locutor A, do segmento discursivo “Eu fico bem” em vez do segmento mais habitual e que regista, em Português Europeu, maior produtividade “Eu estou bem”. Com efeito, o verbo ‘ficar’ (que ocorre sobretudo nas cartas dos primeiros meses) partilha com ‘estar’ o potencial semântico-sintático, mas é perspectivado como resultado de uma mudança que advém do fim de um evento anterior.

Nos rituais discursivos selecionados pelo locutor A, ocorre em construção com sintagma adverbial (“fico bem”) e assume o sentido genérico de “estar a partir de um momento, tornar-se” (Lehman, 2008: 4), semanticamente estabelecendo a oposição entre o “caráter estativo e o caráter resultativo” (Osório & Rebelo, 2007: 4) do predicado.⁴⁹ Apresentando o estado resultativo num enquadramento temporal presente, parece permitir

⁴⁹ Na classificação dos moldes do predicado proposta por P. Osório e I. Rebelo (2007: 11), “ficar constitui-se como uma forma verbal mutacional que, mesmo sem ter aumentado o seu número de argumentos, encontrou novos sentidos graças à presença dos definidores semânticos (DS) que a ele se ligam de forma estreita e com ele criam uma unidade geradora de sentido.”

concluir que, depois da partida da família, a sua situação se alterou tendo adquirido uma nova qualidade. O emprego do advérbio “bem”, portador de avaliação que afeta um elemento cotextualmente associado (Kerbrat-Orecchioni, 1980: 156) refere-se a bem-estar físico e anímico e retoma o tema da saúde do locutor. Integra um segmento revelador da construção de “rumos discursivos” (Almeida, 2011: 42) que denotam, desde o início da interação, o envolvimento conversacional dos interlocutores. Apesar da partida da família e de toda a complexa e imprevisível situação política, social e económica em curso, as sequências prototípicas de abertura impõem um *input* conversacional cujo objetivo ilocutório é, essencialmente (em particular nas cartas do locutor A), o de tranquilizar o alocutário.

Note-se que, ao longo de seis anos, independentemente do agravamento do contexto de guerra civil que se irá instalar em Angola e do tom mais ou menos dramático que, em consequência disso, o corpo da carta assumirá, as sequências prototípicas de abertura (nas cartas do locutor A) se mantêm regulares e praticamente inalteradas. Veja-se, a título ilustrativo:

(51) *Estimo e desejo de todo o meu coração que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos e de toda a nossa família. Que eu estou bem graças a Deus e por aqui as coisas estão agora um pouco mais calmas.*

[A-13/10/74]

(52) *Estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos e de toda a família que eu fico bem, graças a Deus, e por aqui tudo está calmo.*

[A-02/02/75]

(53) *De todo o coração estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos e de todos, que eu estou bem graças a Deus. Por aqui as coisas vão correndo assim, assim.*

[A-12/03/76]

(54) *Estimo e desejo de todo o coração que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos que eu, graças a Deus, estou bem. Por aqui as coisas vão correndo menos mal. Um dia melhor outro nem tanto...*

[A-04/06/76]

(55) *De todo o coração estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos que eu Graças a Deus estou bem.*

[A-21/07/77]

(56) *De todo o coração estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos e de todos da nossa família que eu, graças a Deus, estou bem.*

[A-20/07/78]

(57) *De todo o coração estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos que eu, g. a D., estou bem.*

[A-20/06/79]

(58) *De todo o coração estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos, que eu, graças a Deus, estou bem.*

[A-28/07/80]

Apesar da constância e ritualização das sequências de abertura, observa-se, nos períodos de maior perturbação política, o uso mitigado de estratégias discursivas de apresentação da situação de modo gradual para denotar que a escala do estado de disposição ou de acontecimentos se situa ao nível do razoável ou do aceitável. Destaca-se, em particular, i) o emprego da perífrase “as coisas vão correndo menos mal” e de ii) partículas que atenuam a força ilocucionária do ato de fala (“estão agora um pouco mais calmas”, “vão correndo assim, assim”, “um dia melhor outro nem tanto”), que Fraser designa como “adaptadores” (Fraser, 2010: 18). Trata-se de expressões lexicais que reduzem o compromisso com o conteúdo proposicional do enunciado e introduzem uma imprecisão (“fuzziness”), ou “precisão enfraquecida” (Caffi, 1999: 890) na interpretação do enunciado, com o objetivo claro de minimizar a preocupação do alocutário.

Na primeira carta do locutor B (07/09/74), a sequência de abertura (“*Só hoje ganhei coragem para te escrever pois até aqui tenho andado de tal maneira aborrecida que se te escrevesse seria uma carta triste e desanimada e tu precisas é de quem te dê ânimo pois para aborrecimentos já chegam os que tens.*”) revela aspetos formais que denotam, igualmente, o envolvimento do autor no “jogo interacional” (Almeida, 2011: 39). O recurso a expressões subjetivas (“aborrecida”, “triste”, “desanimada”) evidencia que o sujeito da enunciação se encontra implicado emocionalmente com o conteúdo do enunciado (Kerbrat-Orecchioni, 1980: 162). Por outro lado, o funcionamento semântico referencial do deítico temporal “hoje” - referência cotextual (07/09/74) - e, sobretudo, a locução adverbial “até aqui” (ou seja, ‘do dia da partida até hoje’) mobilizam implicaturas conversacionais (implicaturas não convencionais) decorrentes do contexto enunciativo.⁵⁰

A força que imprime ao discurso não se esgota, contudo, na palavra explícita, antes se prolonga e amplia, por via da codificação dos conteúdos implícitos à enunciação (Fonseca, 1992: 368). Assim, apesar da seleção lexical remeter para vocábulos com conteúdo semântico negativo, os dispositivos retóricos “*tu precisas é de quem te dê ânimo e aborrecimentos já chegam os que tens*” fazem parte de uma estratégia discursiva que implica

⁵⁰ Cf. a este propósito Duarte (2005: 291).

que o alocutário não tem ninguém: esta é calculada a partir do verbo “precisar” com a estrutura de realce “é que”. A sequência de justificação introduzida pelo marcador argumentativo justificativo-explicativo (Spengler,1980: 131) ‘pois’ (“*pois para aborrecimentos já chegam os que tens*”) configura uma estratégia de apelo ao consenso, atenuando o valor axiológico negativo do conteúdo proposicional “ter muitos aborrecimentos” e permite construir uma colaboração e um compromisso emocional entre os participantes da interação (Almeida, 2014: 5) assente na *doxa* partilhada pelos interactantes. Reconhecendo que o seu alocutário já tem muitos “aborrecimentos”, o locutor não quer contribuir para piorar o seu estado de espírito acrescentando outros, antes preferindo ‘dar ânimo’, ou seja, mobilizar recursos para a “organização interativa da coexperiência” (Almeida, 2014: 5).

A atitude modal de adesão face aos estados de coisas sucessivamente configuradas (Fonseca, 1992: 318), expressa no emprego do pretérito imperfeito do conjuntivo (“*se te escrevesse*”) e do presente do condicional (“*seria*”) exigiu a cessação do estado anterior (“*de tal maneira aborrecida*”) e representa, ao mesmo tempo, a fase ingressiva no novo estado (“*ganhei coragem*”). Seguindo o esquema proposto por Toulmin (2006: 141) e tomando como ponto de partida os dados “*se te escrevesse seria uma carta triste e desanimada*”, é apropriado e legítimo passar à alegação ou conclusão apresentada: “*só hoje ganhei coragem*”. Na estrutura macroproposicional da sequência argumentativa, Adam (2011b: 129-155) integrou o conceito de dialogismo como inerente aos movimentos argumentativos, resultante da introdução de uma conclusão que, de alguma forma, refuta a tese anterior (Silva, 2012: 158). Assim dito, no momento em que ‘ganhou coragem’ para escrever, o locutor tinha ultrapassado (pelo menos em parte), o estado de desânimo e aborrecimento em que se encontrava.

Neste sentido, destaca-se o carácter dialógico da sequência argumentativa que constitui o segmento fático de abertura e propõe-se a análise de um conjunto de propriedades que se evidenciam como propriedades constitutivas dos textos epistolares em análise e que parecem aproximá-los dos textos conversacionais.

IV.4. As escolhas linguísticas selecionadas no momento da acusação de recepção de carta.

Nestes três últimos dias recebi uma carta tua por dia, que são as tuas cartas de 27, 28 e 30 de setembro pelas quais te estou muito grato e a que vou responder pela ordem das suas datas.

[A-03/10/74]

A acusação da recepção de carta é dada através de rituais discursivos que exprimem a alegria de receber notícias. São expressões afetivas-qualificativas inseridas em atos de agradecimento que constituem estratégias discursivas de delicadeza positiva para com a ‘face’ positiva do alocutário que recebe a carta, realizando assim a acomodação intersubjetiva das ‘faces’ dos interactantes do discurso epistolar.

Com efeito, estas expressões ocorrem, no *corpus* em análise, acompanhadas do ato de agradecimento processado através de realizações diretas: “*Nestes três últimos dias recebi uma carta tua por dia, que são as tuas cartas de 27, 28 e 30 de setembro pelas quais te estou muito grato e a que vou responder pela ordem das suas datas.*” A-03/10/74; “*São sete da manhã, vou escrever-te um bocadinho em resposta às tuas cartas de 12 e 15 deste mês que ontem recebi e que te agradeço muito.*” A-18/10/74; “*Recebi as tuas cartas de 9 e 11 deste mês que te agradeço.*” A-14/11/74; “*Recebi ontem uma carta tua e hoje ao meio dia recebi um telegrama, estávamos a almoçar. Muito obrigada.*” B-11/10/74

O agradecimento é realizado através do performativo explícito seguido, por vezes, de um segmento justificativo que reforça o agradecimento: “*Recebi hoje duas cartas tuas uma de 21 e outra de 25, expresso. Obrigada, já andava aflita.*” B-28/11/74

Ocorrem também implicitamente, pela expressão de um sentimento de “alegria”, “satisfação”, pelo prazer de receber notícias: “*Aqui recebi o teu telegrama que me deu muita satisfação e muito mais ânimo para continuar aqui a cumprir as muitas obrigações que tenho que cumprir.*” A-06/09/74

Tal como nos atos conversacionais em presença, a interação ancora-se em expressões retificativas, manifestações verbais (e não verbais) de compreensão ou incompreensão ou sinais de escuta. Nas epístolas em análise, a “construção coletiva” do sentido (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18) estrutura-se através de processos de interssincronização das intervenções dos participantes (Rodrigues, 2011: 9). Os atos de recepção de carta desempenham, neste sentido, uma importante função de constituição de uma comunidade

em torno de um conhecimento partilhado (*Tenho aqui a tua carta de 26 a que ainda não respondi e a que venho responder preocupado por ti e por mim. Por ti por ver como encaras as coisas e por mim porque não sei o que hei-de fazer* A-01/08/76), constituindo-se “um mundo mental conjuntamente habitável” (Goffman, 1986: 95, tradução nossa) que tem de ser reativado:

(59) *Escrevi-te uma carta em 6 e hoje volto a escrever-te para que recebas notícias minhas logo após a tua chegada...*

[A-10/09/74]

(60) *Hoje não tenho carta para te responder, mas estou a escrever-te para ir agora ao aeroporto meter esta carta, porque penso que mais uma vez deves estar preocupada com as notícias que vão daqui.*

[A-31/05/75]

(61) *Esperava carta tua mas como não recebi aproveito para te dar notícias minhas e das nossas coisas por cá.*

[A-27/01/75]

Na perspetiva enunciada por Goffman, como “condição de felicidade” própria à interação discursiva, as opções sintáticas e pragmáticas refletem empiricamente a maneira como somos “obrigados a manifestar a nossa saúde mental durante as interações verbais, seja pela gestão das nossas palavras, seja pelas provas que damos da nossa compreensão dos outros” (Goffman, 1986: 95-96, tradução nossa). Com efeito, observamos a permanente preocupação do locutor A em manifestar o cuidado, atenção e dedicação que investe na leitura das cartas do locutor B:

(62) *Querida Joaquinha, recebi agora 6 cartinhas tuas e uma da Sofia. [...] Todas li com a melhor atenção e vou voltar a ler para a todas responder com toda a lealdade e dedicação que sempre te dediquei.*

[A-06/01/76]

(63) *Tenho aqui duas cartas tuas, uma do dia 12 outra do dia 13. Vi o que me dizes em ambas, mas vamos agora responder à carta do dia 13 e deixemos a do dia 12 para voltar a ler e meditar.*

[A-20/07/76]

(64) *Recebi as tuas cartas de 3 e de 4 que li com toda a atenção, como sempre, e a que venho responder.*

[A-08/04/75]

(65) *Vou responder às tuas cartas de 18, 21 e 22 deste mês, que li com a melhor atenção e mereceram todo o meu cuidado.*

[A-24/07/75]

Os determinantes indefinidos, empregues em posição pré-nominal, juntamente com o artigo definido (“*toda a lealdade e dedicação, toda a atenção, todo o meu cuidado*”) revelam escolhas linguísticas que incorporam aspetos relacionais e emocionais. Integrando asserções avaliativas positivas, constituem atos de valorização do alocutário e daquilo que é dito por ele. Ler “com toda a atenção” ou com “todo o cuidado” introduz uma atitude solidária, uma partilha de preocupações, uma relação que se estreita e aproxima. A gestão da interação faz-se, assim, no compromisso de ‘ouvir o outro’ e de manter o elo relacional.

A expressão da atenção e cuidado que se dedicou à leitura das cartas rececionadas, atos expressivos que se inserem nos rituais de abertura, acomodam enunciados de cortesia positiva, estratégias de aproximação e comportam, segundo Adam (1992: 260), as características que a retórica atribui ao exórdio: “preparar a receção da mensagem preservando a face de outrem”. Constituem “rituais confirmativos” (Kerbrat-Orecchioni, 1987: 10) e visam preparar, de forma harmoniosa e promissora, a relação interlocutiva ao mesmo tempo que constituem (conjuntamente com os atos de agradecimento, os votos, desejos ou fórmulas de esperança) “atos euforizantes” (Kerbrat-Orecchioni, 1987: 10), mitigadores da separação, considerada como um episódio intrinsecamente disfórico.

Manter o contacto é, com efeito, uma necessidade que se justifica pelo carácter disfórico da separação, pela disjunção espaço-temporal em que a interação acontece e pelos atrasos que frequentemente ocorrem na distribuição do correio num contexto particular de instabilidade política. Observamos que o locutor A escreve, mesmo quando não existe o compromisso de resposta: “*Hoje não tenho carta tua a que responder, mas vou escrever-te como faço sempre.*” (A-20/02/77).

A atividade de construção de sentido de uma narrativa que se partilha, rege-se, para além dos aspetos já enunciados, por regras de cooperação (Rodrigues, 2011: 3) que pressupõem a obrigação crucial de considerar os acontecimentos tal como o outro os vai compreender. Ou seja, a natureza das categorias linguísticas em que os participantes investem a sua energia emocional, com vista à construção do envolvimento conversacional, tem de ser convenientemente interpretada pelo alocutário (Goffman, 1986: 97). Colocando no centro da atividade de comunicação os interlocutores, as práticas linguísticas configuram-se estruturando e sendo estruturadas pela função interpessoal da linguagem, “uma linguagem-para-o-outro” (Marques, 2002: 33). No ato de receção de carta e na consequente resposta encontramos marcas desta alteridade e de dialogismo na permanente preocupação

em ser compreendido e em mostrar que se compreende o outro (*“Eu compreendo a tua decepção e o teu desânimo. Travaste uma dura batalha para que eu tomasse uma decisão e desse rumo à nossa vida.”* A-17/12/76), em desfazer os mal-entendidos, as dúvidas quanto aos referentes da enunciação, a distinção vulgarmente constatada entre o que se disse e o que se quis dizer (*“Recebi hoje a tua carta de 28 e vou ver se te consigo responder de maneira a que não haja mais mal entendidos.”* A-30/07/75). No enunciado *“Hoje respondo às tuas cartas de 26, 27 e 30 deste mês. Vi tudo o que me dizes e vou procurar responder-te o melhor que me for possível, porque o que eu quero é que compreendas a situação e tenhas calma.”*A-02/04/75, a sequência de justificação, “sequencialmente implicativa”, no dizer da Análise Conversacional, “porque” evidencia o princípio da cooperação entre os interactantes (Almeida, 2015), destacando o contributo do locutor para alcançar o(s) objetivo(s) comuns no momento da enunciação (‘compreender a situação’, ‘ter calma’). Estas sequências de justificação constituem estratégias discursivas de mitigação, diminuindo a gravidade dos problemas (Almeida, 2015; 2019).

O verbo ‘ver’, frequentemente utilizado pelo locutor A, em vez de ‘ler’ (*“Aqui recebi a tua carta de 4 enviada expresso e nela vi tudo o que me dizes.”* A- 07/11/74; *“Recebi a tua carta de 14 e 15 e vi tudo o que nela me dizes.”* A-20/01/76) reitera a ideia do investimento emocional dos participantes, do reconhecimento mútuo e recíproco dos mesmos focos de atenção, como fator determinante na interação conversacional (Rodrigues, 2011: 10).

“Ver” é reparar, tomar cuidado, ponderar, mas é também inferir que o ato de resposta pode ser potencial ou realmente ameaçador da interação ou da face do interlocutor. Ver ou ler com atenção e dedicação é também realizar o “monitoramento emotivo da interação” (Caffi, 1999: 3, tradução nossa), impedindo o aumento da distância psicológica ou emotiva entre os interlocutores (*“Ontem à noite escrevi-te uma carta que não vou mandar porque não vale a pena.”* A-19/02/76).

As fases de abertura e fecho constituem momentos particularmente delicados na interação, o que justifica o seu carácter fortemente ritualizado (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 27). Contudo, na abertura das cartas do locutor A, encontramos fórmulas menos ritualizadas que visam, sobretudo, expressar o seu envolvimento emocional e a sua permanente dedicação à família. Atente-se, a título ilustrativo, na transcrição do poema com que inicia a carta datada de 19/12/76:

Hoje vou começar esta carta com a transcrição de um poema de Christian Bernadac do livro que estou agora a ler:

*“Viver uma pessoa para si nada é e nada diz
É preciso viver-se para alguém para ser feliz.
É necessário que todas as manhãs ao acordar
Se pergunte: A quem poderei hoje auxiliar?
E à tardinha quando o sol ao longe declina
Feliz aquele a quem o coração diz em surdina:
- Num rosto humano, graças ao meu amor,
Vi o brilho de um sorriso, o olvidar duma dor”.*”

Se o ato de resposta é avaliado positivamente, a demora na resposta é geralmente avaliada negativamente pelo que o locutor se “desculpa” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 22) selecionando fórmulas de reparação e acrescentando uma justificação que, por si, realiza (de forma implícita) o ato de desculpa:

«Recebi a tua carta de 22 na sexta-feira e só hoje respondo porque na sexta-feira tomei um comprimido de “Plaquinol” é contra o paludismo e à noite estava com um sono que nem podia estar em pé.» (A-28/03/76);

“Recebi umas poucas de cartas tuas a que ainda não respondi, porque a minha cabeça esteve muito mal ontem.” (A-18/01/76);

“Deves ter estranhado eu há dois dias que não escrevo, pois costumo escrever quase todos os dias, mas olha 4^a feira viemos arrumar a casa, todo o dia [...] cheguei a casa muito tarde e às 5h da manhã de ontem fomos para Lisboa.” (B-27/09/74).

É frequente encontrarmos também referência a cartas a que não se respondeu (*“Hoje tenho aqui a tua carta bem triste do dia 6 a que ainda não respondi.”* A-15/02/77), a cartas a que se arrependeram de responder ou cartas devolvidas por marcarem reflexivamente o ato em que ocorrem como um ato de ameaça da face do interlocutor. Veremos, posteriormente, como os alocutários (sobretudo o locutor B), em momentos diferentes, por interferências várias, exprimem flutuações no julgamento e na avaliação do que é dito. A sua capacidade efetiva de projetar o mundo recriado nas missivas não resulta de limitações de competência linguística ou de competência pragmático-comunicativa (Fonseca, 1992: 53), mas envolve aspetos psicológicos e emocionais. Analisaremos, mais adiante, o problema da integração do afeto e da comunicação emotiva na Pragmática (Caffi, 1999: 3) e o contributo que as

escolhas mitigadas podem aditar ao monitoramento emotivo da interação, promovendo a diminuição da distância psicológica.

As estratégias linguísticas ativadas e os atos de fala realizados na abertura e no fecho das cartas assemelham-se, segundo Kerbrat-Orecchioni (1998b), à situação de interação em presença física. Em linha com este posicionamento teórico, observaremos os rituais de fecho das cartas considerando-os como interações muito próximas das interações conversacionais. Procuraremos observar a existência de um esforço semelhante ao que existe nas interações presenciais quando se procura a preservação da face através de estratégias de delicadeza (Costa, 2015: 57).

IV.5. Rotinas verbais de fecho: a regularidade da escrita em período de inconstância.

*E por agora dá um xi-coração a cada menino (dá mesmo!)
e tu recebe muitos beijos do teu sempre muito dedicado marido.*
[locutor A]

A primeira carta do locutor A, datada de 06/09/74, termina assim:

“E por hoje vou terminar, dá beijos aos nossos queridos filhos, cumprimentos aos teus pais e tios e tu recebe um abraço e muitos beijos do que é teu dedicado José”

A última carta, escrita seis anos depois, termina:

“Eu estou melhor dos meus ouvidos e agora, como dizes na tua carta, eu vou depressa. Dá beijinhos a nossos queridos filhos e um grande abraço e para ti, querida Joaquinha, muitos beijinhos e um grande abraço do teu muito e muito dedicado marido”

Entre uma e outra carta decorreram seis anos (escreveram pelo menos 786 cartas e 1828 páginas), assistiram à implantação da independência em Angola e à consolidação da democracia em Portugal, viram crescer os filhos e morrer alguns familiares, (re)construíram as vidas fraturadas, fixaram sonhos em geografias distintas e ancoraram o futuro na coragem de ter esperança. Ao longo desses seis anos, quase tudo mudou nas suas vidas. Todavia, as sequências prototípicas de fecho (sobretudo do locutor A) mantêm-se regulares (tal como já tínhamos também observado nas sequências de abertura).

Segundo Rodrigues, a ritualização das sequências de abertura e fecho destina-se a ultrapassar os riscos associados ao paradoxo inerente ao limiar da interação, entre os

“imperativos incontornáveis de manter e de romper a relação interativa” (Rodrigues, 2005: 205; cf. também Almeida, 2007; 2012). Com efeito, no fecho, os interactantes tendem a minimizar o desconforto da “provocação” (Rodrigues, 2005: 205) que pode constituir a interrupção da interação (Almeida, 2005). Procuram, por isso, justificar a natureza imperativa da rutura. São, por regra, razões decorrentes

i) de imperativos externos, que o locutor é incapaz de contrariar:

(66) *Adeus, a Flor não me deixa escrever mais. Quer colo.* [B-07/02/75]

(67) *Amanhã com mais calma respondo à tua carta de 8/2 está bem? O Zézito está à espera...* [B-12/02/75]

(68) *Vamos sair, estão à minha espera. Logo mais à noite escrevo.* [B-02/09/75]

(69) *Por hoje não escrevo mais porque estou na hora do almoço e são quase horas de entrar.* [B-15/12/75]

(70) *E pronto vou para o escritório, agora não tenho mecanógrafo, sou eu que estou à máquina.* [A-06/04/76]

(71) *Estamos aqui numa reunião no escritório desde as 14h, com os homens do N'Gala, isto não acaba mais, eu queria responder à parte final da tua carta mas não tenho tempo.* [A-21/11/76]

ii) da urgência de terminar a carta para enviar notícias:

(72) *Agora vou terminar para a Fi pôr expresso...* [B-27/01/75]

(73) *São horas de correio, amanhã volto a escrever mais um bocadinho, está bem?* [B-15/04/75]

(74) *Agora vou meter esta carta no aeroporto e logo escrevo com mais calma.* [A-06/12/74]

(75) *Vou já mandar esta carta para o correio (aeroporto) a ver se vai antes do Natal.* [A-17/12/74]

(76) *Agora vou ao notário reconhecer a procuração e depois vou ao Aeroporto meter a carta no correio, para ver se vai ainda hoje.* [A-09/03/77]

iii) do quotidiano que se impõe:

(77) *E pronto, por agora vou para o escritório trabalhar mais um pouco. A vida continua.* [A-18/08/75]

(78) *Adeus, é dia de mercado. Tenho de ir às compras.* [B-26/09/78]

(79) *E agora vou preparar-me para mais um dia de trabalho, são 6,30 e temos de começar um novo dia.* [A-27/04/78]

(80) *Agora são quase 14 horas vou trabalhar, se tivesse tempo quantas coisas teria para te contar.* [A-16/05/79]

iv) da ausência de assunto:

(81) *Adeus querido Zé por hoje não me lembro de mais nada.* [B-13/09/74]

(82) *Por hoje não tenho mais nada para te dizer...* [B-19/12/75]

(83) *Estou já no escritório, não me ocorre nada para te dizer. É 2.^a feira e os problemas são muitos.* [A-20/03/78]

v) de problemas de saúde ou cansaço:

(84) *Adeus querido Zézito, estou cheia de sono.* [B-12/10/74]

(85) *Agora vou ler um bocadinho e vou ver se durmo...* [A-02/03/77]

(86) *Amanhã escrevo mais um bocadinho, agora vou dormir, tomei uma aspirina porque me doía a cabeça.* [A-09/09/75]

(87) *Por hoje vou-me deitar, trabalhei todo o dia a arrumar o nosso quarto, a tua roupa, etc, só me senti à noite a fazer um bocadinho da minha malha.* [B-29/11/78]

(88) *Por hoje não escrevo mais, estou preocupada e aborrecida, não sei o que se terá passado contigo que não escreves, Deus queira que seja dos correios e não te tenha acontecido nada.* [B-03/07/75]

(89) *Amanhã escreverei mais um bocadinho. Vou ver se durmo eu não tenho dormido bem, eu fico transtornado quando pelas tuas cartas vejo que pensas que eu não mando o salvo conduto porque não quero.* [A-17/02/76]

(90) *Agora vou dormir. Hoje tomei Bialzapon, diz que é melhor. Eu ando bem, só o que não tenho é sono.* [A-07/11/76]

(91) *Desculpa não ter escrito mais, mas a minha cabeça não me permite melhor. Estou ainda em recuperação, mas como sabes eu tenho coragem e há de chegar o dia de ser como todos, feliz.* [A-04/07/76]

(92) *Hoje vou terminar porque a minha cabeça não dá para mais. Desculpa, mas eu já não sei o que te hei de dizer. Peço-te que me dêes mais dois ou três meses é o que te peço.* [A-07/12/76]

O fecho impõe-se também, como se viu no exemplo anterior, através do comentário metadiscursivo avaliativo em que o locutor aceita a responsabilidade pela situação de rutura, ao mesmo tempo que sinaliza que não deve ser prejudicado por um julgamento negativo que pode derivar do que diz.

O comentário metadiscursivo avaliativo (Heisler, Vincent & Bergeron, 2003: 1614) tem uma dimensão proléptica e funciona como um “dispositivo de combate” (Heisler, Vincent & Bergeron, 2003: 1614, tradução nossa) a possíveis reações negativas do interlocutor. De acordo com os autores referidos, o uso deste tipo de comentários constitui uma estratégia interacional que permite ao locutor manter a palavra, apesar da natureza ameaçadora da sua fala. São tanto defensivos como projetivos e desempenham um papel determinante na construção da identidade.

(93) *É triste mas é verdade, nunca pensámos da mesma maneira, nem nunca tentaste pensar comigo.*

[B-26/05/75]

(94) *Estou sem disposição para escrever e tudo o que poderia dizer não te interessaria.*

[B-27/09/75]

(95) *Adeus, hoje não te poderia escrever doutra maneira dada a insensatez da tua carta!*

[B-23/09/75]

Embora estes comentários sejam monológicos, por definição, o seu uso tem um importante papel interacional já que visam atrair a atenção para a importância do enunciado alvo. Nos exemplos em análise, adicionam uma dimensão emocional conferindo destaque a uma emoção ou sentimento negativo. Surgem enraizados em representações sociais que são reconhecidas como “insensatas” e potencialmente sancionadas. Refere-se à atitude inabalável⁵¹, mas a todos os níveis imprudente⁵², do locutor A de continuar em Angola, quando a ponte aérea se intensifica, quase meio milhão de portugueses já foram evacuados,

⁵¹ Importa realçar que a perceção que existia da situação política em Angola parece ser assumida de forma diferente por quem está em Portugal e por quem está em Angola. Em Angola, permanecem portugueses que acreditam numa transição pacífica, em geral portugueses ali fixados há muito tempo para quem “a independência não pareceu constituir uma ameaça.” (Adamapoulos, 2012: 162).

⁵² “As populações não fugiam apenas dos bombardeamentos, mas de todo o tipo de abusos a que eram submetidas. Como registavam as FAP, «o número e a gravidade dos actos ilícitos cometidos por indivíduos afectos aos Movimentos eram de tal ordem que se tornava «difícil enumerá-los». Consistiam na sua maioria em «ações de carácter intimidativo, rapto, agressões, espancamentos, detenções, controlo, furto, roubo de viaturas e ocupação e revista de casas»” (Marques, 2018: 412).

a data da independência se aproxima, os confrontos se agudizam.⁵³ O locutor B realiza uma contra-argumentação, uma possível refutação, contrariando uma avaliação potencialmente de recusa que o interlocutor poderá realizar, argumentando com a “insensatez” do seu comportamento. Ao antecipar eventuais reações negativas em relação ao conteúdo do seu enunciado, o locutor revela ter consciência do seu caráter perturbador e reduz a ameaça que esse enunciado pode constituir para a ‘face’ positiva do interlocutor (Heisler, Vincent & Bergeron; 2003: 1618).

O qualificador empregue no segmento “*é triste, mas é verdade*” evoca um julgamento com valor axiológico negativo por parte do locutor e representa um risco de introduzir tensão na interação. Ao contrário, o comentário metadiscursivo avaliativo mitiga a tensão introduzida na interação pelo enunciado potencialmente ameaçador da ‘face’ positiva do interlocutor. Funcionando prospectivamente, antecedendo o enunciado-alvo (“*nunca pensámos da mesma maneira, nem nunca tentaste pensar comigo*”), mostra que o falante reconhece a natureza potencialmente perturbadora do que está prestes a dizer.

Heisler, Vincent & Bergeron (2003:1622) consideram que a posição prospetiva do comentário no discurso do locutor mitiga a ameaça do que vai ser dito:

“*Desculpa, mas eu queria ver se te punha a pensar, agora é tarde, é que tu só não endireitas o mundo e ele não é infelizmente como tu pensas.*” (B-13/08/75); “*Desculpa, mas esta é a realidade, só tu é que não a vês. Por hoje adeus, até breve se Deus quiser.*” (B-26/09/75)

Em contrapartida, os comentários metadiscursivos que funcionam retrospectivamente (seguem o enunciado que é avaliado) têm o potencial de agravar a ameaça já introduzida:

“*Quanto ao futuro nada sei, nem sei o que hei de fazer. Não basta que exijas uma resposta, era preciso que eu soubesse ou pudesse dar essa resposta. Desculpa, mas eu estou muito cansado.*”
(A-03/03/76)

No ato de fecho, ou de pré-fecho, ocorrem também segmentos cuja função é “euforizar” (Kerbrat-Orecchioni 1998b: 23) a separação, considerada como um episódio intrinsecamente disfórico.

⁵³ «Os portugueses eram *personae non gratae* para todos os Movimentos.[...] O incitamento à expulsão do branco era transversal e acolhido pelos africanos mais carenciados, aos quais era garantido que, com a partida dos colonos, poderiam ficar com tudo o que lhes pertencia.(Marques, 2018: 250). «O ódio aos brancos estava há meses a ser instigado, referiu Silva Barata: ainda antes de Alvor fora o MPLA a apelar “ao racismo” para “ganhar a simpatia da população negra”; agora era a FNLA a ameaçar que “os brancos não escapariam”.» (Marques, 2018: 301). Veja-se ainda outros relatos de torturas e perseguições aos portugueses em Garcia (2011).

Tomam a forma de:

i) Apelos:

(96) *Acabei agora de falar contigo e só te peço que tenhas calma e paciência. Eu sei que a vida é difícil, eu sei que tens feito sacrifícios, eu sei tudo isso, mas só te peço que tenhas calma e paciência, eu não posso fazer milagres, mas hei de fazer alguma coisa.*
[A-02/12/76]

(97) *Eu estou cansado de tudo, tenho ânimo, mas por vezes também me falta. Por isso, volto a repetir, ajuda-me Joaninha.*
[A-01/09/76]

(98) *Mais uma vez pensa nos meninos, olha que uma terra sem paz nem sossego não interessa a ninguém, com crianças e tudo.*
[B-31/01/75]

(99) *Por agora peço-te, tem calma, lembra-te de todas as mulheres que, no tempo antigo, viram partir os maridos para a guerra, elas ficaram muito pior. Deus é grande.*
[A-19/11/74]

(100) *Por amor de Deus vem-te embora.* [B-31/12/75]

ii) Recomendações:

(101) *Tem cuidado e não liguês a essas conversas e esses comunicados da rádio, não adiantas nada e enervas-te.*
[B-17/06/75]

(102) *Não vendas o Simca sem me dizer. Os carros agora subiram muito.*
[A-02/02/75]

(103) *Querido Zézito, toma cuidado, não vás só para o escritório, não vás para lá aos sábados e domingos e sai cedo, sabes que tens inimigos, não há ninguém que os não tenha e depois moramos longe, toma cuidado e que Deus te ajude.*
[B-27/02/75]

iii) Conselhos:

(104) *Sobre filiares-te neste ou naquele partido não me parece acertado, todo o cuidado é pouco. As coisas podem virar e acontecer aquilo que nem se sonha!*
[B-29/04/75]

iv) Apelo à resposta:

(105) *Vê se mandas pelo menos um telegrama a dizer se és vivo.* [B-11/07/75]

(106) *Adeus, até quando Deus quiser, manda um telegrama ou carta expresso para ver se nós temos notícias pois as cartas, se as escreves, eu não as recebo.*
[B-26/08/75]

v) Mensagens tranquilizadoras e de esperança:

(107) *Amanhã vou acabar esta carta, ela pouco diz, revela o meu estado de espírito, sempre o mesmo: resignado, triste e sonhador e a cima de tudo cheio de esperança e fé no futuro. Tem calma pois, minha querida Joaquina, e tem fé no futuro, que Deus há de ser bom para nós.*

[A-12/12/76]

(108) *E por hoje é tudo. Tem calma. Deixa-me tratar da vida, vai escrevendo sempre mas não te apoquentes que tudo se há de resolver por bem.*

[A-02/11/74]

vi) Votos:

(109) *Esta carta vai depois do Natal. Desejo que o passem o melhor possível.*

[A-21/12/75]

vii) Agradecimentos:

(110) *E agora vou ler um bocadinho, amanhã escrevo mais. Recebi agora a tua cartinha de 29, graças a Deus que é uma carta animadora, é isso que eu preciso, que para tristezas bem bastam as dificuldades que aqui temos passado.*

[A-01/08/76]

(111) *Por hoje agradeço mais uma vez todo o carinho e todas as atenções com que tu e os nossos filhos me receberam e termino enviando mil beijos.*

[A-14/05/77]

Encontramos também exemplos (sobretudo do locutor B) em que o ato de fecho enfatiza a rutura e constitui, de facto, um apartamento de pontos de vista.

(112) *Sim, vi que estás cansado e desiludido, mas como as minhas palavras de nada valem, não adianta fazer qualquer comentário! Não é à falta que eu em todas as cartas te chame à atenção para te desapegares do dinheiro e das casas e fazeres os possíveis para ver se consegues ajudar-me a criar os filhos.*

[B-11/01/76]

O desequilíbrio surge pela divergência entre o que B pensa dos valores sociais (o amor aos filhos e à família) e dos atributos sociais (a importância do dinheiro e dos bens materiais):

(113) *Agora falando na tua carta, eu por vezes reajo mal, é que estou deveras cansado, isto agora é difícil [...] É preciso ter calma, mas fiquei mais animado com as tuas duas últimas cartas, eu não quero que me agradeçam o que faço pela mulher e pelos filhos, é a minha obrigação, mas por vezes custa-me que não reconheçam que se não faço melhor é porque não posso ou não sei.*

[A-12/10/75]

IV.5.1. Estratégias discursivas de (in)delicadeza nas rotinas de fecho e de pré-fecho: conciliar estilos de conversação diferenciados e valores conflitantes para construir uma dinâmica de intimidade.

“Eu sei que tu tens razão quando dizes que há outras maneiras de se viver, é verdade, tens razão, eu, embora não o dissesse, sempre estive de acordo contigo, eu sou o único responsável por esta situação, mas podes crer que a minha intenção sempre foi a melhor. Falhei!”
[A-01/04/76]

Como referimos anteriormente, segundo Matsumoto (2003: 1517), a variabilidade cultural pode atribuir a um ato específico diferentes graus de ameaça à face positiva do interlocutor. Este autor preconiza que a estrutura dos fenómenos de delicadeza inclui um espectro de estilos que podem ser escolhidos de acordo com a cultura e com a situação. Com efeito, poder-se-ia, no enunciado em análise, considerar a dinâmica da delicadeza como envolvendo o valor cultural atribuído à responsabilidade do “chefe” de família por oposição ao prestígio social e económico de uma posição profissional de destaque.

Sharita Bharuthram (2003), partindo da análise dos fenómenos de delicadeza (nomeadamente nos atos de fala de pedidos de desculpa) dentro do setor hindu da comunidade do South African Indian English, conclui igualmente que a maneira como se concretizam e alcançam comportamentos e atos de delicadeza difere de cultura para cultura (Bharuthram, 2003: 1536).⁵⁴

Examinando o comportamento de delicadeza “transcultural” (Bharuthram, 2003: 1679, tradução nossa) e as suas evidências na resposta ao elogio por falantes chineses (quando comparado com igual comportamento de falantes ingleses), Ming-Chung Yu afirma que “embora existam de facto conceitos e dimensões gerais de delicadeza que são compartilhados por falantes de chinês e de inglês, as diferentes estratégias utilizadas revelam o importante papel que a cultura desempenha na realização dos atos de fala pelos seus falantes.” (Yu, 2003:1639, tradução nossa).

⁵⁴ Bharuthram entrevistou oito líderes culturais/religiosos (quatro dos quais mulheres), todos na faixa etária acima dos 50 anos e dez famílias de diferentes áreas residenciais e origens diversas (dois pais e dois filhos de cada família, com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos e entre 15 e 25 anos, respetivamente). O estudo permitiu concluir que: i) tanto segundo as escrituras como sob a perspetiva cultural, a delicadeza é fundamental para as relações humanas; ii) do ponto de vista cultural, os entrevistados confirmaram que a idade exerceu um importante papel estruturante; iii) na maioria dos aspetos, a compreensão básica de delicadeza dentro da comunidade-alvo permaneceu constante ao longo da última geração; iv) a área em que se verificam mudanças mais significativas diz respeito à maior liberdade na tomada de decisões concedida às crianças. (Bharuthram, 2003: 1531-1534, tradução nossa).

A discussão sobre as respostas de elogio presentes no estudo desenvolvido por este autor demonstra, contudo, parecer muito improvável ser possível explicar o desempenho de delicadeza de todos os falantes unicamente na perspectiva do condicionamento social, já que a “face” constitui um traço individual, havendo outras variáveis como gênero, estatuto social, relações sociais que podem afetar o comportamento do ato de fala (Yu, 2003: 1703).

Na dinâmica da intimidade que se vai construindo nas cartas em análise, apesar dos pontos de vista contrastantes, é possível observar o desejo de ser aprovado pelos outros em enunciados que evidenciam aceitação direta ou acordo: (“*Eu sei que tu tens razão quando dizes que há outras maneiras de se viver, é verdade, tens razão, eu, embora não o dissesse, sempre estive de acordo contigo, eu sou o único responsável por esta situação, mas podes crer que a minha intenção sempre foi a melhor. Falhei! E quantos falharam!*” A-01/04/76). Este tipo de enunciado parece instanciar uma estratégia de delicadeza positiva para com a ‘face’ positiva do alocutário pois sinaliza deferência e acordo com o interlocutor. Como Brown e Levinson (1987) sustentam, a deferência pode concretizar um ato de delicadeza positiva em circunstâncias em que o falante reconhece e respeita os desejos/vontades ou opiniões do interlocutor, como parece ser o caso do exemplo em análise.

No emprego da conjunção coordenativa adversativa (“mas”), fica registada a importância afetiva que o locutor A confere ao locutor B. Enquanto resposta explícita de “auto-humilhação”, a ação corretiva revela modéstia (“*Falhei!*”), ao mesmo tempo que suaviza a eventualidade de uma rejeição por se tratar, afinal, de um comportamento comum (“*E quantos falharam!*”).

A comunicação realiza-se, assim, num ato de equilíbrio contínuo, conciliando noções e valores (a dependência e independência familiar, profissional, económica) por vezes conflitantes quando consideradas do ponto de vista social ou individual.

Uma vez que os locutores estão inseridos em contextos políticos, sociais e até culturais distintos (“*Olha, Zézito por hoje é tudo, diz como está a nossa casa e o nosso jardim. Aqui continua o frio e a chuva mas pouca por enquanto, mas isto é outra música, nós aí matamos.*” B-21/10/74), questionamos se as influências de realidades diversas podem ser, por si só, suficientes para determinar modos de pensar e estilos de conversação diferenciados entre o locutor B e o locutor A e acrescentamos outras perspectivas de estudo.

Assim, parece-nos pertinente identificar as diferentes estratégias discursivas selecionadas pelos interlocutores na linha da perspectiva defendida por Tannen (1990) sobre

a forma distinta como homens e mulheres⁵⁵ concretizam e equilibram, na interação discursiva, estas dualidades complexas. No *corpus* em análise, são frequentes os exemplos ilustrativos de estilos de conversação diferentes entre o locutor A e o locutor B na forma como falam sobre os acontecimentos das suas vidas, refletem e criam mundos (Tannen, 1990: 147).

Centrando-nos ainda apenas nos rituais de fecho e de pré-fecho, verifica-se que o locutor A, do sexo masculino, procura sempre terminar a missiva selecionando atos ilocutórios com o objetivo de tranquilizar, serenar, transmitir confiança e esperança na rápida resolução da situação fraturante que atinge os interlocutores.

Atentemos no seguinte exemplo:

(114) *Espero que para a Páscoa as coisas estejam melhores e que depois eu vá aí e possamos regressar todos juntos. Portanto, tem calma e fé em Deus que tudo se há de resolver por bem.*

[A-25/11/74]

O verbo volitivo (“espero”), que introduz o segmento interlocutório, acentua fortemente a expressão da vontade do locutor. Seguido da oração subordinada completiva, seleciona um argumento interno e uma relação lógica de implicação que relaciona o locutor com o valor de verdade enunciado, cujo sentido pragmático é claramente positivo e conciliador. Importa salientar que escreve em novembro, referindo-se a um evento (a Páscoa) que ocorrerá em abril do ano seguinte, ou seja, vários meses depois. Todavia, a noção da distância temporal que se impõe para a realização da ação (distância considerável dado o caráter de emergência da situação política e familiar) parece esbater-se pela expressão do desejo do locutor.

Apesar deste firme desejo, o conjuntivo (“estejam”, “vá” e “possamos”), que ocorre nas orações subordinadas em que o predicador da oração subordinante é volitivo/optativo, expressa um grau de condicionalidade dependente de fatores externos impossíveis de

⁵⁵ Importa realçar que Tannen (1990: 9) reconhece que dividir homens e mulheres numa única categoria é enganoso e corre o risco de ser redutor já que todos são moldados por inúmeras influências que se misturam com personalidades e interesses pessoais.

No estudo realizado a partir de catorze narrativas de experiências pessoais, Tannen observa que os homens contam histórias sobre si mesmos em que, em geral, a imagem de si próprios é positiva, enquanto que as histórias narradas por mulheres tendem a centrar-se nas normas da comunidade e da ação conjunta de grupos de pessoas. As mulheres contam, em geral, incidentes que violam as normas sociais, revelando medo ou vergonha pelo resultado; as histórias contadas sobre os homens desenvolvem-se em torno de noções de sucesso e competição. (Tannen, 1990, tradução nossa).

controlar pelo locutor (se “*as coisas*” estiverem melhores). A conjunção conclusiva “portanto” estabelece, contudo, uma relação de causa/conclusão de implicação entre a proposição antecedente e a proposição consequente. Seguida do verbo no imperativo afirmativo (“tem”) realiza um ato ilocutório diretivo, um apelo /pedido cujo valor de verdade está dependente da realização futura de uma resolução “por bem”.

O ato exercitivo/diretivo “tem calma” (performativo implícito equivalente a um performativo explícito) cujo efeito perlocucionário visa alterar o estado emocional do alocutário (para um estado de maior tranquilidade e esperança), revela que o autor do ato tem poder e influência para agir de forma a produzir uma mudança no rumo dos acontecimentos⁵⁶ (“*tudo se há de resolver*”). O complexo verbal ‘haver de’ seguido de infinitivo (“*há de resolver*”), modalizador epistémico com valor de certeza, reforça este posicionamento otimista, de confiança no porvir, porventura contrário à razão e à lógica do desenrolar dos acontecimentos políticos. A sua força ilocutória é calculada pelo alocutário “em função das regras constituintes dos atos e corresponde às condições de felicidade subjacentes à realização dos atos do discurso” (Almeida, 2010: 4). Ou seja, a validade e efeito do ato assertivo está dependente i) da credibilidade que o alocutário confere ao seu locutor (Almeida, 2014: 3); ii) da adequada apropriação, pelo alocutário, das circunstâncias em que as palavras foram proferidas. Segundo a teorização proposta por Austin (1970), o ato constativo (“*tudo se há de resolver*”) tem por base a crença do locutor na verdade do que é representado no conteúdo proposicional. Tal atribuição de credibilidade subjacente ao reconhecimento do valor ilocutório do ato assertivo proferido pelo locutor é posta em causa na inesperada resposta do locutor B:

(115) *Nem sei quando é a Páscoa mas penso que é lá para abril. Isso da Páscoa deve ser desculpa de mau pagador, não é? Paciência eu também prefiro assim, só acho que tu deves ser como os outros todos que também têm as suas férias, ou é a ganância do dinheiro? Olha ele de nada serve, eu já me desprendi disso tudo, se não temos mais, temos menos, não dá felicidade a ninguém. Talvez já só escreva ou telefone de Lisboa. Adeus, querido Zé, recebe beijos meus e dos filhos.*

[B-28/11/74]

⁵⁶ A proposta teórica apresentada por Austin (1970) defende que os enunciados performativos são simultaneamente manifestações linguísticas e atos capazes de criar a realidade. “Dizer é fazer”, ou seja, “o locutor em interação com o alocutário age sobre ele, modificando-o nos seus estados epistémicos, comportamentais e emocionais, deixando a linguagem de ser uma mera representação do mundo, passando a criar mundos imaginários e reais.” (Almeida, 2014: 2).

Com efeito, ao pedido formulado na esperança de boa resolução e melhoria da situação, o interlocutor responde com um ato de censura potencialmente ameaçador da face positiva do alocutário e, por conseguinte, eventualmente causador de desequilíbrio na interação. Procurando evidenciar o ato de reprovação sem, todavia, provocar rutura no envolvimento conversacional, o locutor realiza uma pergunta *tag* (“*Isso da Páscoa deve ser desculpa de mau pagador, não é?; ou é a ganância do dinheiro?*”) que tem um efeito “anti-orientador” da ameaça da face negativa do interlocutor (Almeida, 2010: 128).

O aviso (“*Olha*”) tem uma dimensão implícita que remete para asserções hipotéticas (“*se não temos mais, temos menos*”) cujas condições de sinceridade assinalam que o locutor acredita que o ato (a ganância) não beneficiará o alocutário (Almeida, 2016: 128). O aviso constitui, efetivamente, um ato ameaçador da face negativa do interlocutor. A fórmula interlocutória do discurso “olha”, fórmula de interlocução “polifuncional” (Almeida, 2016: 10), que ocorre em geral numa estrutura com forma nominal de tratamento (subentendida, no exemplo em análise), tem o papel fático de apelo e de manutenção do contacto (Carreira, 1997: 284).

A resposta do locutor B constitui assim um apelo ao consenso do interlocutor para que este aceite o aviso/conselho (o dinheiro “*de nada serve, não dá felicidade a ninguém*”). Para fundamentar o aviso, o locutor realiza uma sequência de justificação, argumentando com o seu próprio exemplo (“*eu já me desprendi disso tudo*”) para concluir com uma premissa considerada como verdade geral (“*não dá felicidade a ninguém*”). Esta operação discursiva permite determinar a validade da proposição com vista a convencer o interlocutor da impossibilidade de refutar a ideia de que ‘o dinheiro não dá felicidade a ninguém’, evidenciando o motivo que leva o locutor a discordar da data proposta para o reencontro (a Páscoa).

Destaca-se, desta forma, um eixo organizador do enunciado discursivo de carácter opositivo, sucessivamente afirmado num “eixo de contraposições” (Fonseca, 1992: 318) entre atitudes e avaliações axiológicas a respeito de estados de coisas (o desejo de rápido regresso / a justificação para o adiar do regresso) e valores (a felicidade / os valores que se lhe opõem, como o dinheiro). Os comentários avaliativos denotam envolvimento conversacional e revelam uma construção conjunta dos rumos discursivos, uma estratégia de consenso que, todavia, é interrompida pelo advérbio de exclusão “só”. Ao mesmo tempo que o advérbio de inclusão (“também”) afirma a concordância com o alocutário (“*eu também*

prefiro assim”) numa conciliação que se realiza através da interjeição (“*paciência*”) designativa de resignação e conformidade. Estas contraposições são consistentes com o “caráter de polemicidade” (Fonseca, 1992: 318) que se inscreve no enunciado com marcas de discurso argumentativo. Constituem movimentos contra-argumentativos e refutativos entre dimensões acionais (direta ou indiretamente realizadas) de crítica (à “ganância” e à ausência), de dissuasão (não deve valorizar o dinheiro, porque não traz felicidade a ninguém) e de persuasão (de um rápido regresso para junto da família onde, de facto, reside a felicidade).

Verifica-se frequentemente que os locutores têm sentidos contrastantes de intimidade e de independência, que resultam em diferentes níveis de distanciamento e/ou de envolvimento emocional e se concretizam em estilos discursivos distintos:

(116) *Vi o que me dizes sobre os filhos, que me adoram, eu assim o espero e desejo, posso não ser lá muito afável com eles, mas basta que estejam perto de mim para verem que os tenho no coração e me quererem muito e muito. Eu penso até que é por isso que muitos me querem bem. Quem vê a minha cara ou fala comigo não vê, assim de início, o que vai no meu coração? No meu coração só há paz, não é? E todo o amor possível por minha mulher e meus filhos, eu sei que tu sabes isso, e portanto, penso que não é essencial estar a repetir em todas as cartas. Daí que em algumas cartas só fale nas nossas coisas, parecem cartas comerciais, é deformação profissional, não será? Amanhã escrevo mais um bocadinho.*

[A-20/01/76]

Nos vários construtos cognitivos desenvolvidos pelo locutor A, observa-se que a noção de ‘face’ envolve avaliações externas das pessoas (“*que [os filhos] me adoram, que muitos me querem bem, eu sei que tu sabes isso*” [o amor que tem à mulher e aos filhos]). A preocupação com aquilo que os outros pensam de si resulta de um cuidado constante de que as suas perceções sejam congruentes com o que considera serem as perceções dos outros, atenção evidenciada no emprego dos verbos volitivos ‘esperar’ e ‘desejar’, ambos conjugados no presente do indicativo (“*assim o espero e desejo*”).

Num modelo de interação interpessoal, “os desejos dos interactantes em relação ao ‘rosto’ do tipo ‘o que B quer que A pense de B’, podem ser ferramentas importantes para descrever os aspetos emocionais de uma interação” (Haugh & Hinze, 2003: 1586, tradução nossa). Com efeito, o enorme amor dos filhos (a adoração dos filhos), afirmado num presente de ausência física e reforçado pela repetição do advérbio de intensidade ‘muito’ demonstra claramente a reciprocidade do sentimento do locutor A pelos filhos, ainda que reconheça não

ser “lá muito afável com eles”. Com este último enunciado, na complexa dinâmica da interação interpessoal, o “marcador de vagueza” (Almeida, 2014: 11) ‘lá’ na expressão “*posso não ser lá muito afável com eles*” mitiga o valor potencialmente ameaçador da face positiva do locutor expresso na asserção com avaliação axiológica negativa (Camacho & Almeida, 2022). Ao mesmo tempo, enquanto “marcador de negação metalinguística” (Martins, 2010: 2), ‘lá’ impõe restrições à falsidade da correspondente proposição afirmativa (Martins, 2010: 2). Ou seja, no padrão comum de comportamento dos locutores, há formas distintas de expressar a afabilidade pelos filhos. Para o comprovar, o enunciado mitigado ocorre seguido de sequências de justificação que configuram *comentários suavizadores* (“... *mas basta que estejam perto de mim para verem que os tenho no coração e me quererem muito e muito. Eu penso até que é por isso que muitos me querem bem.*”) a que o locutor acrescenta perguntas-*tags*, procurando a confirmação da informação que preserva a sua face positiva.

A delicadeza consiste aqui também em realizar estratégias discursivas de “anti-ameaças”. O “face want”, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (2010: 6), é o desejo de que os rostos sejam preservados e valorizados. A aprovação do seu interlocutor e o consenso interlocutivo que procura estabelecer através das pergunta-*tags* visam reforçar o envolvimento conversacional (Tannen, 1989) entre os interactantes, através de asserções que denotam o sentido implícito e partilhado pelos interlocutores: um amor tão grande e profundo não carece de evidências; não requer gestos de afeição, nem deve exigir ser confirmado repetidamente, porque não importa dizer o que verdadeiramente se sabe como inquestionável (“*eu sei que tu sabes isso, e portanto, penso que não é essencial estar a repetir em todas as cartas.*” A-20/01/76).

Para que a estratégia de consenso e de aprovação que se procura obtenha sucesso, é necessário que o alocutário contribua, cognitivamente, conferindo uma “condição de sinceridade” ao que é enunciado pelo locutor (Almeida, 2014: 3). Pelas cartas seguintes é possível observar, todavia, que o alocutário rejeita o conteúdo proposicional do enunciado, não validando, nem conferindo confiança ao que é dito:

(117) *Quando vim só te pedi uma coisa: ‘Joaninha, ajuda-me’ parece que apostaste em fazer o contrário, em vez de ajudares, exiges “resolve”, “é preciso resolver”, mas resolver o quê? Não te disse já o que tinha a dizer? Não te expliquei? Estou doente, cansado e arruinado e quando mais preciso da tua ajuda, utilizas a violência. E que fiz eu para merecer isso? Tratas-me como se fosse um libertino, um aldrabão! Como se tudo o que eu digo fossem aldrabices! Valha-nos Deus. É tempo de reconsiderares...* [A-18/02/76]

Esta é a única carta que não termina com as habituais despedidas. No mesmo dia, escreve uma carta onde não faz referência a este assunto. No dia seguinte, 19/02/76, começa a carta dizendo: “*Ontem à noite escrevi-te uma carta que não vou mandar porque não vale a pena.*” A gestão e a regulação do alinhamento dos pontos de vista são feitas, assim, através de influências recíprocas, de cedências e de afirmação, mostrando que não se pensa e não se quer mal ao interlocutor, apesar de algum enunciado ou comportamento implicitamente ameaçador. Recorre a um “conjunto de estratégias de consideração, mas também de valorização dos outros” (Kerbrat-Orecchioni, 2010: 6; tradução própria). Trata-se de um exercício de “delicadeza compensatória” (Haugh & Hinze, 2003: 1601) que procura constantemente reconfigurar, manter e até fortalecer os elos de união do relacionamento interpessoal, aquecidos por força da influência externa de um contexto de permanente instabilidade.

Retomamos, por isso, a perspectiva de Tannen (1990) de que compreender a maneira de falar de um “parceiro querido que parece irracional e obstinado é um salto gigante na lacuna de comunicação entre as mulheres e os homens e um passo gigante para abrir linhas de comunicação” (Tannen, 1990: 150, tradução nossa) para atentarmos noutros exemplos de seleção de estruturas distintas de pré-fecho ou de fecho dos dois interlocutores:

(118) *A vida está a ser dura para nós, mas peço-te que tenhas coragem, tudo há de correr pelo melhor. Deus é grande e há de ajudar-nos. Isto é uma situação transitória e havemos de viver muitos anos felizes, mais do que dantes e educar os nossos filhos. Amanhã escrevo mais um bocadinho, sim.*

[A-18/12/75]

(119) *Pronto, queres que eu me torne o homem de trazer por casa como outros, um “maricas” qualquer, pois seja como tu queres, mas repara, agora é o sacrifício de uns meses, depois será uma vida inteira.*

[A-18/03/76]

(120) *Ainda havemos de viver bem, o tempo das poupanças acabou ou vai acabar, já chega de escravatura! Estou a brincar, mas vamos empurrar a nossa vida.*

[A-12/10/76]

É possível observar, no discurso do locutor A, a presença constante da conjunção adversativa, ‘mas’, conector contra-argumentativo de argumento forte (Adam, 2008: 189), que estabelece a permanente oposição entre a difícil situação que os interlocutores vivem no

presente e a expectativa de mudança, a crença firme num futuro de maior felicidade e segurança.

Na dinâmica de um percurso discursivo de construção negociada de sentido⁵⁷ com vista à criação de um objetivo comum (Marques, 2014: 95), importa também atentar no emprego do marcador discursivo ‘pronto’ (“*Pronto, queres que eu me torne o homem de trazer por casa como outros*”). Evidenciando uma gradação enfática de conclusão, ‘pronto’ é também um elemento marcador de concordância que, todavia, realça uma decisão imposta. Com efeito, ocorrendo em posição inicial na frase, seguido da ação que o locutor deve realizar por imposição, marca a concordância ou a condescendência não relativamente ao conteúdo proposicional, mas quanto à relação interlocutiva (Silva, 2006: 272). O seu sentido é prospetivo e parece equivaler a ‘compreendo a tua posição e vou fazer como pretendes embora não esteja de acordo’. Na estrutura argumentativa, estabelece uma relação causal entre o antecedente (a insistência do alocutário para que regresse a Portugal) e o segmento que introduz (“*queres que eu me torne o homem de trazer por casa como outros, um ‘maricas’ qualquer*”), ou seja, apresenta o efeito ou o resultado do que antes se disse ou implicou (regressar a Portugal, fazer o que o seu alocutário pretende que faça, significa, para o locutor, desistir, fracassar).

Registam-se situações em que ‘pronto’ ocorre como conector enfaticamente acompanhado de outros funcionalmente similares (Silva, 2006: 271) como “*E pronto*”.

(121) *E pronto, agora vou dormir, para amanhã recomeçar o trabalho, esta jornada é difícil, mas eu espero a tua vinda para me ajudares, pelo menos com a tua companhia.*

[A-24/01/76]

A sua função é essencialmente a de estruturar textualmente o discurso. Conclui um pensamento num enunciado que engloba e resume o que foi dito anteriormente, fecha o tema do discurso e prepara o fecho da interação assumindo um uso associado ao uso interacional de ‘cedência de vez’ (Silva, 2006: 278).⁵⁸

⁵⁷ Coutinho (2008: 198) considera que o marcador discursivo ‘pronto’ não intervém no conteúdo proposicional, mas assume uma função orientadora ou instrucional, ao serviço do interlocutor.

⁵⁸ Sobre as funções discursivas de ‘pronto’, veja-se “Polissemia na Pragmática: o marcador discursivo *pronto*” (Silva, 2006: 278): “A pluralidade de sentidos e funções pragmático-discursivos resulta do aproveitamento de pronto na realização de determinadas tarefas do falante na sua interação com o ouvinte em diferentes domínios comunicativos. No domínio da articulação lógico-argumentativa e da respectiva compreensão do fluxo de informação, pronto é um conector conclusivo/ /resultativo e explicativo. No domínio do conteúdo proposicional, pronto é um marcador de concordância. No domínio da estruturação e planificação do pensamento e do discurso, pronto conclui e introduz tópicos, segmenta unidades de informação, indica

Atentemos, por isso, num exemplo de fecho da ‘tomada de escrita’, na expressão de Kerbrat-Orecchioni (1998b:31) do locutor B:

(122) *Nem quero pensar que se aproxima o Natal, uma época tão alegre para toda a gente e que para nós tão triste vai ser. Estás a proceder tão erradamente! Continuas a dar demasiado valor ao dinheiro.*

[B-21/12/75]

O emprego do advérbio de modo (“erradamente”) no superlativo (“tão erradamente”), inserido em frase exclamativa, enfatiza o discurso negativo sobre a imagem do alocutário e reforça a objeção ao que é expresso no enunciado-alvo (Heisler, Vincent & Bergeron, 2003: 1622). Enquanto membros da mesma comunidade sociocultural⁵⁹, os interlocutores partilham o conhecimento do que constitui um comportamento “errado”. O julgamento negativo incide sobre o valor moralmente reprovável de excessiva importância conferida aos bens materiais, em detrimento do bem maior (a felicidade da vida em família).

Ainda que os estados mentais de cada locutor sejam distintos, a interação assenta no pressuposto de que os interlocutores partilham uma base comum de conhecimentos, representações e convicções que convocam para produzirem e compreenderem o sentido da interação⁶⁰. O mesmo é dizer que, no conhecimento mútuo do mundo que partilham, é “errado” valorizar o sucesso económico em detrimento da família. O locutor A mostra, por

transições de tópicos, marca relações entre unidades de informação, marca o fim de momentos de hesitação, indica reformulações. Pronto desempenha ainda funções discursivas noutros domínios comunicativos: nos domínios da gestão do acto de fala (pronto pontuante), das relações interpessoais entre os parceiros da comunicação (pronto de concordância, impositivo), da negociação dos papéis de falante e ouvinte (pronto de cedência, transição e tomada de vez), da acção não linguística (pronto impositivo), das emoções e outras atitudes dos interlocutores (valores modais de pronto). A nível mais geral, a polissemia ou polifuncionalidade de pronto resulta da projecção de pronto do domínio físico para o domínio epistémico (pronto conclusivo, de concordância, impositivo, explicativo) e para o domínio pragmático do acto de fala (pronto pontuante, de fecho-transição-abertura temático e de cedência-manutenção-tomada de vez, mas também todos aqueles usos epistémicos de pronto).” (Silva, 2006: 278).

⁵⁹ Revisitando a teoria da universalidade da delicadeza de Brown e Levinson a partir de uma perspectiva de estudos realizados no Médio Oriente, Tahani Alabdali defende que, entre os muitos fatores que devem ser levados em conta em qualquer teoria da delicadeza (como classe social, escolaridade, urbanidade, idade e género), há também fatores ambientais, como as revoluções políticas, a insegurança ou a instabilidade que influenciam a redefinição da noção de delicadeza (Alabdali, 2019: 75).

⁶⁰ Mateus (1989: 70) afirma, a este propósito, que “a produção de sentido em interação supõe um dado número de operações que conduzem fundamentalmente à constituição de uma base comum, epistémica e deonticamente necessária ou possível, para que uma dada situação de interação se verifique.” De acordo com Fonseca (1992: 53) a coerência textual depende do “*universo de conhecimento* de que dispõem os interlocutores e da sua efetiva capacidade de o projetar sobre os instrumentos verbais atualizados” sendo “linear que diferentes indivíduos num mesmo momento ou em momentos diversos, ou ainda que um mesmo indivíduo em ocasiões diferentes, experimentem flutuações no julgamento, na avaliação da coerência de um mesmo texto” (Fonseca, 1992: 53).

isso, ao seu alocutário, que esta avaliação negativa é merecida, o que, de certa forma, retira ao comentário a pressão potencialmente fraturante da interação.

De acordo com a teorização proposta por Tannen, homens e mulheres podem beneficiar atualizando os estilos uns dos outros, aprendendo a “aceitar a interdependência sem a ver como uma ameaça à sua liberdade de decisão.” (Tannen, 1990: 147, tradução nossa).

Parece evidente que os interlocutores procuram abrir “linhas de comunicação” (Tannen, 1990: 150, tradução nossa) e encontrar uma linguagem compartilhada para negociar conflitos de interesses reais, considerando que têm estilos de conversação diferentes e expressam os seus pensamentos e sentimentos de maneiras distintas (Tannen, 1990: 8). A gestão e a regulação do alinhamento dos pontos de vista são conseguidas, assim, na relação de atenção conjunta mutuamente partilhada, na busca de objetivos interacionais ajustados às expectativas geradas pelo alocutário⁶¹:

(123) *Zézito eu já estou melhor não te preocupes sim? Se vês que podes estar aí, é contigo.*
[B-29/08/75]

(124) *Sim, havemos de refazer a nossa vida se Deus quiser.* [A-01/09/75]

(125) *Adeus, Zézito, faz como quiseres, eu vou de boa vontade, mas se te fizer muita diferença eu fico, está bem?*
[B-18/06/75]

(126) *Antes de terminar esta carta quero dizer-te que gosto muito da planta da casa e que acho muito bem que a construas em Alvaiázere. Tu é que resolves.* [A-10/10/76]

(127) *Logo escrevo mais, está bem? Coragem e deita tudo para trás das costas, há-de ser o que Deus quiser, outros estão piores.* [B-20/06/75]

Em suma, na interação discursiva em análise, a gestão das dualidades complexas presentes ancora-se nos aspetos relacionais e emocionais (Caffi, 1999: 887) e equilibra-se pondo em jogo um “foco comum de atenção” (Goffman, 1986: 95; cf. também Almeida, 2021: 48) selecionando estratégias discursivas que contribuem para a “construção coletiva” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18) do relacionamento e do envolvimento interpessoal (Caffi, 1999), como as saudações de fecho revelam:

(128) *E por agora dá um xi-coração a cada menino (dá mesmo!) e muitos beijos e tu recebe um grande xi-coração e muitos beijos do teu sempre muito dedicado marido.*
[A-27/07/75]

⁶¹ Trata-se de rever o conceito de mitigação considerando-o como uma estratégia multidimensional. Neste caso, considerando a sua dimensão retórico-social tal como proposto por Silva (2006).

IV.6. Um discurso emotivo e persuasivo no corpo da carta: as narrativas conversacionais e a construção de um território de proximidade.

IV.6.1. As sequências argumentativas: a expressão da modalidade, da (in)delicadeza e os mecanismos de mitigação e de intensificação em estratégias discursivas de persuasão.

“ [...] já que aí ficou tudo o que temos, ao menos não fiques sem a vida”.

[B-01/06/75]

As perorações que acabámos de analisar parecem funcionar como “o espaço para a construção da identidade textual do autor que de si deixa uma imagem positiva” (Costa, 2015: 57). Com efeito, na interdependência da correlação de forças que se instaura na dinâmica interacional assenta o jogo de construção da imagem que o locutor faz de si, do seu alocutário e da relação interpessoal (Marques, 2002: 33), sendo evidente que o fortalecimento da imagem dos falantes estreita as relações e resulta numa maior aproximação (Albelda, 2005: 325).

Se as perorações e segmentos fáticos de fecho (Adam, 2011a: 259) permitem a “acomodação intersubjetiva das faces dos interlocutores” (Almeida, 2010: 132), os segmentos transacionais que constituem o corpo das cartas, apresentam um plano de texto ocasional (Adam, 2011a: 259), composto de segmentos predominantemente argumentativos, cuja função é essencialmente persuadir, convencer, conduzir à mudança de atitude, de pensamento e de atuação.

Ainda que partilhando um percurso e objetivos de vida comuns, os interactantes nem sempre avaliam o presente e/ou perspetivam o futuro da mesma forma e, não raras vezes, a análise dos acontecimentos políticos e do seu impacto na esfera familiar não é coincidente. As sequências textuais que compõem o corpo das cartas - de tipo narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo-expositivo e dialogal (Silva, 2012: 154) – assumem frequentemente motivações argumentativas e assinalam “intervenções diretivas” (Almeida, 2019: 252) como estratégias de imposição de alinhamento e conciliação de pontos de vista, numa retórica de persuasão.

De acordo com o esquema macroproposicional das sequências argumentativas proposto por Adam (2011b: 154), a estratégia argumentativa visa uma transformação dos conhecimentos do outro, sendo a argumentação sempre negociada com um interlocutor que

assume o papel de “contra-argumentador” (Adam, 2011b: 235). Ao acrescentar ao esquema já proposto por Toulman⁶² a categoria de tese anterior que é objeto de refutação, Adam integra na estrutura macroproposicional da sequência argumentativa o conceito de dialogismo “inerente a qualquer movimento argumentativo” (Silva, 2012: 158).

Em linha com o modelo proposto por Adam e a configuração argumentativa do discurso defendida por Fonseca (1992: 320), procuraremos observar a omnipresença do locutor no discurso, o modo explícito como o locutor assume o seu discurso configurando e projetando uma inequívoca convicção pessoal (Fonseca, 1992: 214). Na análise dos processos relacionais como posicionamento e dialogismo, noções usadas por De Fina (2010), evidenciaremos o facto de que as entidades são plurais, uma vez que se relacionam com tipos de situações e práticas discursivas em que estão envolvidas, mas que também são relacionais, uma vez que as pessoas se posicionam continuamente, influenciando e sendo influenciadas por outros.

Observemos a seguinte sequência argumentativa e as suas macroproposições constitutivas:

(129) *Eu cá continuo desorientada com tudo o que ouço das pessoas que daí vêm diariamente. E continuo a pensar e peço a Deus que te ajude a pensar bem, que te ajude a ver o perigo em que estás, que penses que a tua vida vale mais do que todo o dinheiro que daí possas trazer, que já deve ser bem pouco nesta altura. Tens 3 filhos e deves pensar neles, já que aí ficou tudo o que temos, ao menos que não fiques sem a vida.*

[B-01/06/75]

Tendo como referência a estrutura macroproposicional de sequência argumentativa proposta por Adam (2011b), identificamos a Tese Anterior (*o perigo em que estás*) como ponto de partida de toda a argumentação. Com efeito, a situação de profunda instabilidade e insegurança que se vive em Angola, e que é relatada “diariamente” pelas pessoas que são forçadas a regressar, conduz o locutor a um estado emocional de grande perturbação pela evidência do perigo eminente e real a que está sujeito o interlocutor.⁶³ A macroproposição

⁶² Toulman propôs diferentes categorias funcionais para a estrutura macroproposicional da sequência argumentativa. Silva (2012:154) elenca assim as diferentes categorias propostas por Toulman: “A relação subjacente a uma estrutura argumentativa mínima consiste no facto de um conjunto de Dados (D) permitir atingir uma Conclusão (C). Esse movimento decorre de uma Garantia ou Certificação (W) que pode ser fundamentada por um Suporte ou Apoio (B). A eventual ocorrência de um Modalizador (Q), que atenua ou reforça o carácter assertivo da conclusão, está condicionada pela existência de uma Restrição (R)”.

⁶³ O perigo a que o locutor se refere é real e amplamente relatado em testemunhos diversos. Veja-se, a título ilustrativo, o seguinte excerto de Isabela Figueiredo em *Caderno de Memórias Coloniais* (2015:203): “Para os brancos que decidiram ficar nas ex-colónias, após a independência, por solidariedade com os movimentos de

correspondente aos Dados (“*que penses que a tua vida vale mais do que todo o dinheiro que daí possas trazer, que já deve ser bem pouco nesta altura*”) fundamenta a argumentação na necessidade de “pensar bem”, ou seja, de avaliar o que “vale mais”: a vida ou o (pouco) dinheiro que possa conseguir. As inferências acrescentam informação relevante (“*Tens 3 filhos e deves pensar neles*”) e reforçam a obrigatoriedade do exercício do papel paternal, argumento maior que justifica a necessidade de “pensar bem” e regressar rapidamente. Com efeito, utilizando o modalizador deôntico, com valor de obrigação (deves = tens), o locutor age sobre o alocutário, procurando desencadear uma situação dinâmica representada pela relação predicativa (“*pensar neles*”). O emprego do verbo ‘pensar’, não prevendo efetivamente a realização de uma ação, implica, todavia, uma profunda mudança de comportamento (pensar nos filhos significa preservar a vida e proteger-se do perigo, significa cuidar deles, significa regressar para junto deles) introduzida e especificada pela locução causal (“já que”) que condiciona a Conclusão (“*não fiques sem a vida*”).

Na situação de fragilidade interna de desenraizamento e perda (“*já que aí ficou tudo o que temos*”), a restrição imposta pela locução ‘ao menos’ pressupõe um contexto em que se apresenta uma exceção a uma situação imposta e arroga um valor concessivo. Com efeito, o emprego repetido do verbo ‘ficar’, primeiro no pretérito perfeito (“*ficou*”) e posteriormente no presente do conjuntivo (“*fiques*”) estabelece uma linha de separação entre os bens materiais irremediavelmente perdidos e o apelo irrelutável à preservação da vida, expresso na forma do imperativo que ocorre sob o escopo da negação (“*não fiques*”).

A relação que se assim se estabelece entre os participantes implica tacitamente que o locutor está em posição de “provocar um certo tipo de narrativa” (De Fina, 2009: 240, tradução nossa), mas também de avaliar o seu interlocutor e as suas certezas. A sequência argumentativa que desenvolve a tese anterior contra a qual se posiciona a nova tese ou conclusão (não ver o perigo pode significar perder a vida) comporta implicitamente um “posicionamento” (na aceção de De Fina, 2010: 271, tradução nossa) relacional, mas também um posicionamento relativamente a um conjunto determinado de valores que implicam pensar bem, cumprir as obrigações como pai, não valorizar excessivamente os bens materiais, preservar a vida. Sendo estes, porventura, valores universais, parece ser

libertação, ou por não terem outra escolha, ou não quererem tê-la, a vida não ficou fácil. Os brancos que ficaram em África tornaram-se alvo fácil de numerosas vinganças. Eram suspeitos. Os seus passos e palavras, vigiados pelas instituições, pelos comités de bairro, pelos vizinhos. Era preciso ter cuidado com o que se dizia e fazia. Qualquer deslize seria considerado colonialista, e não havia piedade, o preço era alto. A denúncia constante. A prisão. Os campos de reeducação.”

evidente que, inserido num determinado contexto temporal e espacial (o Portugal rural, conservador e maioritariamente católico), as dimensões passadas surjam tecidas no discurso presente do locutor e evocadas como “molduras para a construção de novas identidades” (De Fina, 2020: 24, tradução nossa).

O perigo a que o locutor B se refere é real, diz respeito a situações graves e prolongadas de insegurança que podem colocar efetivamente em risco a vida do seu interlocutor. Surge descrito e referido em diversas cartas por ambos os interactantes, ao longo de vários anos:

(130) *Por aqui tudo continua na mesma, ainda não acabaram os assaltos às lojas e às pessoas porque continuam muitos bandidos.* [A-27/09/74]

(131) *Desta vez chegou a haver horas a fio de tiros de morteiro e bazuca, só ouvindo, isto dentro da própria cidade.* [A-19/07/75]

(132) *O Lopes disse-me, aliás eu já tinha ouvido dizer que desaparecem pessoas, que Deus nos valha.*⁶⁴ [B-24/07/75]

(133) [...] *passámos uma noite muito agitada e ainda por cima vi a Cuca toda desabitada, até me pareceu ver a nossa casa e a enterrarem os cadáveres, que miséria, o bairro não está ocupado pois nem os pretos lá querem estar, está tudo deserto e cadáveres pelas ruas.* [B-25/07/75]

(134) *Depois vem daí gente todos os dias dizendo as maiores barbaridades e quem é que pode andar tranquilo, eu penso que vocês aí não devem saber, senão não estariam já aí. Sabes o motivo do rapto da doutora? Enfim coisas que nem se podem dizer por carta. Ainda não falei com o tio da minha afilhada que chegou ontem, mas encontrei a mãe dela hoje no mercado, diz que esteve preso no norte, penso eu, pois ele ia levar comida para as fazendas, 19 dias, ao fim de 19 dias fugiu, foi apanhado outra vez, enfim eu acho que não estás aí a fazer nada, eles não te vão dar a transferência, deves-te vir embora antes que haja azar e olha boca calada, essas prisões e raptos são sempre represálias e denúncias, muitas vezes de brancos, por isso de política só se fala em casa.* [B-20/08/79]

⁶⁴ Os acontecimentos a que os locutores fazem referência, são descritos também em Coelho (2012: 205-206): “Em meados de Julho de 1975 a situação de insegurança assumiu contornos dramáticos em vários pontos de Angola. A população civil e inclusivamente algumas forças militares sentiam-se encurraladas, entre o fogo cruzado dos grupos do MPLA, da FNLA e da UNITA, cada um lutando pela tomada do maior número de posições. As tentativas de saída das populações, dos seus lugares de residência, esbarravam com a resistência oferecida pelos grupos de guerrilheiros que, nos controlos do trajecto, procediam às mais agressivas práticas, desde a apropriação de dinheiro e outros bens até às agressões físicas, violação de mulheres e, em alguns casos, o assassinato de pessoas. As notícias de pessoas desaparecidas, por vezes de famílias inteiras, eram cada vez mais frequentes, contribuindo para a criação de um clima de total insegurança e de desespero permanentes.” (Coelho, 2012: 205-206).

O alocutário recebe este apelo três dias depois de ter sido escrito e responde nesse mesmo dia:

(135) *Tem calma, a guerra é em Cabinda, é longe, enquanto lutam no mato não lutam em Luanda, eles também se vão cansar, ou pensas que não cansam?*

[A-04/06/75]

Na troca epistolar, as narrativas conversacionais expõem a complexidade do social e da história, permitindo aos interactantes “contextualizar o discurso” (De Fina, 2010: 275) e compartilhar “conhecimentos, crenças, ideologias, pressuposições, papéis” (De Fina, 2010: 275 tradução nossa). Para além de um pragmatismo assente numa verdade que parece apenas pressuposta numa dedução pessoal (“*enquanto lutam no mato não lutam em Luanda*”) revela um otimismo quase ilógico, irracional e até aparentemente ingénuo (“*ou pensas que não cansam?*”). Constrói-se com base em oposições que anulam a ameaça latente: i) a guerra é no mato e, enquanto for no mato, não será em Luanda; ii) a guerra há de terminar por força do cansaço daqueles que a fazem (“eles” refere-se aos movimentos independentistas que se confrontam com vista à definição do partido que assumirá o poder no dia da independência). Neste processo de categorização de um grupo como opositores à presença portuguesa e branca em território angolano, que inclui naturalmente representações, crenças, ideologias e relações sociais entre indivíduos e grupos⁶⁵, não parece existir uma atitude de rancor ou de hostilidade, mas antes a esperança de que a situação não seja nem muito gravosa, nem muito prolongada e que o entendimento e a conciliação entre as partes sejam possíveis.

As respostas seguintes do alocutário mostram, contudo, que a perspectiva do locutor A não é partilhada nem aprovada e que ele não receberá cooperação, numa ação definida por Lachenicht (1980) como uma estratégia de agravação positiva. Observemos, a título ilustrativo, a seguinte carta:

(136) *Dizes na tua carta que vens em outubro por 1 ou 2 meses e voltas, isso é que era bom! Se voltares podes ter a certeza que iremos contigo pois esta conversa não vai durar mais tempo, se está mau, está mau para todos, se estiver bom, pois encantados da vida iremos todos. Agora não penses que vens cá, estás um mês e fazes como da outra vez*

⁶⁵ Segundo De Fina (2010: 275), “as categorias de identidade social estão relacionadas com situações, funções, características e ideologias que muitas vezes são estereotipadas e estão associadas ao conhecimento compartilhado de representações de grupos que, por sua vez, alimentam ideologias e crenças mais amplas.” Para esta autora, a “categorização não pode ser vista como um processo discursivo emergente porque se baseia em conhecimentos, crenças, ideologias, pressuposições, papéis que os interactantes compartilham. Não se pode ignorar a imensa complexidade do social e do histórico de contextualização do discurso.” (De Fina, 2010: 275, tradução nossa).

vais-te embora e deixas-nos cá. Não isso nunca, pois a tua obrigação é estares ao pé dos filhos a ajudares a criá-los, eles não são só meus, são teus também. Num ano não tiveste tempo de organizares a vida? A tua obrigação é arranjar uma vida decente onde possas ter a mulher e os filhos, não penses que isto irá continuar assim, em outubro vida nova. Ou tu vens para aqui ou nós iremos para aí, não penses que esta marmelada vai continuar assim! Organiza as coisas nesse sentido pois olha que eu não vou ir na conversa deste ano, tanto se me dá que os miúdos percam o ano como o ganhem. Se isso aí está bom para ti também está bom para nós, se nós lá não podemos estar então fica tu cá. Se achas que isso está assim tão bom, então matrícula já aí os miúdos pois vires cá por um mês nada resolve, só se for para descansares, pois quando arrancares podes crer que nós iremos também. Pensa no ano escolar dos miúdos. Ou estás convencido que eu irei na conversa de para aí ires à espera que vendas, se o quisesses fazer, já o tinhas feito quando eu te dizia isso em todas as cartas, logo no início da máka. Tem paciência, mas é assim mesmo, eu agora vou tomar decisões, antes já o tivesse feito, se tu me dissesses que irias aí quando as coisas estivessem calmas para vender as nossas casas, eu aceitaria pois não podemos desprezar o que tanto nos custou a ganhar, assim não!

[B-11/08/75]

A asserção inicial, que introduz a tese, ancora a argumentação na informação contida na carta anterior do alocutário (“*dizes na tua carta*”). Desvalorizando a primeira parte do conteúdo proposicional (“*vens em outubro por 1 ou 2 meses*”), proposição que, potencialmente, seria avaliada positivamente pois que reenvia para a tão desejada reunião da família, é no segundo segmento que se centra a ideia que o locutor vai refutar: a perspectiva do regresso a Angola (“*e voltas*”). Trata-se da visão antecipada de nova separação, ideia relevante e reiterada, que o locutor claramente recusa e que vai procurar contestar e contrariar ao longo da carta.

O mecanismo argumentativo é acionado através da frase exclamativa de polaridade negativa (“*Isso é que era bom!*”), empregue para indicar não o que deve ser ou convém que seja, o que corresponde ao que é desejado ou esperado, mas antes a recusa do que foi anteriormente enunciado, o regresso, ou a pretensão de regresso a que o alocutário deverá renunciar. O uso da expressão coloquial, não sendo desadequada ao nível de informalidade e familiaridade existente entre os interactantes, surpreende pela ironia e pela ameaça que encerra. A exclamativa em que o escopo da exclamação recai sobre o adjetivo “bom”, é a expressão da intensificação de uma qualidade, destacando-a por meio de um acento de intensidade (Mateus, 1989: 252). Esta ênfase da qualidade em exclamativas frásicas está associada a processos prosódicos que, no ato ilocutório, podem cumprir uma função semântica com valores múltiplos associados a diversas possibilidades de inflexão

exclamativa (Cunha, 1986: 652), cujo valor melódico só pode ser depreendido do contexto. Acresce ainda o emprego do demonstrativo com valor anafórico (“*isso*”) que remete para o próprio texto do segmento anterior (“*voltas*”), cuja polaridade negativa apenas é aferível contextualmente. A eventualidade de regresso a Angola do alocutário e a premente recusa do locutor dessa possibilidade é reforçada pela seleção do “futuro do passado” (Mateus, 1989: 78) expresso pelo pretérito imperfeito do indicativo (“*era*”).

Ainda que o significado entoacional seja notoriamente difícil de definir, os segmentos seguintes contribuem para clarificar a “função atitudinal” (Culpeper et al., 2003: 1568, tradução nossa) assinalando inflexões reveladoras de um posicionamento emocional de descontentamento, desaprovação, crítica e até ameaça. A argumentação constrói-se, assim, num contínuo de recusa emotiva e perentória cuja força expressiva reside essencialmente nos dispositivos enunciativo-pragmáticos que seleciona e que projeta numa construção discursiva que procura refutar não a ideia real do regresso, mas tão só a possibilidade do regresso.

Os dados em que se firma a argumentação centram-se na ideia fixa do reagrupamento familiar e colocam vários desafios ao alocutário: a obrigação de estar junto dos filhos e contribuir para a sua educação; a obrigação de arranjar uma “vida decente” que permita a união da família. Enunciados desta forma, os dados permitem inferir que não é suportável continuar à espera que o alocutário resolva as pendências ainda existentes em Angola (venda das casas), reafirmando claramente a tese de que a continuidade da separação não é aceitável.

As construções frásicas, assentes numa estrutura paralelística, convocam os tempos do conjuntivo (o futuro do conjuntivo “*voltares*”, “*estiver*”; o presente do conjuntivo “*penses*”) envolvendo a ação verbal de um “matiz afetivo” (Cunha, 1986: 464) que acentua fortemente a vontade do locutor. A organização discursiva estabelece um binómio que se desenvolve na oposição entre a vontade do locutor e a vontade do alocutário; “*tu*” e “*nós*”; “*ficar*” e “*partir*”; “*voltar*” e “*regressar*”; “*união*” e “*separação*”, num movimento que parece exprimir concessões e alternativas (“*Ou tu vens para aqui ou nós iremos para aí*”) mas que, verdadeiramente, denota sempre a mesma ação, ainda não realizada, e expressa ou subentendida como dependente de uma única condição: a reunião familiar.

Alguns dos desafios colocados são especificamente direcionados para agravar a face do alocutário e configuram declarações indelicadas. A pergunta retórica (“*Num ano não tiveste tempo de organizar a tua vida?*”) aciona um mecanismo fortemente argumentativo que

contribui para descredibilizar o interlocutor, ‘desafiando-o’ num ato de indelicadeza negativa (Culpeper et al., 2003: 1559). Expressa, por meio de uma implicatura, o oposto do que enuncia (se num ano não conseguiu reorganizar a vida, não é expectável que o faça nos próximos meses). Ao perguntar, o locutor constrói-se como dialogante, mas imediatamente impõe a sua resposta de polaridade contrária àquela que parece admitir num movimento em que o estatuto do interlocutor e a sua eventual contra-argumentação surgem desvalorizados ou mesmo anulados.

As estruturas gramaticais selecionadas formam um padrão com traços constantes introduzidos pela conjunção disjuntiva (“*Ou tu vens para aqui ou nós iremos para aí*”). As sucessivas alternativas propostas reforçam a crítica já anteriormente enunciada e registam a imposição sobre o alocutário enfatizando a atitude negativa e potenciando o “efeito interpessoal de indelicadeza” (Culpeper et al., 2003: 1561). Este efeito intensificador é adicionalmente obtido através da frase exclamativa negativa (“*não penses*”) e da seleção da expressão de nível familiar (“*esta marmelada*”), conotativamente associada a um sentido de acordo desonesto ou imoral.

A repetição de construções sintáticas de valor condicional e disjuntivos tem assim uma função intensificadora do julgamento do locutor e sinaliza uma forte avaliação negativa das opções do alocutário e das suas consequências na continuidade da situação de separação da família. A “coerência funcional” da macroestrutura (Fonseca, 1992: 320) consubstancia-se na asserção seguida de justificação (“*pois vives para cá por um mês nada resolve, pois quando arrancares podes crer que nós iremos também*”) que fundamenta a tese inicial (a família não deve voltar a separar-se). Estes segmentos enunciativos têm por escopo a dimensão contraditória do regresso a Portugal, na perspetiva de um regresso apenas temporário (um ou dois meses, na opinião do alocutário) e da exigência do regresso definitivo para o locutor. Revelam uma notória tensão criada pela “contra-expectativa” (Fonseca, 1992: 323) de nova separação (“*Agora não penses que vens cá, estás um mês e fazes como da outra vez vais-te embora e deixas-nos cá*”) que o locutor gere na oposição entre “vir” e “ir”, “cá” e “aí” e cuja avaliação global se projeta na atitude ativa⁶⁶ do interlocutor de se ‘ir embora’, de ‘não os levar consigo’⁶⁷, de os “deixar”, posicionamento fortemente ameaçador da relação de confiança

⁶⁶ No esquema imagético proposto por Silva (2006: 190) para o conjunto de sentidos compreendidos pelo verbo ‘deixar’, “o participante age, ativamente e com intervenção prévia, sobre o objeto fazendo-o ficar depois de se ter deslocado.”

⁶⁷ ‘Deixar’ representa, «por extensão metonímica, ‘abster-se de levar algo ou alguém’» (Silva, 2006: 196).

entre os interactantes (“*não penses*”), já que, afastando-se, deixa de ter a possibilidade de ‘fazer o que devia fazer’, de agir da forma considerada correta, ou seja, coadjuvar na educação dos filhos.

Manifestamente, a opção pelo regresso, por parte do alocutário, é interpretada pelo locutor como um ato de deserção do cumprimento das responsabilidades familiares, de desresponsabilização, quase de abandono.⁶⁸ Ato moralmente condenável na *doxa* que os interactantes partilham e que não é aceitável que se prolongue, pelo que o locutor define um eixo temporal centrado num presente “agora” em que se impõe mudar de atitude (“*eu agora vou tomar decisões*”). Este ‘agora’, resultado de um passado que não se cumpriu como se esperava (atentemos no uso repetido do futuro do passado simples *dissesses, estivessem* ou composto *tivesse feito*) impõe que o futuro seja diferente (“*nós iremos também*”).

Com efeito, a persistência de uma situação estativa e durativa (“*deixas-nos cá*”) é globalmente negativa. O “predicador referencial” (Mateus, 1989: 45) estabelece uma relação semântica do “argumento que designa a entidade que é a sede psicológica de uma dada propriedade ou relação” (Mateus, 1989: 45). O seu valor aspectual permansivo alarga o intervalo de tempo em que o estado de coisas se verifica. Por implicitação pragmática, pode juntar-se ao permansivo (“*deixas-nos*”) uma dimensão de “excesso” de permanência, do “retardamento da transição a outro estado” (Fonseca, 1992: 336). Dimensão evidenciada no enunciado exclamativo (“*não penses que esta marmelada vai continuar assim*”) e que se prolonga ao nível das referências e avaliações axiológicas (“*eu não vou ir na conversa deste ano, podes crer que nós iremos também*”). A seleção do verbo “ir” no futuro do indicativo e na forma perifrástica, expressa a posteridade da ação em relação ao momento da enunciação e reforça a imposição da mudança de situação. O distanciamento do locutor em relação ao atual estado de coisas é ainda evidente no emprego das formas verbais no presente do condicional (“*se dissesses que irias aí... eu aceitaria*”), marca o crescendo da força assertiva que acompanha a sucessão das ameaças diretivas comissivas⁶⁹ e culmina na negação enfática das opções do interlocutor (“*assim não!*”).

⁶⁸ Sobre este valor do verbo ‘deixar’, Silva afirma que “de um ponto de vista onomasiológico, deve acrescentar-se que, em relação ao seu sinónimo abandonar, o verbo deixar exprime um ‘abandonar’ com uma intensidade e uma densidade emotiva menores, daí que *deixar* possa ser usado como eufemismo dos processos veiculados por *abandonar* (Silva, 2006: 203).

⁶⁹ As “ameaças diretivas comissivas anunciam consequências dependentes do locutor, do desempenho do recetor ou abstenção de realização de um ato específico: recompensas no caso de promessas, penalizações no caso de ameaças” (Salgueiro, 2010: 219, tradução nossa).

A aparente estratégia de gestão e regulação do alinhamento dos pontos de vista expressa com recurso à modalidade deôntica (“*Tem paciência*”) é imediatamente anulada pela força da adversativa (“*mas é assim mesmo*”) que, pela oposição que estabelece, não permite a troca de perspectivas. Na verdade, mais do que combinar estratégias negociadas interacionalmente, a força assertiva imprime aos segmentos uma forte orientação persuasiva. Trata-se, efetivamente, de atos perlocutórios de advertência que visam persuadir para corrigir estados epistémicos e comportamentais do seu interlocutor (Fonseca, 1992: 364). A manifestação da força acional da persuasão surge como um eixo organizador da carta em análise percorrendo vários segmentos do discurso e reforçando o seu carácter argumentativo de incitamento à mudança de posicionamento e de atitude do seu interlocutor.

Nas respostas seguintes, o locutor A mostra que reconhece e respeita o posicionamento do locutor B, reforça a importância da conciliação e valoriza os laços emocionais existentes. Apesar das fortes e duras críticas que recebeu, o locutor A não as acolhe como uma ameaça negativa à sua face eventualmente por não reconhecer, nas estratégias discursivas do seu interlocutor, a intenção aberta de ofender. Assim entendidos, os enunciados selecionados pelo locutor B não parecem poder inserir-se como o tipo de ações definidas por Goffman (1967: 14) como conducentes à ameaça da ‘face’.⁷⁰

Parece possível identificar, nas sequências reativas do locutor A, uma orientação defensiva para salvar a própria ‘face’ e uma orientação protetora para salvar a ‘face’ dos outros, numa gestão de perspectivas que Goffman designa como “práticas defensivas” e “práticas protetoras” (Goffman, 1967: 26). Com efeito, não ignorando que a sua ‘face’ assim como a ligação de confiança que rege o relacionamento interpessoal se encontram ameaçados, o locutor A procura restabelecer a ordem ritual desacreditando as suposições que o seu alocutário projetou sobre a sua vida, assim procurando enfraquecer ou anular as razões do “constrangimento” (Goffman, 1967: 107) que se instituíra entre os interactantes.

Atentemos, a título exemplificativo, nas seguintes sequências reativas do locutor A:

⁷⁰ Culpeper et al. assinalam que a atribuição de intencionalidade aos comportamentos dos participantes é fortemente criticada, entre outros, por estudiosos como Grimshaw (1990) que argumenta que isso implicaria a capacidade de ‘entrar na cabeça das pessoas’ e requereria inferências várias (Culpeper et al., 2003: 1552, tradução nossa). Fonseca (1992: 340) afirma a este propósito: “é sabido que as pressuposições representam um dispositivo de alto rendimento na construção e no funcionamento dos discursos, por configurarem um quadro intelectual em que a comunicação se desenvolve – quadro intelectual (pré-construído, objetivado em pré-asserções) que é verdadeiramente imposto ao alocutário (em confronto com o *post*o que lhe é só proposto” (Fonseca, 1992: 340).

(137) *Desde que recebi as tuas cartas de 20 e 23 que não me sai da cabeça as acusações que nelas me fazes de que agora estou diferente, talvez que nas minhas primeiras cartas eu não tenha dito o que sinto. Para se ser amigo da família e se ter amor à mulher e aos filhos não basta escrever, é, acima de tudo, preciso ter esses sentimentos e disso não me acusa a minha consciência. Dizes se lhes tivesse amor não teria vindo para aqui, é uma maneira de ver as coisas, mas o certo é que se eu não tivesse mulher e filhos jamais aqui poria os pés. Mas as minhas cartas têm sido menos calorosas, talvez assim o pareçam, mas era preciso que estivesse bem dentro do ambiente em que eu tenho vivido para compreenderes que talvez o meu sistema nervoso não me deixasse expressar o que sentia. Mas antes eu era diferente, dirás, não, eu não era nem estou diferente, quero-te a ti e aos filhos acima de tudo.*

[A-03/01/1976]

(138) *Estou a ser posto à prova na altura da minha vida em que mais trabalho, eu sofro a ausência da mulher e dos filhos (sim que a ausência dos filhos quando em crianças é um bem que se perde e não tem recuperação), pois apesar disso é nesta altura que surge uma maior provação, minha mulher reage como se eu tivesse perdido a cabeça. Mas querida Joaninha, o que foi que se passou, queres vir cá, pois vem, e vem quando quiseres, eu nada tenho que esconder, nem a ti nem aos filhos.*

[A-05/01/76]

(139) *Só a nossa vida, isto é o meu emprego é que me levou a afastar-me de ti e dos filhos, e não quem tu pensas, não seria capaz pela minha parte de tal infâmia. Não me julgues tão severamente, nem me julgues assim tão leviano.*

[A-06/01/76]

(140) *Não tenhas receio, querida Joaninha, mesmo, que eu não te perco amor, podes crer que te amo verdadeiramente, que te quero muito e que adoro os filhos e que nada neste mundo pode mudar esta minha maneira de ser. [...] fica descansada que eu ajudarei a criar os filhos e farei tudo para que tenhamos um lar feliz, eu sei que tenho um pouco de mau feito, mas não sou um desonesto, um louco, um traíçoeiro. [...] Sim, Joaninha, dizes muito bem, eu sei que tenho três filhos para criar e educar e que tenho um lar para preservar e que sou um cristão e podes estar certa que não será nunca por mim que esse nosso lar será desfeito.*

[A-06/01/76]

(141) *Eu quando peço Joaninha ajuda-me, é isso que eu te peço, não é o dinheiro que me interessa mais, a melhor ajuda é a tua compreensão, eu não quero nada, nem prémios, nem elogios, eu só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor, eu sei que sou débil de saúde e sei que outros são muito mais espertos para o negócio ou para governar a vida. Mas eu faço o melhor que posso e sei e duma coisa estou certo, se alguém quer bem aos filhos e à mulher e eu sei que cumpro o meu dever.*

[A-14/01/76]

Observamos, nestas respostas, aspetos discursivos de contra-argumentação que denotam, sobretudo, envolvimento conversacional e constituem estratégias de estabelecimento de acordo na interação. Com efeito, identificamos diversas asserções-resumo que revelam “a escuta atenta e a colaboração com o seu interlocutor” (Almeida, 2021: 52): “*Sim, Joaquina, dizes muito bem; podes estar certa.*”

Ao mesmo tempo, a realização reiterada de comentários avaliativos permite posicionar-se num movimento de contra-argumentação e refutação das críticas e ameaças recebidas. Ao contrário do “caráter de polemicidade” (Fonseca, 1992: 318) que, em geral, se inscreve no discurso com marcas argumentativas, a estruturação opositiva não ocorre. Contrariamente, e talvez até surpreendentemente, o locutor é conciliador e atribui-se uma identidade discursiva de marido apaixonado, pai dedicado e afetuoso, inquebrável e imune a arremessos: “*quero-te a ti e aos filhos acima de tudo, eu nada tenho a esconder, nem a ti nem aos filhos, fica descansada que eu ajudarei a criar os filhos e farei tudo para que tenhamos um lar feliz, duma coisa estou certo, se alguém quer bem aos filhos e à mulher, e eu sei que cumpro o meu dever.*”

Certamente que o locutor A, alvo de tão duras críticas, ter-se-á sentido magoado. Contudo, opta por estratégias de delicadeza cuja função é sobretudo “desarmante”⁷¹ (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 85), permitindo reduzir as tensões e os conflitos.⁷² A cortesia linguística realiza-se, recorrendo a FFA’s (*Face Flattering Acts*), estratégias retóricas de persuasão, “que só o contexto e a dinâmica da interação poderão ajudar a reconhecer” (Rodrigues, 2003: 144), cujo objetivo não se concentra na transmissão de informação, mas no (r)estabelecimento de uma “relação equilibrada e harmoniosa” (Rodrigues, 2003: 155).

Em contexto político de permanente e dolorosa incerteza em relação a um futuro impossível de prever ou controlar, o locutor realiza atos comissivos que o comprometem no desenrolar futuro de uma ação, de natureza pessoal, expressa no conteúdo proposicional de

⁷¹ Kerbrat-Orecchioni recorda que «em francês ‘delicadeza’ é, originalmente, ‘o polimento imposto às partes de um mecanismo que deve funcionar bem’, é aquilo que ‘suaviza todo o atrito’ e arredonda ‘os ângulos excessivamente agudos dos caracteres’, é “uma espécie de aspirador de pó que envolve a aspereza de nosso caráter e impede que outros sejam feridos por ele” (cf. Lacroix, 1990, 23-5): em hebraico, por outro lado, a palavra formou-se a partir de um radical com o significado de “[que faz] derreter”: a polidez é um emoliente, um lubrificante, é o bálsamo com o qual ungimos os rostos, é o óleo com o qual revestimos as engrenagens abrasivas demais da máquina conversacional. Estas duas metáforas igualmente frequentes vão na mesma direção: substância polida ou untuosa, a polidez é o que permite que os sujeitos sociais não “colidam” com aqueles que encontram no caminho e com quem devem entrar em contato; poderoso redutor de “agôn”, é, de certa forma, uma “violência feita à violência”». (1995: 85)

⁷² Como afirma Locher (2004: 29) “a delicadeza, como a beleza, está nos olhos de quem a vê”.

enunciados performativos (“*ajudarei a criar os filhos, farei tudo para que tenhamos um lar feliz, nunca será por mim que esse nosso lar será desfeito*”). Apesar das contingentes circunstâncias situacionais, o locutor enuncia ações com valor modal de certeza relativamente aos seus sentimentos presentes (“*que te amo verdadeiramente, que te quero muito e que adoro os filhos*”) a que soma modalizadores deônticos de compromisso e de obrigação. Se o evoluir da situação política não depende da sua intervenção ativa, os atos aqui enunciados submetem apenas a vontade e a intenção do locutor e exprimem o nível de classificação e convenção das suas intenções (Mateus, 1989: 103) transmitindo a certeza da sua realização (“*podes estar certa*”). Como se o locutor firmasse um compromisso de adequação das ações às palavras, “uma espécie de prefácio à execução da ação” (Caffi, 1999: 890, tradução nossa) atribuindo um valor declarativo ao verbo ‘poder’, enquanto garantia de realização da ação. Constitui, cumulativamente, um ato de delicadeza positiva, tranquilizador e reparador da tensão na interação, ou seja, um ato “anti-FTA” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 76) para a face negativa do locutor. De forma confluyente, o valor epistémico do conteúdo proposicional reforça o grau de certeza do locutor sobre a proposição (“*eu sei que tenho um pouco de mau feitio, mas não sou desonesto, um louco, um traiçoeiro*”) e confirma o “valor relacional” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 70) da interação, reduzindo a gravidade e o desagrado e, dessa forma, diminuindo a distância psicológica.

Nesta linha de análise, é possível identificar, nos excertos em estudo, diversos fenómenos linguísticos cujos “efeitos pragmáticos multidimensionais são deduzíveis” (Caffi, 1999: 890) e que são selecionados pelo locutor para garantir a função de “aceleradores de intimidade” (Dressier & Merlini Barbaresi, 1994: 233). Referimo-nos, por exemplo, ao uso da conjugação correlativa negativa (‘nem...nem...’) enquanto processo de intensificação de valores que o locutor rejeita (“*eu não quero nada, nem prémios, nem elogios*”). Reenviando para a reformulação do conteúdo proposicional reforçado pelo conector de inclusão/exclusão (“*eu só peço*”), a negação sinaliza a posição do locutor relativamente ao estado de coisas que refuta. Ou seja, recusando “prémios” e “elogios”, o locutor procura unicamente o reconhecimento e a aprovação do seu alocutário (“*eu só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor*”). Posicionado ao longo de uma escala de transparência crescente (Caffi, 1999: 900), o advérbio acomoda um movimento de reformulação argumentativa que consiste em desatualizar um tópico doloroso e fraturante (a quebra de confiança do alocutário) e sinaliza uma estratégia de “autoproteção” (Briz, 2013:

286) da face do locutor. Evitando desenvolver um tópico mais ameaçador da face do locutor (Almeida, 2014: 10), esta estratégia reduz ou lateraliza a dimensão da “relevância temática” (Caffi, 1999: 902) das acusações de que foi alvo (falta de capacidade e/ou vontade para cuidar da família).

De uma forma geral, parece ser possível identificar, nas sequências reativas em análise, dispositivos linguísticos com sentido claramente contra-argumentativo que visam minimizar a tensão, nomeadamente:

i) a presença de uma avaliação positiva que acomoda intersubjetivamente objetivos comuns (note-se o emprego da primeira pessoa do plural *tenhamos* e do determinante possessivo primeira pessoa do plural “*nossa vida*” enquanto marcas da relação intergrupala, de aproximação e de consonância);

ii) as asserções de acordo e de conciliação (“*sim, dizes muito bem, eu sei*”);

iii) a enunciação de uma orientação presente-futuro que acomoda estruturas sequenciais de atos comissivos e de atos diretivos (cf. Almeida, 1996; Almeida, 2016) articulando uma dimensão de compromisso inquebrável (“*nada neste mundo pode mudar esta minha maneira de ser*”) e uma dimensão diretiva que inclui um apelo ao alocutário (“*só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor*”) para que reconheça, valide e aprove as intenções do locutor;

iv) o uso de intensificadores (“*podes crer que te amo verdadeiramente; não tenhas receio, querida Joaquina, mesmo*”) que “resumem retroativamente o que foi dito e estabelecem uma coerência discursiva” (Almeida, 2014: 9).

Regulada a tensão, a relação interativa pode agora prosseguir numa base mais simétrica⁷³ (Caffi, 1999: 894), no princípio da cooperação que implica o respeito pelo outro e uma orientação conjunta da interação. Trata-se de uma “cooperação construtiva, despida de rudeza, que não procura o confronto nem a indelicadeza”⁷⁴ (Simonin, 2010: 22, tradução

⁷³ Importa aqui salientar dois princípios da interação enunciados por Charaudeau (1995: 2, tradução nossa): i) “o princípio da interação afirma que qualquer ato de fala é um fenómeno de troca entre dois parceiros (estejam eles presentes um ao outro ou não) que devem se reconhecer como semelhantes e diferentes. Semelhantes porque, para que a troca ocorra, eles devem ter em comum universos de referência (conhecimento compartilhado) e objetivos (motivações comuns); diferentes porque o outro é perceptível e identificável apenas na sua alteridade”; ii) “o princípio da interação afirma que cada um dos parceiros está comprometido num processo recíproco (mas não simétrico) de reconhecimento do outro, legitimando-o, ao mesmo tempo, no seu papel”.

⁷⁴ Simonin (2010) acrescenta que “a ideia de relacionamento interpessoal harmonioso surge como o ponto de contacto entre a delicadeza e os princípios de inferência. Implica consideração ou respeito pelos outros, colocando-os em primeiro lugar. A cooperação para atingir um objetivo comum pressupõe um relacionamento interpessoal harmonioso. Da mesma forma, uma contribuição relevante sugere o estabelecimento ou a

nossa). A “retórica de consenso” (Almeida, 2012d) que assim se vai construindo representa um ato confirmativo do elo relacional entre os correspondentes, constitui uma estratégia discursiva de continuidade e é uma forma de estabelecer relações de coerência na história de vida que é partilhada.

A “dinâmica de intimidade” (Tannen, 1990: 90) que se efetiva ao longo dos seis anos de duração das trocas epistolares, sofre, todavia, sobretudo durante os anos de maior mudança e instabilidade política e social de 1975 e 1976, frequentes desequilíbrios. A comunicação assinala pontos de vista e de atuação contrastantes, por vezes mesmo inconciliáveis, que resultam de diferentes avaliações produzidas pelos interactantes sobre a (im)possibilidade de permanecer em Angola. Decorrem de diferentes modos de perceber e/ou analisar uma situação específica, divergem de acordo com o lugar geográfico (Portugal/Angola), o papel social que o locutor assume na relação familiar (mãe/pai; cuidadora/chefe de família; próximo/distante); estados emocionais de maior ou menor perturbação / estabilidade; características psicológicas de maior ou menor conformismo/inconformismo, otimismo / pessimismo, pragmatismo / intelectualismo.

IV. 6.1.1. Argumentar e convencer com um *só* argumento: o item lexical *só* na sequência dialógico-discursiva de argumentação.

Nos primeiros anos da escrita das cartas, a interação organiza-se em movimentos argumentativos de persuasão assentes na noção individual do que é certo ou errado; do que é conforme à razão; sensato em face da situação de perigo; ajustado aos interesses da família; (im)próprio de um pai de família; necessário ao sustento; decorrente de obrigações profissionais. Os reiterados apelos, realçando posicionamentos de crítica, de acusação ou apenas de conselho, parecem reduzir o escopo do desacordo a uma ideia exclusiva, limitando e restringindo o alcance específico da divergência a uma única ação.

Para ilustrar, retomamos parte do enunciado atestado no exemplo (142) e observamos a sequência reativa do locutor B atestada em (143):

continuação de uma relação interpessoal harmoniosa, que se mantém através de sucessivas contribuições reciprocamente relevantes. Se a harmonia interpessoal se desvanece, não será possível cooperar e não faz sentido procurar a relevância ideal; desta forma, não é racional nem lógico continuar a conversar e a troca discursiva termina” (Simonin, 2010: 24, tradução nossa).

(142) *Eu quando peço Joaquinha ajuda-me, é isso que eu te peço, não é o dinheiro que me interessa mais, a melhor ajuda é a tua compreensão, eu não quero nada, nem prémios, nem elogios, eu só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor [...].* [A-14/01/76]

(143) [...] *dizes que eu te chateio, tu exageras, então eu trato-te mal Zézito? Eu que gosto tanto de ti! Só te quero é cá ao pé de nós [...]* [B-04/02/76]

Com efeito, a seleção do item lexical *só* evidencia, “focaliza” ou “ênfatiza” o posicionamento central de cada um dos interlocutores: o locutor A *só* pede que o locutor B compreenda que a opção de permanecer em Angola é a que melhor serve os interesse da família; o locutor B *só* quer que o locutor A regresse para junto da família.

Amorim & Sousa (2010) referem, a propósito deste item lexical:

“Os tradicionalmente designados *advérbios de inclusão* e de *exclusão* têm como principal função focalizar (ênfatizar) o elemento junto do qual ocorrem. Têm propriedades distintas dos restantes advérbios, na medida em que podem modificar qualquer constituinte da frase: grupos nominais, grupos preposicionais, grupos adjetivais e o núcleo do grupo verbal” (Amorim & Sousa, 2010: 208).

O *Dicionário da Academia das Ciências* (versão digital) identifica o item lexical como adjetivo, como nome e como advérbio. Como advérbio apresenta um “valor restritivo para indicar exclusividade, destacando um único aspeto ou elemento entre vários possíveis” e um “valor restritivo para ênfatar ou reforçar a noção de pequena quantidade, dimensão, intensidade ou número.”

Cunha & Cintra (1986) classificam-no como “palavra denotativa”, incluindo-o no grupo de palavras que, “enquadradas impropriamente entre os advérbios, passaram a ter, com a *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, classificação à parte, mas sem nome especial” (Cunha & Cintra, 1986: 537), acrescentando ainda que “tais palavras não devem ser incluídas entre os advérbios”, já que “não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio”, concluindo ser a sua “classificação muito difícil” (Cunha & Cintra, 1986: 549).

Tradicionalmente categorizado como advérbio ou adjetivo, *só* apresenta, de facto, funções que lhe são “privativas” (Cunha & Cintra, 1986: 537) a que se aditam outros valores pragmático-semânticos (Ferreira & Osório, 2018: 203) que observamos no *corpus* objeto do presente estudo.

De facto, identificamos, no enunciado atestado no exemplo (144), várias possibilidades de interpretação do valor semântico do item lexical *só*:

(144) [...] *eu só peço que reconheças [...]*

[Paráfrase 1: eu peço apenas que reconheças]

[Paráfrase 2: eu peço veementemente que reconheças]

[Paráfrase 3: eu peço por favor que reconheças]

Na paráfrase 1, parece adotar o comportamento mais frequente, assumindo um valor restritivo. Isto é, destaca um único aspeto (a compreensão do alocutário), limitando o escopo do ato ilocutório diretivo à realização de uma única ação (uma ação mental), determinada pelo reconhecimento do conteúdo proposicional. A afirmação da reação única que se pretende obter do interlocutor (“*a tua compreensão*”) surge reforçada pelo recurso à locução prepositiva aditiva que coocorre com o advérbio de negação para rejeitar outras ações eventualmente compensatórias do sacrifício do locutor (“*eu não quero nada, nem prémios, nem elogios*”).

Pedir a “compreensão” é, sabemos pelo conhecimento contextual da interação, também pedir que concorde com a sua opção de permanecer em Angola, o que, sendo contrário aos interesses do alocutário, é potencialmente gerador de conflito na interação. Incidindo sobre o conteúdo proposicional, *só* contribui para atenuar o aspeto impositivo do ato diretivo. Ainda que, no ato ilocutório diretivo que integra, o verbo ‘pedir’ tenha o mesmo objetivo ilocutório que teriam verbos diretivos como ‘querer’ ou ‘reclamar’ (levar o alocutário a pensar de determinada maneira) a força ilocutória é atenuada em relação à ordem, pois que pedir não é exigir.

O verbo performativo ‘pedir’ cumpre, embora de forma atenuada, a “condição essencial” (Lima, 2006: 41) do ato diretivo, isto é, procura levar o alocutário a realizar uma ação (no enunciado em análise, uma ação não verbal). Tratando-se de uma ação que o locutor acredita que o seu interlocutor tem capacidade para realizar, mas que realizará com alguma resistência por não ser uma ação benéfica ou adequada aos seus interesses, o locutor seleciona mecanismos de “mitigação e reparação dos atos ameaçadores da imagem alheia e da própria” (Briz, 2013: 283). O recurso ao item lexical *só* surge, assim, no quadro da atividade argumentativa, como “estratégia de autoproteção” (Briz, 2013: 286), preservando a *face* do locutor, e, simultaneamente, como “estratégia de prevenção” (Briz, 2013: 286), evitando “possíveis danos à imagem” ou “problemas causados pela intromissão ou invasão do território ou espaço do outro” (Briz, 2013: 287), ao mesmo tempo que procura anular ou minimizar eventuais reações negativas do destinatário.

Como mitigador, o item lexical *só* assume propriedades de “atenuação pragmática” (Ferreira & Osório, 2018: 216) já que, incidindo no conteúdo proposicional do ato ilocutório, suaviza o valor de ordem e intensifica a relevância do pedido. Na posição proclítica em que ocorre, apresenta, de acordo com Ferreira & Osório, “particularidades comparativamente à fórmula de cortesia *por favor*” (Ferreira & Osório, 2018: 212), como se verifica na paráfrase (3). Repare-se que a seleção do presente do indicativo (“peço”) atribui ao pedido uma “leitura marcada pelo valor factual” (Costa, 2008: 174), que, todavia, faz depender de uma subordinada substantiva completiva (“que reconheças”) em que o presente do conjuntivo exprime a “*vontade* com referência ao ato de que se fala” (Cunha & Cintra, 1986: 466), ou seja, a expectativa ou o desejo de que o pedido possa ser concretizado num futuro próximo. Uma vez que o “reconhecimento” que se solicita é contrário aos interesses do alocutário, a seleção do mitigador *só* contribui para o “monitoramento emotivo da interação” (Caffi, 1999: 883). Funciona como fórmula de delicadeza; como “demonstração de simpatia e de respeito pelo interlocutor” (Ferreira & Osório, 2018: 225); como “aproximador” (Caffi, 1999: 890), diminuindo a distância psicológica e evitando uma “impressão de arrogância” (Caffi, 1999: 884) que o ato diretivo poderia introduzir.

A direção de ajuste de perspectivas concilia-se também no equilíbrio entre aquilo que o locutor pede (o reconhecimento da sua “boa fé” e da sua “vontade de fazer o melhor”) e aquilo de que prescinde (“*eu não quero nada, nem prémios, nem elogios*”). Se o reconhecimento e a compreensão do alocutário são ainda processos a culminar hipoteticamente, os argumentos selecionados pelo locutor são enunciados através de expressões de polaridade positiva e definidos como certos e inquestionáveis.

Do ponto de vista sintático, o item lexical *só* age como modificador do grupo verbal, podendo ser omitido ou deslocado da posição proclítica para a posição enclítica em relação ao verbo. Apesar de sintaticamente permitido, tal deslocamento impõe, por vezes, alterações na interpretação do seu valor semântico:

1. [...] *eu só peço que reconheças* [...]
1. a) [...] *eu peço que reconheças* [...]

2. *O pior é o salvo-conduto que só se obtém por meio de cunhas e pedidos, tudo muito difícil e muito complicado.* [A-02/12/76]
- 2.a) *O pior é o salvo-conduto que se obtém só por meio de cunhas e pedidos, tudo muito difícil e muito complicado.*

No enunciado atestado em (1a) a omissão do item lexical retira o valor de restrição ao pedido formulado; em (2) a deslocação faz recair o escopo da restrição sobre o constituinte “por meio de cunhas e pedidos”.

Numa breve análise das “características funcionais ou sintáticas” (Ferreira & Osório, 2018: 212) do item lexical *só* atestadas no *corpus*, observamos ainda ocorrências em que o item lexical

i) admite deslocação na frase, mantendo o valor de restrição e a função de intensificador:

(145) *Só te peço que me dê mais alguns meses, dois ou três, é essa a ajuda que te peço.*
[A-15/12/76]

(145a) *Peço-te só que me dê mais alguns meses, dois ou três, é essa a ajuda que te peço.*

ii) não admite a deslocação na frase, podendo, contudo, ser omitido. Desempenha, nestes casos, uma função de “intensificador” ou “expressão expletiva” (Ferreira & Osório, 2018: 218), operando como partícula de realce que enfatiza, delimita ou exclui. A sua elisão não modifica o conteúdo semântico do enunciado, mas altera o efeito perlocutório, retirando intensidade e ênfase ao conteúdo proposicional.

(146) *É que, Joaquina, só quem passa pelas coisas é que sabe.* [A-14/01/76]

(147) *A passagem é só Lisboa / Luanda.* [A-06/01/76]

(148) *Só hoje, dia 11, às 21 horas volto a escrever-te.* [A-14/01/76]

(149) *Só Deus e eu sabemos com quanta satisfação penso que em breve estarei de novo no meio de vós!*
[A-06/10/77]

(150) *Só Deus e eu sabemos quão penosas são as separações e despedidas aí e depois, aqui, o recomeço.*
[A-16/04/78]

Frequentemente, surge em posição proclítica em relação ao verbo, funcionando como advérbio de restrição:

(151) *Não vale a pena falares nas casas porque elas de meu só lá têm o meu suor e o meu sacrifício [...]*
[B-25/02/76]

(152) *Fizeste bem, só não fiquei satisfeito foi com o teu desânimo.*
[A-07/03/77]

(153) *Dizes que te tens farto de trabalhar, só receio a tua saúde [...]* [B-29/05/80]

(154) *[...] eu não me lamento, só te peço que me ajudes.* [A-27/01/76]

(155) *E quando vim só te pedi uma coisa: Joaquina ajuda-me.* [A-18/02/76]

É possível identificar, nos exemplos anteriormente atestados, a polaridade semântica do item lexical e a sua função semântico-pragmática. Com efeito, verificamos a existência de um valor de restrição e, simultaneamente, de intensificação.

Observemos ainda o seguinte exemplo:

(156) *Mas não falemos mais nisso, hoje fiquei mais satisfeito por veres as coisas com mais calma, é só essa ajuda que te tenho pedido.* [A-08/01/76]

No enunciado atestado em (156), o valor de restrição é delimitado pelo deíctico (“essa”) que atualiza a situação de enunciação como única. A relação entre o termo anafórico (“essa”) e o seu antecedente (“veres as coisas com mais calma”) é uma relação textual cuja interpretação “necessita da memória discursiva”, ou seja, “da informação sobre o contexto situacional e da enciclopédia partilhada” (Dicionário Terminológico, para consulta em linha). De facto, o conhecimento contextual⁷⁵ parece ser relevante na determinação da “interpretação categórica” (Costa, 2008: 168) do valor de restrição atribuído ao item lexical *só*. Para além das múltiplas ocorrências (exemplos atestados em 154, 155, 156) de enunciados idênticos que fixam semanticamente a “ajuda” pretendida na atitude de “compreensão”, “calma”, “paciência” do alocutário, outros elementos linguísticos contribuem para estipular as referidas condições de interpretação. Veja-se o valor iterativo e durativo do ato ilocutório diretivo, reforçando a insistência e continuidade do pedido, expressas através do emprego do pretérito perfeito composto (“tenho pedido”).

⁷⁵ Dressler & Barbaresi (2020) referem a este propósito: “A evidência de uma interpretação pragmática correta repousa não apenas no complexo trabalho inferencial do alocutário destinado a reconhecer tais efeitos, mas especialmente na objetivação contextual e co-motivações textuais e reações perlocucionárias, ao reconhecer pistas e índices linguísticos relevantes, ou seja, ao vincular a interpretação da morfopragmática a elementos do co-texto e/ou contexto” (Dressler & Barbaresi, 2020: 408-409).

Utilizado com grande regularidade ao longo da interação em sequências discursivas com carácter argumentativo, o item lexical *só* ocorre também como constituinte conectivo (Ferreira & Osório, 2018: 220).

(157) *Nestes dias não me tenho sentido mal, só que tenho uma sensação de calor, penso que será dos muitos medicamentos que tomei.*

[A-14/08/78]

[Paráfrase: Nestes dias não me tenho sentido mal, embora tenha uma sensação de calor, penso que será dos muitos medicamentos que tomei]

Nos enunciados anteriormente atestados, pode ser comutado com o conector subordinativo concessivo (*embora*), admitindo um facto (“uma sensação de calor”) que, ainda que não invalide a ação principal (“não me tenho sentido mal”), lhe é contrário. Com esta função, o item lexical assume as propriedades morfológicas e os comportamentos sintáticos próprios dos elementos linguísticos de ligação: i) é invariável em género e número; ii) coocorre com uma conjunção que antecede, constituindo uma locução conjuncional (“só que”); iii) determina o modo do verbo da oração que introduz.

Observamos ainda exemplos em que a interpretação categórica do valor do item lexical é determinada pela pontuação:

(158) *Hoje é noite de Natal, são agora 20 horas, estou aqui em casa a recordar com quanta saudade o ano passado, que apesar de não termos condições passamos uma noite bem feliz. Esta noite vai ser diferente e, enquanto espero que o tempo passe, vou escrever um bocadinho e escrevo uma carta para todos vós. São 21h chegou agora aqui o Silvestre com bolos, vinho, gasosas e até uma ceia já feita, e também, o marido da porteira aqui veio para ir lá jantar com eles, eu queria passar aqui a noite, só,⁷⁶ com os meus pensamentos e as minhas saudades, mas terei de ir até ali, são só os velhotes e um filho, um rapaz de 20 anos.*

[A-14/08/78]

O emprego da vírgula a isolar o item lexical condiciona a preferência por uma interpretação como adjetivo, ou seja, “*eu queria passar aqui a noite, sozinho, com os meus pensamentos e as minhas saudades*”. Se retirarmos a vírgula, funciona, mais uma vez, como advérbio com valor de restrição: “*eu queria passar aqui a noite, só com os meus pensamentos e as minhas saudades*” [paráfrase: eu queria passar aqui a noite apenas com os meus pensamentos e as minhas saudades]. Todavia, também parece possível uma interpretação ambígua, ou uma interpretação que considere cumulativamente os dois sentidos: estar sozinho, também é estar apenas com os seus pensamentos e as suas saudades.

⁷⁶ Negrito nosso.

Elemento plurifuncional, com grande complexidade estrutural e significativa, a frequência e os valores semânticos que o item lexical *só* adita vão-se alterando ao longo dos seis anos de interação. Nos primeiros anos, período de maior turbulência interior, maior instabilidade nas rotinas familiares e maior insegurança política, opera como intensificador dos apelos emotivos, dos pedidos de compreensão e de ajuda. Assume um efeito persuasivo, confere eficácia à argumentação, ao mesmo tempo que procura reduzir as obrigações do locutor. Expressa, não raras vezes, o desentendimento entre os interlocutores; a revolta perante a resistência do alocutário; a contrariedade resultante da não conciliação de perspectivas:

(159) *Será que só eu não sou perfeito! Será que só eu não vejo as coisas!*

[A-20/01/76]

Nos últimos anos, com a situação familiar, profissional e económica mais estabilizada, funciona como ‘atenuador’. Integra, na atividade argumentativa, “estratégias discursivas de mitigação” (Almeida, 2019: 242), em sequências de justificação que visam reduzir as obrigações do alocutário, permitindo “estabelecer consensos na interação” (Almeida, 2019: 242):

(160) *É verdade, recebi a encomenda, e gosto muito que me mandes encomendas, mas pequeninas. Assim, um queijinho ou dois, ou um salpicão, coisas que não pesem muito e não deem muito trabalho às pessoas. Só por isso e não porque não goste de receber o que me mandas.*

[A-18/06/77]

O recurso ao item lexical *só* surge, desta forma, também associado à expressão da emoção e condicionado pela ação que diferentes fatores sociológicos e psicológicos exercem em ambiente específico de interação (Caffi, 1999: 887).

Ainda que os interlocutores procurem reiteradamente (sobretudo o locutor A) selecionar mecanismos linguísticos de mitigação do desacordo que permitam ancorar a gestão da interação no “estabelecimento de um espaço interativo estruturado pelo trabalho colaborativo” (Almeida, 2019: 267), cada caso de mitigação marca reflexivamente o ato em que ocorre como “um ato potencialmente ou realmente ameaçador” (Caffi, 1999: 885), resultando, no *corpus* em análise, em atos conflitantes de aviso e de ameaça e subsequentes ou coocorrentes atos de reparação.

IV.6.2. ‘Ficar’ ou ‘regressar’: um discurso de crítica, censura e ameaça como mecanismo de aproximação.

Zé, pensa bem no que de novo te vou dizer, arruma a tua vida e vem, pois dentro de oito dias se não vieres eu vou para aí com os miúdos, ao menos morre tudo junto, olha que eu faço-o [...]
[B-06/06/75]

Zézito perdoa-me as cartas tontas que te escrevi, foi a minha cabeça que não é boa, e como sofri muito nesses dias ficou assim.
[B-09/01/76]

IV.6.2.1. Atos de ameaça nas sequências argumentativas: uma tentativa de persuasão.

As relações de familiaridade e de intimidade existentes entre os interlocutores das missivas em análise (marido e mulher) são bastantes para permitir ou autorizar cada membro a “dizer tudo e tudo perguntar”? (Goffman, 1986: 93)

Segundo Goffman, o que acontece é que o maior interconhecimento que os mais próximos possuem aumenta o grau de probabilidade de antever a forma como o alocutário reage a enunciados eventualmente ameaçadores da sua face positiva ou potencialmente geradores de conflitos na interação. Desta forma, os mais íntimos têm maior probabilidade de não serem expostos aos “verdadeiros mal-entendidos”, uma vez que partilham o mesmo “código de comunicação” modelado por um conhecimento mútuo e uma “agenda de compromissos (individuais e comuns) iminentes” (Goffman, 1986: 93).

Tratando-se de uma relação de grande proximidade e intimidade (os intervenientes casaram no dia 09 de dezembro de 1961)⁷⁷, observa-se grande informalidade discursiva (sobretudo no caso do locutor B) nas digressões temáticas, na alternância entre registos de língua mais ou menos cuidados, até na forma como ocupam o espaço físico da escrita e distribuem a mancha gráfica na página (mais uma vez, sobretudo do locutor B). Além disso, as cartas refletem sempre uma relação de grande cumplicidade, profundo afeto, preocupação com o bem-estar mútuo. Todavia, encontramos também mal-entendidos, atos de aviso e de ameaça, ou seja, enunciações contrárias ao contexto esperado e pretendido, potencialmente

⁷⁷ No dia 09/12/77, o locutor A escreve num postal que envia ao locutor B: *Faz hoje 16 anos que junto de Deus unimos as nossas vidas. Que Deus nos ajude, nos dê saúde e felicidade. Um grande abraço e muitos beijinhos do teu dedicado marido.*

ameaçadoras da face dos interactantes e da própria interação, que têm de ser depois reparadas, ‘com delicadeza’, seja pelo próprio locutor, seja pelo seu alocutário.

A delicadeza é um campo de estudo vasto e complexo pelas variáveis envolvidas no seu uso e interpretação (Almeida, 2010, 2013, 2014, 2019; Bargiela-Chiappini, 2003; Bousfield, 2008; Brown e Levinson, 1987; Briz, 2013; Caffi, 1999; Culpeper, Bousfield e Wichman, 2003; Fraser, 2010; Heisler, Vicent e Bergeron, 2003; Kerbrat-Orecchioni, 1987, 1995, 2002; Marques, 2008; Yu, 2003; Salgueiro, 2010; Simonin, 2010; Spencer-Oatly e Jiang, 2003; entre outros) sendo diferentemente percebida pelos interactantes em função de contextos e culturas diferentes.

Neste exercício, adotamos em particular a perspetiva de Almeida sobre o carácter de “intencionalidade da indelicadeza” (Almeida, 2013); a dimensão pragmática dos atos de ameaça da face do locutor (FTAs); os seus valores ilocutórios e condições de sucesso (Kerbrat-Orecchioni, 1995); os processos de construção do “envolvimento conversacional” na interação apesar da situação conflituante (Goffman, 1986), aplicando estes conceitos a um contexto particular de “indelicadeza não recíproca” em “situação de poder neutro” (Keshavarz, 2022).

Em linha com os estudos de Almeida (2010, 2014) e de Kerbrat-Orecchioni (1995, 2002), entre outros, a recente investigação de Keshavarz (2022) aponta para o papel significativo do contexto relacional na interpretação da (in)delicadeza procurando demonstrar que, “em situações de poder neutro” (Keshavarz, 2022: 41), ou seja, quando existe intimidade entre os interlocutores, a indelicadeza não é ou pode não ser recíproca, já que não é percebida ou pretendida como uma ameaça à face. Dito de outro modo, em situação de cumplicidade, o alocutário tem capacidade de inferência, de atenção aos pressupostos e subentendidos, de mobilização de universos de referência partilhados (Almeida, 2010) que o tornam apto a interpretar expressões potencialmente ofensivas e indelicadas como não ofensivas ou não indelicadas (Rodrigues, 2003: 144).

Ainda que reafirmando, como Locher e Watts, que “o trabalho relacional⁷⁸ é particularmente delicado e repleto de potencial conflito (Locher & Watts, 2005:18), a análise que propomos situa-se na linha dos trabalhos seminais de Goffman (1986) de procura de uma ordem de explicações para os atos potencialmente ameaçadores, nomeadamente, que o

⁷⁸ Na perspetiva de Locher, o trabalho relacional “compreende todo o continuum do comportamento verbal, desde a interação direta, indelicada, rude ou agressiva até a interação educada, abrangendo formas apropriadas e inadequadas de comportamento social” (Locher 2004: 51).

locutor é temporariamente ‘incompetente’ em consequência da sua perturbação interior e/ou das suas preocupações.

Procuraremos observar, nos próximos exemplos: i) como se realizam discursivamente os rituais verbais de indelicadeza (atos de censura, de crítica e de ameaça) e de que forma os interactantes fazem a gestão das trocas interlocutivas (Almeida, 2010, 2013, 2014) em contextos menos adequados às convenções sociais de cortesia que devem presidir à relação entre marido e mulher; ii) como a interpretação do sentido é uma construção realizada entre locutor e alocutário (Gumperz, 1982); iii) como os cenários culturais e os modelos de cognição social põem em relevo a nossa apreensão cognitiva do mundo e as situações enunciadas (Lopes, 2005); iv) como, enquanto conceito discursivo que surge das percepções e julgamentos dos interactantes sobre o seu próprio comportamento verbal e o comportamento verbal dos outros, “a cortesia, como a beleza, está nos olhos de quem a vê” (Locher & Watts, 2005: 29).

Veja-se o seguinte exemplo:

(161) *Do coração te desejo saúde e paz e que nada de mal te tenha acontecido. Estou doida com o que se passa aí de novo. Hoje as notícias foram alarmantes. Zé, pensa bem no que de novo te vou dizer, arruma a tua vida e vem, pois, dentro de oito dias se não vieres eu vou para aí com os miúdos, ao menos morre tudo junto, olha que eu faço-o, não penses que estou à espera de autorização de passagens, nem coisa nenhuma. Tanto que te pedi para vires e nunca ligaste ao que eu te disse. Desde sempre foi assim, nunca me ouviste nem acataste os meus conselhos e hoje vemo-nos nesta linda situação. Só espero que os miúdos façam o exame, vou a Lisboa marcar as passagens e meto-te um telegrama, podes crer que o faço se tu não vieres. Pois será que ainda não viste o que está na frente dos olhos? Pede a gratificação que não é nenhum favor, tens direito a ela. Não faço ideia do que se terá passado em Luanda nas últimas horas, mas de qualquer forma algo de muito grave, ouve-me Zé, pela tua saúde, vem-te embora.⁷⁹ Não me interessa as casas, que as comam ou morram debaixo delas, pouco importa, não me interessa as transferências, não me interessa nada daí, só quero que venhas! Os meninos estão bons. Pensa que tens obrigações para com eles e o teu dever é vires ajudares a criá-los, não consigo entender o que tu pensas! Desprende-te de tudo, faz de conta que nunca tivemos nada e vem antes que seja tarde e a nossa vida fique pior. [...] Tanto que gostava de falar contigo, mas já sei que não consigo, malvados! Ando doida enquanto não receber notícias tuas, vem Zé antes que seja tarde!*

[B-06/06/75]

Alarmado e perturbado (“*estou doida*”) pelas notícias de ‘hoje’, o locutor interpela o seu alocutário de forma diferente do habitual: “Zé” e não “Zezinho” como ocorre

⁷⁹ Sublinhado do locutor

correntemente. A ausência do marcador “-inho” que inscreve a interação na esfera da familiaridade e da intimidade, diminuindo a distância psicológica, designado por Caffi (1999: 891) como “recurso mitigador morfológico”, surge a assinalar a distância, confere um tom mais formal e eventualmente mais ‘sério e grave’ à interação, retira cumplicidade e intensifica a separação emocional. Com efeito, o emprego do vocativo interpela e procura desde logo captar a atenção do alocutário para o valor da asserção reiterada no conteúdo proposicional (“*no que de novo te vou dizer*”) e para a necessidade de “pensar *bem*”. Assim, as pré-sequências de justificação (“*te desejo saúde e paz e que nada de mal te tenha acontecido; estou doida com o que se passa aí de novo; hoje as notícias foram alarmantes*”) selecionadas logo na sequência de abertura da carta, antecipam o ato diretivo (“*arruma a tua vida e vem*”) e introduzem o objeto central da comunicação: a necessidade imperativa e urgente de, em face dos últimos acontecimentos em Angola/Luanda⁸⁰, o alocutário regressar a Portugal⁸¹.

⁸⁰ Sobre os acontecimentos ocorridos no início de junho em Angola, diz Céu e Silva (2013): “No Norte de Angola, continuam os combates. A LUAR posiciona-se «contra a neutralidade ativa e pelo apoio ao MPLA». Dois dias depois, o *JN* noticia que, em Carmona, a UNITA aliou-se à FNLA.” (p.223). Relativamente ao agudizar do conflito no dia 5 de junho, a que a carta em análise alude, anota: “Em Angola, novos incidentes em Luanda tornam mais difícil a cimeira entre os três movimentos. Costa Gomes, em França, afirma que as «forças Armadas não hesitarão em intervir em Angola para impedir a deterioração da situação».” (p.226). Sobre o dia 6 de junho, dia em que o locutor B escreveu em desespero depois de ouvir as notícias, refere: “Em Angola, a violência está imparável e foi imposto o recolher obrigatório. Os combates nas ruas de Luanda fazem mais de 30 vítimas mortais e 80 feridos. Apesar de o Comando militar de Luanda receber ordens para pôr termo aos incidentes, as baixas atingem a população civil, as tropas portuguesas e os movimentos de libertação. Holden Roberto acusa o Governo de Lisboa pela situação. Entre 10 e 20 mil portugueses abandonam o Norte de Angola onde os conflitos são intensos e dirigem-se para Luanda à pressa, conforme revela o chefe de gabinete do Alto-Comissário. A situação é de «violência despropositada» e o relato do êxodo em marcha é catastrófico, bem referido na frase síntese do tenente-coronel Gonçalves Ribeiro: “Estou convencido de que nesse belo rincão à beira-mar plantado o público não estará a aperceber-se do fenómeno que ocorre em Angola».” (Céu e Silva, 2013: 230)

⁸¹ Tal como aconteceu com o locutor A, muitos outros portugueses tentaram retardar o regresso a Portugal, fosse porque sentiam que Angola era a sua terra, porque não acreditavam que os angolanos lhes fizessem mal, porque já tinham perdido a ligação a Portugal, ou porque pretendiam salvaguardar os bens. Veja-se, a título ilustrativo, os seguintes relatos: “Em Angola a situação tornou-se muito perigosa, e nós estávamos mesmo no meio do fogo, a vê-los passar, aos das três facções, sempre de metralhadora na mão, com as serpentinas de balas cruzadas ao peito e prontos para atirar. O meu marido não queria ir para Portugal, nem sequer queria mandar-nos a nós, a mim e aos nossos filhos. Mas começámos a sentir a pressão a aumentar.” (Adamopoulos, 2012: 127); “Nós ouvíamos os tiros, quase que apanhávamos com eles e começamos a ficar realmente inseguros. As opiniões dos mais entendidos diziam que ia ser uma desgraça para nós porque tínhamos de deixar Angola, mas nós não acreditávamos... eu nunca acreditei! (Canelas, 2017: 51); “Por estes insanos meses de 1975, Orlando Salvador estava em Luanda com a família. Face à crescente insegurança, não vacilou quando o Banco de Portugal disponibilizou um avião rumo à Metrópole para os funcionários e familiares. Em poucas horas tomou a decisão de vida mais dolorosa até ali. Com o coração despedaçado, despediu-se da mulher e dos dois filhos e enviou-os para Portugal, apenas com a roupa que tinham no corpo. Não teve dúvidas de que tinha de ficar em Angola! Aquela era a sua terra e era preciso acautelar o que tinha levado uma vida inteira a construir, a custo de muito suor. Não podia, de forma alguma, deixar toda uma existência para trás.” (Canelas, 2017: 73).

O corpo da carta fundamenta a urgência desta inadiável e forçosa decisão na construção de uma retórica de intimidação, de crítica e de ameaça, mas também de apelo veemente e dramático, quase desesperado. Com efeito, a progressão temática acompanha um estado de espírito de grande agitação interior e de profunda inquietação. Observamos que o ato diretivo com valor ilocutório de ordem (*“arruma a tua vida e vem”*) se transforma rapidamente num ato de ameaça reiterada (*“vou para aí; olha que eu faço-o”*) que acomoda duras críticas (*Tanto que te pedi para vires e nunca ligaste ao que eu te disse. “Desde sempre foi assim, nunca me ouviste nem acataste os meus conselhos e hoje vemo-nos nesta linda situação; Pois será que ainda não viste o que está na frente dos olhos?”*) a que se seguem apelos desesperados (*“ouve-me Zé, pela tua saúde, vem-te embora”*), conselhos formulados através de atos diretivos de ordem (*“Desprende-te de tudo, faz de conta que nunca tivemos nada”*) e reforço final com uma nova ameaça (*“vem antes que seja tarde e a nossa vida fique pior.”*)

A frase exclamativa, de valor hiperbólico, que encerra a interação (*“vem Zé antes que seja tarde!”*) reforça o ponto de vista do locutor, reitera o apelo e antecipa as dramáticas consequências futuras, para o alocutário e para a sua família: do ponto de vista linguístico-discursivo, repare-se no uso do pronome possessivo de primeira pessoal do plural (*“nossa vida”*), face à (in)ação do alocutário, ou seja, ao não acatamento do apelo.

Os atos de ameaça, que introduzem um elevado grau de polemicidade ao enunciado e que são fortemente perturbadores do equilíbrio na interação, configuram, todavia, atos ilocutórios com valores distintos. Na primeira ocorrência (*“vou para aí; olha que eu faço-o”*) estamos em presença de uma “ameaça condicional diretiva comissiva” (Salgueiro, 2010: 217) já que a ação futura é condicionada à satisfação de uma condição (*“se tu não vieres”*). O objetivo principal da ameaça não é fazer com que o locutor realize a ação enunciada na ameaça (ir para Luanda com os filhos), mas antes que o alocutário satisfaça a condição que está ao seu alcance (regressar rapidamente para Portugal e para junto da família). Anuncia uma consequência dependente do desempenho do locutor, ainda que condicionada pela abstenção de realização de um ato específico do alocutário. Na segunda ameaça (*“vem antes que seja tarde e a nossa vida fique pior.”*), o locutor não tem qualquer capacidade de intervenção e o resultado hipotético da ação futura é da inteira responsabilidade do alocutário.

Em ambas as situações, fica implícita uma “condição de sinceridade” (Salgueiro, 2010: 218) assente no pressuposto de que os intervenientes aceitam que a ocorrência do

evento (“*vou para aí*”) não será do interesse do recetor e que este deseja evitar a sua concretização pelo que, deveria tomar, urgentemente, as medidas necessárias para o evitar (ou seja, regressar a Portugal). Os atos de ameaça são assim vistos como ações futuras prejudiciais para os interactantes. Contudo, e apesar das críticas também enunciadas, não nos parece que cumpram a função de denegrir ou “desqualificar” a face do alocutário (Almeida, 2013: 12), ou “exibir o poder do locutor” (Salgueiro, 2010: 216), nem tão pouco que esteja inerente um desejo de vingança. Poder-se-á observar a intenção de causar preocupação ao interlocutor, mas assume, sobretudo, um papel importante na construção de uma *retórica de persuasão* assente em mecanismos discursivos que visam ‘comover’, ‘demover’ e ‘mover’ à mudança de atitude e de atuação. Uma estratégia de persuasão em que a linguagem tem o ‘poder’ de levar o interlocutor a “adquirir como boa e correta uma determinada proposta” (Batoréo, 2004: 11): a do regresso urgente e imperioso para um território de segurança e de (re)união familiar.

Salgueiro (2010) rejeita a aparente assimetria, de um ponto de vista deôntico, entre atos de ameaça e atos de promessa, argumentando que, na “ameaça elementar prototípica” (Salgueiro, 2010: 222), aquela que envolve apenas duas pessoas, a obrigatoriedade de realização do ato enunciado é uma componente constitutiva quer dos atos de ameaça quer dos atos de promessa. Segundo este autor, o ‘dever’ de cumprir a promessa prende-se com a necessidade de manter a credibilidade de quem ameaça. Nesta perspetiva, o que distingue os atos de fala em análise (“*faço-o*” e “*vou para aí*”) como ameaças e não como promessas é o facto de a sua concretização não ser desejada para o alocutário.

Na construção da retórica argumentativa, a hipérbole com teor dramático (“*ao menos morre tudo junto*”) constitui uma sequência justificativa introduzida pela locução ‘ao menos’ que pressupõe a exceção a uma situação imposta e a fuga a uma restrição (se vamos colocar a vida em risco, se nos sujeitamos a morrer, então, pelo menos, morremos juntos). Apresenta uma atenuante na avaliação negativa e perturbadora expressa no conteúdo proposicional da asserção (“*morre tudo junto*”), já que morrer não será tão mau se estiverem juntos.

A asserção seguinte intensifica o teor dramático da ameaça pelo recurso à gramaticalização do verbo ‘olhar’, empregue na segunda pessoa do singular do presente do indicativo, com valor de ‘considera’, ‘pondera’, ‘encara como real’ a ação expressa no ato de ameaça. Na realidade, as duas ações em que assenta a ameaça central (“*vou para aí*” e “*faço-o*”) e que são, na realidade, uma única (ir para Luanda com os filhos, em pleno “verão

quente” de 1975) partilham uma base-comum: a ausência de obstáculos e obstruções ao cumprimento do ato enunciado (“*não penses que estou à espera de autorização de passagens, nem coisa nenhuma.*”) O único impedimento identificado (*o exame dos miúdos*), introduzido pelo advérbio de exclusão “só”, semanticamente equivalente a “apenas”, “unicamente”, é temporário e ultrapassável.

A seleção do advérbio “tanto” (“*tanto que te pedi*”) reforça o caráter emotivo do enunciado e reorienta o sentido discursivo. Neste momento, o locutor abandona os enunciados performativos e insere uma sequência narrativa (Silva, 2012) que acomoda asserções de avaliação negativa de “desqualificação” ou “avaliação pejorativa” (Almeida, 2022b: 255) do seu interlocutor:

Tanto que te pedi para vires e nunca ligaste ao que eu te disse. Desde sempre foi assim, nunca me ouviste nem acataste os meus conselhos e hoje vemo-nos nesta linda situação.

O segmento textual supracitado explicita as coordenadas na base do desenvolvimento da ação respondendo às questões: o quê? (“tanto que te pedi”); quando? (“desde sempre”, “nunca”); como? (“assim”); quem? (o alocutário) e introduz a “Complicação” (Silva, 2012: 135), causadora do desequilíbrio na interação (“*nunca ligaste ao que eu te disse; nunca me ouviste nem acataste os meus conselhos*”). As eventualidades formuladas no pretérito perfeito do indicativo (“ligaste”, “disse”, “ouviste”, “acataste”) dizem respeito às reações, ou à ausência (reiterada “desde sempre”) de reação do interlocutor ao pedido formulado (regressar a Portugal). A inação daquele conduz à situação final, a situação atual (“hoje”) que encara os interactantes num outro contexto (“nesta linda situação”).

Na estrutura prototípica definida por Adam (2011b) para a sequência narrativa, verificamos que a macroproposição relativa à “avaliação” ou “lição de moral” não está atestada no texto, mas pode ser inferida na medida em que diz respeito à questão relevante no conteúdo proposicional: ‘nunca me ouviste e o resultado foi muito mau, deves, por isso, ouvir-me desta vez, até porque a situação em que nos encontramos se agravou drasticamente’. Esta macroproposição não se inscreve a um único segmento textual, ocorre em vários momentos manifestando-se, explicitamente, no apelo “*Ouve-me, Zé*”. No emprego dos verbos eventivos (“ouviste”, “ligaste”, “acataste”) formulados em asserções negativas, inscrevem-se atos de crítica ameaçadores da face positiva do alocutário responsabilizando-o pela “linda situação” em que se encontram (‘se veem’).

Selecionando um eufemismo (“*linda situação*”) empregue ironicamente, baseia a conclusão numa “antífrase” (Almeida, 2013: 547) cuja interpretação só é possível quando integrada num contexto e pressupondo a mobilização de um universo de referências partilhadas. Assim inserido num conjunto de “restrições contextuais e culturais” (Batoréo, 2004: 9), o sentido literal do adjetivo qualificativo “linda” afasta-se do seu sentido derivado para designar uma situação de insegurança, perigo, conflito, separação, instabilidade. A ironia impõe, assim, inferências cuja significação não advém do contexto linguístico, submetendo o alocutário a um trabalho suplementar de interpretação. O enunciado em análise permite ainda a interpretação implícita de uma crítica já que o interlocutor é responsabilizado pela “linda situação”, ou seja, a situação dramática em que se encontram. A crítica exerce-se sobre o alocutário e sobre uma realidade interna aos interactantes (“nunca ligaste ao que eu disse”), situação mais gravosa porque tem início num ponto indefinido do passado (“desde sempre”) e prolonga-se de forma contínua e reiterada até ao momento da enunciação (“hoje”).

A estratégia argumentativa realiza-se através de uma sucessão de contra-argumentos (Almeida, 2010: 137) que visam fundamentar a tese defendida pelo locutor: ‘é urgente regressar a Portugal’. A pergunta retórica (“*Pois será que ainda não viste o que está na frente dos olhos?*”) inscreve-se no nível contra-argumentativo e confere destaque ao alocutário com quem se negocia a aceitação de uma tese: a evidência do que está na “frente dos olhos” (podendo referir-se quer à situação de conflito agudizado, à impossibilidade irreversível da permanência de portugueses em Angola ou ao ocorrido “em Luanda nas últimas horas”). Em qualquer dos casos, a pergunta retórica com pergunta *tag* reforça a indignação do locutor e retoma a referência à situação geradora da sua perturbação inicial (“*Não faço ideia do que se terá passado em Luanda nas últimas horas, mas de qualquer forma algo de muito grave*”). Apesar das notícias darem conta da intensificação do conflito, o marcador de vagueza (“não faço ideia”) reduz a obrigação epistémica do locutor, oculta a “precisão da referência” (Almeida, 2014: 7) e produz, por implicatura, “uma minimização da gravidade do problema” (Caffi, 2000: 96; Almeida, 2019) reduzindo-o ao pronome indefinido “algo”. O enunciado produzido articula estratégias de atenuação selecionando marcadores correspondentes, ao nível emotivo, a um “benefício” (Caffi, 2000: 96) já que suaviza os riscos de um ‘veredicto’ doloroso (“não faço ideia”, “algo”), em coocorrência com mecanismos de intensificação (a

oposição aditada pela conjunção adversativa, “mas”; o emprego do quantificador “muito” para descrever a gravidade da situação).

Observamos outras ocorrências em que o marcador de imprecisão visa atenuar a obrigação epistémica do locutor num enunciado marcado reflexivamente como um ato potencialmente ameaçador da face positiva do interlocutor (“*Não consigo entender o que tu pensas!*”). O exemplo ilustra o trabalho de “monitoramento emotivo” (Caffi, 1999: 883) prestando-se a uma interpretação ambígua, já que pode refletir aumento ou diminuição da distância entre os interactantes: “não consigo”, ‘por mais que tente e me esforce’, ou “não consigo” porque ‘não quero’.

A polemicidade do discurso potencialmente gerador de desequilíbrio na interação é reorientada através da referência a pessoas conhecidas e queridas (“*os meninos estão bons*”), forma de “produção simbólica” (Rodrigues, 2011: 11) que restabelece a cumplicidade e que constitui um processo particularmente eficiente de integração do alocutário. Marcando a pertença a um “mundo intersubjetivo” (Rodrigues, 2011: 12), aproxima os interlocutores ao mesmo tempo que reforça a qualidade ou a posição do alocutário na interação, assinalando as suas obrigações parentais (“*pensa que tens obrigações para com eles e o teu dever é vires ajudares a criá-los*”).

Na análise do segmento textual (“*Não me interessa as casas, que as comam ou morram debaixo delas, pouco importa, não me interessa as transferências, não me interessa nada daí, só quero que venhas!*”) procuramos assinalar de que modo se concretiza a expressão da emoção no âmbito do “trabalho interacional” (Almeida, 2022b: 251).

Identificamos desde logo a repetição de asserções estritas negativas (“não me interessa”) em que o “enunciador assume inteiramente a não-validação da relação predicativa” (Campos & Xavier, 1991:361). A reiteração destas asserções, ainda que direcionadas para objetos distintos (*as casas; as transferências; nada*, com valor semântico de ‘tudo’) intensificam a atitude emocional de desprendimento (ou de demonstração de desprendimento) do locutor e acomodam um valor argumentativo que pretende implicar a mudança de comportamento do alocutário, argumento explícito no valor modal de relação entre o enunciador e a relação predicativa subjacente ao enunciado “desprende-te de tudo”. Ou seja, tal como ao locutor ‘não interessam as casas, nem as transferências, nem nada daí’, também ao alocutário não deveria interessar. Com recurso ao modo verbal imperativo, “marcador de modalidade intersujeitos” (Campos & Xavier, 1991: 363), o sujeito da

enunciação age sobre o sujeito do enunciado procurando desencadear uma reação em que o predicado (“desprende-te”) exprime uma propriedade suscetível de ser alterada por ação da vontade do alocutário e por força do ato diretivo do locutor. A repetição de palavras em frases-chave, que Norrick designa como *“local formulaicity”* (Norrick, 2018: 128), para além de desempenharem uma função organizacional na narrativa, intensificam e dramatizam o efeito persuasivo que o locutor procura alcançar, ao mesmo tempo que destacam a sua avaliação.

A oposição entre o pronome indefinido “nada” (*“não me interessa nada daí”*) e o advérbio “só” (*“só quero que venhas”*) destaca uma circunstância (o regresso do marido), ao mesmo tempo que elimina todas as outras possibilidades (a salvaguarda dos bens e do dinheiro). Com efeito, o advérbio enfatiza a conexão entre as duas afirmações, uma das quais continua válida (“só quero”) independentemente da outra (“não me interessa nada”). No domínio semântico, o verbo volitivo ‘querer’ centra a expressão do desejo na singularidade do locutor que manifesta o anseio de realização de um dado evento (o regresso) que só pode ser localizado na sua mente, já que a possibilidade de concretização é hipoteticamente expressa através do presente do conjuntivo (“venhas”). Por vezes, a realidade é referenciada através de oposições (“desprende-te de tudo”, “não me interessa nada”) em que os opostos (‘tudo’ e ‘nada’) sinalizam os mesmos factos (os bens que possuem em Angola), encarados de duas perspetivas diferentes: para o locutor os bens ‘nada’ representam, ‘só’ conferindo valor ao regresso do marido e à (re)união familiar em segurança; para o alocutário os bens parecem ser, pelo menos na construção do ponto de vista do locutor, ‘tudo’ o que importa assegurar e manter.

Os pronomes indefinidos (“tudo” e “nada”) assim definidos e materializados denotam emoção na interação e constituem um mecanismo de “reforço de uma estratégia argumentativa, com efeito persuasivo” (Almeida, 2022: 258). A mobilização de rituais verbais assentes na realização de asserções de valor axiológico contrário, de significados irónicos e figurados, serve um propósito de intensificação que se concretiza também na seleção de metáforas conceptuais (*“que as comam”*) de causa e efeito: que fiquem com elas / que se alimentem delas. O verbo ‘comer’ é aqui empregue como metáfora convencionalizada, cujo domínio origem se fundamenta na “experiência humana mais básica, particularmente na experiência corpórea, isto é, na maneira como o corpo funciona e interage com o mundo” (Silva, 2003a: 28). Assume assim um sentido polissémico de

‘apropriar-se’, ‘devorar’, ‘alimentar-se’, mas também de ‘destruir’, ‘eliminar’. A metáfora hiperboliza, mais do que o desprendimento, o ressentimento que efetivamente está implícito e que se evidencia na imagem “ou morram debaixo delas”, ou seja, que sejam destruídos pela atitude de apropriação da propriedade alheia. O valor axiológico negativo é aqui direcionado para um sujeito subentendido e indeterminado que pode incluir ‘os angolanos’, ‘os responsáveis pela descolonização’, ‘os partidos independentistas’.

A ‘intensificação’ do discurso emotivo constrói-se através de rituais verbais que se realizam em atos de crítica e de ameaça (Almeida, 2022: 255), mas também se concretiza mobilizando um “capital simbólico” (Rodrigues, 2011: 13), interligando noções de pertença a um “mundo intersubjetivo” (Rodrigues, 2011:11), pelo recurso à pergunta retórica, à ironia, ao eufemismo com valor de sarcasmo, pela coocorrência de marcadores de vagueza e de intensificadores (Albelda, 2005: 329).

O segmento textual em análise ilustra um movimento discursivo que se faz de aproximação e de distanciamento entre os interactantes, de ameaças e críticas, de “desqualificação” ou “qualificação negativa” (Almeida, 2013) a apelos de reforço da cumplicidade, de intensificação e de diminuição da tensão na interação, de mobilização de um universo de referências partilhadas e de rutura de perspetivas. Podemos considerar estarmos em presença de “estratégias de indelicadeza” (Almeida, 2022: 255), capazes de provocar desequilíbrios na interação entre dois interlocutores que são próximos, ou até íntimos? São os atos de ameaça e de crítica potencialmente geradores de rutura no “envolvimento conversacional” (Goffman)? A ausência de cortesia debilita a relação, mesmo em “situação de poder neutro” (Keshavarz, 2022)?

Albelda (2005) defende que os fenómenos de intensificação e de atenuação são distintos da cortesia já que aqueles afetam o conteúdo proposicional do que é dito, enquanto a cortesia apenas produz efeitos a um nível extralinguístico, ou seja, na relação entre os participantes. Na sua perspetiva, os intensificadores servem, sobretudo, os propósitos de i) tornar mais credível o que é dito; ii) impor a posição do locutor na interação; iii) procurar o acordo com o alocutário ainda que através de manifestações ‘exageradas’ (Albelda, 2005: 329). Na perspetiva que procuramos demonstrar, os atos de crítica, de aviso, de advertência, assim como os apelos cumprem este terceiro propósito e estão ao serviço de uma estratégia argumentativa de conciliação de pontos de vista e de objetivos comuns. As cartas objeto de estudo revelam uma estratégia argumentativa que se inicia com atos de crítica e de aviso

para, em momento posterior da relação interlocutiva, se alterar a ordem interacional mais intimidatória do locutor B na procura da conciliação que é, também, realizada pelo locutor A.

Para fundamentar esta interpretação, recorreremos à sequência reativa do alocutário:

(162) *Agora vou responder à tua carta, ou melhor vou procurar responder, espero antes de mais que a esta hora estejas mais calma, mandei-te um telegrama e ontem escrevi-te “expresso”. Quando tu me ameaças que vens para cá é uma ameaça impensada, só porque não viste as famílias dos desalojados é que podes falar desse modo. As crianças aí é que estão bem e nós graças a Deus não estamos aqui na Samba tão mal, tu não falaste com a mulher do Costa? E ela não está aqui com os filhos? Achas que se estivesse assim tão mau ela aqui estaria?*

[A-10/06/75]

Segundo Salgueiro (2010), para um ato funcionar como ameaça, parece ser necessário que o seu propósito seja intimidar a pessoa alvo (2010: 215) o que parece ser a situação presente: criticar e ameaçar cumpre o objetivo de intimidar para alcançar o fim maior de comover e mover. Nesse sentido, a carta do locutor B, a que esta sequência responde, assume-se claramente como um enunciado contrário às expectativas do interlocutor e, dessa forma, suscetível de produzir um efeito de indelicadeza, sendo um indicador “destruidor” (Goffman, 1986: 13) e não “construtor” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 84) da relação interpessoal. Contudo, na reação do alocutário supratranscrita (carta do locutor A de 10/06/75) este parece reajustar as suas próprias intenções comunicativas às do locutor B (Almeida, 2022: 252), enviando telegrama e cartas ‘expresso’.

Apesar de responder com perguntas retóricas, é evidente o elevado grau de “energia emocional” (Rodrigues, 2011: 10) e a tentativa de reajustar e regular os processos de interssincronização, envolvendo o seu interlocutor numa “comunidade de pensamento” (Gumperz, 1989), de partilha de pontos de vista (“*tu não falaste com a mulher do Costa? E ela não está aqui com os filhos? Achas que se estivesse assim tão mau ela aqui estaria?*”) e interesses comuns (“*as crianças aí é que estão bem*”).

Procurando enfraquecer o potencial de rutura na interação que o ato de ameaça encerra, assinala uma ordem de explicação para a “ameaça impensada”, que pode ter a ver com o facto de o locutor ser “temporariamente incompetente” (Goffman, 1986: 95, tradução nossa), ou seja, incapaz de refletir racionalmente por força do estado interior de preocupação e perturbação, ou por o ponto de vista que assume sobre a narrativa não lhe permitir uma análise objetiva (“*só porque não viste as famílias de desalojados é que podes falar desse modo*”).

Parece-nos aqui pertinente salientar a relevância que o enunciado “Tem calma” assume na sequência reativa, ilustrando a aceção de Lopes (2005: 14) de que “um texto não se define pela sua extensão, mas antes pela sua unidade semântica e pela sua relevância pragmática”. Com efeito, a asserção materializa toda a reação do locutor A, cumprindo uma função comunicativa precisa: a de tranquilizar o seu alocutário e reduzir o seu estado de perturbação e agitação.

A questão da não rutura entre as situações representadas no texto e aquilo que corresponde à nossa apreensão cognitiva do mundo põe em relevo o ponto de vista sobre a narrativa, o papel dos cenários culturais e os modelos de cognição social e individual (Lopes, 2005), assim como as “propriedades intrínsecas” de cada participante (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 71).

Observamos, em seguida, como os atos de *pedido de desculpa*, recorrentes sobretudo nas cartas do locutor B, podem ilustrar as afirmações anteriores.

IV.6.2.2. Atos de pedido de desculpa: esteios que amparam, reparam e preservam o equilíbrio interacional.

*Zézito perdoa-me as cartas tontas que te escrevi,
foi a minha cabeça que não é boa, e como sofri muito nesses dias ficou assim.*
[B-09/01/76]

Atos “reparadores” (Goffman, 1973:140), cuja função principal é a “regulação da relação interpessoal” (Carreira, 1995: 105), os atos de “pedido de desculpa” são atos complexos de (re)equilíbrio das faces dos interlocutores.

Procuraremos ilustrar esta afirmação com os seguintes exemplos:

(163) *Escrevi-te ontem uma carta a dizer que ia com os miúdos, depois fiquei arrependida, mas eu estava tão aflita era para ver se tu vinhas sim? Tenho tanto receio que te aconteça mal, logo que possas vem sim? Eu hoje já estou mais animada porque já daí disseram que a coisa abrandou, que Deus nos valha e nos proteja. Olha Zézito não te apoquentes, sim? Deixa lá as casas é preciso é safares a tua pele. Agora aqui é bonito, já está calor e também aqui havemos de viver se Deus quiser, e depois quando isso melhorar nós vamos outra vez para aí, não saias daí a pensar que não voltas, está bem? Havemos de voltar, precisas agora é de te tratares e repousares uns meses, depois logo se vê! É preciso é coragem, olha eu já estou mentalizada, se perder faz de conta que não tive nada!*

[B- 07/06/75]

(164) *Do coração desejo as tuas melhoras e que tudo te corra pelo melhor. Que Deus te ajude. Zézito estou a escrever-te à pressa e à hora do almoço, é para deixar cá para o meu pai meter expresso. É para te dizer que recebi hoje 5 cartas tuas, 3 normais de 28/12, 1/1 e 3/1 e duas expresso de 6/1 e de 5/1. Zézito perdoa-me as cartas tontas que te escrevi, foi a minha cabeça que não é boa, e como sofri muito nesses dias ficou assim. Já estou melhor Graças a Deus e só peço a Deus que te dê saúde. Eu sei que tu és bom, bom marido, bom pai, tens muito espírito de sacrifício e estás aí para veres se melhoras a nossa vida, desculpa tudo sim. Sei que estás saturado e cheio de trabalho e ainda por cima a tua mulher não te conseguiu ajudar. Está descansado que nunca mais receberás cartas dessas minhas. Em breve estaremos juntos, sim Zézito? E depois conversaremos muito acerca da nossa vida. Não te quero aí escravizado. Tu não cometeste nenhum crime. Nós temos o suficiente para viver aqui, Graças a Deus. Vou fazer a nossa casa com lareira e tudo para te sentires lá bem, está bem Zézito. Desculpa tudo, logo escrevo uma cartinha grande, sim? Os filhos falam muito de ti e querem também que nós estejamos todos juntos. Havemos de estar em breve se Deus quiser e havemos de viver todos muito felizes. Adeus, querido Zézito. Logo escrevo mais sim? Adeus e mil beijinhos de todos nós.*

[B-09/01/76]

(165) *Lamento bastante ter-te afligido e aborrecido, desculpa, mas tu mandas dizer coisas que eu nem percebo e penso que não disse isso ou então tu não percebeste ou eu não me lembro.*

[B-10/01/76]

Segundo Johnen (2017: 322), o ato de desculpa/reparação integra uma intenção complexa, opera com padrões de realização convencionais e exhibe uma série de componentes e de características pragmáticas recorrentes. Reporta-se, em primeiro lugar, a um ato que viola a norma e que se situa na área de responsabilidade do locutor. Nos exemplos (163) e (164), o locutor assume desde logo o encargo da falta cometida (“*Escrevi-te uma carta a dizer*”, “*As cartas tontas que te escrevi*”). No enunciado (165), o locutor não assume a responsabilidade, ainda que lamente a tensão causada, imputa-a a causas externas (“*mas tu mandas dizer coisas que eu nem percebo e penso que não disse isso ou então não percebeste ou eu não me lembro*”). Na relação de familiaridade e de intimidade que se procura manter entre os dois interactantes em ausência, o que se diz e a forma como se diz são, efetivamente, esteios que amparam, sustentam, reforçam ou abalam o equilíbrio interacional e até o próprio equilíbrio emocional dos participantes.

A menção do objeto de desculpa por meio de um objeto direto (“*as cartas tontas*”, “*uma carta*”) identificado através de fórmulas performativas explícitas (“*perdoa-me*”, “*desculpa*”) ou de realizações implícitas do ato de desculpa (“*depois fiquei arrependida*”)

sinaliza a enunciação de atos potencialmente negativos para o alocutário. No exemplo (163), o enunciado *“Escrevi-te uma carta a dizer que ia com os miúdos”* ameaça a face positiva do alocutário já que evoca a ineficácia do seu exercício de proteção da família. Acusações e críticas que são implicitamente identificadas através do objeto de desculpa *“Tudo”* (*“Desculpa tudo, sim”*) e reparadas com recurso a enunciados assertivos de elogio (*“Eu sei que és bom, bom marido, bom pai, tens muito espírito de sacrifício e estás aí para veres se melhoras a nossa vida”*). Tais atos de elogio, ou “atos anti-ameaçadores” (Carreira, 1995: 108), assumem um caráter “compensatório” de atos ameaçadores para a face do alocutário, através de um mecanismo de delicadeza positiva para a face do seu interlocutor (Kerbrat-Orecchioni, 1992: 178) que conforma uma “estratégia de valorização do Outro” (Almeida, 2010: 128).

Com recurso a fórmulas apologéticas explícitas (*“perdoa-me”*) e a adjetivos com valor axiológico negativo e depreciativo da sua própria ação (*“as cartas tontas que te escrevi”*), o locutor admite o ocorrido, assume a responsabilidade e a relevância negativa dos seus atos/palavras (*“Ainda por cima a tua mulher não te consegue ajudar”*).

As fórmulas lexicalmente explícitas do pedido de desculpas são reforçadas pelo advérbio de afirmação (*“desculpa tudo sim”*) em frases que, sendo declarativas, expressam prosodicamente a interrogativa retórica com valor axiológico de procura de conciliação. Fica também assim evidenciado o caráter “retrospetivo” (Johnen, 2017: 322) da realização do ato de desculpa, já que procura reparar falhas anteriormente realizadas, enunciadas em tempos verbais do pretérito (*“Escrevi-te, “ia”, “escrevi”*).

O ato de desculpa é um pedido de compreensão, de expressão e de aceitação do seu arrependimento, formulado na sequência de atos de crítica ou de ameaça. Está, assim, ao serviço da produção de um “ato sequencialmente implicativo” (Schegloff, 1977: 381) que visa anular a tensão provocada. As sequências justificativas em que o locutor expõe as circunstâncias externas que determinaram as suas falhas, ou declara a instabilidade do seu próprio estado emocional, fundamentam a confissão de culpa, mas, sobretudo, invocam a identificação afetiva com o interlocutor (*“foi a minha cabeça que não é boa”, “Como sofri muito nesses dias ficou assim”, “Mas eu estava tão aflita era para ver se tu vinhas”, “tenho tanto receio que te aconteça mal”*). Expressões de lamento e de arrependimento, verbalizam o estado psicológico do locutor em relação ao estado de coisas especificado no conteúdo proposicional (Mateus, 1989: 74) e sinalizam o desejo e a vontade, não só de anulação da tensão, mas também de renovação de expectativas e de mudança do estado de coisas (*“Eu*

hoje já estou mais animada”, “Já estou melhor graças a Deus”). Trata-se, na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (1999: 45) de um trabalho de “ajuste”, de “*bricolage* interativo”, que se propõe “neutralizar e reparar contratempos e confrontos” (Kerbrat-Orecchioni, 1999: 45, tradução nossa). Ou seja, a iniciativa de reparação compromete-se a remover os ‘obstáculos’ e opera para restringir o desacordo (Schegloff, 1977: 382).

O poder pragmático do pedido de desculpas é reforçado por dispositivos indicadores de força ilocutória de mudança de atitude, de promessa de não repetição do ocorrido (“*Está descansado que nunca mais receberás cartas dessas minhas*”), mas também de oferta de reparações e promessas de melhoria (“*também aqui havemos de viver se Deus quiser*”, “*vou fazer a nossa casa com lareira e tudo para te sentires lá bem*”), de valorização da face do alocutário (“*precisas agora é de te tratares e repousares uns meses*”). Não se trata aqui apenas de reparar a tensão, regista-se uma evidente preocupação de reconciliação, de demonstrar afeto, cuidado, apreensão com o bem-estar e com a saúde do interlocutor.

As marcas linguísticas, consideradas indícios que os interactantes utilizam para operar o conteúdo não objetivo das mensagens e avaliar o que é dito (Gumperz, 1989: 55), assinalam um discurso emotivo, que procura o reencontro e que é marcado i) pelo emprego repetido do advérbio intensificador “sim” (“*Olha Zézito não te apoquentes sim?*”); ii) pelas frases exclamativas (“*depois logo se vê!*”); iii) pela sucessão de interrogativas com valor de persuasão que contribuem para a estruturação de um discurso de concertação de posições e de pontos de vista (“*não saias daí a pensar que não voltas, está bem?*”). Se, como defende Gumperz (1989: 55), “as mudanças do discurso refletem modificações fundamentais na estrutura das relações interpessoais” (Gumperz, 1989: 55, tradução nossa) o ato de pedido de desculpa, surgindo na sequência de atos de ameaça e de crítica, evidencia a intenção de repor o equilíbrio da interação, um forte envolvimento conversacional e a proximidade afetiva entre os interactantes, cujo relacionamento procuram preservar e até reforçar. Conforma, na perspectiva de Goffman (1973: 47), “rituais interpessoais”, ou seja, manifestações que confirmam a relação que une os interactantes.

Por maior que seja o arrependimento do locutor, o ato de desculpa é, de alguma forma, paradoxal já que, ainda que sentido, não consegue desfazer as ofensas proferidas. Assim, o sucesso do ato performativo de *desculpa* fica dependente do ato de ratificação do alocutário.

Atentamos, por conseguinte, na resposta do alocutário à carta do dia 09/01/76:

(166) *Recebi ontem duas cartas tuas, uma de dia 7 e 8 e outra do dia 9 (expresso), que muito te agradeço e a que venho responder. Antes de mais, vejo o que me dizes dos nossos meninos, especialmente do nosso Zezinho, bem podes crer que a todos trago bem no meu coração, é por eles que choro quase todos os dias, e digo agora isto, não para me retratar, eu não tenho nada de que me retratar, eu digo isto para que todos saibam que centenas de vezes tenho chorado pelos meus filhos e muitas são as pessoas que me viram as lágrimas nos olhos, disso não tenho que me envergonhar, mas também penso que não devo estar a falar nisto a todo o momento. [...] E agora não penses que eu só amo os filhos e só a eles quero bem. Isso não, como poderia eu amar os filhos sem, ao mesmo tempo, amar a mãe. Também a ti eu quero muito. Também a ti eu penso ter dado muitas e muitas provas do meu amor e da minha dedicação. E se as tuas cartas me entristecem e me magoam é porque eu te quero bem. Eu não tenho que te desculpar ou perdoar, eu não te quero mal por essas cartas, mas fico triste e quase desesperado. Coisas que tu dizes e que tu pensas Santo Deus! [...]*

Agora respondo à tua carta de 9, graças a Deus que tiveste um bom momento, que o teu anjo bom esteve a teu lado, que te ajudou a compreender bem a minha situação. Eu quando peço Joanelinha, ajuda-me, é isso que eu te peço, não é o dinheiro que me interessa mais, a melhor ajuda essa é a tua compreensão, eu não quero nada, nem prémios, nem elogios, eu só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor, eu sei que sou débil de saúde e sei que outros são muito mais espertos para o negócio ou para governar a vida. Mas eu faço o melhor que posso e sei e duma coisa estou certo, se alguém quer bem aos filhos e à mulher e eu sei que cumpro o meu dever. Acaso se fosse mau pai, os filhos me queriam tanto. Sim que eu sei que eles me querem muito.

[A-14/01/76]

Na sequência reativa fica evidente como o acontecimento potencialmente perturbador do equilíbrio interacional é percebido pelo locutor A e como a avaliação do comportamento ameaçador do locutor B não decorre exclusivamente do que é dito, mas assenta, em grande parte, na avaliação das suas intenções, no conhecimento que o locutor A possui do locutor B e das circunstâncias que envolvem a sua realização, parâmetros e condicionantes que não estão, necessariamente, refletidos no discurso do locutor B (Gumperz, 1989 : 30). Dito de outra forma, para interpretar e julgar as intenções do discurso de B, A apoia-se em inferências indiretas que ultrapassam o conteúdo literal (Gumperz, 1989: 41). As inferências surgem então alicerçadas nas “convenções de contextualização” (Gumperz, 1989: 250, tradução nossa), nas circunstâncias de realização dos enunciados e/ou no conhecimento que o locutor possui da “corrente de ação implícita” (Goffman, 1986: 73) do seu interlocutor. Segundo Almeida (2022: 252), a sequência reativa do alocutário é condicionada pela visão que este possui da coerência e da adequada interpretação que faz no contexto particular em que está inserido.

No material empírico em análise, os interactantes partilham interesses e preocupações, projetos de vida, um passado, um presente e pretendem continuar a partilhar o futuro, pelo que, as estratégias discursivas seleccionadas permitem a coconstrução das “expectativas partilhadas” (Gumperz, 1989). Ainda que magoado pelos atos de ameaça e de crítica proferidos pelo locutor B, o locutor A abstém-se de explorar a “posição comprometida” (Goffman, 1967: 28) do seu alocutário e reajusta as suas próprias intenções comunicativas num mecanismo de “cooperação tácita” (Goffman, 1967: 29, tradução nossa), que permite salvar a própria face e a do seu interlocutor, projetando objetivos comuns. A construção do sentido de um texto e a atribuição de uma coerência é, desta forma, uma “atividade conjunta estabelecida entre os interactantes” (Almeida, 2022: 252).

Nesta perspetiva, o locutor modaliza o discurso e reorienta-o para determinadas finalidades comunicativas e expressivas. O seu universo de discurso é fixado por uma intenção comunicativa global: manifestar o amor e a afeição pela mulher e pelos filhos (“*bem podes crer que a todos trago bem no meu coração, é por eles que choro quase todos os dias*”, “*Também a ti eu quero muito. Também a ti eu penso ter dado muitas e muitas provas do meu amor e da minha dedicação*”). A “continuidade temática” (Fonseca, 1992: 35) que percorre o texto, sustenta a sua unidade e configura a “linearização da totalidade de significação” (Fonseca, 1992: 34), conformando um plano de texto em que predominam as sequências de tipo argumentativo. Fica visível, na tese final que se procura demonstrar-justificar, através da asserção epistémica com valor modal de certeza (“*Sim eu sei que eles me querem muito*”), a refutação da tese anterior (a tese do alocutário) e, conseqüentemente, a invalidação das críticas anteriormente proferidas pelo alocutário e dos argumentos que a sustentam – na sequência reativa em análise apenas implícitos (“*Coisas que tu dizes e que tu pensas, Santo Deus*”).

O movimento argumentativo parte de factos (“*é por eles que choro todos os dias*”, “*Também a ti penso ter dado muitas e muitas provas do meu amor e da minha dedicação*”) e de premissas (“*Acaso se fosse mau pai, os filhos me queriam tanto*”) que não poderiam ser acolhidos sem se admitir também a asserção conclusiva (“*Sim eu sei que eles me querem muito*”). Toda a estratégia argumentativa se orienta no sentido de que a conclusão conduza, efetivamente, a uma transformação: a anulação do desacordo e o restabelecimento da compreensão mútua. Com este propósito, a homogeneidade do rumo discursivo é marcada por regras de conduta “simétricas” (Goffman, 1973: 42) que se manifestam na seleção de argumentos ou

movimentos argumentativos encaixados que, a nível dialógico, respondem ao pedido de desculpa. Observamos que o locutor não ratifica, de forma expressa, o pedido de desculpa do seu alocutário (*“eu não tenho que te desculpar ou perdoar”*), sendo que a não ratificação do ato de pedido de desculpa constitui, simultaneamente, a não admissão e consequente invalidação das críticas de que é alvo (*“eu não tenho nada de que me retratar”*). Paradoxalmente, reconhece, todavia, o efeito produzido pelas críticas (*“mas fico triste e quase desesperado”*). A sequência justificativa encaixada na retórica argumentativa assume a forma de microcadeias de argumentos. Ou seja, o locutor ofendido não tem o que desculpar ao seu alocutário (*“eu não te quero mal por essas cartas”*), mas o agravo existe e altera o estado emocional do locutor (*“mas fico triste e quase desesperado”*), entristecido pela injustiça das avaliações de que é alvo, pela tensão provocada na relação, pela incompreensão do seu interlocutor, pela estima e amor que lhe tem (*“E se as tuas cartas me entristecem e me magoam é porque eu te quero bem.”*). A sequência reativa recupera, mais do que os atos de ofensa (que apenas ficam subentendidos na expressão da exclamação de indignado e sentido desabafo “Santo Deus!”), o efeito provocado por esses atos. Esse resultado, ameaçador da face positiva do locutor e instaurador de polemicidade na relação interacional e no envolvimento emocional dos interactantes, só pode ser reparado pelo reconhecimento do carácter injusto das ofensas e, consequentemente, dos bons propósitos e intenções do locutor (*“eu só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor”*). O locutor formula um pedido que constitui, implicitamente, um “ato de deferência” (Goffman, 1973: 42) cuja função é exprimir a sua dedicação à família e que constitui uma manifestação de afeição ao mesmo tempo que contém uma promessa ou compromisso (*“Mas eu faço o melhor que posso e sei e duma coisa estou certo, se alguém quer bem aos filhos e à mulher e eu sei que cumpro o meu dever.”*).

Conformando uma estrutura quase circular, as asserções finais que identificam o locutor como alguém que *“quer bem aos filhos e à mulher”* retomam o foco central do conteúdo proposicional e reiteram o compromisso enunciado no início da missiva (*“bem podes crer que a todos trago bem no meu coração”*). A repetição não se consuma, todavia, na mera retoma do conteúdo proposicional. Na própria retoma por substitutos lexicais (‘trazer no coração’, ‘querer bem’), nas repetições anafóricas (“os filhos”, “eles”), nos modalizadores de intensidade “tanto” e “muito” (*“os filhos me queriam tanto. Sim que eu sei que eles me querem muito”*) se projeta, de forma explícita e implícita, a certeza da afeição própria pelos filhos e

pela mulher, a que falta a certeza da compreensão desta última pelas opções de vida do locutor.

Demonstrar compreensão e perdão pelas palavras de outrem, ou seja, “prendre en compte l’esprit d’autrui” (Goffman, 1986: 97) impõe, nas epístolas em análise, a “condição de felicidade” (Goffman, 1986: 95) da interação que o mesmo é dizer, o esforço do outro para ‘ler’, nas palavras do locutor, a manifestação da verdade dos seus sentimentos e das suas melhores intenções.

Ainda que partilhando os mesmo objetivos na interação (manter o contacto; matar as saudades; saber notícias do interlocutor, dos filhos e da família; expressar a tristeza pela separação; procurar conjuntamente soluções para todos os problemas de adaptação, alojamento, emprego; fazer a gestão da microeconomia familiar; traçar percursos para o presente e delinear planos para o futuro...); numa relação de grande afetividade, proximidade e cumplicidade, as circunstâncias externas de profunda perturbação e a desordem em que as suas vidas se encontram geram, não raras vezes, situações de tensão conformadas em atos de crítica.

Continuaremos a observar de que forma os interactantes gerem a polemicidade do discurso, considerando que as opções discursivas selecionadas pelos interlocutores são claramente distintas.

IV.6.3. Cooperação e conflito na interação.

IV.6.3.1. Atos de crítica e atos de reparação.

*Eu devo ter envelhecido 10 anos nestes dias e o culpado és tu
que não és bom pai nem bom marido.*

[B-26/12/75]

Vi tudo o que me dizes na tua carta, por várias vezes te disse que tens razão, nem isso está em causa. Eu preciso e devo estar junto da mulher e dos filhos, não sou um ser excepcional e o dinheiro, como tu dizes, não paga tudo, nem sequer isso esteve em causa alguma vez, sempre estive de acordo contigo. Simplesmente, tenho vivido na esperança de refazermos a nossa vida aqui, o que me está a parecer deveras problemático.

[A-06/04/76]

No quadro teórico da Pragmática Linguística e da Linguística do Texto/Discurso proposto por Fonseca (1992), os atos de crítica que passaremos a descrever atualizam elementos com marcada “plurivocidade” (Fonseca, 1992: 275) uma vez que o locutor (de

forma mais recorrente o locutor B) retoma uma *doxa* para apoiar e fundamentar a sua argumentação. Nos enunciados objeto desta análise, o locutor ativa valores éticos e morais, que aceita como válidos e que invoca, de forma mais ou menos explícita, como um conjunto de valores e/ou de comportamentos que deveriam, no seu entendimento, determinar a atuação do seu alocutário. Os atos de crítica resultam da expectativa de um comportamento que não se concretiza, seja pela ação de circunstâncias externas (as cartas que não chegam porque os serviços de entrega do correio estão condicionados e demorados), seja pela força da (in)ação do interlocutor (que não escreve tão regularmente à família como deveria; que coloca em risco a própria vida não considerando devidamente a situação de perigo real em que vive; que não assume, de forma responsável, os seus deveres como pai e marido).

(167) *E depois nunca recebo uma letra tua, uma palavra de animação, de conforto, nada! Até aqui era o que me valia eram as tuas cartas, agora nem isso tenho! Escrevo cartas e cartas que nunca têm resposta! Ainda hoje o carteiro me disse que trazia correio de Angola, só as tuas cartas é que não chegam cá! Chego ao fim do dia arrasada, hoje então!*

[B-31/12/75]

(168) *Do coração te desejo saúde e paz. Eu estou desesperada, não recebo notícias tuas, há 3 semanas que foste e só recebi no dia 20 duas cartas, esta situação é insustentável. És tu que não escreves porque o carteiro traz todos os dias correio de Angola. Zé o que se passa contigo?*

[B-31/12/75^b]

(169) *Tenho andado doida, como deves calcular, telefonei sábado à tarde, não estavam em casa, pela minha cabeça não passava que, havendo tanta agitação e até ações de fogo em Luanda, vocês saíssem de casa a um sábado à tarde, altura até em que não tinham necessidade de ir ao serviço.*

[B-09/06/75]

(170) *Eu devo ter envelhecido 10 anos nestes dias e o culpado és tu que não és bom pai nem bom marido.*

[B-26/12/75]

As críticas aqui enunciadas comportam uma “dimensão causativa” (Fonseca, 1992: 277), ou seja, a intenção de agir sobre o interlocutor, de o influenciar, de conduzir à mudança. Constituem estratégias de “agravo negativo” (Lachenicht, 1980; Culpeper et al., 2003: 1553) que procuram interferir na liberdade de ação do alocutário, minimizar a sua posição ou a sua ação social, demonstrar que a sua conduta não é aprovada. O discurso é, assim, “objeto

mediador de intersubjetividade” (Fonseca, 1992: 277) cuja função só se concretiza, todavia, “quando o alocutário dá mostras, explícita ou implicitamente, de que foi atingido nos seus estados cognitivos, passionais ou comportamentais” (Fonseca, 1992: 277).⁸²

Importa neste ponto observar as sequências reativas do alocutário, na “reversibilidade” (Fonseca, 1992: 278) sequencial de papéis que as cartas objetivam, agora locutor A. No dia 31 de dezembro de 1976, o locutor B escreve duas cartas: a primeira (que envia por correio), é uma carta de 4 páginas que começa a escrever no dia 31 e que termina só no dia 1 de janeiro. É uma carta emotiva em que, para além da grande preocupação por não receber notícias do marido e das críticas ao desapego que este parece sentir pela família, expressa a sua profunda tristeza pela situação de separação e formula votos de que o ano de 1976, que se inicia, traga “um pouco de alegria e de conforto” ao “lar desfeito”. A segunda carta, escrita no mesmo dia depois de uma tentativa mal sucedida de contactar o marido por telefone, enviada por mão, por uma amiga que regressa a Luanda, reflete um estado de grande perturbação emocional, de enorme preocupação e concretiza apelos desesperados para que o marido regresses. O estado de agitação e desordem emocional em que o locutor B se encontra é visível na própria grafia e na forma desordenada e apressada que a mancha gráfica configura e que difere, substancialmente, da primeira carta.

Alfonso B. 31/12/75
Querido A,
Deixa-me dizer-te que estou muito triste e preocupado. Não sei onde estás e não recebo notícias tuas. Espero que este ano de 1976 seja um pouco melhor para todos nós. Com amor,
B.

...o ano de 1976 seja um pouco melhor para todos nós. Com amor,
B.

...o ano de 1976 seja um pouco melhor para todos nós. Com amor,
B.

...o ano de 1976 seja um pouco melhor para todos nós. Com amor,
B.

B- 31/12/75 (1.ª carta)

⁸² Para que o discurso se torne efetivo, Fonseca acrescenta, às “necessidades fundamentais” propostas por Goffman de saber se a mensagem foi recebida, se foi compreendida e se o destinatário demonstra que a mensagem foi corretamente recebida, a necessidade de o alocutário “entrar no jogo” que o locutor lhe propõe, ainda que seja para o recusar (Fonseca, 1992: 277).

Alvaiáguas 31/12/75
Meu querido Zégo
De como te desesperaste
e faz. Em todo desespero
não recebo notícias tuas, de
3 semanas, que farto e se
recebi no dia 20 e contei
esta situação e momentânea.
Eu tu que não souves fazer
o contrário. Tudo, os dias
crisis do Angé. Zégo que
se passa contigo? Este
carto vai em mãos, pela
D. Carneiro, ela leva uma
documentação para ti, não
sei se a que lidas, não
para tomar. O livro que
está, mas é a que lida aqui
agora, não mais há. De me
indivíduo a fo sabendo
todo o dia tentas ligar
mas não consegue ligar.

Ainda tenho esperança que
tu telefone, Zégo, e como
sei. Zégo resolve a tua vida
esta situação não se pode
resolver por mais tempo.
Se não mandas esta semana
as cartas para eu ir, eu não
o trato por outro lado.
O que está aí a fazer? A
tentar o que eu tenho e
gostaria? Não vale a pena.
Vou depressa em mandar
a. O que se passa contigo
Zégo? Vou deixar de
deser? Não, não se
aparece antes. Zégo que
está a fazer. Ainda, me
uma coisa que eu quero
em quanto antes, de que
não, quando eu ficar mais
sabe tudo. A carta é tua?
Zégo por amor de Deus vá.
Com Affonso e grande
carinho por agora. Com

Telefone. Olha Zé, está dada,
telefone. te agora mesmo, de
telefone. não atender ninguém,
escrevo nas últimas notícias a
é muito estranho não estás a
estes dias no escritório, não 15,34
seu filho? É muito estranho não
vê, telefone para casa, 3 9310
mas, é este número? Dázen
diziam que não te conheciam
que do número a D. José José
para. Mas Deus a que se
passa contigo? O que está
a fazer para isso. Ainda
Zégo, amor de Deus vá
melhor. Já me lembrei
melhor. não mais há, não
mais, não a que fazer. De
notícias por amor de Deus
de todos os dias
manda o telefone
da oficina, diz da loja e da casa

B- 31/12/75 (2.ª carta)

O locutor A responde a estas (ou a uma destas já que apenas refere ter recebido uma carta com data de 31/12) e a outras cinco cartas, no dia 6 de janeiro, numa longa missiva de oito páginas:

(171) *Querida Joaninha, recebi agora 6 cartinhas tuas e uma da Sofia. A cartinha da Sofia é do dia 23 e foi para o correio no dia 29, e as tuas cartas são as do dia 23, 24, 25, 26, 29 e dia 31 que acabaste no dia 2. Todas li com a melhor atenção e vou voltar a ler para a todas responder com toda a lealdade e dedicação que sempre te dediquei. São agora 22 horas do dia 6, um dia que como todos os dias foi para mim de arrasar os nervos. Estou cansado, mas procurarei responder às tuas cartas, mas antes quero dizer-te com o coração nas mãos e jurar-te por tudo o que quiseres (mesmo pelos meus queridos filhos) que estou inocente de tudo o que me acusas e que a minha consciência não pode acusar-me de nada que me possa envergonhar junto da minha mulher e de meus filhos. Assim como espero salvar a minha alma de Cristo, assim te posso jurar que estou inocente.*

A sequência reativa aqui transcrita gere um contexto de rejeição em que o locutor invoca motivos inelutáveis que refutam a ameaça presumida entre as partes. O relato funciona como uma “elaboração secundária de crença” (Heritage, 1984: 311) que visa preservar a relação interativa, permitindo a sua continuidade futura, mas também os próprios fundamentos da relação social entre os interactantes. Na estrutura dialogal que as cartas acomodam, o locutor A afasta-se das expectativas formuladas pelos enunciados do locutor B, ao mesmo tempo que institui no discurso um “espaço de cumplicidade, de envolvimento e de apaziguamento” (Fonseca, 1992: 278). Expressa solidariedade e protege a imagem positiva dos dois interlocutores evitando os conteúdos proposicionais potencialmente geradores de tensão na interação.

(172) *Quanto a ti eu sei bem quanto custa a separação e por isso encontro maneira de compreender algumas coisas que me dizes.*

[A-18/03/77]

A alternância de vozes comporta, ao nível da relação interlocutiva, uma acentuada “dissimetria”, uma “heterogeneidade enunciativa” (Fonseca, 1992: 279) que decorre do facto do par locutor-alocutário serem indivíduos “histórica, social, ideológica, cultural e até situacional e biologicamente modelados e condicionados” (Fonseca, 1992: 279) de formas distintas. Esta “bi-contextualização” ou “bi-codificação” (Fonseca, 1992: 279) reflete um contexto vinculado aos “espaços mentais” de cada participante, aos seus sistemas de representações e de avaliações.

Com efeito, o *corpus* em análise permite atestar que os interactantes reagem de formas distintas a quadros contextuais e situacionais similares e realizam uma gestão diferente dos recursos linguísticos. Nos enunciados (167), (169) e (170) em particular, parece evidente que o objetivo ilocutório pretendido pelo locutor B (criticar o comportamento do alocutário, minimizar a sua atuação como pai e marido, fazê-lo sentir-se responsável pela separação da família e culpado pela degradação do estado de saúde da mulher) não é coincidente com o ato perlocutório realizado, ou seja, os enunciados de crítica não produzem uma rutura ou tensão na interação. A polemicidade de um discurso de ameaças e críticas com forte teor de agressividade é gerida pelo locutor A através de atos de conciliação, de expressão inequívoca do seu afeto e da sua dedicação, que visam preservar a sua própria face, mas também a face positiva do seu interlocutor, ao mesmo tempo que restauram o equilíbrio na interação.

Em primeiro lugar, manifestando desde logo a atenção que as cartas do locutor B lhe mereceram (“*Todas li com a melhor atenção e vou voltar a ler para a todas responder com toda a lealdade e dedicação que sempre te dediquei.*”). Seleciona recursos de verbalização da modalidade apreciativa (“*com a melhor atenção*”), marcadores da força ilocutória, que sinalizam a intenção do locutor e que são reforçados pelo emprego do quantificador (“*todas li*”, ou seja, leu cada uma “*com a melhor atenção*”; “*com toda a lealdade e dedicação*”). O envolvimento do locutor A na interação manifesta-se no facto de a atividade de leitura, de acusação de receção e de resposta das cartas, se impor como prioritária, apesar do seu cansaço (“*Estou cansado, mas procurarei responder às tuas cartas*”).

Através de uma asserção epistemicamente modalizada, introduz um ato expressivo que condensa o essencial dos sentimentos do locutor (“*mas antes quero dizer-te com o coração nas mãos*”). Na conceptualização do seu sentimento⁸³, é ativada a metonímia *com o coração nas mãos* para, a partir do centro nuclear prototípico do item lexical ‘coração’ (o órgão vital, lugar onde o afeto, a estima e o amor se ancoram incondicionalmente) corporizar a expressão da sua ‘grande sinceridade’ e ‘franqueza’. Tal grau de sinceridade é condição para a realização do ato performativo explícito (“*jurar-te por tudo o que quiseres (mesmo pelos meus queridos filhos)*”) que acomoda o compromisso do locutor implicando-o diretamente naquilo que expressa (“*que estou inocente de tudo o que me acusas*”). Indissociáveis das relações interlocutivas que os participantes estabelecem entre si e de todo o contexto em que ocorre a interação, as subordinadas completivas atestam o argumento do núcleo lexical expresso no ato performativo (“*jurar-te que [...] estou inocente de tudo o que me acusas e que a minha consciência não pode acusar-me de nada que me possa envergonhar junto da minha mulher e de meus filhos*”). O verbo predicativo ‘estar’ (“*estou inocente*”) não designa, como ocorre habitualmente, o estado do sujeito como “acidental, inerente, temporário” (Palrilha, 2009: 64), antes estabelece uma relação entre o momento da enunciação e eventos passados, referência intensificada pela repetição da negação (“*a minha consciência não pode acusar-me de nada*”). O adjetivo avaliativo com valor axiológico (“*inocente*”) realiza um juízo de valor e estabelece uma relação de compromisso do locutor com o referente (a declaração de inocência, de ausência de culpa), cuja autoridade/capacidade para proferir este enunciado é averbada pela asserção modalizada (“*posso jurar*”).

Recorrendo à repetição da locução comparativa (‘assim como’), o locutor reforça e intensifica o valor de verdade enunciado no conteúdo proposicional (“*Assim como espero salvar a minha alma de Cristo, assim te posso jurar que estou inocente.*”) convocando uma *doxa* partilhada pelos interactantes (a crença cristã na importância da salvação da alma). Contudo, o recurso a atos expressivos não expressa unicamente um estado psicológico ou emocional sobre o conteúdo proposicional. O efeito perlocutório pretendido pelo locutor procura uma reação afetiva do seu interlocutor; diligência para agir sobre o alocutário alterando a sua perspectiva, levando-o a acreditar na sinceridade das suas palavras e nas boas intenções dos seus atos e dos seus comportamentos. Enquanto atos diretivos indiretos, os atos expressivos

⁸³ Silva (2022: 76), ao estudar a linguagem das emoções, afirma: “As emoções mostram como a linguagem manifesta e se fundamenta em capacidades cognitivas gerais, processos de conceptualização e na experiência humana tanto individual como social, cultural e histórica.”

acomodam estratégias que tentam “levar de vencida resistências, suspender réplicas e invalidar contradiscursos que advinham da parte do alocutário” (Fonseca, 1992: 280). Tal coordenação, ajustamento ou sincronização dos estados epistémicos dos interactantes configura um quadro que permite a “cogestão” (Fonseca, 1992: 280) do discurso, atendendo ao universo de valores e de afetos que estão para além do conteúdo de superfície dos enunciados (um percurso de vida em comum, uma grande cumplicidade, um amor incondicional ao cônjuge e aos filhos, o enorme desejo de reencontro e de reequilíbrio da vida familiar).

É assim possível anular a tensão na interação, pelo menos por um período de tempo, como no enunciado já atestado em (163) que constitui a sequência reativa à carta que temos vindo a analisar, em que o locutor B se desculpa das suas “cartas tontas”, dando indicação de que o locutor A obteve êxito nas suas pretensões. Todavia, em consequência da não resolução da situação de separação, que se prolonga, as cartas do locutor B reinstauram frequentemente a tensão, seleccionando estratégias discursivas de “desqualificação” do alocutário (Almeida, 2013b: 4).

IV.6.3.1.1. A ironia como estratégia discursiva de persuasão.

*Gostas tanto que estás separado de mim há quase 2 anos!
Mas isso não quer dizer nada! Só significa amor, mais nada!*
[B-15/03/76]

A circunstância contextual de o tempo ir passando sem que os interactantes encontrem uma solução que permita a reconciliação física e geográfica da família, constitui, sobretudo para o locutor B, uma inquieta e, não raras vezes, desesperada espera que o conduz a estados de descrença e desconfiança que direciona para o(s) comportamento(s) e opções de vida do locutor A. A verdade é que os meses (e os anos) vão passando e este continua em Angola na expectativa de que a “situação melhore”, numa confiança, por vezes quase ilógica e irracional, de que se reinstaurem as condições necessárias para aí poder continuar a trabalhar. Ainda que não o assuma expressamente, objetivamente não acredita que a família possa voltar a viver em Luanda (atitude visível, por exemplo, na forma como vai adiando o envio do salvo-conduto necessário para que a mulher regresse a Angola, ou na maneira

reticente como responde quando aquela sugere que volte a matricular os filhos na escola em Luanda). Contudo, continua sempre (continuará ao longo de 26 anos) ancorado à confiança absoluta no valor do seu trabalho; a um sentido de responsabilidade que não lhe permite abandonar os deveres profissionais (importa lembrar que chegara a Luanda com 17 anos, sozinho e quase sem estudos e que aí, sem qualquer tutela de parentes nem recomendações, estudara e passara da categoria de praticante, com que fora admitido na empresa em 18/01/1954, à posição de administrador, que detinha em 1974); à convicção de que Angola saberá reconhecer o direito ao justo e merecido recebimento pelo seu trabalho.

Aferrado a este presente que o obriga a permanecer longe da família, vive uma permanente tensão entre o esforço para resistir - num contexto de quase insuportável insegurança - e a constante insistência da mulher para que regresse para junto da família.

(173) *Vi tudo o que me dizes na tua carta, por várias vezes te disse que tens razão, nem isso está em causa. Eu preciso e devo estar junto da mulher e dos filhos, não sou um ser excepcional e o dinheiro, como tu dizes, não paga tudo, nem sequer isso esteve em causa alguma vez, sempre estive de acordo contigo. Simplesmente, tenho vivido na esperança de refazermos a nossa vida aqui, o que me está a parecer deveras problemático.*

[A-06/04/76]

Nos enunciados agora em análise, veremos como os atos de crítica realizados pelo locutor B colocam em causa a natureza do próprio relacionamento e a veracidade do afeto do locutor A para com a família. O fenómeno linguístico da ironia, que é possível observar nas cartas do locutor B (mas não nas do locutor A), característico de um discurso claramente emotivo, ocorre por pressão de certos “fatores co(n)textuais” (Kerbrat-Orechioni, 1994b: 58), atestados ou subentendidos⁸⁴ (a vivência de um Natal triste; o atraso no envio do salvo-conduto necessário para viajar para Angola; a mágoa da separação; a vontade do locutor A que não participa da do locutor B; as suspeitas que recaem sobre comportamentos do locutor A eventualmente menos adequados às convenções sociais da relação matrimonial do locutor A; as dúvidas que se instalam sobre os reais sentimentos daquele; a ausência de resposta às cartas e tantos outros que se vão inscrevendo na relação interlocutiva no decorrer dos anos de interação).

Diferentes modelos teóricos da Linguística do Discurso analisaram de modo diverso a ocorrência da ironia nas interações. Ocorrendo num discurso claramente emotivo, a

⁸⁴ Segundo Kerbrat-Orechioni (1996: 39), “os conteúdos subentendidos integram informações suscetíveis de serem veiculadas por um dado enunciado, mas cuja realização efetiva depende de certas particularidades do contexto enunciativo.” (tradução nossa)

produção dos atos irônicos pode estar condicionada não tanto por processos de pensamento conscientes, ou seja, tais atos não são exclusivamente um “produto do pensamento deliberado” (Gibbs, 2012: 113), mas “emergem da interação complexa de muitos fatores, incluindo os relacionados com o cérebro, o corpo e o mundo físico e cultural” (Gibbs, 2012: 113). Na perspectiva da Linguística Cognitiva (Gibbs, 2012; Batoréo, 2016, 2017), “as razões para falar ironicamente não estão localizadas apenas na tentativa de transmitir nuances específicas de significado, mas porque as pessoas vêm as situações desta forma e a sua interação reflete este modo figurativo de pensamento” (Batoréo, 2017: 110).

Ainda que a reflexão consciente possa não ser a principal fonte geradora de mensagens irônicas (Gibbs, 2012), o discurso irônico é, em grande medida, um “ato comunicativo deliberado” (Gibbs, 2012: 107). Trata-se de uma estratégia discursiva com capacidade para i) transmitir emoções e evocar julgamentos ou avaliações com “elevado valor interpessoal” (Gibbs, 2012: 113); ii) negociar relações e posicionamentos individuais e/ou sociais; iii) provocar efeitos retóricos particulares (Gibbs, 2012).

No quadro de uma relação de proximidade e familiaridade, como é a da relação entre os interlocutores, a ironia, ainda que sinalizando menor agressividade nas palavras, concentra maior agressividade na força ilocutória dos enunciados. Do ponto de vista da Pragmática Linguística, a ironia é vista como um mecanismo linguístico de indireção: para Kerbrat-Orecchioni, esta constitui um “tropo ilocutório” (Kerbrat-Orecchioni, 1994b: 58) ou ato de fala indireto, instaurando um mecanismo de natureza pragmática, de “renversement hierarchique” (Kerbrat-Orecchioni, 1994b: 57) em que “o conteúdo secundário se encontra promovido a um estatuto de sentido verdadeiramente denotativo, ainda que o sentido literal se encontre correlativamente degradado em conteúdo conotado” (Kerbrat-Orecchioni, 1994b: 58; tradução nossa). A ironia implica assim o reconhecimento de um desvio entre o sentido literal e o sentido atualizado. Contudo, não configura apenas, numa perspectiva semasiológica, a substituição de um sentido por outro, já que, numa perspectiva pragmática, adita um sentido ‘acrescentado’, impondo ao interlocutor que deduza, subentenda, implícite ou pressuponha para chegar à mesma interpretação que o locutor tinha antecipado.⁸⁵

⁸⁵ Li, Chen e Tang (2022) realizaram uma investigação sobre a percepção de dois tipos de ironia (críticas irônicas e elogios irônicos) em sessenta e três falantes nativos de mandarim. O objetivo era procurar examinar as contribuições relativas das pistas auditivas (por exemplo prosódia) e visuais (por exemplo, expressões faciais) na interpretação da linguagem irônica em mandarim. Verificaram i) que as pistas visuais desempenham um papel dominante na interpretação de críticas irônicas e elogios irônicos; ii) que os ouvintes não conseguem interpretar corretamente os elogios irônicos com base apenas em pistas auditivas. O estudo demonstra o papel

Se a ironia constitui um ato que viola os princípios de cortesia de Brown e Levinson (1987), integrando uma “retórica do denegrir” (Almeida, 2013b: 4) que ameaça fortemente a face positiva dos interactantes, que razões podem justificar o recurso a esta figura de “distância enunciativa” (Fonseca, 1992: 275), numa relação de cumplicidade repetidamente sinalizada pelos participantes ao longo de anos de interação?

A investigação desenvolvida na área da Sociolinguística e da Psicolinguística Cognitiva (Gibbs, 2012; Almeida, 2013; Batoréo, 2016, 2017) destaca a complexidade dos atos psicológicos inerentes à produção da ironia, situando a análise no nível da “ironia discursiva” (Batoréo, 2016: 11), ou seja, como ato que depende de “metarrepresentações” (Gibbs, 2012: 105) para ser produzido e compreendido e que produz efeitos “avaliativos e emocionais” (Gibbs, 2012: 105) muito diversificados sobre o relacionamento interpessoal, “ora minimizando, ora potenciando o impacto negativo sobre a mensagem do locutor” (Batoréo, 2016: 11). De um modo genérico, a ironia i) “permite revelar a discrepância entre uma realidade e o que as pessoas esperam dela” (Almeida, 2013a: 541); ii) “suaviza o tom de um insulto” e “evita conflitos e relações sociais prejudiciais” (Batoréo, 2017: 110); iii) autoriza o “enquadramento ou o afastamento em relação ao grupo social em que o falante pretende (ou não pretende) inserir-se” (Batoréo, 2016: 13); iv) comunica objetivos pragmáticos complexos (Gibbs, 2012: 105). Cumpre, na verdade, o duplo objetivo de “dissimular” (Batoréo, 2016: 9) e revelar, isto é, comunica indiretamente um posicionamento, sentimento ou comportamento que é, em geral, objeto de crítica ou de censura (Batoréo, 2016: 9). No caso particular em análise, o locutor retoma proposições que transmitem um posicionamento. A formulação indireta em que deixa implícitos atos de avaliação, ou atos de juízo de valor, pode conformar um ato de delicadeza negativa, de descortesia e acomoda atos cuja “intencionalidade” é ameaçar a face positiva do alocutário (Almeida, 2013b: 3).

Adotamos, nesta investigação, a perspectiva de que a atribuição de intencionalidade de ofensa aos comportamentos do interlocutor pode ser questionada já que implicaria a capacidade de “entrar na cabeça das pessoas” (Culpeper et al., 2003: 1552)⁸⁶. Ou seja, atendendo a que não é possível reconstruir as reais intenções, mas apenas as intenções

dominante da informação visual na interpretação da ironia em mandarim, enquanto que o papel da informação auditiva depende do tipo de ironia. No *corpus* em análise, não existem nem pistas visuais, nem pistas auditivas, o que parece permitir maior frequência de mal-entendidos e de interpretações desajustadas da real intenção do locutor.

⁸⁶ Tradução nossa.

“plausíveis” (Culpeper et al., 2003: 1552)⁸⁷, centramos a análise na natureza das marcas que podem solicitar um mecanismo derivacional mais ou menos forte (Kerbrat-Orechioni, 1994b: 60), considerando os contextos em que os enunciados ocorrem.

Observamos, assim, o recurso à ironia como i) figura ao serviço de uma cortesia negativa, de evitação da ameaça (Almeida, 2013a:551); ii) estratégia discursiva de intensificação da ameaça da face do alocutário (Almeida, 2013b: 6); iii) recurso ao serviço da construção da figuração, que evidencia o trabalho que o locutor realiza sobre a face positiva do alocutário, mas também sobre a sua própria face; iv) um modo figurado de pensar a realidade ao nível conceptual (Batoréo, 2016).

Consideramos os seguintes enunciados:

(174) *Estive agora a ver fotografias da minha casa, a minha querida casa! Que nunca mais terei e que em má hora deixei! Os nossos filhos no jardim e tu com eles. Ainda eras nosso amigo nessa altura!*

[B-29/12/75]

(175) *Afinal o teu Natal foi bom! Até prendas tiveste e não faltou o cabrito, etc. Não te esqueceste de festejar bem o Natal. Foi parecido com o nosso que nem jantar tivemos porque eu não o consegui fazer. És um excelente chefe de família, que Deus te conserve essa boa disposição e essa alegria toda!*

[B-07/01/76]

(176) *O Vasco foi colocado em Beja e uns colegas meus aqui em Coimbra. Tudo anda tratando de organizar a sua vida, só tu não te mentalizas disto! E continuamos por aqui à toa! Mas tens os interesses da Firma a defender!... (a tua vida profissional como tu dizes). Tudo isso bem mais importante para ti do que a tua vida familiar claro!*

[B-21/01/76]

(177) *Tens assim tanta pena que eu não vá? Nota-se...*

[B-25/02/76]

(178) *Recebi ontem uma carta tua escrita a 19 e com uns postais dentro. Ah escreveste uma carta que não mandaste! Eu tenho escrito muitas, ainda ontem à noite escrevi a última. Quanto às amigas elas nunca me deram de comer e como tenho 2 braços para trabalhar, continuo a não precisar de ninguém. Deixa lá eu não as tenho, mas em compensação tens tu aí muitos amigos e amigas também deves ter algumas! [...] Dizes que é preciso olhar pelas coisas, acho bem! Só não é preciso é olhares pelos filhos!*

[B-25/02/76]

(179) *Gostas tanto que estás separado de mim há quase 2 anos! Mas isso não quer dizer nada! Só significa amor, mais nada!*

[B-15/03/76]

⁸⁷ Culpeper et al. (2003: 1553) acrescentam que a prosódia poderia fornecer essa “evidência adequada” das reais intenções do locutor o que não é possível de verificar pela natureza do contexto discursivo do *corpus* em análise.

No exemplo (174), a linguagem figurativa confere ao segmento um caráter controverso e sarcástico que possibilita a reinterpretação do que é dito (Almeida, 2013a:542). A seleção do pretérito imperfeito do indicativo (“eras”) remete para uma ação que foi presente no passado, mas que já não existe. Atribuindo-lhe um valor semântico de passado, o locutor localiza as ações num intervalo temporal (o tempo em que o locutor A estava junto da família e brincava no jardim com os filhos, na casa que foram obrigados a abandonar), ao momento da enunciação, que, todavia, terminou, já não existe. O advérbio de tempo “ainda” (“*Ainda eras nosso amigo nessa altura!*”) intensifica o valor de distanciamento que o deíctico espacial “nessa” introduz. Ou seja, as circunstâncias em que o locutor A era amigo da família são localizadas num tempo pretérito, terminado e distante, que já não existe (na perspetiva enunciada pelo locutor B) no momento presente.

As saudades de um tempo e de uma felicidade perdidos, despoletadas pelas fotografias “*da minha casa*” que “*em má hora deixei*” orientam a mudança de assunto, introduzem os sentimentos de tristeza e de mágoa e gradativamente conduzem à ironia agressiva, intensificada no emprego da exclamativa. Movimentado para posição em final de frase, o modificador do grupo verbal (“*nessa altura*”) sobre o qual recai o escopo da exclamativa, enfatiza a mudança ocorrida no comportamento do alocutário entre “*essa altura*” e o momento da enunciação e condensa a crítica contida no predicativo do sujeito “*amigo*”.

Desta forma, na verbalização sarcástica da amargura, o adjetivo com valor axiológico positivo (“*amigo*”) assume um valor negativo, contrariando a expectativa interpretativa (Almeida, 2013a: 545). A intencionalidade negativa acomoda, num segundo nível de análise, uma crítica pessoal de atos condenáveis do ponto de vista de uma determinada conceptualização do mundo e do papel da família, isto é, “um modo figurado de pensar” (Batoréo, 2016: 14) que pressupõe a presença do pai junto dos filhos.

No exemplo atestado em (175), o escopo da exclamação é também aferível contextualmente. Referindo-se à forma como a família viveu o Natal em situação de separação, o locutor seleciona o marcador discursivo “afinal”. conector frásico conclusivo, para introduzir, de forma irónica, a expressão da sua mágoa (“*Afinal o teu Natal foi bom! Até prendas tiveste e não faltou o cabrito, etc.*”) A sequência de justificação (“*nem jantar tivemos porque eu não o consegui fazer*”) evidencia o conflito entre o suposto estado de alegria e de festa do alocutário e a condição de tristeza, desânimo e incapacidade de celebrar momentos

felizes do locutor. Como se, na obrigação de solidariedade e de partilha de territórios afetivos, o alocutário devesse perfilhar a mesma tristeza, abstendo-se de festejar o Natal. A estratégia de ameaça à face positiva do alocutário concretiza-se na realização de uma antífrase (*“Foi parecido com o nosso”*) que enuncia uma contraverdade. Com efeito, o jantar de Natal não foi parecido já que no do alocutário “até” cabrito houve enquanto que o locutor “nem” jantar teve.

A enunciação de nova contraverdade (*“És um excelente chefe de família”*) constitui um dispositivo retórico de desqualificação da face do alocutário (Almeida, 2013b: 9). Fingindo aderir a uma opinião, a um comportamento, o locutor critica-o, apontando-o como indigno de um bom “chefe de família”. A evidência situacional de que o alocutário celebrou de forma festiva o Natal (com prendas e um bom jantar), ainda que estando longe da família, introduz a tensão na relação e conduz à realização de atos de crítica em que a ironia sinaliza a polemicidade e agressividade do discurso. O alocutário deve ser capaz de reconhecer o caráter intencionalmente crítico e ofensivo deste enunciado. Ou seja, deve ser capaz de interpretar a “inversão semântica” contida no afastamento entre o sentido literal e o sentido derivado (*“És um excelente chefe de família”*) e daí implicitar que o locutor pretendeu mostrar-lhe o seu desagrado e o seu ressentimento por um comportamento de desconsideração pela família. As marcas de caráter lexical (*“excelente”*) remetem efetivamente, para uma determinada incompatibilidade entre o que é dito e o que fica subentendido.

Podemos considerar que a ironia, podendo ser perspetivada como *tropo ilocutório* (Almeida, 2013b; Kerbrat-Orechioni, 1994b), atenua, ao nível lexical, um contido de desvalorização do alocutário já que afigura evitar a ameaça à face aparentando adotar a perspetiva daquele (*“Dizes que é preciso olhar pelas coisas, acho bem!”*). Inversamente, do ponto de vista pragmático - e atendendo à relação de proximidade afetiva entre os participantes - a ironia e, sobretudo, o sarcasmo parecem sinalizar um afastamento afetivo, sendo fortemente agressivos e ameaçadores tanto da face do alocutário quanto da relação interlocutiva. Observamos, por exemplo o enunciado *“Só não é preciso é olhares pelos filhos!”* em que o emprego do advérbio “só” restringe a preocupação do alocutário ‘às coisas’, ao mesmo tempo que introduz, num segundo nível de leitura, uma “meta-representação cognitiva” (Batoréo, 2016: 20), isto é, um modo “específico de conceptualizar o mundo, ancorado em convicções individuais” (Batoréo, 2016: 21) de defesa da absoluta necessidade da presença do pai junto dos filhos, que não é partilhado pelo alocutário.

Nos enunciados em análise, a indelicadeza ocorre, frequentemente, pelo recurso a uma expressão não convencional e incoerente no contexto da interação (Almeida, 2013b:3). No exemplo (179), caracteriza-se, sintaticamente, i) pela seleção do advérbio “tanto”, marcador de intensidade (“*Gostas tanto que estás separado de mim há quase 2 anos! Mas isso não quer dizer nada! Só significa amor, mais nada!*”); ii) pelas diversas possibilidades de sentido da inflexão exclamativa; iii) pela construção verbal com dupla negativa para enfatizar a contraverdade enunciada. O recurso à ironia é frequentemente articulado com a afirmação enfática, com valor de “afirmação discordante” (Martins, 2016: 587), assente num padrão de “reduplicação do verbo” (Martins, 2016: 587). No enunciado responsivo “*Era bom era, vinhas cá por uns dias e voltavas encantado da vida! Isso é que era bom!* (B-23/09/75), a mobilização repetida do verbo no pretérito imperfeito do indicativo, em frase exclamativa, reforça o grau de assertividade da antífrase. Contrariamente ao que é enunciado através do advérbio “bom”, a repetição do verbo exprime a modalidade epistémica da certeza do locutor de uma ação cuja realização não é passível de ser aceite por este.

A eficácia da atividade argumentativa, que a ironia realiza, concretiza-se também pelo recurso a atenuadores ou suavizadores do discurso, “estratégias de mitigação e reparação dos atos ameaçadores da imagem alheia e da própria.” (Briz, 2013: 283). Neste sentido, as escolhas linguísticas “mitigadas” contribuem para o “monitoramento emotivo da interação, prestando-se a um aumento ou diminuição da distância psicológica” (Caffi, 1999: 883). Envolvem aspetos psicológicos e emocionais, “integram afeto e comunicação emotiva na pragmática”, “contribuem para a gestão do relacionamento interpessoal” (Caffi, 1999: 888).

Observamos, assim, as estratégias de mitigação como recursos linguísticos ao serviço da gestão dos aspetos relacionais e emocionais que interferem na interação, selecionados com o propósito de evitar a ameaça à face positiva do interlocutor. Nos enunciados atestados nos exemplos anteriores, verifica-se o recurso a:

- a) estruturas causais justificativas que parecem adotar o ponto de vista do alocutário para logo em seguida o denunciar (“*Tudo isso bem mais importante para ti do que a tua vida familiar claro*”);
- b) construções indiretas suspensas ou truncadas (*Mas tens os interesses da Firma a defender...*) que diminuem a força argumentativa do enunciado e omitem a

conclusão relativizando a ameaça, ao mesmo tempo que servem como “escudos autoprotetores” (Briz, 2013: 291);

- c) movimentos de reformulação, introduzidos por marcadores discursivos que adquirem valor de atenuação (“*Mas tens os interesses da Firma a defender!... a tua vida profissional como tu dizes*”);
- d) eufemismos (“*amigas também deves ter algumas*”);
- e) marcadores discursivos modalizadores que reformulam o enunciado, retirando força ilocutória ao que é dito numa estratégia de “desatualização de um tópico”, que Caffi (1999: 899) integra na “categoria de protetores tópicos” (“*Deixa lá...*”).

No *corpus* em estudo, importou-nos observar as variedades discursivas da ironia, enquanto “processo discursivo de indireção” (Almeida, 2010:129) e a intenção comunicativa (ou intenções comunicativas) do locutor:

a) pretende ameaçar a face positiva do seu alocutário denegrindo-o e desqualificando-o?

b) procura agir sobre o seu alocutário nos seus estados epistémicos, emocionais e comportamentais?

c) visa demonstrar o ressentimento, a mágoa e a incapacidade do locutor de lidar com uma situação imposta por um conjunto de fatores externos contrários à sua vontade?

Para procurarmos responder a estas hipóteses, atentámos no mecanismo conversacional de “tomada de vez” e nas sequências reativas do locutor B. Vejamos, a título ilustrativo, a carta de nove de janeiro, em que expressa a sua afeição e manifesta preocupação com o bem-estar e a saúde do alocutário, escrita poucos dias depois das cartas de 31 de dezembro, em que o criticara e o ameaçara fortemente.

(180) *Recebi hoje 5 cartinhas tuas e já hoje mandei uma carta expresso a dizer que recebi. Também já ontem te ouvi, gostei muito de falar contigo como sempre. Estou preocupada porque dizes que te dói a cabeça, aquela dor que te costuma dar. Eu penso Zézito que tu não podes nem deves sacrificar-te dessa maneira, tu não aguentas e olha que o que tu tens de mais valioso é a vida, os filhos e eu precisamos muito de ti e não do dinheiro ou das casas.*

[B-09/01/76]

Da análise do conjunto das missivas trocadas ao longo de seis anos de interação, foi possível observar que a ironia i) ocorre quase exclusivamente nos enunciados do locutor B; ii) ocorre sobretudo nos anos de 1975 e 1976, anos de maior tensão em virtude do contexto de insegurança política, de maior fragilidade económica, de profundas alterações impostas à vida da família, de profunda incerteza em relação ao futuro. Não nos parece seguro afirmar que o locutor B tenha, de facto, uma intenção explícita de desqualificar o locutor A. As críticas e ameaças ocorrem, sobretudo, em consequência da instabilidade emocional daquele. Uma dolorosa vulnerabilidade cavada na situação de desenraizamento e de dúvida que só a reconciliação física da família poderia aplacar. Para além da expressão frequente da aflição desesperançada, os atos de crítica e de ameaça visam, essencialmente, agir sobre os estados epistémicos, emocionais e comportamentais do alocutário, provocando uma mudança de perspetiva sobre o futuro, forçando-o a abandonar Angola e a regressar para junto da família.

Na sequência da enunciação de atos suscetíveis de ameaçar fortemente a face positiva do alocutário, a gestão da polemicidade do discurso realiza-se através de uma alteração no alinhamento, que Goffman (1973) designa como “footing”, ou seja, uma mudança na forma como é gerida a produção ou receção de uma elocução. Os atos de agradecimento, que observamos em seguida, inscrevem-se nestas estratégias de alinhamento (Almeida, 2012b: 22). Notamos, nas sequências reativas do locutor B, que o que antes fora gravoso e indesculpável, depressa se converte na procura do entendimento mútuo que integra e/ou adota a perspetiva do outro.

O rumo doloso e doloroso imposto à vida familiar coloca o locutor B no umbral de um contexto de desequilíbrio entre as exigências conjunturais e as necessidades e desejos pessoais. A gestão da polemicidade do discurso faz-se, conseqüentemente, também da gestão da turbulência emocional que impõe sacudir dos ombros e do coração ressentimentos e mágoas, conciliando razão e culpa. O discurso do locutor A realiza frequentemente uma ação de contraponto, de resiliente aceitação da irreversibilidade das circunstâncias, de apelo ao apaziguamento que permitirá anular os pressupostos que o desacreditam e isolam, assim repondo o equilíbrio na interação:

(181) *“Tu sabes bem que no meu coração não há lugar para ressentimentos e se não faço mais pela família é porque não posso.”*

[A-02/06/77]

É com este propósito que, em 03.04.1977, reenvia à mulher uma carta que lhe escrevera no início do namoro (datada do “primeiro domingo do ano de 1957”, ou seja, vinte anos antes), em que afirmava a certeza do seu amor e a opção de sujeição a todos os sacrifícios por esse amor.

(182) *Minha adorada menina Joana*

Queira aceitar as minhas mais cordiais saudações.

Neste primeiro domingo do ano não posso deixar de lhe escrever, embora não saiba se a minha carta chegará ou não às suas mãos. Domingo passado também lhe escrevi e afirmava na minha carta que esse dia fora o mais feliz dia de domingo do ano que passara. Hoje pelo contrário sentir-me-ia o mais infeliz dos seres se não encarasse o meu sacrifício ou o meu infortúnio com a melhor das resignações e esperançado de que a Providência me há-de compensar com felicidade tudo quanto eu fizer para a merecer. A minha carta de domingo não seguiu, e na esperança de que esta não tenha o mesmo destino, eu quisera que ela fosse um poema de amor tão nobre e sublime como o amor que lhe dedico para lhe expressar toda a minha perseverança, a minha dedicação e a minha gratidão, mas como tal me não é possível, limito-me a repetir-lhe em palavras simples o mesmo juramento de sempre, amo-a sinceramente, amo-a de toda a minha alma e de todo o meu coração e farei por si todos os sacrifícios que me estiverem destinados.⁸⁸

As manifestações do amor pela mulher e da profunda influência que esta teve e tem na sua vida são, ao longo dos anos de interação, sempre reiteradas. Transcrevemos, a título ilustrativo, um excerto da carta de 2 de abril de 1978 em que, a propósito dos resultados escolares dos filhos, reconhece o papel determinante da mulher e do amor pela mulher no seu percurso de valorização pessoal e profissional:

(183) [...] *Eu também perdi o ano logo na primeira classe e, depois, quando andei no Seminário pinteí a manta, até que saí e que reconheço que foi um erro muito grande. Depois a vida foi bem amarga para mim (e ainda é!) e foi só depois que te conheci que me decidi a estudar de novo e a procurar ter uma situação melhor. Foi o amor com que me dediquei a ti que fez com que eu tivesse ânimo e coragem para procurar ter mais conhecimentos e a procurar melhorar a nossa vida. Tu pensas que é a minha ambição por dinheiro, mas isso não é verdade.*

[A-02/04/78]

⁸⁸ Quando se despediu pela última vez da mulher, no dia do seu funeral (em fevereiro de 2012), escreveu, num cartão simples, a acompanhar um singelo ramo de flores, apenas as palavras “Joaninha, grande foi o nosso amor”.

A relação interativa vai-se, desta forma, alicerçando na melodia de um percurso idealizado em uníssono, ainda que realizado com alguns desacordes, segundo uma pauta de influência mútua e na permanente renovação de um entendimento justo das situações.

IV.6.3.2. Atos de agradecimento como “estratégias de alinhamento”: a procura do entendimento mútuo.

Quanto te devemos em atenção, amor e carinho! Eu penso que tudo o que nós podemos fazer é muito pouco para quem tanto se tem sacrificado para que nada nos falte, só nos falta o melhor, que é a tua companhia.
[B-29/05/80]

Os atos de reconhecimento, expressão de gratidão e reconhecimento, ocorrem, no *corpus* em análise, como atos expressivos reativos realizados na sequência da obtenção de uma benesse, um proveito ou um benefício.

Na estrutura conversacional, implicam a valorização do “presente” obtido ou do “presenteador” (Kerbrat-Orecchioni, 2005). Constituem, nos enunciados, objeto deste estudo, “atos de deferência” (Goffman, 1973: 52) que implicam, da parte do seu autor, uma certa consideração, capaz de incluir muitas vezes uma avaliação globalmente positiva do beneficiário. São manifestações de afeição e contêm, em certa medida, a promessa ou o compromisso de tratar o beneficiário de acordo com as suas expectativas.

Contrariamente ao que muitas vezes sucede na interação, os atos de agradecimento aqui atestados não surgem de forma antecipada, como pré-sequências preparadoras de um pedido ou de preparação para atos que incidem sobre a ação. Ocorrem antes, quase sempre, depois de realizada a ação que é objeto de agradecimento.

Uma vez que conhecemos já o tipo de relação social e a distância interpessoal dos intervenientes no ato, importa-nos, neste momento, identificar o tipo de objeto que desencadeia o ato de agradecer e as marcas linguísticas que conformam a retórica de agradecimento.

(184) *Começo por te agradecer, a ti e também aos nossos queridos filhos os bons momentos e os dias agradáveis que passei convosco, durante as três breves semanas que aí estive. O meu muito obrigado e o meu pedido de desculpa pela minha falta de paciência e pelo nervosismo com que, por vezes, encaro os problemas. Está bem?*

[A-23/04/80]

(185) *Foi a primeira carta tua e agradeces a nossa atenção para contigo e pedes desculpa da falta de paciência, quanto às atenções, é a nossa obrigação, pena é não ser sempre,*

pois tu precisas muito da nossa companhia e auxílio, já basta o isolamento em que tu vives e não as tens para connosco? Quanto te devemos em atenção, amor e carinho! Eu penso que tudo o que possamos fazer é muito pouco para quem tanto se tem sacrificado para que nada nos falte, só nos falta o melhor, que é a tua companhia. Quanto à falta de paciência eu compreendo que vens cansado, e todos nós temos falta de paciência uns para os outros, não é assim? [B-29/05/80]

Realizados de forma direta (“*O meu muito obrigado*”) ou indiretamente (“*Quanto te devemos em atenção, amor e carinho!*”) assentam na condição de sinceridade de que o locutor, ao produzir o ato de agradecimento, expressa o seu reconhecimento pelo benefício (“*os bons momentos e os dias agradáveis*” que passaram juntos, a “*atenção, amor e carinho*” que a família recebe do locutor A) recebido. As perguntas “*tag*”, que encerram as sequências, surgem como pedido de confirmação do conteúdo proposicional da declarativa que as precede (Mateus, 1989: 246) reforçando a expressão do reconhecimento e da gratidão dos interlocutores. A retórica de agradecimento constrói-se com base em asserções de valorização positiva do alocutário intensificadas pelo emprego do advérbio de quantidade ‘quanto’ (que reforça, na ideia expressa pelo verbo “devemos”, na aceção de ‘estar reconhecido’, o ‘muito’ que o locutor recebeu do seu interlocutor) e pelo recurso a exclamativas cujo escopo recai sobre os sintagmas objeto do agradecimento (“*os bons momentos e os dias agradáveis*”, a “*atenção, amor e carinho*”).

Outros objetos, relacionados com a gestão do quotidiano da família, desencadeiam também atos de agradecimento:

(186) *Recebi hoje a tua carta de 19 e o postal da fi, de que gostei muito, obrigadinho pela lembrança, eu nesse dia como em todos os dias e a todo o momento me lembrei e lembro de todos vós, mas como os tempos não vão para festas eu não esperava que estivessem a preocupar-se com esse dia, mas mais uma vez obrigado pela boa lembrança.*

[A-22/03/75]

(187) *Muito obrigada pelos teus bons cuidados e pela tua lembrança.*

[A-20/03/76]

(188) *Recebi os documentos. Obrigado, eu vou tratar do assunto.*

[A-25/03/76]

(189) *Primeiro quero agradecer-te a fotografia dos nossos queridos filhos. Eles estão lindos e são todo o nosso enlevo.*

[A-23/08/76]

IV.6.4. A expressão de acordo e/ou de desacordo.

[...] *tu nunca alinhaste comigo, pensaste só à tua maneira
e não admitiste nunca as minhas ideias.*

[B-13/08/75]

As diferentes estratégias discursivas de gestão da polemicidade do discurso que observámos pressupõem um conceito de familiaridade que Goffman (1973: 183) define como “a liberdade que é dada aos interactantes de penetrarem no território do outro e a capacidade de exercer essa liberdade”. Na perspectiva de Traverso (1996: 13, tradução nossa), o discurso que se vai desenvolvendo ao longo de seis anos de interação entre cônjuges configura uma “conversação familiar”, no sentido do conhecimento de quem vive em conjunto, partilha experiências e saberes. Trata-se de uma conversa com a particularidade de ser, ao mesmo tempo, baseada na relação, ou seja, no passado, no que está antes, em relação ao eixo do momento de enunciação, mas também fortemente direcionada para o futuro, o aprofundamento dos laços, isto é, para o que virá depois (Traverso, 1996: 19).

No *corpus* em análise, este duplo movimento que acomoda as experiências passadas e a continuidade futura da relação está, frequentemente, na origem de processos de negociação de pontos de vista, numa retórica que procura o consenso e que se consolida em asserções de acordo, mas também em atos de desacordo e de divergência. Essenciais à dinâmica da interação ou ameaçadores da relação e da face dos interactantes (Traverso, 1996), os atos de desacordo visam modificar o modo de ver do alocutário, influenciando-o para que (re)considere as suas opções em função dos conteúdos asseridos.

Considerando estes pressupostos, propomo-nos neste momento analisar:

- a) a “dimensão causativa” (Almeida, 2014: 1) da interação que se constrói no “jogo de recíproca influência entre locutor e alocutário” (Almeida, 2014: 1);
- b) as condições cotextuais da expressão do desacordo (Débyser, 1980);
- c) como se caracteriza linguisticamente a expressão do desacordo;
- d) que papel desempenham os mitigadores e os intensificadores do discurso no trabalho de figuração.

Observamos, para tal, enunciados de desacordo, como atos reativos de refutação que se opõem a atos de asserção prévios. A 08 de agosto de 1975, a carta do locutor A, de que transcrevemos um excerto (189), obteve a seguinte reação do locutor B (190):

(189) [...] isto hoje é uma terra desgraçada, onde há guerra, mortes, destruição, ninguém tira o lixo, está a arder pela cidade e ao lado dos montes de lixo tudo cheio de “bichos”, falta de vez em quando a luz, a água, o pão, eu sei lá, mas as pessoas vão-se habituando a tudo e tudo suportam. Agora nem sinaleiros aparecem e o trânsito é o pandemónio que podes imaginar, em todo o lado e para tudo há “bichas”, uma caixa de tomate que se chegava a vender a 10.00, pode vender-se hoje por 500.00. Se conseguirmos vender os tomates da Boa Esperança vamos ganhar algum dinheiro.[...] A casa do Aeroporto, por este mês de agosto está alugada, vamos ver o que se consegue para setembro, o que é preciso é termos calma. Os encargos já não são muito grandes e as casas sempre valem mais que aquilo que nós devemos ao Instituto do Crédito. Eu apesar de tudo ainda tenho uma réstia de esperança de que as coisas possam alguma vez compor-se.

[A-08/08/75]

(190) Esse teu feitio demasiado otimista tem-nos prejudicado toda a vida, é que não sei o que se passa contigo que não vês à distância, vês sempre só um lado, o bom e quando o mau acontece não estás prevenido. Desculpa mas é assim, tu trabalhas demasiado, até mais do que as tuas capacidades o permitem, mas não basta só trabalhar, é preciso pensar bem, eu sempre te disse isso, nunca alinhaste comigo, pensaste só à tua maneira e não admitiste nunca as minhas ideias.⁸⁹

[B-13/08/75]

Enquanto estratégias discursivas, os atos de asserção modificam, ou procuram modificar, mesmo que de forma apenas momentânea (Attal, 1976: 12), estados emocionais ou epistémicos do alocutário. Na perspetiva de Attal, que adotamos nesta fase do estudo, a validade de uma asserção depende da confiança que o alocutário deposita no locutor. Assim, para que se possa considerar o ato de asserção completamente resolvido, é necessário que o alocutário não conteste ou rejeite, de uma forma ou outra, a situação representada no enunciado (Attal, 1976: 10-11). No quadro das implicaturas conversacionais, e em linha com o princípio da cooperação proposto por Grice (1975), a interação vai-se cerzindo de esforços cooperativos em que cada participante reconhece o propósito comum, um conjunto de propósitos ou, pelo menos, uma direção mutuamente aceite (Grice, 1975). Considerando o micro contexto familiar (relação entre marido e mulher) e o momento comunicativo em que

⁸⁹ O locutor B refere-se ao facto de nunca ter concordado em investir apenas em Angola, já que temia há algum tempo que a independência deste território implicasse a expulsão da população portuguesa. Veja-se, a título de exemplo, o que diz na carta de 10/03/76: *A minha amiga escreveu, como já te disse pelo telefone, parece-me que tu não falas a verdade sobre as nacionalizações, aqui diz-se que já arrumaram tudo e pela maneira como ela fala é verdade, ela até diz fiquei sem tudo, deixaram-me dois braços para trabalhar! Podes falar à vontade que eu estou mentalizada para tudo! Sobre esse aspeto parece-me que sofri menos do que tu, é que sabes, isso e outras coisas já me vinham passando pela mente há muito tempo e assim quando chegou a realidade, embora sofrendo muito eu aceitei-a. Tem-me custado bem mais a nossa separação.*

estas cartas foram produzidas (situação de separação imposta e de instabilidade múltipla) este princípio da cooperação parece revestir-se ainda de maior pertinência.

Ora, nos enunciados atestados em (189) e (190), ponto de partida para esta análise, verifica-se que, na sequência de asserções fortemente orientadas para uma visão mais otimista e esperançosa da realidade⁹⁰ (*“Se conseguirmos vender os tomates da Boa Esperança vamos ganhar algum dinheiro.[...] A casa do Aeroporto, por este mês de agosto está alugada [...] o que é preciso é termos calma. Os encargos já não são muito grandes e as casas sempre valem mais [...]Eu apesar de tudo ainda tenho uma réstia de esperança de que as coisas possam alguma vez compor-se.”*), o ato reativo que se inscreve no quadro da troca interacional (190) expressa uma reação negativa (*“Esse teu feitio demasiado otimista tem-nos prejudicado toda a vida”*) e realiza um ato de desacordo (Kerbrat-Orecchioni, 2016: 1).

A expressão de desacordo assenta na modalidade epistémica na forma negativa do enunciado, condensada na repetição (*“não sei o que se passa contigo [...] não vês à distância [...] não estás prevenido”*) e em “formas específicas de asserção” (Almeida, 2014: 4) que apresentam, no conteúdo proposicional, uma avaliação axiológica negativa. Assim formulada, a expressão do desacordo corresponde ao tipo “não preferido”⁹¹ de reação a uma asserção, pelo seu caráter excecional e pelas reticências e reservas que acompanham a sua formulação (Kerbrat-Orecchioni, 2016: 7). Neste sentido, o desacordo deve ser sempre argumentado (o que não acontece com o acordo, que não é, em geral, nem argumentado, nem justificado).

Nos enunciados em análise, a atividade discursiva argumentativa é introduzida pelo advérbio de restrição “só” (*“vês sempre só um lado”*) e reforçada pelo deítico temporal “sempre” que referencia uma atitude do alocutário, permanentemente renovada, em função do contexto situacional em que é ativada, cujos efeitos o locutor já anteriormente referira como “prejudiciais”. O conteúdo semântico do deítico tem como eixo de referência “toda a vida em comum” dos interlocutores. Empregues como conetores argumentativos, os advérbios “só” e “sempre” dão expressão à “modalidade de infirmação-problematização”

⁹⁰ Perspetiva otimista que, todavia, se contrapõe ao quadro de evidências de insegurança, privações, instabilidade e perturbações de vária ordem (*[...] isto hoje é uma terra desgraçada, onde há guerra, mortes, destruição, ninguém tira o lixo, está a arder pela cidade e ao lado dos montes de lixo tudo cheio de “bichos”, falta de vez em quando a luz, a água, o pão, eu sei lá, mas as pessoas vão-se habituando a tudo e tudo suportam. Agora nem sinaleiros aparecem e o trânsito é o pandemónio que podes imaginar, em todo o lado e para tudo há “bichas”, uma caixa de tomate que se chegava a vender a 10.00, pode vender-se hoje por 500.00.*)

⁹¹ Na perspetiva da Análise Conversacional, a questão do acordo/desacordo é abordada sobretudo em relação com o princípio da “organização preferencial das interações” (Kerbrat-Orecchioni, 2016: 1).

(Fonseca, 1992: 301) do discurso. Confirmam uma “instrução discursiva ligada a efeitos focalizadores que ocasionam” (“*vês sempre só um lado*”) e a “padrões ou esquemas de progressão argumentativa, que recortam”⁹² (“*quando o mau acontece não estás prevenido*”).

Este movimento, que concretiza o processo argumentativo, realiza-se pela postulação de uma tese anterior⁹³ (“*Esse teu feitio demasiado otimista*”) cuja refutação antecipa desde logo uma conclusão (“*tem-nos prejudicado toda a vida*”). A apresentação dos dados (“*não vês à distância, vês sempre só um lado, o bom*”) introduz sequências discursivas de justificação que se complementam em sequências de exemplificação e introduzem a conclusão (“*quando o mau acontece não estás prevenido*”). Numa segunda fase do movimento argumentativo, a formulação de um aparente acordo (“*tu trabalhas demasiado*”) é seguida de uma expansão, realizada através da construção adversativa, que inverte a orientação argumentativa do enunciado (“*mas não basta só trabalhar, é preciso pensar bem*”). A expressão do desacordo, ato fortemente tributário do trabalho de figuração (Almeida, 2014: 4), já que convoca processos potencialmente ameaçadores da face do alocutário, é, contudo, mitigada pela aquiescência inicial.

Através do performativo explícito “*Desculpa*”, a asserção de desacordo introduz, retroativamente, um “atenuador” ou “mitigador” do valor de verdade expresso no conteúdo proposicional dos atos de desacordo (Almeida, 2014: 6), cujo propósito é contribuir para a realização de “objetivos interacionais como a cortesia” (Caffi, 2000: 92-93). O ato de *desculpa*, mitigador com caráter prospectivamente reparador, combina-se, todavia, com advérbios como “sempre”, “nunca”, “só”, intensificadores⁹⁴ da expressão do desacordo e das divergências que opõem, de forma continuada, os interactantes. Num discurso que se constrói pela oposição entre a primeira e a segunda pessoa do singular (um “eu” e um “tu” que pensam de maneira diferente) num “eixo polifónico” de contraposição entre a voz do locutor e a voz do alocutário (Fonseca, 1992: 318), o locutor marca fortemente a responsabilidade do alocutário nos desaires familiares pois que este nunca “alinhou” ou “admitiu” as ideias daquele, implicitamente enunciadas como mais benéficas para a família. Desta forma, o locutor encerra a interação com um modelo de conceptualização que reflete

⁹² Fonseca, 1992: 301.

⁹³ Adotamos a terminologia da estrutura macroproposicional da sequência argumentativa proposta por Adam (2011b).

⁹⁴ Consideramos, na linha de vários teorizadores (Almeida, 2010, 2014; Albelda, 2005) que atenuação e intensificação não se podem considerar estratégias contraditórias ou incompatíveis, ambas podem articular-se para salvar ou proteger a face própria ou alheia.

as suas expectativas sobre o mundo, resultantes das suas experiências pessoais e em que parece estar em posição, não só de “provocar” um certo tipo de narrativa, mas também de a “avaliar” (De Fina, 2009: 240).

O enunciado atestado em (191) é também um ato reativo que acomoda a expressão do desacordo.

(191) *Dizes que tens muito trabalho, sim eu sei, e continuo a não concordar com a tua maneira de veres as coisas. Quando se tem 3 filhos pequenos para criar nada, nem dinheiro nenhum compensa, a arriscar-se a vida! Eles nunca te agradecerão isso! Eles só sabem que não têm um lar feliz junto do pai e da mãe, como as outras crianças!*

[B-14/01/76]

Nos exemplos transcritos, a expressão do desacordo realiza-se ora por enunciados explícitos (“*continuo a não concordar com a tua maneira de veres as coisas*”), ora por atos indiretos que expressam implicitamente o desacordo (“*não basta só trabalhar, é preciso pensar bem*”). Em qualquer dos casos, os atos de refutação e a manifestação de discordância do locutor B estão submetidos a condições cotextuais e à realização de atos de asserção prévios, ou seja, à noção de que “ser demasiado otimista” significa acreditar que é possível voltar a viver em Angola, que a situação irá melhorar ou pelo menos normalizar; significa ver sempre “só um lado, o bom”:

Se conseguirmos vender os tomates da Boa Esperança vamos ganhar algum dinheiro.[...] A casa do Aeroporto, por este mês de agosto está alugada, vamos ver o que se consegue para setembro, o que é preciso é termos calma. Os encargos já não são muito grandes e as casas sempre valem mais que aquilo que nós devemos ao Instituto do Crédito. Eu apesar de tudo ainda tenho uma réstia de esperança de que as coisas possam alguma vez compor-se.

A realização dos atos de desacordo convoca desde logo a questão da autoridade do locutor, assim como dos direitos e deveres atribuídos ao locutor e ao alocutário. Nos enunciados em análise, importa observar o direito que o locutor B invoca de exigir que o seu alocutário “alinhe” com a sua perspetiva e com as suas opções e “admita” o valor das ideias daquele sobre o caminho justo a definir para a vida da família. Por oposição, parece ser anulado o direito deste de “pensar só à sua maneira” e instaurado apenas o dever de acatar, como mais pertinentes e válidas, as ideias do seu interlocutor. Se considerarmos a relação de simetria entre os participantes na interação, torna-se necessário questionar o que pode conferir autoridade a um dos intervenientes para impor o seu ponto de vista sobre o outro. Na perspetiva de Goffman (1973: 200), na expressão da “disputa” ou desacordo, cada participante tenta impor a sua ideia esforçando-se para esvaziar os argumentos que possam

justificar a posição do seu interlocutor, evitando que este defina a sua posição, ao mesmo tempo que procura reforçar as razões que fundamentam o seu ponto de vista.

Neste exercício de atividade argumentativa, são convocadas e ativadas “as representações simbólicas do mundo, as tábuas de valores dos falantes, e, conseqüentemente, normas socioculturais” (Fonseca, 1992:301). Ou seja, os pressupostos desta argumentação comportam uma “instrução discursiva” (Fonseca, 1992: 301) que impõe ao alocutário um quadro de valores determinado: o do compromisso com a educação de “3 filhos pequenos” que obriga aquele a preservar a vida e a dispensar outros interesses pelo valor maior da felicidade da família, felicidade que exige a presença do pai.

A defesa da necessidade da presença do pai (locutor A) junto dos filhos é enfatizada pela realização da expressão do desacordo por atos indiretos de contra proposição (“*Eles nunca te agradecerão isso! Eles só sabem...*”) em que o verbo de atitude proposicional (*Eles...sabem*) especifica a disposição de um sujeito (os filhos) em relação aos factos designados pelo conteúdo proposicional e enunciados na construção completiva (“*que não têm um lar feliz junto do pai e da mãe*”). Trata-se de uma ideia permanentemente reiterada pelo locutor B que a realiza de diversas formas (em atos de ameaça, atos de crítica, atos de elogio, asserções de desacordo) com o propósito único de agir sobre o alocutário (“dimensão causativa” do discurso, Almeida, 2014: 1) levando-o a alterar a sua opção de vida, que o mesmo é dizer, demovendo-o de permanecer em Angola.

Se é certo que, ao selecionar as estratégias discursivas enumeradas, o locutor B desvaloriza a posição do seu alocutário, ameaçando fortemente a face positiva daquele pela crítica à sua atuação, não nos parece, contudo, evidente que a intenção seja provocar o conflito ou a rutura na interação. Observa-se mesmo a necessidade de estabelecer o acordo (“*Dizes que tens muito trabalho, sim eu sei*”), expressa no emprego do “marcador de cumplicidade” (Traverso, 1996: 62, tradução nossa), presente em expressões como “*sim, eu sei*”, cujo valor mitiga as asserções de desacordo (Almeida, 2014: 7), desempenhando um papel importante no trabalho de figuração. Ao antecipar potenciais reações negativas em relação ao conteúdo de um determinado enunciado, o locutor demonstra que está consciente do caráter ameaçador da asserção e reduz a ameaça que esse ato pode representar para a face do alocutário (Heisler et al., 2003: 1618).

Na última frase do enunciado em análise (191) o locutor realiza asserções que “resumem retroativamente” (Almeida, 2014: 7) o que foi dito, enfatizando a crítica e a

divergência sendo potencialmente perturbadoras do “equilíbrio interacional” (Goffman, 1981). O equilíbrio é, efetivamente, regulado e repostado (como quase sempre acontece no quadro interativo objeto deste estudo), na sequência reativa do locutor A, desde logo introduzida pela asserção de acordo expressa através do performativo explícito (“*Admito que tens razão*”).

(192) *Eu não me zango do que tu me dizes. Admito que tens razão, mas não fui só eu que fui traído pelo futuro e na minha boa fé. Outros estão muito pior que eu. Eu não vendi, porque eu tinha medo disso aí ir para o comunismo e vivia na esperança de isto aqui não tomar esse caminho.*

[A-18/08/75]

Ainda que as asserções de acordo não sejam, em geral, nem argumentadas, nem justificadas (Kerbrat-Orecchioni, 2016: 7), o locutor A introduz sequências justificativas que visam mitigar a ameaça à sua face positiva (“*não fui só eu que fui traído pelo futuro e na minha boa fé. [...] Eu não vendi, porque eu tinha medo [...] e vivia na esperança*”), ao mesmo tempo que procura a adesão do alocutário ao seu ponto de vista, na “construção coletiva” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 70) do “relacionamento interpessoal” (Caffi, 1999).

Registamos outros enunciados exemplificativos dos modos como a retórica do consenso e a dinâmica de intimidade se constrói, apesar dos pontos de vista contrastantes assumidos pelos interactantes (Tannen, 1990: 90). Veja-se, desde logo, um excerto da resposta do locutor A (uma longa carta de cinco páginas) à carta do locutor B de 14/01/76 (atestada no exemplo 191).

(193) *Hoje recebi a tua carta de 19 e 20, vi o que me dizes, mas há uma coisa que me custa, é eu sacrificar-me, e tu apanhares uma frase minha para estares sempre a deitar-me à cara, eu gostava era de saber o que queres dizer quando repetes “eu estou aqui a cumprir o meu dever profissional!” não sei se o disse, talvez, é uma das coisas que tenho feito, será que não cumpro o meu dever de chefe de família, ou será que chefe de família é só aquele que não se priva do conforto do seu lar nem da companhia da mulher e dos filhos e aí está a viver de subsídio de desemprego? Então não são nem foram chefes de família (bons chefes) todos os que emigraram para a Europa ou todos os que aqui vieram fazer a guerra colonial. Mas os outros estão aí, pois melhor fora que cá estivessem a resolverem os problemas que cá deixaram e que muitos são. Mas isso é lá com eles, eu o que me custa é dizeres-me, repetires-me essas frases, pois procura as cartas que te escrevi e vê se encontras em alguma delas frases dessas! Será que só eu não sou perfeito! Será que só eu não vejo as coisas! E todos os outros que cá estão são como eu? Burros! Sei lá, eu já nem sei, mas uma coisa é certa, sempre procurei cumprir o meu dever de pai e de chefe de família, e se assim não tivesse sido, decerto que tu não podias considerar felizes todos os anos que aqui vivemos. E estou certo que muitos anos de felicidade nos esperam.*

[A-20/01/76]

E ainda outro exemplo que atesta a preocupação do locutor A em construir uma “retórica de consenso” (Almeida, 2013), ao partilhar a perspectiva do locutor B sobre o valor da presença do pai junto dos filhos.

(194) *Platão escreveu “A vida é um momento entre duas eternidades”. E é verdade. O que é a nossa vida? Pouco mais do que um momento. E como tenho eu vivido essa vida? Apenas a trabalhar, tenho mulher e filhos, mas quantos sorrisos de criança eu já perdi e quantas vezes me pergunto: em troca de quê?*

[A-04/07/76]

IV.6.5. A interferência do contexto na seleção de estratégias discursivas e na definição do rumo da interação.

*O mundo em que vivemos é este e por todo o lado as dificuldades existem.
Por minha parte tenho feito o possível para que a
minha vida futura e a dos meus não seja muito difícil.*

[A-14/06/77]

No início de 1978, o equilíbrio interacional parece estar garantido por uma maior estabilidade e segurança no contexto em que os interactantes se situam (sobretudo no caso do locutor B). Com efeito, a situação profissional do locutor B em Portugal está já definida e resolvida, os filhos estão adaptados às novas rotinas e realizam os seus percursos escolares com normalidade, a família está prestes a reencontrar o aconchego do lar com a construção da nova casa.

As reações e o “julgamento” do locutor B são, assim, mais favoráveis ao locutor A (“lui font porter une face plus favorable”, Goffman, 1973: 10):

(195) *Que Deus te guarde e recompense dos teus sacrifícios.*

[B-08/02/78]

(196) *Não é para agradecer o carinho com que te tratámos porque de ti sempre recebemos muito carinho e amor e sobretudo coragem para continuar! Se mais não fazemos e temos imensa pena, é porque isso não nos é possível! Sim, se Deus quiser havemos de estar juntos por muitos anos.*

[B-09/02/78]

(197) *Calculo a tristeza que te causa essa solidão e o quanto sentes quando vais de junto de nós. Eu sei por mim e tenho os filhos que me animam e ajudam a distrair. Mas é de facto uma vida estúpida a que nós levamos, para quê esta separação!*

[B-09/02/78]

(198) *Sim eu e os filhos sempre é com grande mágoa que te vimos ir embora e olha que eu desta vez fiquei bem em baixo! Mas o mais sacrificado és sempre tu eu sei e não concordo com isso! Sim todos somos muito teus amigos e não fazemos mais do que o nosso dever, amor com amor se paga não é? Não tens nada que agradecer, só foi pena não te termos podido receber melhor, mas a confusão da casa não deixou, eu também estava bastante cansada! Sim os filhos gostam muito de ti...*

[B-29/11/78]

O locutor A agradece, por diversas vezes, essa mudança no rumo discursivo do locutor B, mudança que se concretiza na diminuição da agressividade e numa maior compreensão e acerto de pontos de vista:

(199) *Vejo com agrado que compreendes a minha situação e que me concedes algum tempo. Fiquei satisfeito com essa tua compreensão, pois é uma atitude que dantes tinhas mais rigorosa para comigo. Tem coragem Joaquina e tem fé, sim, dias bons hão de chegar para nós.”*

[A-26/03/78]

Embora seja possível observar que o discurso assume um rumo menos apelativo e menos agressivo, ancorado às rotinas que vão compondo os dias, a verdade é que permanece a saudade, a dificuldade em aceitar as circunstâncias inerentes à continuidade da situação de separação, o receio da rutura na relação que o afastamento prolongado vai/ pode motivar:

(200) *Às vezes sinto-me tão desanimada! Esta nossa separação não vai dar coisa boa não! É já muito tempo e as pessoas ganham outros hábitos, outras inclinações! Tu sabes que é verdade!*

[B-28/02/78]

Em Angola, ao longo dos anos de 1977 e 1978, o contexto é de grande perturbação e de grande insegurança. Sobre a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 27 de maio de 1977 e os gravíssimos incidentes daí decorrentes⁹⁵, o locutor escreve, sem nunca se lhes referir de forma explícita:

⁹⁵ Em junho de 2021, a DW, Emissora Internacional da Alemanha, noticiava, a propósito deste acontecimento: “A Plataforma 27 de Maio propõe a criação de uma Comissão da Verdade com a incumbência de investigar de forma isenta e eficiente crimes ocorridos a partir do 27 de maio de 1977, em Angola. Para isso, a coalizão de organizações da sociedade civil sugere a reconversão da Comissão para a Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP), que funcionava sob a tutela do Governo de Luanda. Em 27 de maio de 1977, uma alegada tentativa de golpe de Estado, numa operação

(201) [...] grande é a tristeza que vai no meu coração.

[A-31/05/77]

(202) *Acabei agora mesmo de receber a tua chamada e compreendo muito bem o muito que deves estar preocupada, mas, querida Joaninha, só posso pedir-te que faças o possível por não te sentires mal e faças os tratamentos necessários. Eu graças a Deus estou bem e por aqui as coisas voltam dia a dia à normalidade. Eu calculo o muito que os meios de comunicação por aí e por todo o lado hão-de especular sobre o assunto, com o que só prejudicam as pessoas. Os que aí estão e cá têm familiares, porque assim mais preocupados ficam.*

[A-02/06/77]

(203) *Vi o que dizes sobre as notícias, eu o que sei é o que vem nos jornais e dizem os noticiários, o meu tempo é para trabalhar, nunca pensei em mais nada, sou uma pessoa de trabalho e essa é aqui a minha obrigação, se há portugueses presos, eu não sei, mas a haver é porque estariam ou se teriam metido onde não deviam. Repito que só penso nas minhas obrigações de trabalho e quase nem tenho tempo para ler o jornal.*

[A-12/06/77]

(204) *O mundo em que vivemos é este e por todo o lado as dificuldades existem. Por minha parte tenho feito o possível para que a minha vida futura e a dos meus não seja muito difícil. Nesta altura nem sei nem vou pensar o que seria melhor. Tenho fé no futuro e só quero o bem dos meus. Mas não vamos por agora falar mais nessas coisas. A nossa casa já está mesmo a andar? Vai ficar bonita, não é verdade? É isso que interessa.*

[A-14/06/77]

Apesar do contexto de guerra civil, de estagnação e degradação da economia (em muitas cartas, relata as dificuldades de escassez de bens de primeira necessidade⁹⁶), de manifesta hostilidade para com os portugueses, que se concretiza em atos vários de retaliação e no confisco e nacionalização dos bens⁹⁷, o locutor A procura sempre manter, ou pelo menos

aparentemente liderada pelo ex-ministro do Interior, Nito Alves, foi violentamente reprimida pelo regime de Agostinho Neto. Os apoiantes Alves, os chamados "fraccionistas", foram perseguidos. Dezenas de milhares foram torturados, mandados para campos de concentração e fuzilados sem julgamento. A proposta surge na sequência do pedido de perdão e desculpas do Presidente João Lourenço pelas trágicas violações de direitos humanos ocorridos à época." <https://www.dw.com/pt-002/angola-plataforma-27-de-maio-quer-cria%C3%A7%C3%A3o-de-comiss%C3%A3o-da-verdade/a-57811802>.

⁹⁶ Sobre a escassez de produtos e inflação dos preços em Angola, veja-se, por exemplo, os seguintes excertos: "Sim eu sei que não houve luz nem água nem pão e quis mandar uma encomenda pois disseram na TV que os aviões iam vazios e podiam mandar, fui logo telefonar mas disseram-me que só por intermédio da casa de Angola, desisti pois parece-me que não chegaria às tuas mãos. Tenho aqui cuecas, sapatos, uma camisa de cacimbo que era para te levar, se precisares diz que eu mando de avião pelo correio, diz que não há as coisas e está tudo tão caro! Diz que um par de sapatos custa aí um conto e mais, não compres que eu comprei aqui a 150\$00." (B-22/07/75); "...diz que o MPLA tomou conta da cidade, que não há pão, nem água, nem luz..." (B-17/07/75); "... se o tio estivesse em Lisboa já lhe tinha pedido, nem que fosse para te mandar fruta e outras coisas [...] não têm ao menos farinha para fazerem pão e bolos?" (B-18/07/75).

⁹⁷ A 04 de abril de 1976, o locutor A explica o que está a acontecer a este propósito: *Ontem houve uma comunicação ao país do Presidente Neto, vou mandar-te o jornal para veres o que lá diz sobre as terras e as*

manifestar, uma atitude de serenidade, de foco no trabalho e nos seus objetivos de construção e salvaguarda de um futuro de maior segurança e bem-estar para a família.

Enquanto que, em Portugal, a situação da família vai estabilizando ao longo dos anos, sobretudo a partir de 1977 e 1978; em Angola, a situação de conflito e insegurança agrava-se ao ponto de, em março de 1978, o Código Penal introduzir, no n.º1 do art.º 55.º, a pena de morte por fuzilamento como pena maior.⁹⁸ Mesmo nestes períodos de maior agitação (e até sobretudo nestes períodos), o locutor A mantém um tom de grande serenidade, evitando falar sobre assuntos políticos, por não ser esse o foco da sua atuação, ou por ter consciência dos perigos e retaliações a que pode estar sujeito.⁹⁹

Apesar da manifesta resiliência e otimismo, a exposição prolongada à situação de insegurança em Angola provoca um cansaço físico e emocional, responsáveis por alterações no modo de estar e até de escrever:

Dantes eu escrevia-te muitas vezes e algumas cartas longas em que o meu espírito se abria como o fizera muitos anos antes, quando éramos novos. Era um tempo em que eu tinha muitas preocupações e muitos problemas, mas ouvia notícias e lia muitos livros, estava melhor! Agora não, poucas notícias ouço, não leio quase nada, e fico a maior parte do tempo

Fazendas, muita gente vai ficar sem as suas fazendas, para já são todas as abandonadas, vão ser entregues a Cooperativas de produção, e as que não estão abandonadas logo se verá.

⁹⁸ O Conselho da Revolução aprova a Lei n.º 3/78 de 25 de fevereiro, publicada em Diário da República de 25 de março de 1978, I Série, N.º71, com o seguinte enquadramento: “O firme propósito de instaurar em Angola na Pátria de Trabalhadores, meta desde há muito reiterada pelo MPLA-Partido do Trabalho e pelo Governo da República Popular de Angola, tem naturalmente suscitado da parte dos nossos inimigos as mais vivas críticas e contumazes tentativas de tolher a marcha impetuosa da Revolução para a concretização daquele objetivo. É sabido como o imperialismo utiliza as mais variadas faces em larga mão dos mais diversos processos de ataque, quer direta e abertamente, quer manipulando os agentes e servidores internos, incluindo elementos anti-sociais e delinquentes. A República Popular de Angola tem não só o direito, como o dever de defender a Revolução firme e decididamente dos seus inimigos, tanto externos como internos, salvaguardando as conquistas já implantadas, em benefício do Povo e as que futuramente venham a ser alcançadas. Assim, os elementos que participam em atividades contra-revolucionárias e criminosas que atentam contra os interesses fundamentais da Revolução devem ser exemplarmente punidos com a maior severidade, sempre que os atos que cometeram e as circunstâncias dos mesmos lesem gravemente a segurança e a tranquilidade do Povo angolano e o normal desenvolvimento da atividade das instituições do Partido e do Estado. A introdução no sistema penal comum da pena de morte por fuzilamento não deixa de vir na sequência e de representar, afinal, um aperfeiçoamento jurídico de um instrumento que o Povo angolano, o MPLA – Partido do Trabalho e o seu braço armado, as FAPLA já algumas vezes tiveram de aplicar, à luz da legalidade revolucionária, na luta de Libertação Nacional e, posteriormente, na implantação e consolidação da República Popular de Angola. Assinado pelo Presidente da República António Agostinho Neto.”

<https://gazettes.africa/archive/ao/1978/ao-government-gazette-dated-1978-03-25-no-71.pdf> [30.09.2022]

A pena de morte seria abolida em Angola em 1992. A atual Constituição da República, aprovada em 21 de janeiro de 2010, consagra no seu Art.º 30º que “O Estado respeita e protege a vida da pessoa humana, que é inviolável” e no Art.º 59º estipula “É proibida a pena de morte.”

https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf [01.10.2022]

⁹⁹ Importa acrescentar que muitas vezes as cartas chegam abertas ao destinatário, eventualmente indiciando terem sido objeto de censura prévia. Os dois interlocutores têm consciência disso, como é possível atestar na carta do locutor B, data de 19/02/76: “Tinha uma carta escrita para ti, mas já nem a mandei, até já tenho receio de escrever, eu penso que não digo nada de especial, mas não sei efetivamente o que é considerado especial ou não.”

livre para aí sentado, parece-me que nem sequer penso! Decerto que te apercebeste disso quando aí estive. Depois apareceu-me este caso do velho [nome] que me tem ocupado muito tempo e para além disso toda aquela conversa sobre o N'Gala, dos que vão, dos que vêm, dos que querem trabalhar, dos que não querem! Enfim tudo isso faz com que eu esteja nesta altura assim como que cansado. Desculpa, portanto, estas minhas cartas, tão sem jeito, mas que espero possam melhorar em breve. Tu e os filhos estão bem dentro do meu coração e eu sei, querida Joaquina, que não será demais dizê-lo em cada carta e, para a próxima, desde já prometo que escreverei uma carta mais amiga, mais do coração.

[A-16/05/80]

Seja pela ação de circunstâncias situacionais desiguais, seja porque o seu comportamento e personalidade tenham sido determinados por fatores díspares, resulta claro que os locutores têm estilos de conversação diferenciados, “vivem em mundos diferentes, feitos de palavras diferentes” (Tannen, 1990: 1). Tal variação traz uma evidência empírica à hipótese defendida por Tannen (1990) de que homens e mulheres têm estilos distintos e são culturalmente condicionados no complexo sistema de “dar e receber verbal” (Tannen, 1990: 1). Ressalvamos, todavia, que esta afirmação não pode nem deve ser generalizada. O que nos parece possível afirmar é que, no *corpus* em análise, as estratégias discursivas selecionadas pelos dois locutores são manifestamente distintas: i) a mulher expressa, mais frequentemente, a sua desaprovação com atos do discurso fortemente ameaçadores da face positiva do seu interlocutor, enquanto que o homem se preocupa em preservar a face positiva do seu alocutário e a sua própria face; ii) a tensão na interação é sobretudo introduzida pela mulher e, embora depois esta realize trocas reparadoras, é sobretudo o homem quem procura reequilibrar a interação, selecionando estratégias de conciliação e de alinhamento de pontos de vista; iii) a mulher realiza atos expressivos que contribuem para a construção de um discurso emotivo revelador de comportamentos e estados emocionais de grande perturbação; o homem é mais resiliente, resignado e altruísta, cuidando diligentemente para suavizar os cantos agrestes em que se asilam os dias .¹⁰⁰

¹⁰⁰ Em carta de 01/08/76 escreve: *Tenho aqui a tua carta de 26 a que ainda não respondi e a que venho responder preocupado por ti e por mim. Por ti por ver como encaras as coisas e por mim porque não sei o que hei-de fazer. E podes estar certa de uma coisa: eu jamais me esqueci do compromisso que assumi perante Deus no que respeita à família: mulher e filhos. Sabes bem como eu sou crente, como respeito a Deus e as suas leis, como amo a mulher e os filhos e como o meu coração é sensível a tudo o que lhe diz respeito. Eu era a pessoa mais talhada para ser um diretor de empresa, não tenho o coração suficientemente duro para o ser, mas a vida desde criança que me tem sido bem difícil. Começa porque saí do Seminário com o complexo de não poder ser “um menino estudante” enquanto outros trabalhavam no duro. Depois disso, sempre guardei para mim a parte pior. É este o destino de quem nasce poeta, ou melhor deixa que o coração mande na alma ou esta no coração.*

Ainda que não tenham sido detetadas marcas tradicionalmente consideradas como de dominação masculina (intenção de dominar ou impor, filiação em posições de autoridade), o discurso do homem (locutor A) denota uma maior orientação para procurar soluções e/ou consertar as situações; maior resiliência e capacidade de aceitar as complexidades de um quotidiano árduo e difícil; uma atitude mais otimista e até sonhadora, aferrada a uma confiança inquebrável de que o futuro será melhor do que o presente. A imagem da mulher, nas cartas em análise, revela uma atitude emocionalmente mais inconstante e insegura, denota menor firmeza nas decisões a tomar e os seus atos de fala apontam para comportamentos, em geral, mais instáveis.

Não obstante estes traços psicológicos delineados, o locutor A refere, frequentemente, as características que os distinguem, enunciadas como i) manifestação de afeto pelo alocutário; ii) aceitação e respeito pelas diferenças que os separam; iii) preservação da ameaça à sua própria face; iv) estratégia de persuasão:

(205) *Tu és prática e positivista, eu sou um poeta e um sonhador, decerto que tu sofres mais que eu, porque eu não ando neste mundo, ou melhor não vivo neste mundo.*

[A-23/08/76]

(206) *[...] faz hoje dois anos que tu e a Fi daqui foram. Quanto tempo se passou já, Santo Deus, e quantos sacrifícios. Estou ainda a ver o navio a afastar-se do Porto de Luanda, e eu hoje passados dois anos pergunto a mim mesmo se alguma coisa do que eu esperava se teria passado. Quantos sacrifícios! Quantas privações! Quantos problemas! E teria valido a pena? Eu não sei dizer! Foi muito tempo na verdade, e tu tens razão para estares desesperada. Eu tenho grande espírito de sacrifício e de abnegação e coragem para enfrentar as dificuldades, mas outras pessoas são diferentes. E não podemos julgar os outros por nós.*

[A-01/09/76]

Importa naturalmente salientar que estabelecer, sob evidências apenas empíricas e de forma necessariamente superficial, um padrão de comportamento, reduz inevitavelmente os indivíduos a categorias doloas que os diminuem. Todos os indivíduos são formados e moldados por inúmeras influências, assumem personalidades distintas e características singulares e isto é assim, ainda que partilhem o mesmo percurso de vida, os mesmos objetivos, a mesma casa, ou até a mesma idade (os interlocutores nasceram no mesmo mês e ano – outubro de 1935 - com apenas cinco dias de diferença) e tenham sido educados em contextos económicos, sociais e culturais semelhantes (o interior rural da Beira Litoral ou o interior rural do Alentejo nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial). De inúmeras

maneiras, cada pessoa é diferente, não havendo, de facto, um “estilo monolítico de conversação” (Tannen, 1990: 8). Encontrar uma linguagem comum para comunicar e negociar os conflitos de interesses é, assim, um ato de equilíbrio contínuo entre as assimetrias, de forma a permitir a simetria da conexão (Tannen, 1990: 8).

Estilos diferentes não constituem uma ameaça à intimidade ou à interação. Maneiras distintas de demonstrar a preocupação com o outro, com o presente e com o futuro da família, de controlar e reparar desentendimentos, são apenas linhas diferenciadas de comunicação, “dois caminhos para o envolvimento” (Tannen, 1990: 147), conversacional, que é também emocional.

Nas missivas em estudo, a comunicação assenta, em grande parte, na necessidade de partilhar emoções e/ou atitudes com o outro.¹⁰¹ Em carta datada de 24/04/78, o locutor A afirma mesmo:

(207) [...] *o que é triste é cantar ou chorar sozinho e sem amor, isto é, sem ter a quem confiar as nossas tristezas e amarguras.*

Considerando que as emoções mostram, em linha com a perspetiva defendida por Silva (2022: 76), “como a linguagem manifesta e se fundamenta em capacidades cognitivas gerais, processos de conceptualização e na experiência humana tanto individual, como social, cultural e histórica”, atentamos em seguida em alguns segmentos ilustrativos da realização linguística dos estados emotivos.

IV.6.6. A expressão das emoções no âmbito do *trabalho interacional*: um percurso ou um discurso “aos trambolhões”.

Esta carta foi escrita aos poucos, durante o tempo que a escrevi tive momentos de nostalgia, de desânimo e quase de sem esperança.

[A-08/07/75]

Nas narrativas de experiências de vida que ocorrem nas cartas, as práticas discursivas refletem, com regularidade, a dúvida, a incerteza e o desânimo resultantes da interrupção

¹⁰¹ Silva (2022: 50) refere estudos psicolinguísticos que “mostram que o processamento da linguagem emocional é diferente do processamento da linguagem neutra” e que o desejo de partilhar emoções com os outros é “um dos três motivos básicos para a cooperação característica da comunicação humana (os outros dois motivos são os desejos de solicitar e de informar)”.

dramática e abrupta dos percursos de vida. Com efeito, na experiência traumática de desenraizamento que os interactantes vivem (e, de forma particular, o locutor B), importamos perceber como se reconfigura a continuidade e a coerência dos percursos de vida; como se reinscrevem as identidades, deslocadas geograficamente para territórios agrestes, a contramão das suas vontades; como se comunicam as emoções resultantes destas vivências.

Observaremos a expressão das emoções enquanto i) forma de ação social (Günthner, 2011: 574); ii) mecanismo discursivo ao serviço da persuasão; iii) marca da omnipresença do locutor e das suas convicções pessoais (Fonseca, 1992: 214); iv) conceptualizações metafóricas e metonímicas resultantes do conhecimento do mundo (Silva, 2006, 2022; Batoréo, 2004); v) expressão linguística ancorada no contexto situacional, social e historicamente condicionado dos falantes (Almeida, 2022: 132).

Numa abordagem interacional ao estudo da linguagem e das emoções, Günther (2011) investiga como os participantes das narrativas quotidianas constroem emoções como fenómenos sociais, ou seja, como organizam e comunicam o envolvimento emocional (Günthner, 2011: 573, tradução nossa). Na perspetiva desta autora, a contextualização das emoções e dos afetos é mediada por vários níveis de estruturas linguísticas e interacionais, padrões sintáticos específicos a que os participantes recorrem para indexar posturas afetivas e tornar eventos passados interpretáveis e emocionalmente acessíveis aos coparticipantes na interação (Günther, 2011: 573, tradução nossa). Günther analisa os padrões convencionalizados, como “formas incompletas” ou “construções densas” (Günther, 2011: 573), que os participantes selecionam para cumprirem determinadas tarefas comunicativas (nomeadamente as que dizem respeito à indexação de ações repentinas, semelhantes a reflexos) e que permitem encenar eventos dramáticos, ou emocionalmente carregados, numa experiência de vivências compartilhadas entre os participantes na interação.

Convocando os estudos teóricos produzidos nas últimas três décadas no âmbito da Antropologia Linguística, Sociolinguística Interacional e Análise Conversacional, (2011: 573), Günther analisa a comunicação das emoções produzidas e interpretadas no discurso do quotidiano, enquanto parte da ação social, para fundamentar a ideia de que as emoções não são concebidas apenas como resultados expressivos de processos internos aos participantes. Procurando contrariar os estudos que subestimaram o papel extenso dos fenómenos gramaticais, lexicais, prosódicos e interacionais da comunicação das emoções na interação quotidiana (Günthner, 2011: 574, tradução nossa), Günther centra a sua investigação na

identificação dos padrões sintáticos (de que são exemplo as “construções densas”, Günthner, 2011: 275) que os interactantes selecionam para indexar o envolvimento emocional na narrativa quotidiana. Com o termo “indexicalidade” (Günthner, 2011: 575), a autora refere-se a características que ancoram estruturas linguísticas no contexto real de uso, tornando a linguagem totalmente operacional como ação comunicativa e aumentando ou ampliando a capacidade de entender de que forma conceitos como identidade, emoções, posturas afetivas e ideologias funcionam em interação.

É nesta linha de análise que nos propomos observar as formas como os participantes constroem significados afetivos ou emocionais nas missivas que trocam quotidianamente; que recursos verbais utilizam para produzir posturas afetivas e/ou emocionais; como é que a demonstração de emoção interage com expectativas sociais em determinadas situações.

No *corpus* em estudo, é recorrente, em particular nas cartas do locutor B, a manifestação da grande preocupação com a ausência de notícias do locutor A, inquietação que se intensifica em momentos em que se assiste ao agudizar da situação de insegurança e conflito armado em Angola. Transcrevemos um primeiro segmento que nos parece exemplificativo da forma como o locutor reconstrói a expressão do seu evidente desassossego:

(208) *Olha Zé, estou doida, telefonei-te agora mesmo, do escritório não atendeu ninguém, é muito estranho não estares a estas horas no escritório, são 15h30, seria feriado? É muito estranho tudo isto, telefonei para casa, 39310 não é este número? Daqui disseram que não te conheciam que lá morava o Sr. João qualquer coisa. Meu Deus o que se passará contigo? O que foste tu fazer para essa terra Zé? Por amor de Deus vem-te embora. Já me lembrei meter-me num avião e ir, não sei o que fazer! Dá notícias por amor de Deus.*

[B- 31/12/75]

Ao iniciar o enunciado interpelando o seu alocutário pelo nome próprio reduzido ao tratamento familiar, o locutor elimina a indeterminação para construir um espaço referencial comum aos interlocutores e que os aproxima. Neste posicionamento discursivo “eu” e “tu” são, desde o início, indivíduos plenamente implicados numa interação em que se destaca a “dimensão individual” (Fracchiolla, 2006: 47). Construído este quadro interativo de proximidade e de comunhão de “focos de atenção”, o locutor não apenas refere ‘o que aconteceu’, mas coloca esses eventos em cena, retratando o ocorrido em relação à sua perspetiva subjetiva (Günthner, 2011: 586) e ao impacto emocional causado por esses eventos. A proposição com valor estativo (construção ‘estar’ + adjetivo: “*estou doida*”)

descreve propriedades que permitem caracterizar estados em que o sujeito se encontra, perspectivados como resultantes do envolvimento emocional nos eventos que vai relatar.

Ainda que narrando eventos já acontecidos (veja-se a seleção do pretérito perfeito do indicativo “telefonei-te”, “atendeu”) a perspectiva temporal ativada pelo emprego do advérbio “agora” incide sobre o próprio intervalo da enunciação (Matos, 1988: 121). Com efeito, a simultaneidade que se verifica entre o evento causador de tensão e a reação do locutor (e que é reforçada pelo intensificador “mesmo”) insere “informações de avanço narrativo” (Günthner, 2011: 581), construções curtas e enfaticamente marcadas por ações pontuais, momentâneas e concluídas, que irão compor a “espinha dorsal ou esqueleto do texto” (Günthner, 2011: 582, tradução nossa).

A omissão de elementos semanticamente redundantes, como as partículas conectivas, concorre para a construção de uma narrativa em que as ações se sucedem e advêm de forma repentina, como reações precipitadas, determinadas pela emoção. Configura um desenho prosódico que impõe um ritmo acelerado, sincopado, marcado pela emergência do relato e pela urgência de compreender as suas implicações. A ausência de articuladores discursivos, em sequências justificativas (“*do escritório não atendeu ninguém*”) e conclusivas (“*é muito estranho não estares a estas horas no escritório*”) não parece introduzir um problema de interpretação, antes contribui para indexar uma “interpretação dinâmica e enfática dos eventos” (Günthner, 2011: 586, tradução nossa). O alocutário é confrontado apenas com o essencial dos eventos narrados (‘quem’ e ‘o quê’: “*telefonei-te*” e “*não atendeu ninguém*”), através de sequências frásicas em que, apesar da ausência de conectores argumentativos e de marcadores de conclusão, a coerência parece estar assegurada pois que é possível ancorar a interpretação no conhecimento “interindividualmente partilhado” (Lopes & Carapinha, 2013:112)¹⁰² de um conjunto de informações contextuais e situacionais.

¹⁰² Lopes & Carapinha (2013) acrescentam, a propósito da coerência textual: “[...] a coerência não é uma propriedade formal dos textos, mas antes o resultado do processo interpretativo. Quer isto dizer que compete ao interlocutor/leitor (re)construir a continuidade de sentido que confere ao produto verbal o estatuto de texto coerente. Para tal, recorrerá ao material linguístico expresso e mobilizará o seu conhecimento do mundo (no qual incluímos o conhecimento acerca do interlocutor), de modo a derivar, inferencialmente, os nexos que otimizem a coerência desse mesmo produto verbal. Movido pela vontade de cooperar com o locutor e pela intrínseca tendência da cognição humana para construir sentido, o ouvinte/leitor está, pois, à partida disponível para conceder o “benefício da coerência” ao produto discursivo que recebe. (Lopes & Carapinha, 2013: 108). Lopes & Carapinha (2013) referem ainda: “[...] a coerência não está no texto mas sim na interpretação que o recetor faz desse texto [...] o processo interpretativo não se esgota na descodificação do material linguístico que integra a superfície textual. O recetor processa e relaciona informação explicitamente verbalizada e, nos casos em que há descontinuidades semânticas, ativa inferências que permitam colmatar tais descontinuidades. As inferências estão normalmente ancoradas em conhecimento do mundo, interindividualmente partilhado, no seio de uma comunidade.” (Lopes & Carapinha, 2013: 111-112).

O enunciado em análise revela ainda outras construções sintáticas e recursos retóricos, como padrões convencionalizados, frequentemente desviantes ou agramaticais, selecionados pelo locutor B para indexar o envolvimento emocional na narrativa quotidiana. Destacamos, neste ponto do estudo:

- i) a ausência de mecanismos de sequencialização que permitam a articulação das frases e que assegurem a coesão temporal, frásica e interfrásica;
- ii) a ordenação temporal relativa dos eventos no âmbito discursivo: a condição/hipótese expressa através do futuro perfeito (*“seria feriado?”*) não se inscreve temporalmente a partir do momento da enunciação, mas a partir de uma data ou intervalo de tempo ocupado pelos eventos narrados;
- iii) formas deíticas com valor locativo de proximidade e distanciamento, que identificam a localização a partir de um ponto de referência e que acentuam o estado de desorientação e perturbação do locutor (*“Daqui disseram que não te conheciam que lá morava o Sr. João qualquer coisa.”*), como dispositivos retóricos usados para “fundir o ‘então e lá’ do mundo da história com o ‘aqui e agora’ do mundo da interação” (Günthner, 2011: 584);
- iv) as frases de tipo interrogativo que correspondem à avaliação do locutor face a um determinado contexto (a permanência do alocutário em Angola e os múltiplos perigos a que está sujeito; as razões inerentes à ausência de notícias) e em que a instanciação interrogativa recai sobre o alocutário (que se destaca pela posição invertida na construção sintática e pelo vocativo no final da frase);
- v) As expressões apelativas, orientadas para o interlocutor (*“Por amor de Deus vem-te embora.”*, *“Dá notícias por amor de Deus”*), reveladoras de grande tensão emocional.

Transcrevemos três outros exemplos de narrativas de eventos emocionalmente intensos, em que a demonstração da emoção interage com expectativas sociais em determinadas situações, como a regularização da situação profissional em Portugal; a legalização dos bens; as questões relacionadas com a perda da nacionalidade angolana e a atribuição de nacionalidade portuguesa aos filhos; a difícil gestão de um quotidiano de insegurança e incerteza:

(209) *Vim hoje a Lisboa tratar dos meus assuntos, tenho que cá ficar para amanhã pois vou à Junta para me considerarem apta, já hoje dei voltas que foi o fim do mundo, o Ministério mudou, agora ninguém sabe de nada, é de um lado para o outro, uma coisa está aqui, outra acolá, é o fim, Fiquei mais doente do que estava de ver tanta miséria! Aquilo dos adidos é o fim da macacada.*

[B-27/08/75]

(210) *Ontem passei todo o dia na alfândega por causa do carro, nem almoçámos, fomos para a alfândega às 9,40 e saímos de lá às 5 horas da tarde. Nem calculas o que tenho passado para legalizar o carro, ontem convencida que era rápido, visto que o carro já tinha sido vistoriado em Coimbra, afinal chegámos lá o fulano da alfândega não encontrou o nº do motor, o carro esteve para ficar apreendido, andámos de um lado para o outro, fomos a uma oficina Ford, os homens já diziam este carro levou motor novo, outros levou bloco, estava para te telefonar quando um mecânico lá o encontrou, lá fomos à alfândega outra vez, mas eram 17h quando nos deram os papéis, isto é uma amostra dos problemas que aqui tenho tido.*

[B-31/07/75]

(211) *Olha, Zézito agora vou-te falar da Fi, como sabes e eu te mandei dizer para a matricular no ciclo precisou do B.I. e como a certidão de nascimento que eu aqui tinha já tinha perdido a validade e como eu sabia que demorava bastante a vir disseram-me que se eu quisesse registava aqui a certidão, era mais fácil para depois aqui pedir as certidões quando precisasse e a empregada que estava no Registo Civil disse-me que ela não perdia a nacionalidade, ficava à mesma angolana. Há dias encontrei o Dr. de lá e falando nas ditas certidões e B.I. ele disse-me que agora vinha no B.I. dela a nacionalidade Portuguesa, não podia ter 2 nacionalidades, eu disse então informaram-me mal, a Sofia começou logo a chorar que não queria deixar de ser angolana etc. Fiquei aborrecida estes tipos aqui não sabem nada, anda tudo à doc, em Lisboa é a mesma coisa ninguém sabe dar uma informação correta.”*

[B-18/07/75]

(212) *Eu continuo muito nervosa, agora à noite então foi de endoidecer, a pequenina chorou que eu sei lá, o que tens Flor, é por causa do meu papá, o Zezinho ouviu começou logo também a chorar, foi o fim do mundo, depois já se tinham calado, a pequenina começa a falar no menino que morreu, eles falam muito nele e choram pelo bebé, o Zezinho começa outra vez a chorar, a Fi já dormia, eu estava nervosa porque ouvi no noticiário que tropas da F.N.L.A. tinham descido em paraquedas perto de Luanda, fiquei ainda pior, a minha mãe a gritar que tinha uma dor, ela tem andado pior, olha Zézito é esta como vês a minha vida.*

[B-12/01/76]

A partir da análise dos enunciados transcritos é possível identificar práticas verbais particulares e padrões sintáticos através dos quais o locutor organiza e comunica, dentro da interação social emergente, o envolvimento emocional em eventos quotidianos. Destaca-se, para além dos já referidos anteriormente, i) o encadeamento de “construções fragmentadas”

(Günthner, 2011: 586) em unidades de entoação curtas e enfaticamente marcadas; ii) a exclusão de articuladores discursivos (“material semanticamente redundante”, Günthner, 2011: 586, tradução nossa); iii) o ritmo acelerado, dinâmico e enfático do relato de experiências parciais; iv) o emprego de expressões metafóricas (“foi o fim do mundo”, “é o fim da macacada”, “anda tudo à doc”) que contribuem para descrever o contexto de instabilidade e desordem em que se inscreve o cotidiano do locutor e que se reflete nos seus estados emocionais.

Para ilustrar a expressão da emoção como representação que articula a informação resultante da percepção externa do que causa a emoção (o impacto da descolonização na vida familiar e a consequente obrigação de regressar “para aqui”, “com três crianças”, “para uma terra onde não conheço ninguém” e onde “tudo são problemas”) e a emoção em si, atentamos no enunciado seguinte:

(213) [...] *para aqui vim aos trambolhões de toda a espécie com três crianças pequenas para uma terra onde não conheço ninguém e tudo são problemas.*

[B-22/11/74]

É possível depreender que a experiência de desenraizamento e de deslocação precipitada, não planeada nem desejada, instaura uma espécie de desequilíbrio percecionado como um ‘trambolhão’, ou seja, uma ‘queda ruidosa ou aparatosa’, uma ‘queda espalhafatosa e com estrondo’. Partir implicou desprender-se do território conhecido, que era amparo, para se realojar, de forma precária, “aos trambolhões”, em espaço estranho, alheio e inóspito, onde “tudo são problemas”. Isto é, a “queda ruidosa”, sentido prototípico de “trambolhão” assume, por extensão semântica, a aceção de ‘contratempo’, ‘percalço’, ‘contrariedade’, ‘início de ruína’ e de ‘degradação’ de um projeto de vida, passando a representar a desordem e o desequilíbrio que se instauram na vida familiar em virtude das muitas e graves dificuldades.

A ideia da necessidade de manter e defender os nossos sistemas e funções corporais em estados de equilíbrio é metaforicamente elaborada para a compreensão de um estado psicológico e emocional (Silva, 1997: 17). Com efeito, o esquema imagético do (des)equilíbrio acomoda um “conhecimento individualmente idealizado, isto é, um modelo cognitivo, e interindividualmente partilhado pelos membros de um grupo social, um modelo cultural” (Silva, 1997: 19) de que a perturbação do equilíbrio físico que impele à queda (“aos trambolhões”) aciona uma série de informações sensoriais, processos físicos e cognitivos e está dependente de vários fatores externos.

Recuperar o equilíbrio exige integrar rapidamente informações múltiplas e reajustar opções em função das mudanças que estão a ocorrer. Ora, essas informações novas não estão ainda incorporadas e o movimento inconstante e variável, que alterou a situação do locutor ditando o (des)compasso dos dias, gera uma sensação de sucessivas quedas, perturbadoras da estabilidade e da serenidade. As componentes do domínio da experiência concreta são assim “projetadas sobre o domínio abstrato, criando-se correspondências entre as componentes dos dois domínios (Batoréo, 2004: 98).

Na perspectiva da Linguística Cognitiva (Batoréo, 2004; Silva 1997, 1999, 2006, 2022), a conceptualização de categorias abstratas fundamenta-se, maioritariamente, na nossa experiência concreta quotidiana (Silva, 1997: 15). A estrutura imagética de natureza espacial e física, ligada à experiência de desenraizamento de uma geografia conhecida, num quadro de profundas mudanças, envolve uma analogia entre o domínio concreto de origem do item lexical ‘trambolhão’ e a sua projeção numa estrutura correspondente do domínio-alvo como dificuldade e turbilhão que envolve sofrer desaires, ter dissabores e contrariedades, viver em situação de volubilidade e desventura.¹⁰³

No caráter singular de dias e trabalhos atribulados, em situação de vulnerabilidade e fragilidade, a expressão ‘aos trambolhões’ volta a ser utilizada pelo locutor noutros momentos. Encontramo-la ainda em janeiro de 1976, ou seja, mais de um ano depois do primeiro uso que referenciámos. A vida continuou, pois, em desequilíbrio, por um longo período de tempo, sendo ‘aos trambolhões’, modo de prosseguir, de continuar a viver.

(214) [...] *por aqui ando aos trambolhões.* [B-25/01/76]

O locutor B, em alusão aos difíceis e inseguros anos iniciais do locutor A em Angola refere também:

(215) *Tu já andavas aos tombos [...]* [B-21/03/76]

A partir do protótipo ‘tombo’, proveniente de um domínio concreto, verifica-se uma extensão de sentido para o domínio abstrato, passando a ser utilizado para denominar um percurso de vida que apresenta, metonimicamente, semelhanças. Na conceptualização do sentimento de vulnerabilidade é assim ativada a metonímia fisiológica ‘efeito pela causa’,

¹⁰³ De acordo com Silva (2003c:3), “a metáfora é um importante mecanismo cognitivo pelo qual domínios da experiência mais abstratos e intangíveis podem ser conceptualizados em termos do que é mais concreto e imediato.”

ou seja, os complexos obstáculos que deve ser capaz de vencer um jovem de 17 anos que chega a Luanda¹⁰⁴ sem qualquer retaguarda nem amparo, são percecionados como um sistema de “contra-forças” (Silva, 1999: 248) que impedem o movimento regular, seguro e vertical. Ao mesmo tempo, o emprego da metonímia reflete, de um ponto de vista ontológico e epistémico, a maneira como compreendemos o funcionamento do mundo¹⁰⁵, com as suas injustiças, desordens e atropelos. Ou seja, a conceptualização das dificuldades e desaires da vida como “quedas”, “tombos” ou “trambolhões” cujo impacto, necessariamente, provoca dor e dano, acomoda modelos cognitivos e culturais que incidem sobre a necessidade de segurança, constância e firmeza, nos passos e na vida.

Desta forma, a verbalização das emoções em função do protótipo, de caráter negativo, de desequilíbrio/queda confere destaque à intensidade do sentimento que a comunidade considera relevante de que os “tombos” e os “trambolhões” imprimem um sentido ‘para baixo’, de fracasso, malogro, padecimento, conjunto de sensações físicas dolorosas ou de sensações emocionais causadoras de sofrimento a que se deveria contrapor, se a vida fosse justa e corresse de feição, um núcleo oposto, de caráter positivo e de sentido ‘para cima’, como “bons voos” ou “altos voos”.

Sobre o modo como se posiciona na experiência de perturbação e desordem que vive, em consequência do processo de descolonização (sobretudo nos anos de 1974, 1975 e 1976), o locutor B refere frequentemente:

(216) [...] *ando à deriva.* [B-27/08/76]

(217) [...] *ando para aqui a monte.* [B-27/08/76]

¹⁰⁴ O locutor A recorda a sua chegada a Luanda em carta datada de 20/03/76: *Faz amanhã 23 anos que eu cheguei a Angola no antigo “Império”. Saí de Lisboa no dia 11 e aqui chegamos no dia 21 de manhã. Tinha um fatito claro e um chapéu cinzento, mais parecia um brasileiro. O chapéu não mais o usei e o fatito não sei o que lhe sucedeu. Resta apenas aquela foto que está na sala dos meus pais! Nestes 23 anos, quantas ilusões, quantas desilusões, quantas canseiras, quantos desgostos, quantas ambições! Santo Deus como tem sido esta vida. Quantas noites perdidas a trabalhar, que nunca as perdi em “boîtes” ou “cabarets! Eu sempre fui um sonhador, decerto que andei fora das realidades.*

A título de curiosidade, o bilhete Lisboa – Luanda, no navio “Império” da Companhia Colonial de Navegação, que saiu de Lisboa às 11 horas do dia 10 de março de 1953 (que o locutor A guardou até ao final da vida), custou, em classe “simples”, 2.385\$00.

¹⁰⁵ Veja-se, a este propósito, os estudos de Silva (2003, 2006), sob cuja perspetiva “a metáfora e a metonímia são fenómenos conceptuais por natureza, processos e modelos cognitivos, constitutivos do nosso sistema conceptual, modos naturais de pensar e de falar, tanto na linguagem corrente como no discurso científico, radicados na experiência humana e responsáveis quer pela estruturação do pensamento, da linguagem e da ação, quer pela inovação conceptual.” (Silva, 2003c: 2-3)

Com base na recolha dos dados dicionarísticos, verificamos que a locução adverbial ‘à deriva’ apresenta uma elevada frequência, surgindo:

- i) associada à área náutica e aeronáutica com a aceção de ‘ao sabor das correntes ou dos ventos’;¹⁰⁶ ‘sem rumo, à matroca’;¹⁰⁷ ‘sem rumo, sem direção certa, desgarrado, extraviado’;¹⁰⁸ ‘ao sabor das ondas, ao sabor da corrente’, ‘sem rumo ou governo’;¹⁰⁹ ‘sem controlo do rumo ou da direção’, ‘sem rumo certo, sem local específico para onde ir’;¹¹⁰ ‘sem rumo por ter-se desprendido acidentalmente da boia, amarração ou fundeio’;¹¹¹
- ii) empregue em sentido figurado para designar ‘sem energia ou sem vontade’;¹¹² ‘à espera dos acontecimentos’;¹¹³ ‘sem ajuda, de maneira desgovernada, ao acaso’;¹¹⁴ ‘sem objetivos, projetos ou modo de vida’;¹¹⁵ ‘à mercê das circunstâncias e incapaz de reação’.¹¹⁶

Nos enunciados do locutor B, a expressão ocorre nesta segunda aceção, resultante de um processo de extensão semântica pelo qual se passa do domínio concreto (o do navio que perdeu o rumo) para o domínio abstrato de desorientação, confusão, ou perturbação do estado emocional. A base imagética e metafórica destes conceitos inscreve-se num modelo cognitivo e cultural¹¹⁷ da nossa compreensão do sentido da vida como um percurso que se deseja linear, seguindo uma orientação certa, cumprindo um plano preciso.

Considerando o uso não espacial do verbo ‘andar’, que, nos enunciados em análise, é equivalente a ‘viver’, ‘fazer o percurso/viagem da vida’, os sentidos abstratos de andar na vida ‘sem direção certa, sem energia e sem vontade’, ‘à mercê das circunstâncias e incapaz

¹⁰⁶ <https://dicionario.priberam.org/>

¹⁰⁷ <https://michaelis.uol.com.br/>

¹⁰⁸ Dicionário Aurélio (online)

¹⁰⁹ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/deriva?express=%25C3%25A0%2520deriva>
[15/10/2022]

¹¹⁰ Casteleiro, J. M. (Org.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporâneo da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Verbo.

¹¹¹ Houaiss, A. (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Temas e Debates.

¹¹² <https://dicionario.priberam.org/>

¹¹³ <https://michaelis.uol.com.br/>

¹¹⁴ Dicionário Aurélio (online)

¹¹⁵ Casteleiro, J. M. (Org.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporâneo da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa: Verbo.

¹¹⁶ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/deriva?express=%25C3%25A0%2520deriva>

¹¹⁷ Na perspetiva da Linguística Cognitiva, adotada por Silva (2003c:13) “As associações que estão na base da metáfora não são necessariamente reais nem linguísticas: resultam do conhecimento do mundo (e não do conhecimento das palavras) e são de ordem mental.”

de reação’ são metaforicamente construídos em termos dos usos concretos de ‘andar no mar à deriva’, porque ‘ao sabor das correntes e dos ventos’. A ênfase recai assim em estruturas conceptuais esquemáticas que abstraem o que há em comum entre os usos concretos e os usos abstratos.¹¹⁸ Ou seja, a viagem física e o percurso existencial devem ser orientados por instrumentos que permitam determinar a direção certa a tomar para chegar ao porto de destino ou aos objetivos, projetos ou modos de vida almejados, numa rota segura e pré-definida.

No enunciado atestado em (217), o locutor B parece empregar a expressão ‘andar a monte’ com sentido equivalente a ‘andar à deriva’. Contudo, os dados dicionarísticos atribuem-lhe aceções diferentes: ‘andar a monte’ é referido como ‘divagar pelos montes, à caça’, ‘andar errante, sem que se lhe conheça o paradeiro, em geral, para escapar à justiça’, ‘andar fugido, à justiça ou à polícia’ (Casteleiro, 2001). A referência a uma vida como foragido, apesar do contexto de instabilidade e insegurança, parece-nos, ainda assim, extrapolar o sentido que o locutor atribui à expressão. Nos valores da atividade do sujeito estão, no nosso entender, sobretudo os conceitos de desorientação, de inconstância, de volubilidade, equivalentes a ‘andar errante’, pelos socacos da vida, que se tem de redesenhar por força de fatores externos.

A expressão das emoções tem, naturalmente, função de desabafo sentido, em situação de quase desespero e desesperança, mas é, sobretudo, persuasiva. Visa um “efeito relacional” (Almeida, 2012d: 33), demonstrando ao recetor da emoção que o rumo perdido e a desorientação instaurada só poderão ser corrigidos com a ida do alocutário para Portugal e o conseqüente reagrupamento familiar. Neste sentido, a expressão da emoção desenvolve estratégias discursivas de desvalorização e crítica das opções do alocutário, ao mesmo tempo que configura a pretensão do locutor de impor uma determinada visão do mundo e um particular conceito de família.

¹¹⁸ A propósito das “metáforas locativas”, Silva (1999: 248) contrapõe, à interpretação mais imediata que as considera como “projeções metafóricas do domínio espacial num domínio mais abstrato” (Silva, 2003c: 51) a teoria de Langacker (Langacker, 1987), que considera estes usos não em termos metafóricos, mas como processos de “movimento abstrato” e de “subjeficação”.

IV.6.7. Processos relacionais: posicionamento e construção de identidades num contexto social complexo.

Eu vejo tudo o que tu dizes sobre a nossa vida, e vejo que continuas a insistir para que eu diga o que deva fazer amanhã, e confesso que não sei, não tenho nenhum plano para o futuro, depois da grande desilusão que foi tudo o que se passou vou precisar de algum tempo para recuperar e ganhar de novo confiança, agora ando para aqui, trabalho sem convicção, pago contas, guardo algum dinheiro, se me perguntares se eu penso que faço bem ou mal, não sei.
[A-02/09/75]

[...] fica descansada que eu ajudarei a criar os filhos e farei tudo para que tenhamos um lar feliz, eu sei que tenho um pouco de mau feitio, mas não sou um desonesto, um louco, um traiçoeiro.
[A-06/01/76]

De Fina & Bamberg (2011: 265) definem a identidade¹¹⁹ como “um processo socialmente fundamentado que envolve o confronto contínuo do eu com os outros”. No material empírico em análise, as identidades revelam-se na dinâmica interacional em que os interlocutores continuamente são posicionados e/ou se posicionam. Pressupõem estruturas cognitivas, em geral bastante fixas e estáveis (que incluem representações sociais, papéis, crenças, ideologias e relações sociais), que precedem a interação (De Fina & Bamberg, 2011: 274).

No quadro da Análise Conversacional em que nos situamos, importa-nos observar a categorização enquanto processo discursivo central para a construção e comunicação da identidade (De Fina & Bamberg, 2011: 274), que, todavia, não pode ser visto apenas como processo discursivo, antes resultante da complexidade do contexto social, histórico e político em que a interação se concretiza.

Veja-se o seguinte exemplo:

(218) *Recebi hoje uma cartinha tua, datada de 12/4 e vou dar-te uma novidade, vi ontem Luanda e as festas em S. Paulo da J.M.P.L.A, mas palavra de honra, sem comentários! Olha não sei o que senti, se alegria, se tristeza de ver Luanda, pois é, é que já temos televisão, como vês, estamos a viver bem, só cá faltas tu [...]*
[B-16/04/75]

¹¹⁹ Sobre a definição de identidade, acrescentam “Não obstante o crescente interesse pela identidade nas ciências sociais e o aumento de artigos e livros dedicados a este campo, as definições de identidade são surpreendentemente difíceis de encontrar e as que existem apresentam uma grande variedade e diversidade na terminologia e no foco. A identidade pode ser vista como uma propriedade do indivíduo ou como algo que emerge da interação social; pode ser considerado como residente na mente ou no comportamento social concreto; pode ser ancorado ao indivíduo ou ao grupo. Além disso, pode ser entendido como substancialmente pessoal ou relacional.” (2011: 265, tradução nossa)

Em abril de 1975, quando estavam decorridos sete meses do regresso a Portugal, o locutor comunica, na expressão disjuntiva (*se alegria [ou] se tristeza*) uma polaridade de emoções experimentadas no momento em que revê Luanda na televisão.

Com efeito, o deslocamento físico e social a que o locutor foi sujeito é vivido ainda (sê-lo-á por muito tempo) como um processo complexo e contraditório. Voltar a ver Luanda (ainda que apenas em imagens televisivas) produz emoções que parecem excluir-se (ou sente alegria ou sente tristeza), embora não sejam forçosamente incompatíveis. Seria, certamente, motivo de alegria rever a terra onde fora feliz e onde construíra a sua vida. Seria, forçosamente, uma alegria breve, interrompida pela mágoa, suspensa pela consciência da irreversibilidade dos factos.

O excerto em análise assinala momentos de difícil gestão das emoções resultantes de uma mudança ainda não assimilada. O percurso de vida que se vai procurando reconstruir faz-se também da procura do seu lugar numa nova geografia territorial e afetiva; da reformulação da identidade (pessoal e social) que se desintegrou: de uma vida familiar e profissional estável, bem-sucedida e feliz passou, de forma abrupta e repentina, a refugiada, fugida da guerra, estrangeira na sua própria terra¹²⁰, sem casa e sem emprego, numa “inelutável condição de exílio” (Mateus, 2014: 213).

Com efeito, a separação imposta originou uma perturbação identitária que resultou num trauma transicional.¹²¹ A narrativa presente é caracterizada pela destruição do equilíbrio através da introdução de um conjunto de circunstâncias externas à vontade do locutor e sobre as quais não tem qualquer poder de atuação. Luanda é o espaço cristalizado como lugar de felicidade, mas espaço de um tempo, de uma vida, de uma existência e de uma identidade irreversivelmente perdidos, de que é necessário desapegar-se, de que é difícil desapegar-se, num processo de “desterritorialização e reterritorialização” (Lechner, Capinha & Keating, 2020: 14).

(219) *Deixas aí o teu Escort? É quase impossível trazeres, não é? É pena, e a nossa mobília amarela! Paciência, é preciso é saúde e coragem!*

[B-04/09/75]

(220) *As nossas casas estarão ocupadas ou melhor saqueadas? Nem quero pensar que Deus nos ajude e não quero que te arrisques ou te deixes abalar por isso, o que há mais são casas e isso já não é a nossa vida.*

[B-04/09/75]

¹²⁰ O locutor B refere-se frequentemente a Portugal como uma terra estranha: *Aqui não conheço ninguém nem ninguém me conhece. Só eu sei o que isto me tem custado!* [B-02/09/75]

¹²¹ Marques (2017: 7) refere-se à descolonização como tendo sido uma “*amputação existencial*”.

(221) *Sim, agora tenho recebido as tuas cartas regularmente, ando assim mais animada, mas pergunto a mim mesma várias vezes ao dia e a sós com os meus botões. Porque é que nós temos de vir todos embora? Que mal fizemos nós?*

[B-09/09/75]

Em 1979, o locutor B regressa, por um curto período de tempo, a Luanda e revisita “aí”, temporariamente, momentos de felicidade que não existem no “aqui” (Portugal)¹²², onde “*a vida é difícil*”.

(222) *[...] como eu recordo com saudades esses dias! Vejo a nossa casa (onde eu gostava tanto de estar e onde me sentia tão bem!), o terraço, o banco onde eu fazia renda! Vejo-te a virares ao fundo do terraço para ires trabalhar! E como era agradável eu saber-te sempre perto de mim!*

[B-22/09/79]

(223) *Eu estou muito triste por te ter deixado, penso mesmo que nunca me custou tanto deixar-te. Eu gostei muito de estar aí, quem me dera ficar, poder ficar! Aqui a vida é difícil! Eu estou só e tenho tudo a meu cargo. Foi uma vida boa os dias que eu aí passei! Agradeço-te a ti e muito obrigada por tudo. A vida para mim aqui é difícil!*

[B-26/08/79]

Encontramos muitas vezes o locutor B vacilante nas decisões a tomar. Sendo o “eu” mais um produto da história do que essencialmente “unitário, contínuo e racional” (De Fina, 2010: 265, tradução nossa), a descontinuidade na vida pessoal e no meio ambiente, justifica, porventura, por si só, a agitação e inquietação em que vive. É possível observar, na argumentação retórica de construção da identidade, uma grande fragilidade interior, explicitamente identificada por ambos os interlocutores:

(224) *Um dia dizes: vou mandar fazer a casa, no dia seguinte dizes: já não faço. Hoje dizes: tem coragem, amanhã dizes: olha que não vale a pena.*

[A-17/07/76]

(225) *Não tenho apoio de ninguém e ando para aqui à deriva. Com certeza fiz asneira em não ter comprado a casa, vendeu-se logo no dia seguinte. Também me devia ter aposentado, comprava a casa e assentava, assim ando para aqui a monte [...] passo os dias muito triste sem saber o que há-de ser da nossa vida.*

[B-27/08/75]

¹²² São muitas as narrativas e testemunhos que dão conta da vida em Angola como um tempo de felicidade, curiosamente, até entre ex-combatentes da Guerra Colonial. É o caso do testemunho de João Gomes da Silva, filho de um ex-combatente, referido em Ribeiro & Rodrigues (2022: 131): “As histórias de Angola contadas pelos meus pais ficaram no património familiar, e digo dos meus pais pois são os dois que as contam. Não são histórias sofridas. Mesmo aquelas que na sua génese devem ter sido. São quase sempre memórias positivas, os meus pais sempre falaram nesse tempo de uma maneira mais ou menos romanceada. Não há transmissão de sofrimento, não há transmissão.”

(226) *Eu tenho feito asneiras porque estou desacompanhada e tenho receio de tomar atitudes, preciso de ti e tu precisas de mim eu sei, estamos ambos doidos com tudo o que aconteceu. Precisamos hoje mais do que nunca de estarmos ao pé um do outro, se tu viesses eu já me tinha aposentado, tinha comprado aquela casinha e tínhamos a nossa vidinha arrumada, assim tu desorientaste-me porque dizias que voltavas, sempre naquela ilusão que tanto nos tem prejudicado, não vês as coisas claras. Eu também estou muito arrependida de não ter tomado os teus conselhos para comprar a casa, mas que fazer agora já não há remédio! Quando a vida começa a desandar é assim mesmo. Mas olha Zézito eu ainda estou a tempo de me aposentar e vou ver se arranjo aqui outra casa para comprar ou fazer, para nós organizarmos a nossa vida está bem?*

[B-29/08/75]

A seleção de adjetivos predicativos de valor axiológico negativo (*desacompanhada, doidos, arrependida*) sinalizam, no conteúdo proposicional, a fratura na identidade pessoal e a volubilidade no posicionamento do “eu” em relação a si e ao outro (o interlocutor). Reflete estados emocionais de grande inconstância, mutáveis e contraditórios, que oscilam entre o desânimo profundo, expresso na exclamativa (“*já não há remédio!*”) e a declarada e insistente esperança no futuro (“*eu ainda estou a tempo*”). Os advérbios “já” e “ainda” incidem sobre os verbos atribuindo-lhes respetivamente valores de ação concluída e ação a realizar no futuro, ao mesmo tempo que acomodam o verso e o reverso de decisões e opções que se fazem num presente (“há” e “estou”) de incertezas e dúvidas.

O emprego dos substantivos “casinha” e “casa”, “vidinha” e “vida” surge associado à desordem interior causada por ações não concretizadas por força de ações hipoteticamente realizáveis (“*se tu viesses eu já me tinha aposentado, tinha comprado aquela casinha e tínhamos a nossa vidinha arrumada*”). O sufixo diminutivo -inho, como “recurso mitigador morfológico” (Caffi, 1999: 891), atribui aos objetos uma dimensão figurada de avaliação de natureza afetiva. O significado central do diminutivo afixado ao substantivo “vida” (“*a nossa vidinha*”) não refere um domínio temporal (no sentido de vida breve ou curta) e também não introduz uma avaliação de sentido negativo. Não se trata de diminuir o relevo ou a importância da vida, antes de a remeter para a microesfera pessoal em contraste com os macro acontecimentos políticos. Como se, no patamar da perturbação histórica, política e social em que os interactantes se encontram, a geografia da intimidade familiar fragmentada se pudesse confinar, refugiando-se na estabilidade reencontrada. Por extensão metafórica (Silva, 2006: 231), o diminutivo acrescenta uma mudança de domínio e expressa a noção de pessoal e próximo, do que é essencial para o locutor.

Da mesma forma, “casinha” não refere a dimensão da pequenez do objeto, mas introduz a manifestação da afeição pela “casa”, como representação da tranquilidade e do aconchego da família. O uso afetivo do diminutivo não anula o seu sentido básico e mais denotativo, já que não importa aqui a dimensão da casa (pode ser uma casa pequena). Na sua dimensão subjetiva e emotiva, assume o valor de um “diminutivo hedónico” (Silva, 2006: 225) aditando sentidos de bem-estar, conforto e harmonia. Caffi (1999: 891) refere os diminutivos como marcadores que se enquadram na esfera das nossas noções de familiaridade, intimidade e diminuição da distância psicológica.

Em ambos os empregos (“casinha” e “vidinha”), o diminutivo não atenua, nem diminui. Contrariamente, sinaliza um uso positivamente afetivo e “acumula uma função discursivo-pragmática” (Silva, 2006: 230) em que o locutor visa colher a empatia do interlocutor. É assim que, depois de um ato potencialmente ameaçador da face positiva do interlocutor, em que este é responsabilizado pelos desaires e pela não concretização das decisões encaradas como resolutivas da vida familiar (“*se tu viesses*”), o locutor encerra a interação com a pergunta-tag (“*está bem?*”), introduzindo uma estratégia argumentativa de “reorientação dos sentidos do discurso” (Almeida, 2010: 136) que objetiviza a conciliação de pontos de vista. Ao mesmo tempo, implicitamente, comunica confiança e ânimo agindo sobre o seu alocutário. A pergunta-tag visa ainda reposicionar o equilíbrio na interação, eventualmente perturbado pela crítica anterior ao alocutário. Ou seja, depois de lhe atribuir a responsabilidade pelas “asneiras” resultantes do seu não regresso (“*se tu viesses*”), o locutor seleciona marcadores de imprecisão (Almeida, 2019: 262) (“*mas olha, eu ainda estou a tempo*”) que assinalam uma estratégia discursiva de reparação e de preservação da face do interlocutor. Esta reorientação do discurso é reforçada pela alteração das pessoas verbais anteriormente empregues: “eu” e “tu”, duas entidades distintas, dão lugar ao “nós”, a “nossa vida”. Não dizendo explicitamente, diz implicitamente que a resolução da tensão que opõe os dois interactantes (“eu” e “tu”) é possível pela harmonização de posições em torno de um projeto comum (“a nossa vida”), assim reduzindo o grau de polemicidade do discurso.

Na interação entre a Linguística do Texto e a Análise do discurso, em linha com uma perspetiva enunciativo-pragmática, recorreremos ao desenho de “eixo de contraposições”, proposto por Fonseca (1992: 318) para uma análise da configuração do discurso do locutor B enquanto reflexo dos seus estados de perturbação interior. Nos excertos em análise, observamos, com efeito, “sucessivamente afirmadas e sobrepostas” (Fonseca, 1992: 318):

- i) a contraposição entre um tempo do passado (feliz, tranquilo, harmonioso e de união), um tempo do presente (difícil, infeliz, de separação, de desorientação) e um tempo do futuro que se projeta (“*vou ver se arranjo*”);
- ii) a contraposição entre atitudes modais de distanciamento e de adesão face às ações e opções do locutário (“*assim tu desorientaste-me porque dizias que voltavas, sempre naquela ilusão que tanto nos tem prejudicado, não vês as coisas claras. Eu também estou muito arrependida de não ter tomado os teus conselhos para comprar a casa*”);
- iii) a contraposição entre dimensões direta ou indiretamente realizadas de censura (“*se tu viesses, não vês as coisas claras*”) e de elogio (“*Precisamos hoje mais do que nunca de estarmos ao pé um do outro; E como era agradável eu saber-te sempre perto de mim!*”).

No dia 2 de setembro (apenas três dias depois da carta do locutor B ter sido escrita)¹²³ o locutor A responde:

(227) *Recebi a tua carta do dia 29 e as 3 cartinhas dos filhos de que gostei muito, mas que me custa ver a vossa grande preocupação por eu aqui estar, já falta pouco tempo para eu aí estar, eu sei que o tempo para quem espera parece sempre muito, mas dois meses (nem chega a dois meses) passam depressa, e nada de mal há-de acontecer se Deus quiser.*

*Eu vejo tudo o que tu dizes sobre a nossa vida, e vejo que continuas a insistir para que eu diga o que deva fazer amanhã, e confesso que não sei, não tenho nenhum plano para o futuro, depois da grande desilusão que foi tudo o que se passou vou precisar de algum tempo para recuperar e ganhar de novo confiança, agora ando para aqui, trabalho sem convicção, pago contas, guardo algum dinheiro, se me perguntares se eu penso que faço bem ou mal, não sei.*¹²⁴

Não te disse para te reformares nem para ires para os adidos porque também não sei o que será melhor fazer, custa-me, mas tenho de reconhecer que talvez tudo o que se tem passado comigo, e com todos os que por cá andaram, tenha contribuído para o estado de espírito em que me encontro, um tanto apático. Depois acontecem coisas destas, vens pôr-me o problema da casa, eu fico todo satisfeito, aconselho-te, comesças a pensar duas vezes no assunto e por fim desistes. Eu não estou a ralhar, nem estou a lastimar-me, mas olha que eu não vou tomar já grandes decisões, é que tenho receio de

¹²³ Verifica-se, no caso concreto em análise, que a carta chegou rapidamente ao seu destino (três dias no máximo) o que nem sempre acontece. Frequentemente, as cartas dão conta da demora e perturbação na distribuição e entrega do correio: *Recebi ontem uma carta tua de 11 deste mês e outras 3, uma do dia 12 deste mês e mais duas, uma de 20 de fevereiro e outra de 22 e pelos envelopes (velho) vejo que ambas as cartas foram a Moçambique, onde estiveram no dia 1 de março. [A-16/03/76]; Estive toda a semana sem notícias pois já faz hoje oito dias que recebi a tua última carta. Mas hoje Graças a Deus já tive. Eu já supunha que os correios não trabalhassem, é sempre assim quando há aí confusão. [B-13/06/75]*

¹²⁴ Sublinhado do locutor.

falhar mais uma vez, e nisto só falha quem toma decisões! Eu sei que tu queres que eu resolva, mas resolver o quê, se vou para aí trabalhar, se vou para guarda-livros, se vou para comerciante, não sei, não faças caso, mas não sei.

[A-02/09/75]

A identidade local expressa na interação é reflexiva e constrói-se com base em processos de categorização que incluem representações e relações sociais entre indivíduos e grupos (De Fina, 2010: 273). É desta forma que o locutor se posiciona a si e aos outros que com ele compartilham o mesmo contexto local (“*tudo o que se tem passado comigo e com os que por cá andaram*”) e emocional (“*tenha contribuído para o estado de espírito em que me encontro, um tanto apático*”) cujos contornos atribui à complexidade do contexto social e histórico. Ao mesmo tempo que se apresenta como ‘produto’, ‘resultado’ de uma conjuntura particular, o locutor negoceia o seu “eu” com o seu alocutário selecionando marcadores discursivos de imprecisão (*um tanto apático*). A categorização não emerge no discurso, mas resulta implicitamente: “*todos os que por cá andaram*” compartilham conhecimentos, experiências, vivências, desilusões, angústias e traumas que ‘os que por cá não andaram’ não partilham. A quantificação opera sobre o objeto interno direto (“os”) que se torna relevante na predicação e projeta uma eventualidade de tipo grupal, como um coletivo. Atua, todavia, com caráter de exclusão, já que no universo abrangido pelo quantificador “*todos*” não se inclui o seu alocutário embora também ele tenha por ‘lá’ andado.

Sendo a carta datada de setembro 1975 e tendo o alocutário deixado Angola em setembro de 1974, presume-se que o locutor se refere aos que “*por cá andaram*” neste último ano, ou seja, ‘os que por cá têm andado’ durante este tempo de perturbação, transformando o valor perfeito do pretérito perfeito do indicativo, num valor durativo. A duração interna do evento coocorre com a perspectiva interna da temporalidade da situação expressa e manifesta “o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo” (Cunha & Cintra: 379). O evento descrito caracteriza, assim, uma situação dinâmica que conduz a uma mudança de estado sem extensão temporal definida (*andaram*) e sem um término intrínseco (*andaram* e já não andam ou *andaram* e ainda andam como é o caso do locutor?).

“Os que por cá andaram” e já não andam, são objeto de referências várias no *corpus* em análise:

(228) *Fiquei mais doente do que estava, de ver tanta miséria! Aquilo dos adidos é o fim da macacada.*

[B-27/08/75]

(229) *Os retornados¹²⁵ daí tomaram o Banco de Angola, querem o câmbio do dinheiro, ela por ela e os depósitos que aí deixaram, não sei o que vai dar, era bem bom, mas deviam ao menos dar uma indemnização aos que perderam as suas coisas.*

[B-02/09/75]

(230) *[...] o que se está a passar com os desalojados é uma tragédia a nível mundial, todos os dias vejo na TV. Ainda ontem nasceu uma criança numa casa de banho do aeroporto de Lisboa.*

[B-21/09/75]

No estatuto ou “papel interacional” (Kerbrat-Orecchioni, 2004) que o alocutário pretende que o locutor assuma na interação, o de quem aconselha, de quem deve decidir o seu futuro e o da sua família (“aconselho-te; *continuas a insistir para que eu diga o que deva fazer amanhã*”), o seu estado de espírito de apatia anteriormente referido opera, explicitamente, uma sequência de justificação, estabelecendo com a asserção anterior uma relação pragmática marcada pelo emprego do conectivo causal “porque” (“*porque também não sei o que será melhor fazer*”). Ao alocutário compete construir conjuntamente o sentido e a coerência do texto, “processando e relacionando informação explicitamente verbalizada” (“*depois da grande desilusão que foi tudo o que se passou*”), ao mesmo tempo que ativa “inferências baseadas no conhecimento do mundo” (Lopes: 2005: 16).

No modo explícito como o locutor assume o seu discurso se configura uma posição epistemológica marcada por um forte distanciamento em relação às ações que realiza (“*agora ando para aqui, trabalho sem convicção, pago contas, guardo dinheiro*”) e também às que o seu papel de “chefe de família” lhe impõe que realize (“*eu sei que tu queres que eu resolva; eu não sei*”) cuja justificação é necessário que o alocutário infira a partir da *doxa* partilhada, o conhecimento comum dos eventos na origem da “grande desilusão”, referindo-se o locutor,

¹²⁵ A palavra “retornado” refere o grupo estimado em cerca de 500 000 pessoas que regressaram das ex-colónias no período imediatamente antes e depois da independência. São frequentemente categorizados como um grupo homogéneo em termos ideológicos, sociais, económicos e culturais. Veja-se, a título exemplificativo, as seguintes referências (Ribeiro & Rodrigues, 2022): “Quando se fala de retornados fala-se de uma massa quase que homogénea de pessoas, “os retornados”, e isso é um disparate tremendo, porque havia retornados que viviam em condições, não digo precárias, mas pouco simpáticas, outros que viviam bem e perderam tudo, outros que vieram com fortunas, outros que deixaram lá fortunas, e vinham de pelo menos dois cenários muito diferentes, Angola e Moçambique; vinham de cidades ou do interior, não há uma categoria, é um grupo muito heterogéneo, social e economicamente. Os números apontam para entre meio milhão e um milhão. É muita gente diversa.” (p.193); “Era pela roupa que éramos identificados e por certos hábitos” (p.200). Adamopoulos (2012: 66) transcreve o artigo “Retornado – Vergonha de quê?”, da autoria de Roberto Correia, publicado na edição de 23 de julho de 1982, do jornal *O Dia*, para dar conta de que, oito anos depois do regresso, a palavra “retornado” ainda é usada como “estigma”, “rótulo” que provoca mal-estar e constrangimento, sendo mesmo entendida de forma ofensiva.

como parece evidente, às retaliações e à desintegração da presença portuguesa em Angola. Nesta partilha comum de saberes assenta a eficácia comunicativa do efeito perlocutório que se procura alcançar. Ou seja, é necessário que o alocutário partilhe os efeitos colaterais gerados pela “grande desilusão” para que se possa convencer que o estado de ânimo (ou melhor, de desânimo) do locutor não lhe permite tomar “grandes decisões”.

Procurando permanentemente regular o alinhamento dos pontos de vista, o locutor seleciona sequências justificativas (“*Eu não estou a ralhar, nem estou a lastimar-me*”), realizadas por atos de discurso produzidos anteriormente (“*começas a pensar duas vezes no assunto e por fim desistes*”), que acomodam comentários de mitigação, visando evitar ameaças à face positiva do seu alocutário. A gestão dos pontos de vista efetiva-se também com recurso a processos de aproximação na procura de objetivos interacionais comuns (“*já falta pouco tempo para eu aí estar, eu sei que o tempo para quem espera parece sempre muito, eu vejo tudo o que dizes sobre a nossa vida*”) e na tomada de perspetiva do alocutário. Tentando ajustar-se às expectativas do seu interlocutor, a expressão minimizadora “não faças caso” atribui uma dimensão retórico-social ao enunciado, mitigando uma asserção potencialmente disruptiva da interação (*não sei*) já que constitui uma repetição intensificadora, de polaridade negativa que, todavia, veicula um ato ilocutório assertivo, na medida em que o locutor se compromete com a verdade do conteúdo proposicional declarado. O mesmo é dizer que o locutor apenas ‘sabe’ que ‘não sabe’ o que há de fazer nem que decisões tomar e isso não se deve a uma desresponsabilização das suas funções parentais ou à diminuição do afeto que sente pela mulher e pelos filhos. Resulta da imprevisibilidade de uma conjunção externa, sobre a qual não tem capacidade de decisão, nem de atuação e que é geradora de instabilidade.

O contexto situacional de insegurança e incerteza condiciona, como já referimos noutros momentos, efetivamente, a construção de sentido (veja-se, por exemplo, o grau de indeterminação introduzido pelo emprego repetido da conjunção subordinativa condicional “se”: *se vou para aí trabalhar, se vou para guarda-livros, se vou para comerciante*) e sinaliza a fragmentação nas histórias de vida e nas identidades dos interactantes. É possível atestar este impacto, por exemplo, nas fórmulas de saudação inicial selecionadas ao longo dos anos. Com efeito, ainda que fortemente ritualizadas, as fórmulas de saudação inicial, revelam, no decorrer dos anos, o maior ou menor grau de preocupação do locutor B com a situação de insegurança em que vive o locutor A, em Angola, em particular, nos anos de 1975 e 1976.

(231) *Faço votos para que te encontres de saúde e bem-disposto, que tudo aí esteja mais calmo.*

[B-12/10/74]

(232) *Do coração te desejo saúde e paz e que nada de mal te tenha acontecido.*

[B-21/07/75]

(233) *Do coração te desejo saúde e paz e que nada de mal te tenha acontecido.*

[B-04/01/76]

(234) *Faço votos para que te encontres bem e que tudo vá correndo como tu desejas.*

[B-29/05/80]

Observaremos em seguida como as mudanças ocorridas na vida pessoal, geradoras de desequilíbrios e conflitos, constituem o nó desencadeador da ação representada nas seqüência narrativas, na origem de outras eventualidades que se inserem na macroproposição relativa às reações, nomeadamente na indeterminação, por parte do locutor B, de tomada de decisões relativas à procura de emprego em Portugal (“*Fui lá à Indústria falei com o Chefe de Repartição, Já só queria ingressar para começar a receber os 50%*”¹²⁶), ao mesmo tempo que manifesta a disponibilidade para regressar a Angola (“*Eu estou disposta a ir para ao pé de ti*”).

Tal indecisão pessoal é ancorada no caráter bem-intencionado de uma decisão política historicamente inevitável e na esperança de que os laços com Angola não se romperão¹²⁷. A volubilidade da situação, amplificada pelos boatos (“*Diz-se tanta coisa*”) e pelas notícias (“*Eu ouço aqui as emissoras estrangeiras e sei o que dizem*”) não permite ainda que se vá reconstruindo uma identidade pessoal e social (*quem é que sabe se faz bem ou mal?, mas quantas vezes eu te digo que não sei o que hei-de fazer*).

É assim que a vida se vai costurando aferrada ao alento de regresso à “normalidade” (*Ficam aqui muitos brancos para passar a independência, não haverá forma de irem todos, pois nem todos querem ir, Mas olha que Luanda tem muitas crianças, por todo o lado se vêem, ainda hoje as vi ali no largo da casa dos teus pais, Depois da Independência é provável que se alugue tudo bem*), apesar da incerteza e do medo em relação ao futuro (*antes de Novembro nada se pode resolver, A vinda da ONU resolveria, pelo menos o problema de Luanda vir a ser atacada, o que*

¹²⁶ Como funcionária pública, procura beneficiar do programa de recolocação profissional através do ingresso no quadro Geral de Adidos, mais tarde definido pelo Decreto-Lei N°294/76.

¹²⁷ Muitos portugueses acreditavam ser possível continuar em Angola, mesmo depois de o país se tornar independente. Veja-se, por exemplo, o testemunho recolhido por Adamopoulos (2012: 177): “José Lourenço, à semelhança de muitos portugueses, desejava que Angola pudesse tornar-se independente de Portugal [...] ninguém suspeitando então de que essa independência não os incluiria.”

não está fora de hipótese) e da constatação de um presente de desconcerto (*mas é uma terra sem lei, esta história dos desalojados é um caso sério, estou descrente e desmoralizado*).

A verdade é que a evidência de um não retorno se vai concretizando na expressão de atos de asserção como comentários de avaliação e a sua coocorrência com sequências de justificação (*A vida é dura, e quanto às casas, não vejo forma de se alugarem, ir para aí agora seria de uma imprudência a toda a prova*). Nos caixotes onde tudo se condiciona (*Eu pus os lençóis nos caixotes [...] mas fica descansada que não se estragam, vão dentro da geleira, fizemos uns caixotes com as mesas e o toilette [...] aquele móvel que tínhamos na sala, [...] um divã de ferro, a ventoinha, a máquina de escrever e muitos livros e pequenas coisas*) e que se acumulam no porto de embarque, se “encaixotou a vida numa vertigem” (Adamopoulos, 2012: 148).

Neste contexto, a identidade que o locutor B vai construindo pela interação é sempre bastante irregular, manifestando-se ora de forma crítica e acusadora, ora compreensiva e conciliadora. Ou seja, no contexto específico da interação, a sua “identidade situacional” (De Fina, 2010: 268) vai-se construindo de forma plural e instável, frequentemente, em virtude das notícias que vai recebendo do seu interlocutor ou da ausência de notícias.

(235) *Dizes que as coisas que ficaram na Corimba está tudo em boa ordem e mais adiante dizes que ainda lá não fostes, só mentes!*

[B-21/12/75]

(236) *Chego ao fim do dia arrasada, hoje então! À meia-noite (é 1,30h de 1/1/76) chorei muito como deves calcular, como aliás passo os meus dias e noites. Esta situação a continuar assim por mais tempo e acabarei por endoidecer!*

[B-31/12/75]

(237) *Dizes nessa carta de 18/12 que disseste para eu ir para não desanimar, até parece que eu vou na conversa, que de momento não é oportuno, pois bem nós veremos! Ainda tens muita sorte não levar os filhos todos. Não é assim que um chefe de família procede.*

[B-06/01/76]

(238) *Sim, sei que tens muito trabalho e estás sacrificado, mas olha Zézito que a vida não vale isso! Sei que és muito nosso amigo e que aí estás a fazer pela nossa vida e se bem que não concorde com isso, porque para se viver não é necessário arriscares a vida, compreendo-te.*

[B-11/01/76]

O locutor coloca-se numa posição epistémica de quem vivencia uma situação concreta que lhe confere autoridade (Almeida, 2019: 262) e permite convocar uma identidade discursiva: a de mãe que se vê na obrigação de educar sozinha os filhos sem o

apoio do “chefe de família” já que este, na sua opinião, não “procede” como devia. Na imposição de papéis e exigências inerentes à formas adequadas de agir,¹²⁸ o que significa ser um ‘bom pai’, um ‘bom marido’ ou um ‘bom chefe de família’ não é estruturalmente variável e aberto a redefinições, mas encerra uma *doxa*, um conjunto de saberes, tomados como universais e consensuais, que “o locutor faz presidir à produção e à receção do seu discurso” (Fonseca, 1992: 214).

Em resposta a estas críticas, o locutor A posiciona-se de forma dinâmica atribuindo-se qualidades, rejeitando e refutando o papel de pai irresponsável, “construindo, negociando e comunicando a sua identidade” (De Fina, 2010: 273).

A sua linguagem elenca as características e qualidades associadas ao grupo em que se integra: pai dedicado e responsável, um “cristão”. A construção da identidade também se realiza por oposição, quem o locutor é define-se igualmente em termos daquilo que não é (*não sou um desonesto, um louco, um traiçoeiro*).

(239) [...] *fica descansada que eu ajudarei a criar os filhos e farei tudo para que tenhamos um lar feliz, eu sei que tenho um pouco de mau feito, mas não sou um desonesto, um louco, um traiçoeiro.*

[A-06/01/76]

(240) *Sim, Joaquinha, dizes muito bem, eu sei que tenho três filhos para criar e educar e que tenho um lar para preservar e que sou um cristão e podes estar certa que não será nunca por mim que esse nosso lar será desfeito.*

[A-06/01/76]

Observa-se adicionalmente a referência a categorias de identidade social, associadas a ideologias ou posicionamentos políticos que, pela complexidade e imprevisibilidade das circunstâncias históricas em que ocorrem, não devem ser assumidos.

(241) *Só te peço uma coisa é que não abras a boca¹²⁹, seja com quem for, evita falar o menos possível em política, deixa-os lá, que se entendam, não é com as tuas opiniões que as coisas se endireitam e podes passar um mau bocado.*

[B-11/08/75]

¹²⁸ Num artigo publicado em 1977 (um tempo próximo do momento da enunciação das cartas em análise), Erving Goffman analisa um conjunto de fotografias de homens e mulheres, utilizadas em anúncios publicitários de cadeias comerciais. Do estudo comparativo, realizado a partir da representação e dos rituais de representação das imagens, posturas, gestos e atitudes de homens e mulheres retratados, destaca, entre vários outros aspetos, que a mulher aparece em geral em posição de subalterna ou de assistente e que, inversamente, o homem surge em posição mais elevada, simbolizando um estatuto de superioridade e representando uma postura de proteção. (Goffman, 1977 : 34-50).

¹²⁹ Sublinhados do locutor.

(242) *Olha, Zézito, boca calada, não fales em política nem te mostres simpatizante de nenhum partido, é tudo igual, o que nós queremos é paz, para nós o melhor é aquele que garantir a paz e o progresso dessa terra, já tão martirizada.*

[B-12/08/75]

(243) *Deves-te vir embora antes que haja azar e olha boca calada, essas prisões e raptos são sempre represálias e denúncias muitas vezes de brancos, por isso de política só se fala em casa.*

[B-20/08/75]

(244) *Disseram-me hoje que raptaram a Céu, irmã da Faty, era da Unita. Eu bem vos digo, boca calada.*

[B-27/08/75]

As escolhas linguísticas dos dois interactantes sinalizam um trabalho relacional e dialógico (De Fina, 2010: 271) de construção das identidades¹³⁰ com características claramente distintas. Seja porque homens e mulheres têm formas distintas de verbalizar as suas emoções (Tannen, 1990), seja porque as emoções, ainda que assentes numa base biológica, são “social e culturalmente construídas” (Silva, 2022: 50), o material empírico em análise evidencia um posicionamento mais assertivo, de maior segurança e tranquilidade, mais otimista e permanentemente conciliador, do locutor A. Contrariamente, o locutor B parece estar numa posição de maior vulnerabilidade e instabilidade emocional que se reflete, inclusivamente, na materialidade das cartas e na ocupação e gestão do espaço da página em branco.

Veja-se, apenas a título ilustrativo, a forma como o locutor B termina a carta datada de 06/06/75, num período em que os conflitos em Luanda se agudizaram e as notícias são alarmantes. Tendo ocupado o verso e o reverso da folha, ocupa o cabeçalho superior com expressões reiteradas de preocupação que vai acrescentando lateralmente e até entre linhas:

¹³⁰ De Fina (2010: 268) refere vários estudos e vários investigadores (Hall, 2000; Zimmerman e Wieder, 1970) que perspetivam a identidade como um processo e não como um conjunto de atributos.

Com ele para fora, deve estar doido! Sim ontem
 no Ministério colegas meus contaram-me o que se passa
 aí nos serviços, e triste mas era de
 valha, obriga a Irene a vir, antes que te arrependas,
 ela não está aí a fazer
 nada, tem a casa do pai, assim todos tivessem.
 Vi as contas do empréstimo, vamos ter calma,
 quando vieres resolvemos. Mas será que
 o Sr. [nome] vai para aí? Não saias com ele para fora,
 deve estar doido! Sim ontem no ministério colegas meus
 contaram-me o que se passa aí nos serviços, é triste mas era de

e há e que nada de mal te tenha aconte
 e há e que nada de mal te tenha aconte
 nada, tem a casa do pai, assim todos tivessem.
 Vi as contas do empréstimo, vamos ter calma,
 quando vieres resolvemos. Mas será que
 o Sr. [nome] vai para aí? Não saias com ele para fora,
 deve estar doido! Sim ontem no ministério colegas meus
 contaram-me o que se passa aí nos serviços, é triste mas era de

Transcrição:

[que Deus vos](1) valha, obriga a Irene a vir, antes que te arrependas, ela não está aí a fazer (2) nada, tem a casa do pai, assim todos tivessem. Vi as contas do empréstimo, vamos ter calma, quando vieres resolvemos. Mas será que (3) o Sr. [nome] vai para aí? Não saias com ele para fora, deve estar doido! Sim ontem no ministério colegas meus contaram-me o que se passa aí nos serviços, é triste mas era de (4) prever. Adeus querido Zézito.

O conjunto de cartas surpreende, todavia, pela quase ausência (sobretudo no caso do locutor A) de um discurso de vitimização, muitas vezes ancorado num sentimento de injustiça e ressentimento face à impossibilidade de conciliação do bem coletivo com os interesses pessoais. Ainda que traduzindo sentimentos de preocupação e receio, sobressai quase sempre, no *corpus* em análise, uma aceitação da inevitabilidade dos factos que só é possível vencer pela ação concertada dos intervenientes em interação.

Ocupam-se, assim, sobretudo, das pequenas histórias do cotidiano que fazem a “soma dos dias”¹³¹ da família. Possivelmente, na linha do que defende Marques (2017: 21) porque

“os testemunhos emocionais que envolvem narrativas identitárias [...] caracterizam(-se) também por um enfoque particularístico e individual em detrimento de valores ou causas universais: os interesses e apegos prioritários para o evocador sobrepõem-se a qualquer ideal comum por mais justo, moralmente justificado ou reconhecido que seja.”

A leitura do conjunto das cartas permite-nos acrescentar a esta perspectiva a ideia de que a ocupação com o relato dos pequenos incidentes, alegrias ou trabalhos domésticos constituía uma forma de ancorar a vida à “normalidade” desejada e, simultaneamente, de subtração à realidade imposta. As sequências narrativas desenham assim a grafia das rotinas familiares e constituem parte significativa do *corpus* em análise.

IV.7. Sequências narrativas e digressões temáticas: a integração do narrativo na interação.

*Como o meu coração era puro e ingénuo nesse tempo!
Mas a minha alma previa já então como seria pesada a cruz da minha vida.
Pois lembro-me bem que ao cair desse dia,
me desfiz em lágrimas durante mais de duas horas,
na verdade terminava a minha infância e a vida dali para diante
seria bem amarga para mim. Quantas coisas se passaram [...]
[A-29/08/76]*

Segundo Schiffrin, De fina & Nylund (2010), as narrativas são fundamentais nas nossas vidas. “Elas fornecem esperanças, aumentam ou mitigam desapontamentos, desafiam ou apoiam a ordem moral e testam teorias do mundo a nível pessoal e a nível comunitário” (Schiffrin, De fina Nylund, 2010: 1, tradução nossa). Esta ampla gama de usos e significados justifica, na perspectiva das autoras, que as narrativas tenham sido estudadas em muitas disciplinas: linguística, teoria literária, folclore, psicologia clínica, psicologia cognitiva e do desenvolvimento, antropologia, sociologia e história.

A investigação mais recente na área da Análise Conversacional destaca a necessidade de se centrar o estudo das narrativas ao nível local da interação, privilegiando uma análise

¹³¹ Expressão retirada do título de uma obra de Isabel Allende (Allende, Isabel, *A soma dos dias*, Porto Editora, 2007).

das histórias que tem em consideração a maneira como se desenvolvem e emergem dentro de estruturas de participação específicas e como estão entrelaçadas nas atividades locais (De Fina & Georgakopoulou, 2015: 3, tradução nossa). Goodwin (2015) realça o poder da narrativa dentro da interação na construção do ‘eu’, um ‘eu’ “fluido e complexo” que usa a linguagem para construir os eventos que compõem o seu mundo e que são capazes de moldar o mundo dos outros (Goodwin, 2015: 215, tradução nossa). Na linha teórica defendida por Goodwin, as narrativas em interação fornecem práticas humanas centrais para a construção de atores com atributos localmente relevantes, embora específicos, e objetos discursivos consequentes em comunidades endógenas (Goodwin, 2015: 215), ou seja, membros de uma comunidade constroem histórias uns para os outros.

Considerando este enquadramento teórico e acomodando também as propostas defendidas por De Fina (2015), o estudo que nos propomos realizar neste subcapítulo considera as narrativas de experiências de vida como i) práticas socialmente moldadas, elaboradas interacionalmente em contextos locais específicos; ii) produto não acabado; iii) modo de compreensão da própria vida; iv) exercício de análise retrospectiva (Freeman, 2015); relato com caráter vivido e testemunhal (Almeida, 2021).

As narrativas em análise são fragmentos de experiências individuais que se inscrevem numa história coletiva. São textos factuais, opinativos, testemunhais, emotivos, produzidos por quem presenciou e fixou um momento excepcional e singular; testemunhos diretos da vivência quotidiana numa conjuntura de insegurança e mudança. Enquanto narrativas de experiências de vida, constituem, na perspectiva de Bruner, que adotamos nesta análise, um instrumento para justificar as ambiguidades e as múltiplas exigências da vida real, sendo capazes de moldar a nossa experiência imediata e até mesmo influenciar profundamente as nossas concepções do que é real ou do que deve ser real (Bruner, 2010: 45, tradução nossa). A integração do narrativo na interação e, em particular, os relatos dos atos simples e rotineiros do dia-a-dia constituem, em linha com a perspectiva enunciada, uma tentativa de reinstaurar a normalidade e repor o equilíbrio num quotidiano ainda instável.

Veja-se como, no enunciado a seguir transcrito, a alegria e a estabilidade da família surgem aferradas aos pequenos eventos que compõem os dias.

(245) Hoje tenho duas notícias para te dar, uma alegre e outra triste. A triste é que os meus porquinhos morreram, andei 8 dias a dar-lhe leite pelo biberão (um frasco) estavam tão lindos, depois lembrei-me de lhes dar farinha, estraguei tudo, começaram com uma diarreia, pronto, lá foram, ainda lhe dei remédio e tudo, mas não adiantou. Tive tanta

pena, mas só quem chorou foi o Zé. A outra alegre, é que já comprámos o terreno, o meu pai quis comprar todo (é um olival) ofereceu 70 contos, mas o homem não fez menos de 100 e só vamos comprar 1000 metros, o homem deu mais 100. [...] Hoje há muito frio e chove, ontem falei com o Dr. (nome), disse-me que com a minha categoria aqui a colocação é difícil, que para o mês que vem já começamos a receber. A Flor está a falar ao telefone, só visto, está a falar com uma tia, não sei quem é, eles estão a rir na cozinha. Hoje fomos aos Cabaços, o Zezinho veio pedir-me para ir com ele ao dentista, mas não estava, só vai de 15 em 15 dias, comprei uma pombinha branquinha ao Zézinho, ele tinha um pombo, agora veio dizer-me que estão aos beijinhos [...] A Fi veio pedir-me para lhe comprar um novelo de lã que te queria fazer um cachecol, eles andam doidos à espera do papá. Isso agora está mais calmo? Deus queira. A nossa vida como vai? Não consegues vender a casa da Cuca a um preto? Diz o que queres que faça da passagem da TAP [...] A Flor já hoje caiu da escada, mas não fez nada [...] talvez vá amanhã a Lisboa, mas já está a fazer tanto frio... [B-15/09/75]

Intercalada com outras atividades, ocupações e preocupações que preenchem o exercício diário de múltiplas funções do locutor (a compra do terreno, a procura de resolução da situação profissional, a ida ao mercado, a atenção aos filhos), a pequena história da morte dos “porquinhos” confere realce aos pequenos acontecimentos, introduz o alocutário nas rotinas familiares, diminui a distância entre os interlocutores, relativiza a apreensão com a situação de conflito político e concentra as atenções no pequeno drama que, ainda que triste e lamentável, não é origem de grande sofrimento (“*só quem chorou foi o Zé*”).

Em consonância com o modelo proposto por Adam (2011 b)¹³², a sequência narrativa introduzida pela “notícia triste” da morte dos “porquinhos” começa por atualizar (em ordem invertida) a macroproposição da resolução (“*os meus porquinhos morreram*”). O resumo da situação essencial, enunciado posteriormente, condensa, na construção infra proposicional

¹³² De acordo com o esquema macroproposicional proposto por Adam (citado por Silva, 2012: 131) a sequência narrativa inclui seis características: unidade temática, sucessão cronológica das eventualidades representadas, relações de causalidade entre as eventualidades representadas, transformação de predicados, caráter processual, avaliação (ou lição de moral). Com base nestas propriedades, Adam concebe as sequências narrativas como estruturas composicionais formadas por cinco macroproposições de base (Pn) que correspondem aos cinco momentos do aspeto: antes do desenrolar do processo (situação inicial – Pn1); início do processo (nó desencadeador / complicação – Pn2); curso do processo (re-ações ou avaliação – Pn3); fim do processo (resolução – Pn4); depois do processo (situação final – Pn5).

Saliente-se que estas macroproposições, que distinguem a estruturação prototípica de uma sequência narrativa e que, por isso, são identificadas como essenciais, não ocorrem necessariamente por esta ordem no discurso, e é mesmo possível que não se manifestem concomitantemente em todas as narrativas.

A inscrição de uma sequência narrativa num contexto dialogal (oral, teatral ou de uma narração encaixada noutra) traduz-se pelo acréscimo de uma Entrada – prefácio ou de um simples Resumo (Pn0) e, ao termo da narração, de uma Avaliação final (PnΩ) que assume a forma de moralidade ou se resume a um simples Encerramento, garantindo a entrada e a saída no universo da narração. Estas macroproposições são consideradas por Adam como facultativas.

descritiva (“*estavam tão bonitos*”), as circunstâncias anteriores à complicação, ou seja, à destruição do equilíbrio alcançado ao longo dos dias anteriores (“*andei 8 dias a dar-lhe leite pelo biberão*”). A alteração desta situação inicial resulta da introdução de motivos dinâmicos (“*lembrei-me de lhes dar farinha*”), consequência da atuação do locutor e, por isso, da sua responsabilidade, desencadeia circunstâncias externas à sua vontade (“*começaram com uma diarreia*”) e sobre as quais a sua ação não é eficaz (“*ainda lhe dei remédio e tudo, mas não adiantou*”). Esta mudança, por força dos desequilíbrios que gera, constitui o nó desencadeador da ação representada na sequência narrativa (a morte dos porquinhos) na origem de outras eventualidades que se inserem na macroproposição relativa às reações (“*tive tanta pena, mas só o Zé é que chorou*”). A macroproposição relativa à situação final, introduzida pelo conector discursivo com valor de oposição (“*mas*”), implica o alocutário na construção de sentidos que explicitem a avaliação (só o Zé é que ficou triste com a morte dos porquinhos porque o Zé é o mais sensível/emotivo dos filhos; ou deve relativizar a importância da notícia triste já que os participantes não foram afetados ou modificados pelo ocorrido).

As ações são enunciadas cronologicamente, respeitando a ordenação sequencial das situações e através da utilização de verbos eventivos, predominantemente no pretérito perfeito do indicativo (“*morreram*”, “*andei*”, “*lembrei-me*”, “*estraguei*”, “*começaram*”, “*foram*”, “*dei*”, “*adiantou*”, “*chorou*”), assinalando eventos instantâneos, pontuais e que ocorrem num curto intervalo de tempo. Um intervalo de tempo em que acontecem, em simultâneo, muitos outros eventos na vida familiar.

O relato dos pequenos acontecimentos quotidianos está também presente nas cartas do locutor A que frequentemente descreve as suas rotinas, nomeadamente as que dizem respeito à preparação das refeições:

(246) *Quanto à nossa vida, eu cá vou andando conforme Deus ajuda. Ainda não acabei toda aquela quantidade de comida que deixaste na geleira e podes crer que já vou dando um jeito a cozinhar, até acordo mais cedo. Daqui a pouco estou a perceber disto, ainda não comecei a comer fora, primeiro tive que comer o que cá deixaste pronto, ontem fiz as iscas de porco para o almoço, hoje fiz bife (que bom frito com margarina) e para o jantar fiz uma omelete com dois ovos e paio, uma categoria, para amanhã logo se vê!*

[A-06/09/74]

(247) *Ontem à noite fiz aqui uma sopa à minha moda, ficou uma categoria e fez-me muito bem. Quando tu vieres vou ensinar-te como se faz uma sopa! Levou de tudo o que cá deixaste na geleira: cenoura, couve, batata, nabo, toucinho, costeletas (carne salgada), chouriço, massa e sal... Eu é que sei, amanhã tenho pernas de coelho cozidas com vinho*

e batatas, gostas? Depois eu ensino. Esta semana só irei almoçar fora lá para 5.^a feira, amanhã é coelho, depois é bacalhau, 4.^a Feira é coelho frito e 5.^a feira logo se verá. Estou a brincar, mas parece-me melhor assim, pelo menos até ao fim do mês.

[A-15/09/74]

As sequências narrativas que surgem integradas na interação não remetem, todavia, apenas para eventos ocorridos num presente próximo do momento de enunciação. Sobretudo nas cartas do locutor A, os relatos de experiências de vida assumem uma função formativa, ajudam a explicar e a justificar o presente do “eu” narrador. Num processo que Herman (2010) designa como “temporalidade distribuída” (Herman, 2010: 203, tradução nossa), os eventos que envolvem o passado do locutor, uma versão mais jovem, mais inexperiente ou mais idealista de si mesmo, surgem como justificativos ou condicionantes da personalidade ou dos comportamentos presentes. Compreendem a narração de uma sucessão de eventos que se caracterizam por relações de causalidade e que produzem ou produziram transformações no percurso de vida do locutor-narrador.

(248) *Espero que tenham ido à festa do Senhor dos Aflitos, eu recordo com saudade esse dia de 1947, faz agora 29 anos em que fiz a minha comunhão solene. Como o meu coração era puro e ingénuo nesse tempo! Mas a minha alma previa já então como seria pesada a cruz da minha vida. Pois lembro-me bem que ao cair desse dia, me desfiz em lágrimas durante mais de duas horas, na verdade terminava a minha infância e a vida dali para diante seria bem amarga para mim. Quantas coisas se passaram, quão ingrato foi o meu destino, o Seminário, a África, as privações, os trabalhos, as desilusões e até as canseiras, mas apesar de tudo a minha alma continua como então, pouco realista, e por isso, as desilusões são ainda maiores.*

[A-29/08/76]

A narrativa de experiência de vida aqui transcrita realiza, através da evocação de uma memória autobiográfica, um “discurso testemunhal de caráter confessional” (Almeida, 2011: 46) em que o locutor recupera, no “agora” da enunciação, experiências e percepções (“recordo”, “lembro-me”) de um passado já distante (“esse dia de 1947”, “faz agora 29 anos”, “então”, “ao cair desse dia”). Esta operação de evocação do dia em que, na Igreja do Senhor dos Aflitos da sua terra natal, realizara a sua comunhão solene, é marcada linguisticamente pela integração de segmentos narrativos no pretérito perfeito (“fiz”, “desfiz”, “passaram”, “foi”), que marcam os acontecimentos como pontuais, e asserções avaliativas no pretérito imperfeito (“Como o meu coração era puro e ingénuo”, “a minha alma

previa já então”, “terminava a minha infância”), que contribuem para a integração da experiência narrada no “eu” do presente da enunciação. Ou seja, o processo de recordar é sobretudo um processo de apropriação da sua história de vida e constituição da consciência da causalidade dos eventos passados nos comportamentos e posicionamentos atuais. O dia da sua comunhão solene é aqui recordado com “saúde” e assinalado como baliza temporal que demarca um antes e um depois (*“a vida dali para diante”*), onde se situa o limite da vivência simples e cândida da infância na aldeia e a vida amarga porvir (*“o Seminário, a África, as privações, os trabalhos, as desilusões e até as canseiras”*).

O locutor estrutura o seu enunciado mobilizando diversas estratégias discursivas que coocorrem para reforçar o caráter vivido, testemunhal e emotivo do discurso (Almeida, 2011: 39):

- i) marcadores de escopo da responsabilidade enunciativa (emprego da primeira pessoa verbal e de pronomes e determinantes na primeira pessoa do singular);
- ii) organizadores temporais que referenciam a narrativa a partir de uma determinada origem espacial e temporal, distinta do lugar e do tempo da enunciação (“esse dia”, “nesse tempo”, “então”, “ao cair desse dia”);
- iii) advérbios intensificadores do discurso (“quantas coisas se passaram”, “quão ingrato”, “bem amarga”, “ainda maiores);
- iv) adjetivos com valor axiológico positivo para referenciar o passado (“puro e ingénuo”) e com valor axiológico negativo para mencionar o presente (“pesada”, “amarga”, “ingrato”);
- v) uma linguagem metafórica (“a cruz da minha vida”).

No contexto da narrativa de experiência de vida, o episódio evocado visa uma orientação argumentativa específica, introduzida pelo marcador argumentativo, com valor de confirmação e conclusão (*“na verdade terminava a minha infância e a vida dali para diante seria bem amarga para mim”*) que enfatiza e condensa o essencial do conteúdo proposicional: a condição de uma vida de agruras e dificuldades. Ideia central que o locutor procura realçar e que decorre da afirmação convicta de uma identidade e de uma representação individual associada a uma história pessoal de obrigações e penas. Observamos, contudo, no fecho do segmento memorialístico, a anulação de qualquer relação de causa-efeito entre as privações

da vida e a sua “alma” ou o seu modo de encarar a vida e o mundo (“*mas apesar de tudo a minha alma continua como então, pouco realista, e por isso, as desilusões são ainda maiores.*”).

O episódio é assim marcado pela certeza, que resulta de uma atitude reflexiva e que funciona como uma conexão entre os dois tempos: o passado e o presente; a infância e a vida adulta; o dia da comunhão solene e o ‘agora’ da enunciação. O que o locutor era (“um coração puro e ingénuo”), nesse tempo passado, anaforicamente retomado através do deíctico temporal ‘então’, não mudou. Continua a ser “uma alma pouco realista”, o que constitui explicação, no contexto da interação, para as tomadas de posição divergentes das do seu interlocutor (continuar a acreditar na possibilidade de permanecer em Angola), ainda que consciente de que “as desilusões” poderão ser “ainda maiores”.

Assim ancorada no presente da enunciação (exemplo 245) ou evocando experiências individuais passadas (exemplo 248), a “narrativa do quotidiano” (De Fina, 2009: 237) documenta não apenas os meios multifacetados pelos quais as identidades se constroem interacionalmente, como também a natureza diversa das próprias identidades narrativas. Constituem, desta forma, importantes lugares de articulação, proporcionando aos narradores uma ocasião para se apresentarem como “atores em mundos sociais” ao mesmo tempo que “negoceiam o seu eu atual com outros interactantes” (De Fina, 2010: 275, tradução nossa).

Um dos eixos caracterizadores das narrativas de experiências de vida em análise assenta na circunstância de estas se construírem, em geral, como relatos incompletos, não ordenados ou subtraindo-se “aos princípios rígidos da organização temporal” (De Fina, 2009: 237), cuja orientação privilegia a (re)constituição da imagem de si ou do outro. Trata-se de uma estratégia de alinhamento (Goffman, 1973) que permite “a negociação das relações interpessoais e a constituição dos próprios eventos comunicativos” (Almeida, 2012d: 16). Ainda que a contribuição conversacional não seja, em geral, ordenada, a variedade temática, e a passagem frequente de um tema para outro, respeita as máximas conversacionais da quantidade e da relevância, assumindo, de acordo com o princípio da cooperação, que todos os temas (a morte dos porquinhos, as brincadeiras dos filhos, a ida ao dentista, a compra do terreno, o futuro profissional ou a situação económica da família) são igualmente pertinentes para os interlocutores. A suspensão de um tópico e a inclusão de um novo não introduz uma rutura na coerência textual, antes instaura e mantém a organização interacional, garantindo também a progressão temática (Almeida, 2011: 42). As intervenções de relance de tema permitem reorientar os rumos discursivos (Almeida, 2012d: 22) já que

não decorrem de relações de relevância tópica, mas da emergência de novos e múltiplos eventos igualmente pertinentes.

O fluxo discursivo (veja-se os enunciados atestados em 245), não planejado e aparentemente construído sem revisão, aproxima-se do ritmo rápido do relato oral na sucessão de frases coordenadas assindéticas e justapostas, cujo fio condutor resulta apenas do olhar do locutor sobre a realidade. Frequentemente, apresenta descontinuidades, determinadas por fatores de ordem interacional (a urgência em dar notícias do cotidiano familiar); de ordem cognitiva (as preocupações com a gestão do orçamento e a microeconomia familiar); ou de ordem emocional (o desejo de integrar e aproximar o alocutário das rotinas relativas ao crescimento dos filhos). Desta forma, sobre determinado e equiparado à experiência de vida, o discurso torna-se expressão do “pensamento narrativo” e do “ser narrativo” (Traverso, 1996: 30).

Verifica-se ainda que os deslocamentos temáticos operados pelo locutor introduzem, nas sequências narrativas, comentários avaliativos (“só visto”, “tive tanta pena”, “estraguei tudo”) enunciados pelo locutor, mas também segmentos em discurso direto que convocam outras identidades discursivas. Este “eixo de polifonia” (Fonseca, 1992: 318), ou justaposição de diferentes vozes que decorre da inserção do discurso relatado (em discurso direto, indireto ou indireto livre), confere “dinamismo discursivo” (Fonseca, 1992: 320) e funciona, de uma forma geral, “como estratégia de atribuir credibilidade e de legitimar” (Almeida, 2021: 54) o que é dito.

No *corpus* em estudo, as “construções multivozes” (Koven, 2015: 393) que ocorrem em segmentos em discurso direto ou indireto revelam a produção de um discurso emotivo (Almeida, 2011: 46). Localmente, introduzem identidades discursivas que se “posicionam argumentativamente como autorizadas a falar sobre o tema” (Almeida, 2021: 54), seja porque o testemunharam, seja por serem, oficialmente, dotadas de credibilidade. Nos enunciados a seguir transcritos, observamos como contribuem para i) legitimar os argumentos do locutor, autorizando-os ou reforçando-os; ii) marcar o alinhamento ou desalinhamento de perspectivas pessoais, mas também políticas; iii) recriar os eventos relacionados com o cotidiano.

(249) *Agora outro assunto, ontem fomos aos Casais [...]. O teu pai disse para o meu, então compadre já comprou o terreno para fazer a casa? O meu pai disse que não (nós tínhamos combinado não dizer nada), então ele disse, nós falámos cá que podia fazer a casa nos Palheiros, temos lá um bom lugar, com água, luz ao pé, etc, se quiser vamos lá ver, fomos, ele disse, eu dou-lhe o terreno como se fosse para o Zé, não pagam nada e entra na folha, fomos ver, ficamos encantados com a terra, é boa para plantar, tem poço, tem pinheiros etc (era a casa do teu avô) [...]*

[B-15/09/75]

(250) *A Fi hoje pediu para ir a Maçãs, diz que havia lá Carnaval mas eu não tive disposição. Como te disse pelo telefone recebi um ofício a dizer que por despacho de 20/12 tinha sido aposentada, não foi com alegria que recebi a notícia, mas Deus há-de ajudar-me. Também recebi uma comunicação de Leiria que também te disse pelo telefone a dizer que ia devolver à cobrança as transferências de Técnico caducadas, não percebi bem e telefonei, disseram se o Banco aceitar está tudo certo se não aceitar eles devolvem-nas para mim percebeste?*

[B-05/02/78]

(251) *Hoje vem no jornal que o cessar-fogo com a FNLA deve começar a vigorar na próxima 3.^a feira.*

[A-13/10/74]

(252) *Não te preocupes que isto agora está de facto a ficar mais calmo os aviões vêm todos cheios, o “Infante” não podia trazer mais gente, o cunhado do Sílvio veio de vez para cá. Aquela mulher da Ilha já cá está. Isto parece que agora vai. Os nossos inquilinos dizem que para a semana já vão para o lar que têm lá para S. Paulo. Tudo indica que a coisa vai. Olha aqui vai um comentário de um preto no porto de Luanda “Eh! Os brancos tá chegar, então como é? Estava a fugir agora tá voltar! Eh, esse branco!” Isto é assim, é uma terra que até tem a sua graça.*

[A-13/10/74]

(253) *[...] no sábado apareceu aqui o Magalhães [...] todo espavorido, a dizer “então estão à espera de quê para sair!” eu disse, tenha calma, vamos ver o que se passa por aí, isto não é assim, “nós a sair e o povo a saquear”. Fomos até ao Zé mecânico e por lá estavam alguns, o que resolveram é que se eu ficasse, ficavam. Eu disse, mas eu estou só, não tenho crianças, em qualquer momento pego no carro e fujo, com os senhores é diferente, e eu não quero de qualquer modo ser moralmente responsável por algo que possa acontecer, eles disseram: nós ficamos, cada um é responsável por si.*

[A-19/07/75]

IV.8. Construir um espaço comum de diálogo: as estruturas conversacionais.

[...] *estou a falar e ninguém ouve nada.*

[A-04/10/74]

Kerbrat-Orecchioni (1995) define conversação como “uma sequência de unidades que, em conjunto, constituem um tipo particular de texto que se “realiza oralmente, num contexto determinado e construído coletivamente, à medida que a interação se vai desenrolando” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 69-70, tradução nossa). Nas condições de produção deste tipo de texto, a autora identifica i) regras de sequência de tomada de palavra ou de alternância de temas; ii) regras de organização das intervenções e iii) regras de reforço da narrativa ou de desenvolvimentos argumentativos, que constituem, também, garantia da sua coerência interna.

Atendendo em particular ao discurso epistolar, esta investigadora defende que não podemos falar propriamente de interação, uma vez que falta, a este discurso, a interlocução, enquanto característica essencial da comunicação *face a face*: a ideia de que, ao longo das trocas, os diferentes participantes interagem, ou seja, “exercem uns sobre os outros diversas formas de controlo ou de influência” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18, tradução nossa).

Nesta perspetiva, a “situação não-partilhada” que a distância espaço-temporal impõe à comunicação epistolar, não permite, como acontece na interação presencial, uma “construção coletiva” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18, tradução nossa) do discurso, por aqui se entendendo que a conversação resulta sempre de um processo de permanente negociação entre os interlocutores em que a fala do locutor é sustentada, adaptada ou reformulada em função das reações e manifestações do auditório (de incompreensão, de (des)aprovação), enquanto “sinais de escuta”, ou “sinais reguladores” da interação. A análise teórica proposta por Kerbrat-Orecchioni (1995, 1998b) reconhece na carta “uma forma intermédia entre o dialogal e o monologal” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 35), apresentando características semelhantes e características distintas da comunicação *face a face*.

Considerando este posicionamento teórico e o material empírico em análise, parece-nos pertinente questionar:

i) em que medida se realiza ou não esta “construção coletiva” do discurso, no quadro de presença-ausência em que os interlocutores escrevem porque estão separados e, ao mesmo tempo, escrevem para criar a ilusão de que estão juntos?

ii) que tipo de influência mútua exercem os interactantes e como se exerce essa influência?

iii) de que modo as propriedades linguísticas das missivas em estudo (enquanto trocas epistolares e não meramente cartas isoladas) as aproximam de estruturas conversacionais?

Importa desde logo observar que a comunicação epistolar constitui, de uma forma geral e, de modo particular, no presente *corpus*, uma estratégia de encurtamento da distância, de tornar presente o ausente. Assim, ainda que não partilhem fisicamente o mesmo quadro espaço-temporal, nem usufruam de uma “acessibilidade perceptiva mútua” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 16, tradução nossa) que lhes permita ter acesso à voz ou aos gestos do interlocutor, os participantes selecionam estratégias de copresença na interação (Gomes & Tavares, 2016).

Do ponto de vista da sua organização sequencial, atestamos, no modo como se estruturam os textos produzidos e na alternância de tomada de palavra entre o locutor A e o locutor B, a presença do “conceito de dialogismo” (Silva, 2012: 169) que é inerente à interação, seja oral ou escrita. Conquanto existam diferenças entre as condições enunciativas orais reais e as condições enunciativas escritas, o “núcleo transacional de base” (Adam, 2011a: 249), ou seja, as sequências que se combinam para constituir as interações, é comum. Um texto dialogal é, na proposta de classificação textual apresentada por Adam (2011a), enquadrado por “sequências fáticas de abertura e de fecho” e “sequências transacionais” (Adam, 2011a: 249) que constituem o corpo da interação, como já observámos neste capítulo.

Atentamos, em primeiro lugar, na ocorrência e ritualização das sequências de abertura e fecho. Embora as estratégias de abertura¹³³, na comunicação epistolar, se possam realizar com maior grau de formalidade e de cordialidade (para compensar o efeito desagregador imposto pela distância, para reforçar os elos afetivos ou para anular os malefícios do “longe dos olhos, longe do coração”¹³⁴),¹³⁵ as fórmulas de saudação e cumprimento, seguidas de uma saudação complementar enunciada através de

¹³³ A comunicação epistolar apresenta diferenças inerentes ao contexto de comunicação que, em síntese, dizem respeito à presença de informação sobre o quadro temporal e espacial do momento de enunciação; de atos de acusação de receção (tratando-se de carta reativa); de agradecimentos (formulados de maneira explícita ou implícita); de atos de desculpa ou recriminação pelo atraso na resposta.

¹³⁴ Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 29.

pergunta/resposta sobre o estado de saúde do interlocutor ou do próprio, são, em geral, comuns aos dois quadros interativos.

(254) *Estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos e demais família, que eu estou bem graças a Deus.*

[A-25/12/75]

(255) *Do coração te desejo saúde e paz e que nada de mal te tenha acontecido.*

[B-07/01/76]

Relativamente às estratégias de fecho, tomar a iniciativa de interromper a interação exige, em ambos os casos, uma justificação que, em geral, é acompanhada de atos de agradecimento, de votos, de um balanço positivo do encontro, da expressão de alegria pelo encontro e de desejo de reencontro, cuja função é “euforizar” a separação considerada como um “episódio intrinsecamente disfórico” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 23, tradução nossa). Às justificações mais convencionais e correntes acrescenta-se a necessidade de realizar uma tarefa urgente e imperiosa, o sentimento de já ter dito tudo ou não ter nada a acrescentar, o desejo de terminar a carta para que ela siga o mais rápido possível para o destinatário.

(256) *Agora vou meter esta carta no aeroporto e logo escrevo com mais calma.*

[A- 06/12/74]

(257) *Estou exausto. [...] Logo escrevo mais.*

[A-14/01/76]

(258) *[...] a minha cabeça está um pouco melhor mas ainda me dói muito. Desculpa mas esta carta vai ser assim pequenina.*

P.S. Depois eu escrevo mais.

[A-16/01/76]

Assim dotada de sequências liminares de abertura e fecho, a carta apresenta-se como um texto “completo” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 34) que, todavia, é também “incompleto” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 34), dado que só tem sentido em relação a outro texto, anterior ou posterior, característica que o aproxima de uma outra unidade do oral: a tomada de palavra.

Vejamos, então, como se organizam e distribuem as trocas conversacionais, considerando a “iniciativa” da tomada de palavra: a responsabilidade da estruturação é igualmente repartida ou há uma “especialização” de papéis em que um dos participantes é responsável maioritariamente pelas intervenções de “iniciativa”, estando o outro confinado a um comportamento de tipo reativo (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 73)?

(259) *Todos os dias espero notícias e sempre em vão, já fez ontem 15 dias que recebi notícias tuas, a 1.ª e última vez.*

[B-01/01/76]

(260) *Hoje não tenho carta tua a que responder, mas vou escrever-te para te dar notícias minhas e falar um pouco das nossas coisas e da vida aqui em Luanda.*

[A-15/07/75]

(261) *Tenho aqui várias cartas a que quero responder uma por uma, embora já te tenha escrito depois de as receber e falado nos vários assuntos.*

[A-02/11/74]

(262) *Aqui recebi a tua carta de 30 de outubro em que respondes a uma carta que te escrevi e em que dizia não ter notícias tuas. Depois de ter escrito essa carta recebi quatro cartas tuas a que já respondi no dia 2.*

[A-05/11/74]

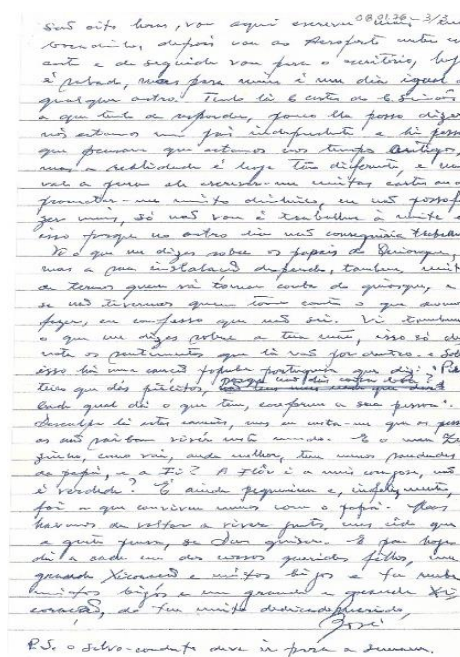
(263) *Hoje respondo às tuas cartas de 26, 27 e 30 deste mês.*

[A-02/04/75]

No quadro de uma relação “horizontal”, de proximidade e familiaridade, os interlocutores vão assumindo de forma consecutiva e alternada os dois papéis (reagem e tomam a iniciativa), ainda que tal não ocorra, por força da lentidão na entrega da correspondência, interpoladamente. Por vezes, recebem várias cartas no mesmo dia, respondem a várias cartas no mesmo dia, escrevem sem ter recebido carta, tomam a iniciativa de escrever apenas para dar notícias e tranquilizar o alocutário. Uma “conversa entre ausentes”¹³⁶ cujo propósito é sempre o de aproximar; abeirar o “aqui” e “aí” dos interlocutores; estreitar o espaço temporal entre o momento da enunciação e o momento da enunciação; tornar presente o que está ausente. No espaço da página escrita, se materializa a factualidade de um quotidiano perdido e vedado: ou porque o interlocutor o não vive (como o crescimento dos filhos), ou de que foi desterrado (como a continuidade da vida em Luanda). Um quotidiano que se tece da naturalidade dos pequenos acontecimentos e que se relata “ao correr da pena”, de forma espontânea, autêntica, informal, por vezes impulsiva,

¹³⁶ Peixinho (2013) acrescenta, a propósito da metáfora da carta como “conversa entre ausentes: “Esta metáfora da carta como “conversa entre ausentes” não é recente e remonta a uma tradição ciceroniana que previa para a escrita da carta um certo tipo de estilo, negligente, informal e natural, cristalizado na fórmula latina da *negligentia epistolarum*, tópico que permaneceu durante séculos na teorização da carta como texto simples, informal e similar ao diálogo. A conversacionalização que invade a escrita epistolar foi retomada, como tópico incontornável, pelos manuais epistolares que começaram a ser publicados no século XVI e que perduraram até finais do século XIX, sempre com grande vitalidade e acompanhando as evoluções e as nuances das práticas epistolares.” (Peixinho, 2013: 43)

quase sempre desalinhada de convenções sociais ou discursivas, “como se entre a expressão do sujeito e a carta não houvesse mediação” (Peixinho, 2013: 43). De referir que, no conjunto das 875 cartas, apenas encontrámos uma carta rasurada e emendada. Trata-se de uma carta do locutor A em que este corrige uma expressão ou ditado popular. Escrevera, a propósito da sogra, “Pilriteiro¹³⁷ que dás pilritos, não tens mais nada que dar”. Risca o segundo segmento e acrescenta “porque não dás coisa boa?”



Num tom conversacional, ou numa “retórica quase oral” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b:17), as cartas reativam o espaço de encontro e de convivência familiar e preenchem de afeição os lugares do quotidiano, tornando-os mais habitáveis.

(264) *Já veio a água. Vou fazer a barba, tomar banho e tratar do mata-bicho.* [A-23/11/76]

(265) *E pronto, agora vou almoçar.* [A-05/09/75]

(266) *Amanhã tenho pernas de coelho cozidas com vinho e batatas, gostas?* [A-15/09/74]

¹³⁷[Botânica] Designação comum a duas espécies de arbustos da família das rosáceas, nativos da Europa, de madeira muito dura e bagas vermelhas. = ESPINHEIRO-ALVAR, PIRLITEIRO", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/pilriteiro> [consultado em 09-12-2022].

(267) *Enquanto o meu bacalhau está a cozer, vou escrever-te mais um bocadinho.*
[A-15/09/76]

(268) *Enquanto aguardo que a sopa para amanhã fique pronta vou escrever-te um bocadinho.*
[A-07/10/74]

Nesta construção de um espaço virtual comum, o recurso frequente a um registo de língua familiar atualiza e desenha o real, confere verosimilhança e autenticidade à expressão de sentimentos e emoções.

(269) *[...] dá-lhe cabo do juízo.* [B-08/02/78]

(270) *Também não temos torradeira deu o berro.* [B-03/02/78]

(271) *[...] continuas a tomar drogas¹³⁸ à toa.* [B-09/02/78]

Procurando evidenciar as características que aproximam as trocas epistolares das trocas conversacionais, atentamos ainda no excerto seguinte:

(272) *[...] Também tenho tido problemas de toda a ordem com a casa, é de manhã à noite, ando cansada! Se soubesse o que sei hoje nunca me tinha metido nisto. É tudo a roubar mesmo à nossa vista e só fazem porcarias. Não sei quando vou mudar porque não tenho ainda lá a luz e tenho lá um problema grande de canalização. Hoje não tenho carta tua para responder, então aí tudo corre bem? Deus queira que sim. Comes bem na pensão? Então o teu amigo zangou-se com o R.? Mas eles ainda lá estão em casa? São coisas! Eu agora ando a limpar a casa e ando muito cansada, depois com os miúdos doentes! [...] Isto por cá não anda muito bom. E tu estás melhor? Tens passado melhor? Deus queira que sim e que Deus te guarde e ajude. O velhote tem escrito, está cada vez pior coitado! Recebeste os papéis da velhota? Chegaste a telefonar ao Eduardo? Gostava de estar já na casa nova quando tu viesses mas não sei, vejo tudo tão atrasado! Por hoje é tudo! Espero que telefones hoje. É dia de mercado, tenho que ir às compras.*
[A-26/09/78]

Com efeito, observamos aqui a presença de fenómenos linguísticos inerentes à produção oral:

1. A dependência do contexto que, sendo conhecido dos interlocutores, autoriza uma menor precisão e organização das referências, visível através:

- a) da seleção de um léxico de sentido genérico (“a casa”, “a pensão”, “o teu amigo”, “o velhote”, “a velhota”, “os miúdos”), cujas referências o alocutário é capaz de identificar de forma específica e individualizada;

¹³⁸ Refere-se à auto prescrição de medicamentos.

- b) do recurso a mecanismos de correferência, apenas compreendidos em situação, como as anáforas pronominais (“Mas eles ainda lá estão em casa?”) ou os deíticos situacionais (“... não tenho ainda lá a luz e tenho lá um problema”, “Isto por cá não anda muito bem”, “Espero que telefones hoje”);
- c) do emprego de pronomes sem sintagma referente (“é tudo a roubar”);
- d) dos implícitos discursivos em holófrases (*São coisas!*).

2. A menor planificação, menor exigência formal e menor atenção à organização do discurso que se manifesta em enunciados fragmentados, justapostos ou repetidos:

- a) nas redundâncias (“E tu estás melhor? Tens passado melhor?”);
- b) nas mudanças bruscas de tematização ou de foco de atenção¹³⁹ (“Tens passado melhor? Deus queira que sim e que Deus te guarde e ajude. O velhote tem escrito, está cada vez pior coitado!”);
- c) nas antecipações e retrocessos (“Também tenho tido problemas de toda a ordem com a casa, é de manhã à noite, ando cansada!”, “Gostava de estar já na casa nova quando tu viesses mas não sei, vejo tudo tão atrasado!”);
- d) no registo de língua informal (“só fazem porcarias”).

3. A necessidade de rapidez na comunicação sinalizada:

- a) pela ausência de conectores e de marcadores discursivos;
- b) pelo predomínio de frases coordenadas sindéticas e assindéticas (“Eu agora ando a limpar a casa e ando muito cansada, depois com os miúdos doentes”)
- c) pelo emprego de marcadores conversacionais (“Então o teu amigo zangou-se com o R.?”), (“Então aí tudo corre bem?”).

4. Uso repetido da frase interrogativa como mecanismo de reforço e de intensificação do sentido (“Então aí tudo corre bem?”, “Comes bem na pensão?”).

5. Emergência de marcas da 1.^a e da 2.^a pessoa do singular.

6. Emprego do verbo ‘falar’ em vez de ‘escrever’ (“E pronto, querida Joaquina, já falamos um pouco sobre várias coisas”).

Uma das características essenciais da conversação, apontadas por Kerbrat-Orecchioni (1998b:18), diz respeito à sua definição como “construção coletiva”, negociada entre os interlocutores. A autora defende, todavia, que, na comunicação epistolar, o

¹³⁹ Traverso (1996: 20) considera os desvios temáticos como o modo privilegiado de desenvolvimento da comunicação oral.

alocutário não pode, de nenhuma forma, intervir diretamente no trabalho de escrita, apenas consegue, através de recomendações ou reparos, “simular” uma intervenção ou antecipar a resposta do interlocutor. Trata-se, assim, segundo esta autora, de uma “pseudonegociação” da relação interpessoal.

O exercício de análise que vimos realizando sobre o *corpus* objeto deste estudo, parece, todavia, contrariar esta perspectiva apontando, de facto, para uma “construção coletiva” do discurso, ainda que suportada por recursos e estratégias linguísticas particulares à situação de comunicação em diferido. Fundamentamos esta tese nos dados que é possível atestar nas cartas, nomeadamente no que diz respeito:

1. À regulação da interação através de sinais de escuta como:
 - a) manifestações de atenção (*“Querida Joaquina, recebi agora 6 cartinhas tuas e uma da Sofia [...]. Todas li com a melhor atenção e vou voltar a ler para a todas responder com toda a lealdade e dedicação que sempre te dediquei”* A-06/07/76);
 - b) manifestações de incompreensão (*“Não consigo entender o que tu pensas!”* B-10/01/76);
 - c) manifestações de ratificação (*“Sim sei que me fazes muita falta sobre todos os aspetos”* B-08/10/74);
 - d) manifestações de desaprovação ou de desalinhamento dos pontos de vista (*“Ontem à noite escrevi-te uma carta que não vou mandar porque não vale a pena”* A-19/02/76).

2. À reformulação do comportamento verbal em face da intervenção ou reação do interlocutor:

“Custa-me que comeces a por dúvidas e custa-me mais ainda porque não há qualquer lugar para dúvidas ou suspeitas e por vezes não compreendo como tu, que dizes me querer tanto, acabas sempre por em qualquer caso terminares as coisas não no campo da compreensão e tolerância, mas sim no campo da dúvida e da suspeita de que eu não me interesse pelas coisas.” [A-14/09/76]

3. Ao exercício de uma influência mútua que se concretiza pelo recurso a estratégias de persuasão (*“Desculpa, mas eu queria ver se te punha a pensar.”* B-13/08/75).

Em modo de profundo sofrimento, a retórica de persuasão em que assenta a ‘conversação’ epistolar em análise é sobretudo uma forma de exigência e responsabilidade recíprocas, de convicta afirmação de objetivos comuns.

IV.9. O contexto de uso: o discurso testemunhal de um quotidiano individual e coletivo.

Calculo que estejas muito preocupada por causa dos acontecimentos que se vivem em Luanda. Decerto que aí as notícias hão-de ser alarmistas, pois a gravidade das coisas nesta altura é inimaginável.
[A-06/07/75]

As cartas em análise podem constituir, numa perspetiva transdisciplinar e interdiscursiva, uma particular forma de conhecimento sobre o mundo, no caso particular, uma representação de sentidos e significados inscritos num determinado local e tempo: a descolonização, o regresso a Portugal, a independência de Angola.

Adotamos, para conclusão desta análise, a lente teórica de De Fina (2009) e de Almeida (2012, 2021) para salientar o modo como as narrativas se configuram e são moldadas pelos diferentes contextos em que estão inseridas, ao mesmo tempo que se constituem como essenciais para uma compreensão rica e matizada dos fenómenos sociais (De Fina, 2009: 233). O foco de análise centra-se, assim, nas características das narrativas que permitem o seu “enraizamento” histórico e social (De Fina: 2020: 7, tradução nossa).

Testemunhas oculares de factos e acontecimentos, não devem, contudo, na nossa perspetiva, serem entendidas como relatos do “real acontecido” (Martins, 2011: 68), antes como expressão de vivências, emoções e pensamentos resultantes de ocorrências externas aos interactantes. São textos opinativos, testemunhais, registos informativos e emotivos, cujo único fio condutor é o olhar do locutor sobre as circunstâncias do momento presente.

Trata-se de narrativas de posturas, comportamentos, sensibilidades, de como agiram, do que pensam do presente, do que temem que possa acontecer, do que desejam para o futuro. Na interseção entre acontecimentos históricos e experiências individuais, as narrativas de vida integram, na microesfera pessoal, macro acontecimentos, num movimento de influência recíproca entre as narrativas e os contextos interacionais em que estão incorporadas (De Fina, 2009: 237).

Transcreve-se a carta do locutor A, de 06 de julho de 1975, como crónica vivida, testemunho de um quotidiano que se faz de insegurança, mas também da resignação e resiliência de quem aceita da mesma forma a adversidade da privação ou a alegria simples das crianças que brincam na rua, em tempos de guerra.

Luanda, 6 de julho de 1975

Minha querida Joaninha

Estimo e desejo que te encontres bem em companhia de nossos queridos filhos, que eu estou bem graças a Deus. A Irene e o João estão bem.

Calculo que estejas muito preocupada por causa dos acontecimentos que se vivem em Luanda. Decerto que aí as notícias hão-de ser alarmistas, pois a gravidade das coisas nesta altura é inimaginável. Segundo os comunicados hoje saídos a público, feitos pela FNLA e pela UNITA, desta vez o MPLA atacou não só a FNLA como a UNITA, amanhã vou juntar a esta carta esses comunicados para veres o que dizem. Eles perderam a cabeça, só quem ouviu os seus dois últimos programas de rádio, aquilo é de fazer revoltar um morto. Toda a zona da Vila Alice, Av. Brasil, Combatentes, e Casa Branca esteve hoje e ontem debaixo de tiroteio, dizem que no Comité de Paz da Av. Brasil da UNITA que ontem foi atacado morreram 20 simpatizantes da UNITA, que nem sequer estavam armados.

São 21,45h, acabei agora de ouvir a Voz da Alemanha, deu muitas notícias daqui, confirma o que se passa por cá, ninguém sabe onde está o Savimbi nem qual vai ser a sua reação aos ataques de que agora foi alvo. Havia pessoas que esperavam que esta onda de violência se verificasse nos meses de maio e junho, o que agora está a acontecer. De notar que estes ataques não têm sido contra o branco como já foi no passado, estes ataques são entre eles, mas é claro que os brancos também sofrem. Olha ontem morreu o [nome], que era da Indústria, era da JMPLA, foi morto junto ao sinaleiro de S. Paulo, veio hoje na rádio o comunicado da família.

Agora falo-te um pouco de Luanda, isto não é terra de trabalho, já foi, agora ao domingo quase todos os restaurantes estão fechados, o mercado já há muito que fecha ao domingo. Agora há bichas para tudo, até para comprar tabaco, o trânsito é um pandemónio, só queria que visses certos “senhores” a conduzir, nas repartições o que mais se faz é discutir política. Os liceus de Luanda estão em greve desde abril, querem passagens administrativas, ocuparam as escolas e liceus, mudaram-lhes os nomes, mesmo as secretarias não trabalham, agora é o tempo dos “progressistas”, este é o progresso deles, o pessoal da Câmara não trabalha, a cidade está cheia de lixo, mas os cinemas continuam cheios, os aviões também vão cheios, todos os dias, e os cálculos que aí fazem dos brancos que querem regressar deviam estar errados, é que vão muitos brancos mas ainda cá existem muitos, e os brancos que estão ao sul do Quanza, calculados em 500 000. Os bailundos há três dias que se manifestam junto ao palácio a pedir que lhe deem transporte para as suas terras, dizem que vão cortar as pontes e que não vem mais comida para Luanda, mas que os brancos podem ir para junto deles, lá no sul, que não lhes fazem mal. Esta é a Luanda de hoje, mas enquanto isto contei agora uns dez meninos estão aqui no passeio a brincar como nada fosse com eles. Ontem estive em Viana e lá andavam muitos meninos a brincar nas ruas e não imaginas como são jeitosas aquelas casas novas que fizeram no bairro novo, a maior parte delas com escritos ou sem ninguém lá a morar. Agora é assim, olha como exemplo roubaram já as duas motas que o C.&F. tinha para a cobrança. Quando se vai na rua só se vê “tipos” a pedir boleia, dizem que os carros são do “povo”, no meu é que não entram! Por hoje chega de crónica. Dá um xi-coração a cada menino, dá-lhes beijos e tu recebe muitos beijos e um xi-coração do teu dedicado José

IV.10. A contextualização da linguagem - o não dito e o implícito conversacional: um silencioso entendimento mútuo.

Enfim coisas que nem se podem dizer por carta.

[B-20/08/79]

Apesar das 786 cartas (513 enviadas pelo locutor A e 273 enviadas pelo locutor B) e 1828 páginas (1098 escritas pelo locutor A e 723 escritas pelo locutor B), na superfície das cartas se inscreve ainda muito do que ficou por dizer; do que não se conseguiu dizer; do que não houve tempo para dizer; do que foi toldado pela emoção, a preocupação ou o medo; do que não foi dito por causa da censura; para não ameaçar a face negativa do alocutário; pela dificuldade em entender a complexidade das mudanças ocorridas no contexto social e político.

(273) *Há uma coisa muito importante que te quero referir é que uma carta tua foi parar à Indústria, e parece-me que lá terá sido aberta, para tu poderes ver aqui te envio [o] envelope e uma parte de um dos outros envelopes para veres a diferença. É perigoso, a carta que te mando também, para veres, não diz nada de grave, mas por aqui podes ver como isto é.*

[A-27/01/76]

(274) *Olha, tem cuidado com o que escreves nas cartas.*

[A-12/02/76]

(275) *Olha o carro está no mesmo sítio onde o deixei em outubro, já comprei uma bateria, porque me roubaram a que deixei na oficina, agora quero ver se o vendo, mas ainda não o pus a trabalhar porque tenho receio que o roubem! Esta noite mais uma vez arrombaram o Volkswagen, já o arrombaram mais de dez vezes, não sei se para roubar, ou para o tentar roubar. Não é bom falar nestas coisas, isto é para se ver e não para se contar.*

[A-15/02/76]

Tavares, Gomes & Guilherme (2018), investigadoras do Projeto CARDS¹⁴⁰, recorrem aos instrumentos teóricos desenvolvidos pela Crítica Textual, a História Cultural e

¹⁴⁰ O projeto CARDS “pretende disponibilizar on-line manuscritos portugueses contendo cartas privadas escritas entre meados do século XVI e finais do século XIX. Os documentos encontram-se inseridos em processos-crime dos séculos XVIII e XIX do tribunal supremo do reino (a Casa da Suplicação) e em processos dos séculos XVI a XVIII do tribunal católico que julgava e punia heresias (o tribunal do Santo Ofício da Inquisição).” (Tavares, Gomes & Guilherme, 2018: 111)

“O método que o CARDS utiliza é o da edição eletrónica acompanhada de disponibilização do facsimile das cartas e de opções de pesquisa on-line. Para tal foi concebida uma base de dados em formato XML seguindo as convenções de codificação estabelecidas no consórcio TEI (Text Encoding Initiative4) e no projecto DALF

a Análise do Discurso para “decifrar, transcrever, contextualizar e interpretar uma fonte primária” (Tavares, Gomes & Guilherme, 2018: 116). No estudo que apresentam, defendem que estas disciplinas ajudam o investigador a “construir várias séries de *não ditos*” (Tavares, Gomes & Guilherme, 2018: 116), implícitos nas fontes escritas. Identificam universos implícitos, *não ditos*, como i) “o conhecimento linguístico do falante que escrevia o enunciado de cada carta”; ii) “a cultura comum aos elementos da comunidade em que cada carta circulava (assumindo uma perspetiva histórico-cultural da escrita)”; iii) “o contexto de uso construído pelo discurso das cartas (assumindo a perspetiva social da língua de uma comunidade tal como ela é vista pelos investigadores da análise do discurso)” (Tavares, Gomes & Guilherme, 2018: 116-117). Com base neste enquadramento, o projeto privilegia a reprodução fac-similada dos documentos como a opção que melhor permite, ao investigador, estudar, na materialidade dos documentos, “o efeito de sentido que cada autor de um texto escrito pretende com o seu enunciado” (Tavares, Gomes & Guilherme, 2018: 118).

Nesta perspetiva, e em linha com os trabalhos seminais de Marquilhas (2003) retomamos, para concluir este capítulo, algumas das estratégias gráficas de *mise-en-page* (Marquilhas, 2003) em se enquadra e organiza o suporte, “contexto gráfico” (Marquilhas, 2003: 2)¹⁴¹ do texto escrito: os espaços em branco ou o preenchimento da superfície da página; a linha gráfica; a presença ou ausência de parágrafos; as alterações ocorridas na grafia dos intervenientes.

(Digital Archive of Letters in Flanders), projecto este que serviu de inspiração ao CARDS por também fazer edições epistolográficas.” (Tavares, Gomes & Guilherme, 2018: 112).

Este projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência FCT/PTDC/LIN/64472/2006.

¹⁴¹ Marquilhas (2003) defende a utilidade de um programa de estudo entre estratégias gráficas de *mise-en-page* e estratégias linguísticas de uso uma vez que “o texto escrito nos pode oferecer modelos intuitivos, mas nem por isso menos sofisticados, de crítica pragmática” (Marquilhas, 2003: 3). O objetivo deste estudo será o de “detetar modelos de teorização linguística [referência, deixis, força ilocutória] embebidos nas convenções do desenho gráfico” (Marquilhas, 2003: 6).

também regularidade i) na mancha gráfica e preenchimento da página; ii) nas entradas de parágrafos; iii) na posição que as sequências referentes à data, local, assinatura ocupam na página. Apesar da permanência constante e fixa de todos estes elementos, é possível identificar alterações profundas ocorridas na grafia do locutor. Em nota aposta em 2012, aquando da organização das cartas, escreveu o locutor A sobre esta evidência: “*em junho/76, tive um problema, em que até mudei o estilo de letra de cursivinho inglês para francesinha!*”.

No conjunto de cartas que deixou arquivadas e a que tivemos acesso, consta apenas uma carta com data de junho de 1976 (29/06/76). É uma missiva de duas páginas que retoma, com a partida da mulher que estivera em Luanda durante os meses de maio e junho, a correspondência interrompida a 25/04/76 (*Há mais de dois meses que não te escrevo e hoje cá estou de novo a escrever-te porque de novo estamos longe um do outro*). Sobre o “problema” que o locutor A diz ter tido nessa época, nada sabemos em concreto, embora haja, na referida carta de 29 de junho, referências vagas a “experiências desagradáveis” vividas pelo alocutário durante a sua recente estada em Luanda que justificam, inclusivamente, tratamento médico ao “sistema nervoso” (*“Eu peço-te que vás, também, a um médico, de preferência do sistema nervoso, precisas de fazer tratamento e ainda mais agora que tiveste estas desagradáveis experiências”*; *“Tenho pena que a tua estadia aqui não tenha sido tão agradável como era meu desejo. A vida é assim, nem sempre as coisas correm como nós queremos. Eu estou um pouco melhor da minha cabeça”*).

Num outro momento da carta, o locutor parece retomar este assunto, acrescentando: *“Tudo está a correr bem, mas ainda não fui tratar do assunto que tinha a tratar porque é preciso calma [...] Se tiver alguma notícia especial para te dar eu logo te telefonarei.”* Nada mais é dito que possa contribuir para concretizar de que problema se trata. Contudo, o assunto é retomado nas missivas seguintes, ainda que sempre de forma mais ou menos vaga e claramente cautelosa:

(276) *Sobre as explicações que se podiam pedir para certos casos, eu penso que, por vezes, o melhor é não ligar. Depois de tu ires eu já tenho alguns elementos que me permitem pensar que nem tudo é tão simples como à primeira vista pode ter parecido. Mas, também me parece que a fase difícil já passou. Há quem tenha ambições de lugar de “chefão” do C.& F. ou pelo menos dos transportes. Tal elemento está desmascarado e estou certo que os trabalhadores tudo farão para o eliminar do seu meio. Não tem qualidades de espécie alguma, mas desde sempre se mostrou ambicioso.*

[A-02/07/76]

(277) *Desculpa não ter escrito mais, mas a minha cabeça não permite melhor. Estou ainda em recuperação, mas como sabes eu tenho coragem e há de chegar o dia de ser como todos, feliz.*

[A-04/07/76]

(278) *Agora vou trabalhar, estou a fazer o trabalho que ia iniciar quando há 15 dias apareceu aquela maka¹⁴². Hoje é sábado, são 8h20, só agora me levantei, há quase 12h que estou na cama, não dormi bem e estou aqui a pensar nesta vida que tenho, preciso de ir trabalhar e não vou porque não quero ir para lá sozinho.*

[A-09/07/76]

(279) *Dou-te razão, não vou trabalhar nem sábado nem domingo e já tenho mais gente no escritório e nunca fico sozinho.*

[A-20/07/76]

Os enunciados transcritos atestam a existência de um problema grave, com grande impacto na saúde mental dos interlocutores e que origina mudanças nas rotinas de vida do locutor: contrata mais gente para o escritório, deixa de aí estar ou trabalhar sozinho. Parece ser possível afirmar que se tratou de um problema ocorrido a nível profissional, provocado por alguém que, dentro da empresa, pretendia afastá-lo da posição que detinha para ocupar o seu lugar¹⁴³. Em 1975 e 1976 eram frequentes os relatos de retaliações contra os portugueses, com prisões aleatórias e perseguições que visavam instaurar o clima de medo e impor o abandono do país. A situação relatada nas sequências transcritas parece assumir contornos semelhantes. Fica evidente que determina alterações nas rotinas do locutor, instaurando um posicionamento de maior receio, que se concretiza na adoção de um conjunto de cuidados e precauções que não existiam anteriormente. É, na linha da análise que desenvolvemos, responsável pela alteração da sua caligrafia.

Lamentavelmente, não foram encontradas cartas do locutor B nos meses seguintes a este acontecimento. No ano de 1976, a última carta data de 21/04/76 (antes da sua partida para Luanda). No arquivo deixado pelo locutor B não consta mais nenhuma carta referente a 1976 e também não existe nenhuma carta relativa ao ano de 1977. É estranho que o locutor A, sempre zeloso e metódico, nada tenho referido sobre a não existência de cartas neste período. Não nos é possível, assim, determinar se tais missivas se terão extraviado nas idas

¹⁴² O termo maka é utilizado, em Angola, como sinónimo de confusão, problema.

¹⁴³ Embora as cartas não o refiram concretamente, a família sabe que foi preso pela DISA (Direção de Informação e Segurança em Angola), na Penitenciária de S. Paulo em Luanda, em consequência de uma denúncia anónima.

e vindas entre Portugal e Angola (relembramos que as cartas do locutor B eram enviadas para o locutor A em Angola que as lia e as reenviava para Portugal); ou se, por razões que desconhecemos, não terão sido arquivadas conjuntamente com as restantes.

Observamos, contudo, que, nos períodos que o locutor A identifica como os mais difíceis e complicados, a sua caligrafia sofre, de facto, profundas alterações.

Veja-se, por exemplo, como, no ano de 1979, em que se diz “cansado” e “sem saber o que fazer” a sua caligrafia se reduz a um tamanho quase ilegível:

[A-01/03/79]

[A-26/08/79]

[A-01/10/79]

A instabilidade emocional materializa-se também na face visível das cartas do locutor B, de que é exemplo a carta de 06/01/76, período de grande perturbação, como já referimos anteriormente.

O que fica por dizer talvez seja, em suma, uma forma de resistência possível ao que relutantemente lhes resiste; a irônica confirmação da irreversibilidade da perda e da ausência. O silencioso entendimento mútuo de uma impossibilidade – a de reaver o futuro que perspectivaram e construíram. A contradição insanável entre o presente de solidão e a promessa de um futuro de união, que tenazmente se esforçam por manter a prumo.

V CONCLUSÃO

*Aqui diz-se que o MPLA domina a cidade. Que Deus nos valha.
Zézito, vem-te embora, não te prendas pelo dinheiro,
olha que ficas à mesma sem ele e podes perder a vida. Vem sim?
O teu lugar é ao pé dos filhos. Eu ando doída, faço ideia tu!
Temos aqui que chegue para nós, não morrias à fome,
eu tenho o meu ordenado, outros estarão piores.*

[B-14/07/75]

A presente investigação tomou como objeto de análise um conjunto de 786 cartas, de carácter pessoal, escritas entre 06 de setembro de 1974 e 07 de setembro de 1980. Os intervenientes são marido e mulher, separados fisicamente em consequência do processo de descolonização ocorrido no quadro da conjuntura política imposta pela Revolução do 25 de abril de 1974, que conduziu à independência de Angola.

Num tempo de mudanças várias que a descolonização configurou, o regresso a Portugal, ou o regresso à terra natal, constituiu, paradoxalmente, um desenraizamento do conhecido para o desconhecido, num traumático processo de confronto com a ausência, o afastamento e a perda. Uma imposta condição de exílio e espoliação para o locutor B; uma consciente opção de resistência, para o locutor A. Em ambos os casos, com consequências permanentes e irreversíveis.

Casados há 13 anos, com três filhos, (9, 7 e 3 anos respetivamente), profundamente apaixonados e cúmplices em todos os momentos, procuram criar a “ilusão da realidade partilhada” (Altman, 1982: 118) nas páginas de longas cartas, pedaços miúdos de conversas diárias, que estreitam a lonjura da ausência, trazendo e levando instantes de proximidade.

V.1. Sistematização da análise.

Na narrativa de experiências de vida que as cartas objeto de estudo configuram, identificamos características específicas que as singularizam e as distinguem. Em primeiro lugar porque i) existe um motivo e um interesse de ordem pessoal; ii) cumprem uma função; iii) respondem a uma necessidade ou apelo; iv) a avaliação está presente de forma contínua; v) a comunicação tem um carácter fortemente argumentativo e persuasivo.

Procurou-se demonstrar, em linha com os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni (1988b), que as narrativas que irrompem nas cartas apresentam uma estrutura conversacional específica da interação entre locutor e alocutário que se aproxima da comunicação ‘face a face’ (Kerbrat-Orecchioni, 1998b).

A análise teórica proposta por esta investigadora considera a carta como “uma forma intermédia entre o dialogal e o monologal” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b:35), que apresenta características semelhantes e características distintas da comunicação em presença. A análise que desenvolvemos procura, essencialmente, identificar as propriedades linguísticas que aproximam o discurso epistolar (e estas epístolas, em particular) de estruturas conversacionais, considerando também aspetos como as estratégias de abertura e de fecho, as regras de alternância na tomada de palavra, a hierarquia das interações, a influência recíproca que resulta da interação, o papel do alocutário na construção conjunta do sentido.

Atestamos a presença de fenómenos linguísticos inerentes à produção oral como:

a) a dependência do contexto que, sendo conhecido dos interlocutores, autoriza uma menor precisão e organização das referências, visível através i) da seleção de um léxico de sentido genérico cujas referências o alocutário é capaz de identificar de forma específica e individualizada; ii) do recurso a mecanismos de correferência, apenas compreendidos em situação, como as anáforas pronominais; iii) do emprego de pronomes sem sintagma referente; iv) dos implícitos discursivos em holófrases;

b) a menor planificação, menor exigência formal e menor atenção à organização do discurso que se manifesta em enunciados fragmentados, justapostos ou repetidos evidenciados nas redundâncias; nas mudanças bruscas de tematização ou de foco de atenção; nas antecipações e retrocessos; no registo de língua informal;

c) a necessidade de rapidez na comunicação sinalizada pela ausência de conectores e de marcadores discursivos; pelo predomínio de frases coordenadas sindéticas e assindéticas; pelo emprego de marcadores conversacionais;

d) o uso repetido da frase interrogativa como mecanismo de reforço e de intensificação do sentido;

e) a emergência de marcas de 1.^a e de 2.^a pessoa do singular;

f) o emprego do verbo ‘falar’ em vez de ‘escrever’.

Procurando consolidar a tese de que nas presentes trocas epistolares é possível identificar características que as aproximam das trocas conversacionais, nomeadamente do

ponto de vista da sua organização sequencial, observámos também as estratégias de abertura e fecho (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 19) ou “sequências fáticas de abertura e fecho” (Adam, 2011a: 249) às quais está inerente o “conceito de dialogismo” (Silva, 2012: 169).

No *corpus* em análise, as sequências de abertura são fortemente ritualizadas, conforme referido no subcapítulo IV.2. Nas cartas do locutor A, a fórmula de abertura apresenta uma estrutura prototípica que se concretiza na saudação através de uma expressão apelativa. A última carta que integra o conjunto de cartas em análise, datada de 07/09/80, emprega exatamente a mesma forma de tratamento da primeira carta, escrita seis anos antes (06/07/74). É sintaticamente constituída por um grupo nominal composto por adjetivo (em posição pré-nominal), seguido do nome próprio do interlocutor, a que se põe o sufixo avaliativo *-inha*. Marca, sobretudo, a relação de proximidade e de afetividade entre os interlocutores.

Tal ênfase na relação afetiva surge também nas rotinas de abertura do locutor B que se mantêm constantes ao longo de seis anos de interação, variando apenas na anteposição do determinante possessivo (*Meu querido Zézito, Meu querido marido*) ou na sua omissão (*Querido Zézito, Querido marido*).

O termo de interpelação inicial é seguido de saudações complementares, estratégias discursivas igualmente ritualizadas e com elevado grau de previsibilidade, que referem e incluem: i) votos que incidem sobre o presente ou o passado do interlocutor perspectivados em relação ao ato de leitura; ii) o tópico da saúde do destinatário, do autor ou de entes próximos; iii) a expressão da preocupação com o agravamento da situação de insegurança; iv) o propósito de tranquilizar a família.

Identificamos, no “intercâmbio de fecho” (Adam, 2011a: 250), a justificação para interromper a interação também como elemento comum entre as trocas epistolares e as trocas conversacionais. A separação, ou o encerrar da interação, é vista como um “episódio intrinsecamente disfórico” (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 23) que é necessário mitigar, o que se faz justificando a natureza imperativa da rutura por razões decorrentes: i) de imperativos externos, que o locutor é incapaz de contrariar; ii) da urgência de terminar a carta para enviar notícias; iii) de obrigações quotidianas que se impõe cumprir; iv) da ausência de assunto; v) de problemas de saúde ou cansaço.

Na linha teórica de Kerbrat-Orecchioni (1998b), apesar das características comuns já elencadas, não existe, nas trocas epistolares, uma verdadeira interação já que aí não se realiza

efetivamente a interlocução, enquanto característica essencial da comunicação ‘face a face’. Ou seja, a “situação não partilhada” em que o discurso epistolar ocorre, não permite a realização da “construção coletiva” do discurso (Kerbrat-Orecchioni, 1998b: 18), entendida como uma tessitura que se elabora e reformula ancorada às reações e manifestações do alocutário. Adam (1998) reconhece também o caráter monogerado da carta (ainda que não monológico) visto que o interlocutor não realiza uma intervenção direta na construção do discurso. Esta parece compor, também na perspectiva de Kerbrat-Orecchioni, a característica essencial que distingue as trocas epistolares e as trocas conversacionais. Todavia, na ótica de Adam, que partilhamos, não parece constituir diferença relevante dado que, de alguma forma, na sua produção textual, o locutor contempla, antecipa, introduz as reações do seu interlocutor.

Da análise do *corpus* em estudo, foi-nos possível, de facto, atestar uma “construção coletiva” do discurso. Ainda que ocorrendo de forma deferida, o locutor vai regulando a interação e reformulando o seu comportamento verbal em face da intervenção ou reação do interlocutor, nomeadamente, através de sinais de escuta como manifestações de atenção, de incompreensão, de retificação, de ratificação, de desaprovação ou de (des)alinhamento dos pontos de vista.

Embora não imediata, há efetivamente uma influência mútua o que nos levou a procurar identificar que tipo de influência mútua exercem os interlocutores e que estratégias linguísticas e discursivas são selecionadas para concretizar essa influência.

Do estudo efetuado, resultou evidente que os interlocutores realizam uma orientação conjunta da interação que se faz de influências recíprocas, de cedências e de afirmação, num exercício permanente de “delicadeza compensatória” (Haugh & Hinze, 2003: 1601) que procura constantemente reconfigurar, manter e até fortalecer os elos de união no relacionamento interpessoal. Apesar de adotarem pontos de vista díspares sobre a narrativa de experiências de vida, estilos de conversação distintos, maneiras diferenciadas de gerir a polemicidade do discurso (que refletem a vinculação a “espaços mentais” diversos, sistemas de representação e de avaliação desiguais), tais características, intrínsecas a cada interlocutor, não parecem constituir uma ameaça definitiva à interação. Formas dissemelhantes de demonstrar a preocupação com a segurança pessoal e familiar, com o presente e o futuro da família, de controlar e reparar desentendimentos, são apenas linhas diferenciadas de comunicação, “dois caminhos para o envolvimento” (Tannen, 1990: 147)

conversacional e emocional, que se consolidam na seleção de um “conjunto de estratégias de consideração e de valorização do rosto do outro” (Kerbrat-Orecchioni, 2010: 6).

Reconhecendo que têm estilos de conversação diferentes e formas distintas de expressar os seus pensamentos e sentimentos, os interlocutores procuram “abrir linhas de comunicação” (Tannen, 1990: 150) e encontrar uma linguagem compartilhada que permita gerir e regular interesses e pontos de vista, nem sempre compatíveis e conciliáveis.

A gestão conjunta da interação procura, assim, construir uma “retórica de consenso” (Almeida, 2013) ancorada:

- i) na relação de atenção mutuamente partilhada, de ‘escuta’ atenta, de colaboração;
- ii) na busca de objetivos interacionais ajustados às expectativas geradas pelo alocutário;
- iii) na partilha de uma base comum de conhecimentos, representações e convicções que convocam para produzir e melhor compreender o sentido da interação;
- iv) na procura de um “foco comum de atenção” (Goffman, 1986: 95);
- v) no respeito pelos posicionamentos do outro;
- vi) no reforço da importância da conciliação;
- vii) na valorização dos laços afetivos existentes;
- viii) na opção por “práticas defensivas” e “práticas protetoras” (Goffman, 1967: 26), uma orientação para salvar a *face* do outro e a própria *face*, relevando as faltas e desculpando as ofensas, desacreditando as críticas e anulando as razões dos desentendimentos;
- ix) na seleção de “aceleradores de intimidade” (Dressier & Barbaresi, 1994: 233) para reforçar o “valor relacional” da interação (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 70);
- x) na realização de estratégias de delicadeza, cuja função “desarmante” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 85), permite reduzir a tensão e o conflito.

Apesar de as cartas objeto deste estudo refletirem uma relação de grande cumplicidade, profundo afeto e preocupação constante com o bem-estar do outro, identificamos enunciações, contrárias ao contexto esperado e desejado, potencialmente ameaçadoras da *face* dos interactantes e da própria interação. Num estado de grande agitação interior e de profunda inquietação, o locutor B realiza frequentemente atos diretivos com valor ilocutório de ordem; atos de ameaça que acomodam duras críticas; apelos desesperados à mudança de opções e de posicionamentos. São, em geral, atos geradores de grande tensão na interação, que o locutor A procura reparar “com delicadeza”, mobilizando universos de

referência partilhados (Almeida, 2010), num exercício de valorização do próprio, do outro e da relação interacional que permite reinterpretar expressões potencialmente ofensivas e indelicadas como não ofensivas e não indelicadas.

No jogo interacional em que se exerce a influência mútua, o que está em causa é a pressão imposta pelo locutor B para que o locutor A tome a urgente e imperiosa decisão de abandonar Angola e de ir para junto da família em Portugal; a paciente e resiliente determinação do locutor A de permanecer em Angola e de aí continuar a trabalhar, mesmo depois da quase totalidade da população portuguesa ter sido evacuada, de ter sido declarada a independência, do agudizar dos conflitos entre os partidos independentistas, da insegurança, da escassez de alimentos e da guerra civil. Nesta permanente tensão, as sequências textuais que compõem o corpo das cartas realizam segmentos argumentativos cuja função é essencialmente persuadir, convencer, conduzir à mudança de atitude, de pensamento e de atuação.

Assumindo formas distintas de lidar com a dramática mudança, com os desaires da perda e da separação, com as situações de crise, insegurança e incerteza, as motivações argumentativas dos interlocutores assinalam diferentes “intervenções diretivas” (Almeida, 2019: 252), como estratégias de imposição/conciliação de pontos de vista. Os locutores procuram, cada um à sua maneira, transformar o conhecimento do outro, configurando o discurso e projetando uma “inequívoca convicção pessoal” (Fonseca, 1992: 214): a de que é forçoso abandonar Angola / a de que é possível permanecer em Angola. Para gerirem esta delicada equação, colocam-se na posição de quem é capaz de “provocar um certo tipo de narrativa” (De Fina, 2009: 240) e de avaliar as opções e posicionamentos do seu interlocutor, com base num conjunto determinado de valores considerados como ‘corretos’ ou ‘mais corretos’.

Observamos, assim, na configuração argumentativa do discurso do locutor B, a seleção de mecanismos linguísticos que, embora sendo potencialmente geradores de conflito e de rutura, visam essencialmente persuadir para alterar ou corrigir estados epistémicos e comportamentais do seu interlocutor (Fonseca, 1992: 364), nomeadamente:

- i) segmentos assertivos com forte orientação persuasiva;
- ii) atos perlocutórios de advertência;
- iii) atos diretivos com valor ilocutório de ordem e/ou de ameaça;
- iv) atos de crítica com “dimensão causativa” (Fonseca, 1992: 272);

- v) conselhos formulados através de atos diretivos de ordem;
- vi) frases exclamativas de valor hiperbólico que reforçam o ponto de vista do locutor;
- vii) atos de desacordo.

A tensão produzida pelo discurso do locutor B é minimizada pelo locutor A através de dispositivos linguísticos de sentido contra argumentativo. Com efeito, este afasta-se permanentemente das críticas formuladas pelo locutor B, instituindo no discurso um “espaço de cumplicidade, de envolvimento e de apaziguamento” (Fonseca, 1992: 278) que visa construir a aproximação dos pontos de vista evitando realizar atos ilocutórios com conteúdos proposicionais potencialmente geradores de desacordo e conflito. Ao mesmo tempo, reafirma as suas opções não como contrárias às expectativas da família ou às suas obrigações para com a família, mas como cooperantes dessas expectativas. Seleciona, para tal, atos de conciliação, atos em que expressa o seu afeto e dedicação, procurando invalidar as suspeições do seu alocutário e reinstaurar o equilíbrio emocional que é, também, condição para o equilíbrio interacional.

O discurso é, desta forma, como afirma Fonseca (1992: 277), “objeto mediador de intersubjetividade” e a sua função só se concretiza “quando o alocutário dá mostras, explícita ou implicitamente, de que foi atingido nos seus estados cognitivos, passionais ou comportamentais”. Ou seja, os atos de aviso, ameaça, advertência e crítica do locutor B, enunciados contrários às expectativas de A, indicadores “destruidores” (Goffman, 1967: 13) e não “construtores” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 84) da relação interpessoal, não produzem a rutura na interação uma vez que o locutor A procura enfraquecer o potencial de rutura que tais atos encerram, reajustando as suas próprias intenções comunicativas às do seu interlocutor (Almeida, 2022: 252). Às críticas, responde, não raras vezes, com o reforço da “energia emocional” (Rodrigues, 2011: 10). Acomoda e regula os processos de interssincronização e envolve o seu interlocutor numa “comunidade de pensamento” (Gumperz, 1989), de partilha de pontos de vista e de interesses comuns.

A gestão da polemicidade do discurso faz-se, assim, da (re)orientação conjunta dos focos de atenção, de contraponto à turbulência emocional, de resiliente aceitação da irreversibilidade das circunstâncias, de apelo ao apaziguamento, de renovação do entendimento justo das situações, de reafirmação do compromisso de lealdade e sinceridade. Trata-se de um “monitoramento emotivo” (Caffi, 1999: 883) que reorienta o discurso,

marcando a pertença dos interlocutores a um “mundo intersubjetivo” (Rodrigues, 2011: 12) e que é produzido, sobretudo pelo locutor A, com recurso a mitigadores do discurso. Isto é, mecanismos de delicadeza positiva que conformam uma “estratégia de valorização do outro” (Almeida, 2010: 128), realizados através:

- i) de sequências de justificação que configuram comentários suavizadores a que o locutor acrescenta a pergunta-tag, procurando a aprovação do seu interlocutor;
- ii) de fórmulas apologéticas explícitas;
- iii) de atos de deferência como atos de delicadeza positiva em circunstâncias em que o locutor reconhece e respeita a vontade ou opções do interlocutor;
- iv) do cuidado constante de que as suas perceções sejam congruentes com o que considera serem as perceções do outro;
- v) de enunciados que evidenciam aceitação direta ou o acordo;
- vi) da realização de atos de “anti-ameaça” (Kerbrat-Orecchioni, 2010: 6), com carácter “compensatório” que visam preservar a ‘face’ do locutor e do alocutário;
- vii) de estratégias de “acomodação intersubjetiva” (Almeida, 2010: 132) das ‘faces’ dos interlocutores;
- viii) da modalização de asserções potencialmente ameaçadoras da ‘face’ do alocutário;
- ix) de construções indiretas suspensas ou truncadas que diminuem a força argumentativa do enunciado, relativizando a ameaça e funcionando como “estratégias de autoproteção” (Briz, 2013: 286);
- x) da lateralização ou redução da “relevância temática” (Caffi, 1999: 902) das acusações;
- xi) de movimentos de reformulação, introduzidos por marcadores discursivos que adquirem valor de atenuação.

No caso do locutor B, a “regulação da relação interpessoal” (Carreira, 1995: 105) e o (re)equilíbrio da interação realiza-se, quase sempre, de forma explícita, através de atos de pedido de desculpa e atos de reparação em que o locutor admite a responsabilidade e a relevância negativa dos seus atos/palavras. São atos “sequencialmente implicativos” (Schegloff, 1977: 381), formulados como resultado do arrependimento por atos de crítica ou

ameaça, que sinalizam o desejo de anulação da tensão, de renovação de expectativas, de valorização das atitudes do alocutário.

Apesar do evidente empenho dos interlocutores, o consenso é difícil de alcançar, seja porque o alocutário rejeita o conteúdo proposicional do enunciado do locutor, não validando, nem conferindo confiança ao que é dito; seja porque a perspectiva do interlocutor não é partilhada, nem aprovada. Há, isso sim, uma vincada e reiterada avaliação negativa, por parte do locutor B, da opção do locutor A de permanecer em Angola, explicitamente manifestada nos já referidos atos de ameaça, de crítica, de advertência, na ironia, na expressão emotiva do seu estado de perturbação e inquietação.

A leitura e o estudo do *corpus* não nos autorizam a concluir que exista uma intenção explícita do locutor B de “denegrir” (Almeida, 2013b: 4) ou desqualificar o locutor A. As críticas e ameaças ocorrem, sobretudo, em consequência da instabilidade emocional, da dolorosa vulnerabilidade, da preocupação com a situação de insegurança, de desesperado desejo de reconciliação familiar. O objetivo central das ameaças (que assentam, quase sempre, na enunciação do propósito do locutor viajar com os filhos para Angola) não é fazer com que o locutor realize a ação enunciada na ameaça (parece possível afirmar que o locutor tem consciência da irracionalidade e impraticabilidade dessa ação), mas antes que o alocutário satisfaça a condição enunciada (a de se juntar ele à família). Dito de outra forma, os atos de ameaça, enunciando ações futuras prejudiciais para os interlocutores, assentam em mecanismos que visam sobretudo comover, demover e mover o alocutário. Em suma, o locutor B procura, através de manifestações “exageradas” (Albelda, 2005: 329), convencer o locutor A a abandonar Angola, o que, efetivamente, não consegue.

Voltando à pergunta que colocámos inicialmente, “Que tipo de influência mútua exercem os interactantes e como se processa essa influência?”, parece ser possível concluir que, embora os locutores realizem atos cujo efeito perlocucionário visa alterar, e altera efetivamente, as opções ou as atitudes do outro (recorde-se como se vão mutuamente apoiando e encorajando, tecendo fios de esperança), a influência exercida impacta níveis distintos de dissuasão e persuasão. Existe, de forma inequívoca, igual envolvimento conversacional na dinâmica de um “percurso discursivo de construção negociada de sentido com vista à criação de um objetivo comum” (Marques, 2014: 95): o de expressar reiteradamente a afeição e os laços inquebráveis que unem os interlocutores. E, apesar disso, que não é coisa pouca, continuam a defender opções distintas, ancoradas em formas

diferenciadas de avaliar os acontecimentos políticos e os seus efeitos na esfera pessoal e familiar: o locutor A acreditando que o sacrifício inerente à sua permanência em Angola é o melhor que pode fazer pela família; o locutor B defendendo convictamente que nenhum bem material a reaver justifica a separação familiar.

Considerando as circunstâncias externas à vontade dos interlocutores que, todavia, determinam as suas vidas e as suas opções de vida, as produções observadas permitiram-nos entender atitudes individuais que se inscrevem em eventos coletivos. Importou-nos analisar a influência do contexto na modificação dos estados epistémicos, comportamentais e emocionais dos interlocutores, mas também a interferência do contexto na seleção de estratégias discursivas e no próprio rumo da interação.

Foi possível verificar que, enquanto em Portugal (sobretudo a partir de 1977 e 1978), a vida da família vai estabilizando (o locutor B vê a sua situação profissional definida e assegurada, os filhos vão-se adaptando às novas regras e rotinas escolares, consolidam uma rede social de amigos e familiares próximos, decide definitivamente o lugar onde a família vai viver e concretiza o projeto de construção de uma casa), em Angola, a situação política, económica e social agrava-se permanentemente resultando na escassez de bens de primeira necessidade, na manifesta hostilidade para com os portugueses, no confisco e nacionalização de bens, nas disputas entre os partidos independentistas e nos conflitos no seio do partido no governo. Em fevereiro de 1978, é instaurada a pena de morte, em consequência da tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 1977 e o país viverá, nos anos de 1977 e 1978, um período de grande tensão, com numerosas e violentas retaliações e perseguições.

Com a situação mais estável e de maior segurança em Portugal, o discurso do locutor B assume um tom menos apelativo, menos ameaçador e menos crítico. O locutor A agradece, explicitamente, esta mudança no rumo discursivo e mantém, ou até intensifica, porque a situação em Angola o exige, o seu tom otimista e confiante, no permanente propósito de tranquilizar o seu alocutário. A identidade que o locutor B vai construído ao longo da interação parece ser bastante mais dependente das circunstâncias contextuais: manifesta-se de forma fortemente crítica e acusadora ou mais compreensiva em virtude da maior estabilidade familiar e emocional. No lugar específico da interação, a sua “identidade situacional” (De Fina, 2010: 268) vai-se construindo de forma plural e instável, em

consequência das notícias que recebe, da ausência de notícias, da definição ou indefinição da situação familiar, das certezas que alcança ou das incertezas que persistem.

A análise permite concluir, na linha da perspectiva defendida por Tannen (1990), que os interlocutores “vivem em mundos diferentes, feitos de palavras diferentes” (Tannen, 1990: 1) e têm estilos distintos de conversação. São evidentes as diferenças na maneira de equacionar os problemas e de lidar com a adversidade, mas não nos parece possível, a partir do estudo realizado, afirmar genericamente que se trata de características próprias dos homens ou das mulheres. O que nos parece possível afirmar é que, no *corpus* em análise, as estratégias discursivas selecionadas pelos dois locutores são manifestamente distintas: i) a mulher expressa, mais frequentemente, a sua desaprovação com atos do discurso fortemente ameaçadores da ‘face’ positiva do seu interlocutor; ii) o homem procura constantemente reequilibrar a interação, selecionando estratégias de valorização da sua própria ‘face’ e da ‘face’ do seu interlocutor, estratégias de conciliação e de alinhamento dos pontos de vista.

Numa investigação com recurso a um conjunto de dados diversificados (imagens do cérebro obtidas por ressonância magnética e informação recolhida em inquéritos) Daphna Joel¹⁴⁴ conclui que o cérebro humano não é nem masculino, nem feminino. É antes um “mosaico único de características, algumas mais comuns nas mulheres, outras mais comuns nos homens” (Joel & Vikhanski, 2020: 62) e um mosaico que se vai construindo e que “muda ao longo da vida” (Joel & Vikhanski, 2020: 62). O estudo do conjunto da correspondência trocada entre marido e mulher, ao longo de seis anos, permite-nos observar que os locutores selecionam, efetivamente, mecanismos discursivos distintos, gerem de forma diversa a polemicidade do discurso e o rumo da interação. Contudo, parece evidente que as suas reações dependem, em grande parte, de circunstâncias externas, nomeadamente do agudizar dos conflitos e do maior ou menor grau de insegurança e instabilidade que vivem. Dito de outro modo, os dois interlocutores demonstram graus diferentes de ‘resistência’ à pressão que é exercida pelo contexto de mudança, de incerteza e de inconstância em que vivem.

Importou-nos ainda ressaltar, na análise realizada, a ideia de que, apesar de “enraizados” num contexto histórico, político e social fortemente impactante, as narrativas objeto deste estudo não constituem relatos objetivos da realidade. Embora possam ser estudados como “parte integrante da construção da sociedade, das crenças e conhecimentos que nela se partilham, dos comportamentos que nela se aceitam e impõem” (Marquilhas,

¹⁴⁴ Professora de Psicologia e Neurociência na Universidade de Telavive.

2009: 57), ou resgatados como “possibilidades verosímeis” (Martins, 2011: 68) do ‘real acontecido’, expressão de como “as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam” (Martins, 2011: 68), no ato de produção, estas cartas são apenas a expressão da forma como os seus autores viveram e testemunharam os acontecimentos.¹⁴⁵ Registos emotivos do quotidiano que refletem atitudes individuais de quem procura, em face das macro decisões nacionais, reposicionar as decisões familiares. São narrativas interativas de experiências de vida, relatos não ordenados e incompletos, que privilegiam a (re)constituição da imagem de si e do outro e cujas características prototípicas assentam, sumariamente: na variedade temática; no ritmo rápido; no fluxo discursivo espontâneo e pouco planeado; nas digressões temáticas; no discurso descontínuo e polifónico; na construção de um discurso emotivo que denota forte envolvimento conversacional dos participantes na interação.

Nas cartas em análise, encontrámos um “repertório de singularidades” (Rocha, 1985: 380), soma de atos hesitantes, evocações comovidas, pensamentos fragmentados e descontínuos, experiências individuais onde se inscreve a dimensão coletiva da vivência de um período marcado por profundas alterações. Vozes que dizem e silenciam, “sinais lançados ao sabor da hora [...] dum subtil e cruciante contraponto interior feito de esperanças e de desilusões, de força e de fraqueza, de contradições e de unidade” (Rocha, 1985: 380).

V.2. Hipóteses de desenvolvimento do estudo.

O *corpus* em análise é, como referimos, constituído por 786 cartas, perfazendo 1828 páginas escritas ao longo de seis anos de interação. Trata-se de um material rico, do ponto de vista linguístico, que pode, naturalmente, ser estudado considerando outras abordagens teóricas e outras metodologias, que não apenas as definidas nos objetivos deste estudo.

Para além da investigação realizada, poderá também servir ao “historiador da cultura para abordar a tática criadora e fraturante adotada pela gente vulgar na sua vida quotidiana” (Marquilhas, 2009: 47). Poderá também constituir-se como objeto de estudo de outras áreas

¹⁴⁵ Seara (2006: 19) acrescenta a este propósito: “O género epistolar [...] constitui um testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor. Se a função da obra literária é problematizar a vivência de uma cultura, o discurso epistolar quotidiano traduz a vivência dessa cultura. É a visão pessoal e a narração dos momentos vividos numa tripla aceção: o passado memorizado, o presente vivido e o futuro, esperado e desejado.”

do saber já que contém importante informação sobre o momento e as circunstâncias de um determinado período histórico (o período pós-revolução de abril de 1974 em Portugal, a descolonização e a independência de Angola) retratado na perspetiva de quem o viveu. Deixamos, como eventuais hipóteses de trabalho, breves apontamentos sobre áreas como:

1. A situação política:

a) situação política em Portugal

Por cá as coisas também não andam boas, mas até ver ainda não há tiros.

[B-01/08/75]

Em Braga e Viseu houve ontem barulho, todos os dias se demitem oficiais, hoje foi o da Academia Militar, que segundo ele disse foi da revolta dos capitães, estava portanto com a revolução em 25 de abril, ele até diz os motivos porque se demitiu, já não têm oficiais para substituir os que pedem demissão.

[B-12/08/75]

b) situação política em Angola

- negociações para a independência e reações dos partidos independentistas

O Eng.º Falcão¹⁴⁶ não esteve no ato de posse porque tem estado a lançar o FUA (Frente Unida de Angola)¹⁴⁷ e quis ocupar o lugar depois de mostrar que tem representatividade.

[A-19/09/74]

Hoje vem no jornal que o cessar-fogo com a FNLA deve começar a vigorar na próxima 3ª feira. Fica apenas o MPLA sem fazer o cessar-fogo.

[A-13/10/74]

- disputas entre os partidos em Angola (acordos, incumprimento dos acordos, cessar-fogo)

Quanto ao momento político de Angola, vai aqui o fim do mundo, agora com uma guerra de palavras principalmente por parte do MPLA. Como decerto ouviste aí na rádio, mas aí talvez deturpado, foi assinado um acordo com o Mobuto e o Holden Roberto e ontem começou a vigorar o cessar-fogo com a FNLA. [...] Ora o MPLA e os seus apaniguados assanharam-se e agora ninguém pode ouvir as

¹⁴⁶ Refere-se a Fernando Falcão. Sobre a sua intervenção, veja-se a entrevista do público <https://www.publico.pt/2011/06/10/jornal/fernando-falcaoum-branco-fora-dos-eixos-21801664> em 10 de junho de 2011 [19.09.2021]

¹⁴⁷ Sobre a FUA, movimento menos conhecido, diz Pimenta (2016: 380): “a FUA apelou ao exercício duma pressão constante sobre a governação salazarista e condenou o recurso à violência da parte quer do regime colonial, quer dos movimentos nacionalistas, nomeadamente da UPA. Deste modo, a FUA pediu o apoio de toda a população angolana para a causa da emancipação e apresentou-se como movimento cívico, sem filiação partidária, e defensor da unidade de todos os habitantes do território, sem distinção de raça. Reivindicou também a libertação de todos os presos políticos, a realização de eleições gerais, com inteira liberdade de propaganda e ampla representação de todas as tendências políticas, e a formação de um governo autónomo de Angola. Reclamou ainda o reconhecimento e o respeito da parte do regime colonial pelas liberdades de consciência, de religião, de imprensa, de reunião e de associação.”

emissoras sem que se irrite. A FNLA tem hoje dentro de Angola milhares de homens e armas e tudo indica que com os acordos de Kinshasa é o Holden Roberto que vai começar a ter grande preponderância nos meios angolanos. Ora é isso que o MPLA, que chegou a pensar que a coisa estava no papo, não aceita de boa mente, e vai daí a guerra de nervos que por aqui vai, apenas com palavras, claro.

[A-16/10/74]

- **agravamento da situação de insegurança**

Decerto estás ao corrente que por aqui se tem passado desde os últimos dias, ou mais precisamente desde o dia 9. Aquilo a que se pode chamar loucura, ódio cego e ou ambição desenfreada. Há muitos mortos a lamentar, milhares e milhares de desalojados, enfim uma cidade completamente em pantanas na zona dos bairros suburbanos e nos locais onde se situavam as delegações. [...] Matam-se uns aos outros com mais facilidade que se mata uma galinha. Odeiam-se de morte, porque não é do mesmo movimento está condenado, no dizer deles “tem de morrer”. [...] Estes últimos quatro dias foi o fim do mundo, todas as delegações da FNLA estiveram debaixo de fogo de morteiro e outras armas pesadas durante horas a fio.

[A-15/07/75]

- **a saída dos portugueses e a ponte aérea**

[...] olha que a TAP tinha ontem 150 000 passagens daqui para aí marcadas, por aqui podes ver o estado de espírito das pessoas.

[A-10/05/75]

[...] ainda ontem vi o aeroporto daí! Pessoas a dormirem no chão, malas que é o fim do mundo [...]

[B-04/08/75]

- **a posição de Portugal**

Para mim o que me revolta mais é que aqueles a quem compete até novembro a manutenção da ordem e da segurança, por falta de meios ou por outros motivos que não vale a pena mencionar, se alheiam dessa responsabilidade e deixam as coisas correr de qualquer maneira.

[A-15/07/75]

2. A situação económica:

- a) sistema bancário (o câmbio da moeda; os juros dos depósitos e dos empréstimos;

a desvalorização do dinheiro

- continuar a cumprir os compromissos (empréstimos bancários) assumidos em Angola

Já pensaste como poderemos pagar a casa da Baixa? A mim parece-me impossível, Deus queira que assim não seja, pois 20 meses a 10 contos e tal é duro para a fase que se atravessa.

[B-01/08/75]

- a dificuldade em transferir dinheiro para Portugal

Uma coisa também importante é pedires o resto da gratificação e trocares no mercado negro para trazeres, doutra maneira não a trazes, ou mandares por alguém [...]

[B-22/07/75]

- burlas com as transferências de dinheiro

Isto aqui anda muito assanhado quanto a transferências porque apareceram várias burlas no que se refere a transferências. Há gente presa dos bancos, do I.C.S e das agências de viagens. Ao que parece a burla anda por muitas dezenas de milhares de contos e tem várias facetas: desde a emissão de bilhetes de avião falsos até à passagem de autorizações com a assinatura falsificada. Ou noutros casos a utilização em vários bancos da mesma autorização sem que estes apusessem o visto.

[A-16/10/74]

b) preços e custo de vida:

- custos de frete e alfândega

custo do frete [transporte do carro] Luanda/Lisboa – 12 contos

[A-20/09/74]

- preços dos produtos

Aqui faltam algumas coisas e são caras, mas nós ainda não passamos fome e gastamos de 2300,00 a 2500,00 [escudos] por mês, ambos.

[A-08/05/75]

- valor dos vencimentos

[...] a lavadeira é a mesma, ganha 400,00. Eu já mandei cortar a buganvília uma vez por um homem do C&F, agora um homem pediu 250,00 para a cortar.

[A-22/04/75]

- obras em casa

Olha, sobre a casa, veio aqui um homem ontem, mestre de obras, que fez o orçamento de 330 contos para a arranjar, como vês é uma casa nova pois eles dizem que tem de levar placas e sai tudo, é tudo para demolir... como vês perto de 500 contos que era no que vinha a ficar depois de pronta é muito dinheiro para esta vila.

[B-04/08/75]

3. A situação administrativa:

a) legalização dos bens

Ontem fui a Coimbra, difícil como sempre, diz que levavam 8 dias para tirarem fotocópia de um papel, enfim lá fizeram e lá entregaram, agora voltasse lá para registar o carro na propriedade automóvel quando eles mandarem o livrete.

[B-09/08/75]

b) legalização da situação profissional em Portugal

[...] também li no jornal que tinha sido remodelado o decreto dos adidos, mas vou procurar informar-me melhor.

[B-14/04/75]

c) a questão da cidadania portuguesa e/ou angolana (exemplo 211).

4. Serviços:

a) correios

Já te disse que a carta apareceu passados 17 dias que daí saiu [...].

[A-20/03/75]

b) telefone

Ontem telefonei para Lisboa duas vezes, uma à uma hora da tarde e outra à noite. Quando falei à tarde a telefonista de Lisboa disse que o telefone não atendia.

[A-20/09/74]

c) transporte dos bens de Angola

Ainda sobre os caixotes era bom pintarem a vermelho uma bola grande a um canto, pois eu não sei se alguma vez eles cá chegarão ou eu os encontro, com toda esta barafunda.”

[B-10/10/75]

5. Meios de comunicação social:

Encontrei-me lá [em Lisboa] com a Faty e a Bernardina da Estatística que me contaram coisas pavorosas daí, o caso [nome] etc. Isso é terra de ninguém, selvagens! Não sei se sabes que o Padre Zé Maria esteve preso, prenderam um tio da Faty velhote e depois fizeram chantagem até o padre lá ir, o fim deles foi dizer-lhe que ou a emissora virava MPLA ou acabavam com eles.

[B-01/08/75]

Acabei de ouvir as notícias, isto agora é o fim do mundo, a E.O. passou a ser a emissora do MPLA durante uma hora leram comunicados, recomendações do “poder popular”.

[A-19/07/75]

A partir deste breve levantamento de referências ao contexto político, económico e social, parece-nos possível o estudo futuro do *corpus* em análise como um arquivo que ultrapassa as fronteiras da narrativa de um quotidiano íntimo e pessoal, podendo contribuir para um melhor entendimento dos momentos singelos de que é feita a grandeza de um acontecimento histórico singular.

V.3. Notas finais.

“Salvar qualquer coisa do tempo onde não voltaremos a estar”.

(Ernaux, 2022: 196)

Numa Angola que procura a consolidação do seu percurso de autonomia e de independência, no meio de intensa disputa política e militar pelo poder, o locutor A decide ficar, afiançado no seu esforço e no seu trabalho; acreditando sempre que a afirmação de uns não tinha de implicar a rejeição de outros. A viver em Luanda desde os 17 anos, aí estudara, cumprira o serviço militar, conquistara o seu primeiro emprego. Fora também aí que se apaixonara e casara. Aí nasceram os seus três filhos. Tirou o curso de contabilista, teve dois empregos em simultâneo, foi respeitado pelas suas capacidades e pelo seu empenho, promovido e valorizado. Investiu o resultado do seu trabalho em terrenos e casas, sem termo e sem hesitações (mesmo depois do êxodo dos portugueses, da independência e da situação de incerteza, continuará a cumprir os seus compromissos e a pagar ao banco o empréstimo contraído para comprar um apartamento na “Baixa” de Luanda).

A mulher, locutor B, regressa a Portugal em setembro de 1974, de licença graciosa, e, em face do agudizar dos conflitos, já não regressa a Angola. Permanecerão separados durante 26 anos. Nos primeiros anos, as notícias chegam apenas por carta porque o telefone é caro e as comunicações difíceis de estabelecer. São cartas longas, quase diárias, que procuram ancorar a existência quotidiana na ombreira das palavras de conforto que chegam de cá e de lá.

Estes eram, de uma forma geral, os factos que a investigadora conhecia quando deu início a este projeto. Só a leitura do *corpus* aqui objeto de estudo permitiu, ‘ouvindo’ a voz testemunhal dos intervenientes, tomar efetiva consciência dos dias difíceis de incerteza e desespero e da incomum coragem com que os viveram. A memória que a investigadora possuía deste complexo e perturbado tempo era necessariamente relativa e parcial, pois que construída pelo entendimento incompleto de uma criança de nove anos. Foi, nesse sentido, um emotivo e revelador percurso de (re)conhecimento e de (re)aproximação aos interlocutores, expostos na estreiteza da sua intimidade, na amplidão das suas inseguranças, nas vidas atravessadas pela corrente tumultuosa de momentos coletiva e individualmente singulares.

Foi, pois, este, também um percurso de apropriação de um capital de experiências pessoais, cujo impacto importará avaliar. Que memórias se constroem a partir deste legado? Como se realiza esta herança nas vivências diárias? Como se questionam e que efeitos operam? Como se posicionam, a partir daqui, enquanto professora e cooperante? Como se relacionar social e culturalmente com sociedades herdeiras de um passado comum de ressentimentos?

Enquanto professora de português na rede de ensino de português no estrangeiro e, em particular, no contexto de Cabo Verde, é necessário avaliar a vitalidade da língua materna (a língua cabo-verdiana)¹⁴⁸ e o “papel complementar” (Fonseca & Marçalo, 2008: 236) que esta desempenha no processo de aprendizagem formal da língua portuguesa. Com efeito, a língua cabo-verdiana é fator de afirmação de identidade e de conquista da independência e da autonomia. É a língua materna da grande maioria da população, é língua de afetos, da oralidade¹⁴⁹ e das vivências diárias. Ainda que a sua aprendizagem formal nas escolas esteja apenas em fase experimental,¹⁵⁰ exerce uma forte influência sobre a língua portuguesa, pelo que o ensino do português impõe, como afirmam M. C. Fonseca & M. J. Marçalo (2008: 236) “uma reflexão acrescida sobre os traços específicos que caracterizam as variedades nacionais”, no caso particular, o português de Cabo Verde. Trata-se, para quem ensina, de

¹⁴⁸ As decisões em matéria de política linguística em Cabo Verde contemplam i) o reconhecimento oficial da LCV como património cultural imaterial cabo-verdiano (Resolução n.º 102/2019 de 9 de agosto, publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde n.º 87 de 9 de agosto de 2019, 1.ª Série, classifica a Língua Cabo-verdiana como património imaterial cabo-verdiano); ii) a instituição do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano (Decreto-Lei n.º 8/2009 de 16 de março. Boletim Oficial n.º 11); iii) a estratégia de afirmação e valorização da língua cabo-verdiana (Boletim Oficial n.º 46. Resolução n.º 48/2005 de 14 novembro); iv) medidas conducentes à afirmação e valorização da língua cabo-verdiana (Resolução n.º 32/2015. Boletim Oficial n.º 25 - I Série, de 15 de abril). (Fonte: A. M. Lopes, *A Língua Portuguesa e a Língua Cabo-verdiana como capital identitário de uma comunidade*”, Conferência proferida no quadro das Comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa. Universidade de Cabo Verde, 5 de maio de 2023).

¹⁴⁹ Diplomas que indicam a Língua Cabo-verdiana para o modo oral, reservando a Língua Portuguesa para a escrita: i) Código das Empresas Comerciais. Decreto-legislativo n.º 3/1999 de 29 de março. Boletim Oficial n.º 9 de 29 de março de 1999, I série; ii) Código de Processo Penal de Cabo Verde. Decreto-legislativo n.º 5/2015. Boletim Oficial n.º 69 de 11 de novembro de 2015, I série; iii) Organismos de Investimento Colectivo. Decreto-Lei no 15/2005 de 14 de fevereiro. Boletim Oficial n.º 7 de 14 de fevereiro de 2005, I Série; iv) Regime da Função Pública. Lei no 42/VII/2009 (Boletim Oficial n.º 87 de 9 de agosto de 2019, I Série. (Fonte: A. M. Lopes, *A Língua Portuguesa e a Língua Cabo-verdiana como capital identitário de uma comunidade*”, Conferência proferida no quadro das Comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa. Universidade de Cabo Verde, 5 de maio de 2023).

¹⁵⁰ O Ministério da Educação de Cabo Verde estipula, no *Caderno de Orientações Gerais (Ano letivo 2022-2023)*, p.54: «É introduzida a “Língua e Cultura Cabo-verdianas” como disciplina optativa, a partir do 10º ano de escolaridade, por um período experimental de três (3) anos, renovável por mais dois (2). O carácter experimental da disciplina será encarado como uma experiência metodologicamente e pedagogicamente orientada no quadro de um projeto de investigação-ação, em que os dois anos, após a fase experimental, serão dedicados à consolidação da disciplina, em resposta à alínea h) do artigo 10.º da Lei de Bases do sistema Educativo que diz: “Aprofundar o conhecimento e a afirmação da escrita da Língua Nacional Cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral, visando a sua utilização oficial a par da Língua portuguesa”.»

um exercício de valorização de um património linguístico historicamente ancorado, mas renovado numa relação de respeito, de amizade e de cooperação que reconfigura os destinos individuais dos países e dá voz às suas identidades plurais.

António Pinto Ribeiro¹⁵¹ afirma que “As gerações que cresceram na Europa [...] não alimentam mitologias de regresso, mas antes reivindicam pertenças. Por isso, ao mesmo tempo que recusam a retraumatização da perda, recusam também as lógicas do esquecimento”.

Marcado tanto pela distância que o tempo e a lente teórica adotada permitiram interpor, quanto pela proximidade subordinada ao envolvimento emocional, este trabalho é também uma declaração de gratidão aos autores das cartas, um ato de reconhecimento, porventura definível, nas palavras de António Pinto Ribeiro, como

“[...] um gesto performativo, um gesto de conhecimento em ação, em que a emoção cumpre a função cognitiva de suscitar a incorporação da experiência de outrem, normalmente uma experiência de sofrimento, na nossa própria estrutura de percepção, cumprindo o imperativo de humanidade representado pela integração do sofrimento alheio no âmbito do nosso conhecimento do mundo e da nossa relação com o mundo.”

Todavia, esta foi uma percepção posterior, que se foi construindo ao ritmo da leitura das cartas. No início, o propósito foi unicamente o de reinscrever o passado no presente pessoal e familiar, pela necessidade de tornar presentes os interlocutores para sempre ausentes, de lhes ouvir as vozes, na caligrafia conhecida. Não se veja, por conseguinte, neste estudo, uma preocupação em ressituar os arquivos pessoais numa perspetiva histórica e coletiva. Ainda que possa, quase inevitavelmente, adquirir significados múltiplos no quadro suplementar de uma análise crítica e problematizadora de um determinado período, próximo e presente, de desmandos pré e pós-independência, não foi esse, em nenhum momento, o objetivo desta análise.

O trabalho que agora se apresenta traduz unicamente a intenção de observar de que forma se realizam as trocas interlocutivas, ao longo de seis anos, entre dois interlocutores muito próximos emocionalmente, muito afastados fisicamente. Traduz o compromisso de ampliar as vozes individuais: de uma mulher, portuguesa, a viver em Angola desde os 17 anos, que é obrigada a regressar a Portugal com 40 anos e três filhos; sozinha, sem casa e sem trabalho e que aí tenta reconstruir a sua vida, esquecida da vida que construíra em

¹⁵¹ Ribeiro, António Pinto, “A cena do pós-memória”, in *Jornal de Letras*, junho 2022.

Angola e preocupada apenas com a reconciliação familiar; a de um homem, português, que emigrara sozinho para Angola com 17 anos e que aí insiste em permanecer, apesar das hostilidades, da guerra e, sobretudo, dos reiterados apelos, críticas e ameaças da mulher.

Há, evidentemente, um passado doloroso que se impõe estudar e compreender, sobretudo para o restituir como espaço de pertença, apaziguando e reconciliando. Mas não é esse, como já referimos, o nosso objeto de estudo e não cabem tais reflexões nas linhas de trabalho definidas. Importou-nos, essencialmente, investigar de que forma os mecanismos linguísticos selecionados permitiram, ao longo de seis anos, gerir a interação numa instável fronteira entre a presença e a ausência, entre o que se espera que os dias tragam e o que os dias teimam em não fazer chegar.

Procurámos analisar, nas práticas discursivas produzidas neste particular contexto, como se realiza o trabalho de posicionamento e de (re)construção das identidades; de que forma os mecanismos linguísticos selecionados contribuem para reforçar ou desatar os laços afetivos; como se agudizam ou solucionam os conflitos “por uma simples troca de palavras”. Como se equilibram, na interação discursiva, dualidades complexas e, por vezes, até conflitantes, com “esquemas de pensamento” e opções de vida distintas, estilos diversos de conversação. Sendo determinadas por contextos específicos, as práticas discursivas são também resultado de influências mútuas, de partilha de objetivos, tecedura de laços afetivos e relacionais.

Na ausência, as cartas materializaram um território afetivo onde se acolheram existências magoadas; onde se decidiu um quotidiano incerto; se conciliaram as divergências e se reafirmaram os compromissos; onde se reconfiguraram as prioridades, onde se assistiu ao crescimento dos filhos, às desavenças familiares, aos pequenos rasgos de alegria e aos momentos de sombra de que se compõem os dias. Aqui está o abandono e o desapego, por vezes o extremo desalento. Aqui está, sobretudo, a manifestação de um amor incondicional. E também o otimismo, que o medo generalizado, os perigos visíveis e as incertezas ocultas não fizeram esmorecer. A vitalidade de um entusiasmo continuamente renovado na excessiva lucidez de quem se recusou a desistir. Aqui estão narrativas de experiências de vida de quem acreditou sempre, sem cautelas e sem medos, de quem viveu com a coragem de ter esperança.

Nos momentos em que o recurso à lente teórica não foi suficientemente objetivo para conter a emoção, entenda-se apenas o exercício consciente de continuar a conjugar no

presente vidas que não se medem em tempo, antes se salvam pelo exemplo, assim se salvando também um tempo em que não poderemos voltar a morar. Um tempo eternamente sem tempo de uma infância que, tendo sido reterritorializada em espaço de angústia e incerteza, se acolheu no abrigo e na solidez de uma casa fincada, com a firmeza do amor, em território de esperança.

Como “a nossa biografia também se conta pelas lágrimas” (Mendonça, 2019: 37) importa dizer que, ao longo desta investigação, houve, não raras vezes, lágrimas derramadas: de saudade, de comoção e, sobretudo, da mais profunda admiração e gratidão.

Os autores destas cartas, “estão bem dentro do meu coração e eu sei que não será demais dizê-lo em cada carta e, para a próxima, desde já prometo que escreverei uma carta mais amiga, mais do coração”. [A-16/05/80]

QUADRO-SÍNTESE | Estruturas conversacionais do discurso epistolar em análise: regularidades discursivas

<p>Um discurso emotivo e persuasivo no corpo da carta: a coconstrução de um território de proximidade.</p> <p>A gestão conjunta da interação procura construir uma “retórica de consenso” (Almeida, 2013) ancorada:</p>	<p>Estratégias linguísticas e discursivas:</p>	<p>Exemplos:</p>
<p>i) na relação de atenção mutuamente partilhada, de ‘escuta’ atenta, de colaboração;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enunciados de cortesia positiva; ▪ Estratégias de aproximação. 	<p><i>“Querida Joaquinha, recebi agora 6 cartinhas tuas e uma da Sofia. [...] Todas li com a melhor atenção e vou voltar a ler para a todas responder com toda a lealdade e dedicação que sempre te dediquei.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-06/01/76] (ex.62)</p> <p><i>“Vou responder às tuas cartas de 18, 21 e 22 deste mês, que li com a melhor atenção e mereceram todo o meu cuidado.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-24/07/75] (ex.65)</p>
<p>ii) na busca de objetivos interacionais ajustados às expectativas geradas pelo alocutário;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enunciados que evidenciam aceitação direta ou acordo; ▪ Uso da conjunção subordinativa concessiva; ▪ Pergunta <i>tag</i> como estratégia de conciliação. 	<p><i>“Eu sei que tu tens razão quando dizes que há outras maneiras de se viver, é verdade, tens razão, eu, embora não o dissesse, sempre estive de acordo contigo.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-01/04/76]</p> <p><i>“Zézito eu já estou melhor não te preocupes sim? Se vês que podes estar aí, é contigo.”</i></p> <p style="text-align: right;">[B-29/08/75] (ex. 123)</p>

		<p><i>“Adeus, Zézito, faz como quiseres, eu vou de boa vontade, mas se te fizer muita diferença eu fico, está bem?”</i></p> <p>[B-18/06/75] (ex.125)</p>
<p>iii) na partilha de uma base comum de conhecimentos, representações e convicções que convocam para produzir e melhor compreender o sentido da interação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sequências de justificação. 	<p><i>“Tenho aqui a tua carta de 26 a que ainda não respondi e a que venho responder preocupado por ti e por mim. Por ti por ver como encaras as coisas e por mim porque não sei o que hei-de fazer.”</i></p> <p>[A-01/08/76]</p> <p><i>“...será que não cumpro o meu dever de chefe de família, ou será que chefe de família é só aquele que não se priva do conforto do seu lar nem da companhia da mulher e dos filhos e aí está a viver de subsídio de desemprego? Então não são nem foram chefes de família (bons chefes) todos os que emigraram para a Europa ou todos os que aqui vieram fazer a guerra colonial.”</i></p> <p>[A-20/01/76] (ex.193)</p>
<p>iv) na procura de um “foco comum de atenção” (Goffman, 1986: 95);</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seleção da 1.^a pessoa do plural. 	<p><i>“Isto é uma situação transitória e havemos de viver muitos anos felizes, mais do que dantes e educar os nossos filhos.”</i></p> <p>[A-18/12/75]</p>
<p>v) no respeito pelos posicionamentos do outro;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atos expressivos. 	<p><i>“Antes de terminar esta carta quero dizer-te que gosto muito da planta da casa e que acho muito bem que a construas em Alvaiázere. Tu é que resolves.”</i></p> <p>[A-10/10/76] (ex.126)</p>

vi) no reforço da importância da conciliação;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Argumento justificativo-explicativo que atenua o valor axiológico negativo do conteúdo proposicional. 	<p><i>“...pois para aborrecimentos já chegam os que tens.”</i></p> <p style="text-align: right;">[B-07/09/74]</p>
vii) na valorização dos laços afetivos existentes;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atos assertivos com forte orientação persuasiva. 	<p><i>“Foi o amor com que me dediquei a ti que fez com que eu tivesse ânimo e coragem para procurar ter mais conhecimentos e a procurar melhorar a nossa vida.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-02/04/78] (ex.183)</p>
viii) na opção por “práticas defensivas” e “práticas protetoras” (Goffman, 1967: 26), uma orientação para salvar a <i>face</i> do outro e a própria <i>face</i> , relevando as faltas e desculpando as ofensas, desacreditando as críticas e anulando as razões dos desentendimentos;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Asserções de acordo e de conciliação que revelam “a escuta atenta e a colaboração com o seu interlocutor” (Almeida, 2021: 52); ▪ Movimentos de contra-argumentação e refutação das críticas; ▪ Estratégias retóricas de persuasão pelo reforço da afirmação de sentimentos e compromissos (uso de intensificadores ‘mesmo’, ‘verdadeiramente’, ‘muito’); ▪ Enunciados com valor modal de certeza; ▪ Estruturas sequenciais de atos comissivos e de atos diretivos (cf. Almeida, 1996; Almeida, 2016). 	<p><i>“Sim, Joaquina, dizes muito bem...”</i> [A-06/01/76] (ex.140)</p> <p><i>“Mas eu faço o melhor que posso e sei...”</i> [A-14/01/76] (ex.141)</p> <p><i>“...eu sei que tenho um pouco de mau feito, mas não sou um desonesto, um louco, um traiçoeiro.”</i> [A-06/01/76] (ex.140)</p> <p><i>“Não tenhas receio, querida Joaquina, mesmo, que eu não te perco amor...”</i></p> <p><i>“...podes crer que te amo verdadeiramente, que te quero muito e que adoro os filhos e que nada neste mundo pode mudar esta minha maneira de ser.”</i></p> <p><i>“[...] fica descansada que eu ajudarei a criar os filhos e farei tudo para que tenhamos um lar feliz.”</i> [A-06/01/76] (ex.140)</p>

ix) na seleção de “aceleradores de intimidade” (Dressier & Barbaresi, 1994: 233) para reforçar o “valor relacional” da interação (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 70);	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reformulação do conteúdo proposicional para procurar unicamente o reconhecimento e a aprovação do seu alocutário; ▪ Uso de verbos performativos. 	<p>“...eu só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor...” [A-14/01/76] (ex. 141)</p> <p>“Admito que tens razão...” [A-18/08/75] (ex.192)</p>
x) na realização de estratégias de delicadeza, cuja função “desarmante” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 85), permite reduzir a tensão e o conflito;	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enunciados justificativos que visam impedir o aumento da distância psicológica. 	<p>“Ontem à noite escrevi-te uma carta que não vou mandar porque não vale a pena.” [A-19/02/76]</p>
xi) na seleção de mecanismos de delicadeza positiva que conformam uma “estratégia de valorização do outro” (Almeida, 2010: 128) e da interação realizados através:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de sequências de justificação que configuram comentários suavizadores a que o locutor acrescenta a pergunta <i>tag</i>, procurando a aprovação do seu interlocutor; 	<p>“Quem vê a minha cara ou fala comigo não vê, assim de início, o que vai no meu coração? No meu coração só há paz, não é? E todo o amor possível por minha mulher e meus filhos, eu sei que tu sabes isso, e portanto, penso que não é essencial estar a repetir em todas as cartas. Daí que em algumas cartas só fale nas nossas coisas, parecem cartas comerciais, é deformação profissional, não será?” [A-20/01/76] (ex. 116)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de fórmulas apologéticas explícitas; 	<p>“...o que eu quero é que compreendas a situação e tenhas calma.” [A-02/04/75]</p> <p>“E quando vim só te pedi uma coisa: Joaquina ajuda-me.” [A-18/02/76] (ex.155)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de atos de deferência como atos de delicadeza positiva em circunstâncias em que o locutor reconhece e respeita a vontade ou opções do interlocutor; 	<p>“Quanto te devemos em atenção, amor e carinho! Eu penso que tudo o que possamos fazer é muito pouco para quem tanto se tem sacrificado para que nada nos falte...” [B-29/05/80] (ex.185)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de enunciados que evidenciam uma confluência de posicionamentos; 	<p><i>“Recebi hoje a tua carta de 28 e vou ver se te consigo responder de maneira a que não haja mais mal entendidos.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-30/07/75]</p> <p><i>“Hoje respondo às tuas cartas de 26, 27 e 30 deste mês. Vi tudo o que me dizes e vou procurar responder-te o melhor que me for possível, porque o que eu quero é que compreendas a situação e tenhas calma.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-02/04/75]</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de enunciados que evidenciam aceitação direta ou acordo; 	<p><i>“Vi tudo o que me dizes na tua carta, por várias vezes te disse que tens razão, nem isso está em causa. Eu preciso e devo estar junto da mulher e dos filhos, não sou um ser excepcional e o dinheiro, como tu dizes, não paga tudo, nem sequer isso esteve em causa alguma vez, sempre estive de acordo contigo.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-06/04/76] (ex.173)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ da realização de atos de “anti-ameaça” (Kerbrat-Orecchioni, 2010: 6), com caráter “compensatório” que visam preservar a ‘face’ do locutor e do alocutário; 	<p><i>“Mas as minhas cartas têm sido menos calorosas, talvez assim o pareçam, mas era preciso que estivesses bem dentro do ambiente em que eu tenho vivido para compreenderes que talvez o meu sistema nervoso não me deixasse expressar o que sentia. Mas antes eu era diferente, dirás, não, eu não era nem estou diferente, quero-te a ti e aos filhos acima de tudo.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-03/01/1976] (ex. 137)</p> <p><i>“Mas querida Joaquina, o que foi que se passou, queres vir cá, pois vem, e vem quando quiseres, eu nada tenho que esconder, nem a ti nem aos filhos.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-05/01/76] (ex. 138)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de estratégias de “acomodação intersubjetiva” (Almeida, 2010: 132) das ‘faces’ dos interlocutores; 	<p><i>“Mas não falemos mais nisso, hoje fiquei mais satisfeito por veres as coisas com mais calma, é só essa ajuda que te tenho pedido.”</i></p> <p>[A-08/01/76] (ex. 156)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ da modalização de asserções potencialmente ameaçadoras da ‘face’ do alocutário: uso do “marcador de vagueza” (Almeida, 2014:11) ‘lá’ e de sequências de justificação que configuram <i>comentários suavizadores</i>; 	<p><i>“...posso não ser lá muito afável com eles, mas basta que estejam ao pé de mim para verem que os tenho no coração e me quererem muito e muito.”</i></p> <p>[A-20/01/76] (ex.116)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de construções indiretas suspensas ou truncadas que diminuem a força argumentativa do enunciado, relativizando a ameaça e funcionando como “estratégias de autoproteção” (Briz, 2013: 286); 	<p><i>“E continuamos por aqui à toa! Mas tens os interesses da Firma a defender!... (a tua vida profissional como tu dizes).”</i></p> <p>[B-21/01/76] (ex.176)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ da lateralização ou redução da “relevância temática” (Caffi, 1999: 902) das acusações; 	<p><i>“Em breve estaremos juntos, sim Zézito? E depois conversaremos muito acerca da nossa vida. Não te quero aí escravizado. Tu não cometeste nenhum crime. Nós temos o suficiente para viver aqui, Graças a Deus. Vou fazer a nossa casa com lareira e tudo para te sentires lá bem, está bem Zézito. Desculpa tudo, logo escrevo uma cartinha grande, sim? Os filhos falam muito de ti e querem também que nós estejamos todos juntos.”</i></p> <p>[B-09/01/76] (ex.164)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de movimentos de reformulação, introduzidos por marcadores discursivos que adquirem valor de atenuação; 	<p><i>“Desculpa, mas eu queria ver se te punha a pensar, agora é tarde, é que tu só não endireitas o mundo e ele não é infelizmente como tu pensas.”</i></p> <p>(B-13/08/75)</p>

		<p><i>“Desculpa, mas esta é a realidade, só tu é que não a vês.”</i></p> <p>(B-26/09/75)</p> <p><i>“Não basta que exijas uma resposta, era preciso que eu soubesse ou pudesse dar essa resposta. Desculpa, mas eu estou muito cansado.”</i></p> <p>(A-03/03/76)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de comentários metadiscursivos avaliativos em posição prospetiva; 	<p><i>“É triste , mas é verdade, nunca pensámos da mesma maneira, nem nunca tentaste pensar comigo.”</i></p> <p>[B-26/05/75] (ex.93)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de atos de agradecimento processados através de realizações diretas ou através do performativo explícito; 	<p><i>“Nestes três últimos dias recebi uma carta tua por dia... pelas quais te estou muito grato.”</i></p> <p>[A-03/10/74]</p> <p><i>“São sete da manhã, vou escrever-te um bocadinho em resposta às tuas cartas de 12 e 15 deste mês que ontem recebi e que te agradeço muito.”</i></p> <p>[A-18/10/74]</p> <p><i>“Recebi hoje duas cartas tuas... Obrigada, já andava aflita.”</i></p> <p>[A-28/11/74]</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ da seleção do item lexical só como ‘atenuador’, em sequências de justificação que visam reduzir as obrigações do alocutário, permitindo “estabelecer consensos na interação” (Almeida, 2019: 242); ou em atos ilocutórios diretivos, suavizando o valor de ordem e intensificando a relevância do pedido; 	<p><i>“É verdade, recebi a encomenda, e gosto muito que me mandes encomendas, mas pequeninas. Assim, um queijinho ou dois, ou um salpicão, coisas que não pesem muito e não deem muito trabalho às pessoas. Só por isso e não porque não goste de receber o que me mandas.”</i></p> <p>[A-18/06/77] (ex.160)</p>

		<p><i>“[...] dizes que eu te chateio, tu exageras, então eu trato-te mal Zézito? Eu que gosto tanto de ti! Só te quero é cá ao pé de nós [...]”</i></p> <p>[B-04/02/76] (ex. 143)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de alinhamento de pontos de vista através de sequências justificativas que acomodam comentários de mitigação visando evitar ameaças à face positiva do seu alocutário. 	<p><i>“Eu sei que tu queres que eu resolva, mas resolver o quê, se vou para aí trabalhar, se vou para guarda-livros, se vou para comerciante, não sei, não faças caso, mas não sei.”</i></p> <p>[A-02/09/75] (ex. 227)</p>

<p>Cooperação e conflito na interação.</p> <p>Posicionamentos divergentes e conflitantes determinam a realização:</p> <p>a) de um discurso que visa persuadir, convencer, conduzir à mudança de atitude, de pensamento e de atuação (segmentos argumentativos);</p> <p>b) de atos de indelicadeza negativa (Culpeper et al., 2003) / atos geradores de tensão na interação: com enunciações contrárias ao contexto esperado e desejado, potencialmente ameaçadoras da face dos interactantes e da própria interação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segmentos assertivos com forte orientação persuasiva; 	<p><i>“Tu sabes bem que no meu coração não há lugar para ressentimentos e se não faço mais pela família é porque não posso.”</i></p> <p>[A-02/06/77] (ex.181)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atos perlocutórios de advertência; 	<p><i>“Eu penso Zézito que tu não podes nem deves sacrificar-te dessa maneira, tu não aguentas e olha que o que tu tens de mais valioso é a vida, os filhos e eu precisamos muito de ti e não do dinheiro ou das casas.”</i></p> <p>[B-09/01/76] (ex.180)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conselhos formulados através de atos diretivos de ordem; 	<p><i>“Desprende-te de tudo, faz de conta que nunca tivemos nada...”</i></p> <p>[B-06/06/75] (ex. 161)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Frase exclamativa: <ul style="list-style-type: none"> - de polaridade negativa; - de valor hiperbólico que reforçam o ponto de vista do locutor; 	<p><i>“...não penses que esta marmelada vai continuar assim!”</i></p> <p>[B-11/08/75] (ex.136)</p> <p><i>“...isso é que era bom!”</i></p> <p>[B-11/08/75] (ex.136)</p> <p><i>“...vem Zé antes que seja tarde!”</i></p> <p>[B-06/06/75] (ex. 161)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pergunta retórica: <ul style="list-style-type: none"> - com sentido irónico que descredibiliza as opções e atitudes do alocutário; 	<p><i>“Num ano não tiveste tempo de organizar a tua vida?”</i></p> <p>[B-11/08/75] (ex.136)</p>

	- que evidencia o ato de reprovação;	<i>“Isso da Páscoa deve ser desculpa de mau pagador, não é?”</i> [B-28/11/74] (ex.115)
	▪ Atos de desacordo;	<i>“...esta situação é insustentável.”</i> [B-31/12/75 ^b] (168) <i>“...pela minha cabeça não passava que, havendo tanta agitação e até ações de fogo em Luanda, vocês saíssem de casa a um sábado à tarde, altura até em que não tinham necessidade de ir ao serviço.”</i> [B-09/06/75] (ex.169)
	▪ Expressões de nível familiar conotativamente associadas a sentidos negativos;	<i>“... esta marmelada...”</i> [B-11/08/75] (ex.136)
	▪ Repetição de construções sintáticas de valor condicional;	<i>“Se isso aí está bom para ti também está bom para nós, se nós lá não podermos estar então fica tu cá. Se achas que isso está assim tão bom...”</i> [B-11/08/75] (ex.136)
	▪ Repetição de construções sintáticas de valor disjuntivo;	<i>“Ou tu vens para aqui ou nós iremos para aí...”</i> [B-11/08/75] (ex.136)
	▪ Atos diretivos com valor ilocutório de ordem;	<i>“...arruma a tua vida e vem...”</i> [B-06/06/75] (ex.161)
	▪ Atos de ameaça que acomodam duras críticas;	<i>Zé, pensa bem no que de novo te vou dizer, arruma a tua vida e vem, pois dentro de oito dias se não vieres eu vou para aí com os miúdos, ao menos morre tudo junto, olha que eu faço-o [...]</i> [B-06/06/75] (ex. 161)
	▪ Atos de crítica com “dimensão causativa” (Fonseca, 1992: 272);	<i>Eu devo ter envelhecido 10 anos nestes dias e o culpado és tu que não és bom pai nem bom marido.</i> [B-26/12/75] (ex.170)

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atos de aviso como atos ameaçadores da ‘face’ negativa do interlocutor; 	<p>“Olha, ele [o dinheiro] de nada serve...” [B-28/11/74] (ex.115)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apelos desesperados à mudança de opções e de posicionamentos; 	<p>“...ouve-me Zé, pela tua saúde, vem-te embora...” [B-06/06/75] (ex. 161)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso do eufemismo e da ironia para expressar a crítica; 	<p>“...nunca me ouviste nem acataste os meus conselhos e hoje vemo-nos nesta linda situação.” [B-06/06/75] (ex.161)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seleção de metáforas conceptuais de causa e efeito que intensificam o discurso emotivo; 	<p>“...que as comam...” [B-06/06/75] (ex.161)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coocorrência de marcadores de vagueza e de intensificadores; 	<p>“Não faço ideia do que se terá passado em Luanda nas últimas horas, mas de qualquer forma algo de muito grave, ouve-me Zé, pela tua saúde, vem-te embora.” [B-06/06/75] (ex.161)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recurso à ironia como: <ul style="list-style-type: none"> i) figura ao serviço de uma cortesia negativa, de evitação da ameaça (Almeida, 2013a:551); ii) estratégia discursiva de intensificação da ameaça da face do alocutário (Almeida, 2013b: 6); iii) recurso ao serviço da construção da figuração, que evidencia o trabalho que o locutor realiza sobre a face positiva do alocutário, mas também sobre a sua própria face. 	<p>“Ainda eras nosso amigo nessa altura!” [B-29/12/75] (ex. 174)</p> <p>“És um excelente chefe de família...” [B-07/01/76] (ex.175)</p> <p>“Gostas tanto que estás separado de mim há quase 2 anos! Mas isso não quer dizer nada! Só significa amor, mais nada!” [B-15/03/76] (ex. 179)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atos de desacordo: <ul style="list-style-type: none"> i) asserções que visam modificar estados emocionais, epistémicos ou comportamentais do alocutário; ii) asserções com avaliação axiológica negativa; 	<p>“Esse teu feitio demasiado otimista tem-nos prejudicado toda a vida, é que não sei o que se passa contigo que não vês à distância, vês sempre só um lado, o bom e quando o mau acontece não estás prevenido. Desculpa mas é assim, tu trabalhas demasiado, até mais do que</p>

	<ul style="list-style-type: none"> iii) conectores argumentativos (“só”, “sempre”) que dão expressão à “modalidade de infirmação-problematização” (Fonseca, 1992: 301); iv) sequências discursivas de justificação que se complementam em sequências de exemplificação e introduzem a conclusão; v) oposição entre a primeira e a segunda pessoa do singular (um “eu” e um “tu” que pensam de maneira diferente) num “eixo polifônico” de contraposição entre a voz do locutor e a voz do alocutário (Fonseca, 1992: 318); vi) coocorrência de ‘atenuadores’ ou ‘mitigadores’ (“desculpa”) do valor de verdade expresso no conteúdo proposicional dos atos de desacordo (Almeida, 2014: 6) e de intensificadores da expressão do desacordo (“sempre”, “nunca”, “só”); vii) atos indiretos de contra proposição. 	<p><i>as tuas capacidades o permitem, mas não basta só trabalhar, é preciso pensar bem, eu sempre te disse isso, nunca alinhaste comigo, pensaste só à tua maneira e não admitiste nunca as minhas ideias.”</i></p> <p style="text-align: right;">[B-13/08/75] (ex.190)</p> <p><i>“Dizes que tens muito trabalho, sim eu sei, e continuo a não concordar com a tua maneira de veres as coisas. Quando se tem 3 filhos pequenos para criar nada, nem dinheiro nenhum compensa, a arriscar-se a vida! Eles nunca te agradecerão isso! Eles só sabem que não têm um lar feliz junto do pai e da mãe, como as outras crianças!”</i></p> <p style="text-align: right;">[B-14/01/76] (ex.191)</p>
--	--	---

<p>Conciliar e tranquilizar, ‘regular a relação interpessoal’ (Carreira, 1995: 105) num trabalho de “monitoramento emotivo” (Caffi, 1999: 883):</p> <p>a) dispositivos linguísticos de sentido contra argumentativo;</p> <p>b) reparar “com delicadeza”, mobilizando universos de referência partilhados (Almeida, 2010), num exercício de valorização do próprio, do outro e da relação interacional que permite reinterpretar expressões potencialmente ofensivas e indelicadas como não ofensivas e não indelicadas.</p>	<p>▪ Fórmulas de reparação e de justificação.</p>	<p><i>“Recebi umas poucas de cartas tuas a que ainda não respondi, porque a minha cabeça esteve muito mal ontem.”</i></p> <p>[A-18/01/76]</p> <p><i>“Escrevi-te ontem uma carta a dizer que ia com os miúdos, depois fiquei arrependida, mas eu estava tão aflita era para ver se tu vinhas sim? Tenho tanto receio que te aconteça mal, logo que possas vem sim? Eu hoje já estou mais animada porque já daí disseram que a coisa abrandou, que Deus nos valha e nos proteja. Olha Zézito não te apoquentes, sim? Deixa lá as casas é preciso é safares a tua pele.”</i></p> <p>(B- 07/06/75) (ex.163)</p>
	<p>▪ Atos de pedido de desculpa.</p>	<p><i>“Zézito perdoa-me as cartas tontas que te escrevi, foi a minha cabeça que não é boa, e como sofri muito nesses dias ficou assim.”</i></p> <p>[B-09/01/76] (ex.162)</p> <p><i>“Lamento bastante ter-te afligido e aborrecido, desculpa, mas tu mandas dizer coisas que eu nem percebo e penso que não disse isso ou então tu não percebeste ou eu não me lembro.”</i></p> <p>[B-10/01/76] (ex.165)</p>
	<p>▪ Atos de conciliação em que expressa o seu afeto e dedicação, procurando invalidar as suspeições e críticas e reinstaurar o equilíbrio emocional que é, também, condição para o equilíbrio interacional:</p>	<p><i>“Eu sei que és bom, bom marido, bom pai, tens muito espírito de sacrifício e estás aí para veres se melhoras a nossa vida.”</i></p> <p>[B-09/01/76] (ex. 164)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - recursos de verbalização da modalidade apreciativa marcadores da força ilocutória; - atos expressivos; - atos performativos explícitos. 	<p><i>“Estou cansado, mas procurarei responder às tuas cartas, mas antes quero dizer-te com o coração nas mãos e jurar-te por tudo o que quiseres (mesmo pelos meus queridos filhos) que estou inocente de tudo o que me acusas e que a minha consciência não pode acusar-me de nada que me possa envergonhar junto da minha mulher e de meus filhos. Assim como espero salvar a minha alma de Cristo, assim te posso jurar que estou inocente.</i></p> <p style="text-align: right;">[B-06/01/76] (ex.171)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta de reparações e promessas de melhoria. 	<p><i>“...também aqui havemos de viver se Deus quiser...”</i></p> <p style="text-align: right;">[B- 07/06/75] (ex.163)</p> <p><i>“...vou fazer a nossa casa com lareira e tudo para te sentires lá bem...”</i></p> <p style="text-align: right;">[B-09/01/76] (ex. 164)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enunciados que visam a valorização da face do alocutário. 	<p><i>“...precisas agora é de te tratares e repousares uns meses.”</i></p> <p style="text-align: right;">[B-07/06/75] (ex. 163)</p> <p><i>“Também a ti eu quero muito. Também a ti eu penso ter dado muitas e muitas provas do meu amor e da minha dedicação.”</i></p> <p style="text-align: right;">[A-14/01/76] (ex.166)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perguntas <i>tag</i> com valor de persuasão que contribuem para a estruturação de um discurso de concertação de posições e de pontos de vista. 	<p><i>“...não saias daí a pensar que não voltas, está bem?”</i></p> <p><i>“Olha Zézito não te apoquentes sim?”</i></p> <p style="text-align: right;">[B-07/06/75] (ex. 163)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos de interssincronização e envolvimento do interlocutor numa “comunidade de pensamento” (Gumperz, 1989), de partilha de pontos de vista e de interesses comuns. 	<p><i>Eu quando peço Joaquinha ajuda-me, é isso que eu te peço, não é o dinheiro que me interessa mais, a melhor ajuda é a tua compreensão, eu não quero nada, nem prémios, nem elogios, eu só peço que reconheças a minha boa fé e a minha vontade em fazer o melhor [...].</i></p> <p style="text-align: right;">[A-14/01/76] (ex.142)</p>

		<p><i>“As crianças aí é que estão bem e nós graças a Deus não estamos aqui na Samba tão mal, tu não falaste com a mulher do Costa? E ela não está aqui com os filhos? Achas que se estivesse assim tão mau ela aqui estaria?”</i></p> <p>[A-10/06/75] (ex.162)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso do item lexical <i>só</i> como “estratégia de autoproteção” (Briz, 2013: 286), preservando a <i>face</i> do locutor, e, simultaneamente, como “estratégia de prevenção” (Briz, 2013: 286). 	<p><i>[...] dizes que eu te chateio, tu exageras, então eu trato-te mal Zézito? Eu que gosto tanto de ti! Só te quero é cá ao pé de nós [...]</i></p> <p>[B-04/02/76] (ex.143)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Marcadores de imprecisão que visam atenuar a obrigação epistémica. 	<p><i>“Não faço ideia do que se terá passado em Luanda nas últimas horas...”</i></p> <p><i>“Não consigo entender o que tu pensas!”</i></p> <p>[B-06/06/75] (ex. 161)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atos de agradecimento. 	<p><i>“Começo por te agradecer, a ti e também aos nossos queridos filhos os bons momentos e os dias agradáveis que passei convosco, durante as três breves semanas que aí estive. O meu muito obrigado e o meu pedido de desculpa pela minha falta de paciência e pelo nervosismo com que, por vezes, encaro os problemas. Está bem?”</i></p> <p>[A-23/04/80] (ex.184)</p>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acácio, M. (2009). *A Balada do Ultramar*. Oficina do Livro.
- Adam, J.-M. (1998). Les genres du discours épistolaire. De la rhétorique à l'analyse pragmatique des pratiques discursives. In *La lettre, entre réel et fiction* (37-53).
- (2001). En finir avec les types de texte. In M. Ballabriga (Ed.) *Analyse des discours. Types et genres: communication et interprétation*. EUS.
- (2011a). *A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos* (255-287). Cortez Editora.
- (2011b). *Les textes: types et prototypes* (3.e éd.). Armand Colin.
- Adamopoulos, S. (2012). *Voltar. Memória do Colonialismo e da Descolonização*. Grupo Planeta.
- Alabdali, T. S. (2019). Revisiting Brown and Levinson's Politeness Theory: A Middle-Eastern Perspective. *Bulletin of Advanced English Studies*, Vol.2, 73-78.
- Albalat, A. (2000). *Art d'écrire enseignée en vingt leçons*. Armand Colin.
- Albelda, Marta, 2005, *La Intensificación en el Español Coloquial*, Tesis doctoral, Departamento de Filología Española, Universitat de Valencia.
- Almeida, C. A. (1998). O acto ilocutório de oferta em português. Fonseca, J. (Org.) *A organização e o funcionamento dos discursos: estudos sobre o português*, vol. 10 (Tomo III) Porto Editora <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6228>
- (2000). *Introdução aos estudos linguísticos: actos de discurso: a oferta e o convite*. Realização de L. A. Vaz, tecnóloga M. Cabral, coordenação científica de M. E. R. Marques. Repositório da Universidade Aberta <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4927>
- (2005). *Discurso radiofónico Português: padrões de organização sequencial, actos e estratégias de discurso, relações interactivas e interlocutivas (tese de doutoramento em Linguística, especialidade Linguística Portuguesa)*. Universidade Aberta.
- (2009). Processos de figuração e manutenção da ordem interaccional: estratégias de mitigação no quadro do sistema de delicadeza desenvolvido pelos participantes de programas de rádios específicos. In A. Fiéis, M. A. Coutinho, *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 43-60. APL: Colibri.
- (2010). «Se à sua imagem corresponder a beleza da sua voz, é fácil imaginar a razão pela qual não nos dá o sono nestas duas horas» (ouvinte do programa 'Boa Noite'): a co-construção do sentido em programas de rádio nocturnos. In J. S. Ribeiro, O. Gonçalves, C. Pinto (Coord.) *Imagens da cultura: textos seleccionados do VI Seminário Imagens da Cultura/Cultura das Imagens*, 121-130. Universidade Aberta. https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3576/3/Imagens_da_Cultura_CarlaAlmeida.pdf
- (2011). Aspectos semânticos e pragmáticos da co-construção de identidades discursivas em narrativas de experiências de vida produzidas por participantes de emissões nocturnas de rádio. In A. Costa, I. Falé, P. Barbosa (Org.). *Textos Seleccionados, XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 35-48. APL.
- (2012a). Interação discursiva: o ato ilocutório de convite/proposta em contexto de ensino/aprendizagem online. In J.S. Ribeiro, M. L. L. Aires (Coord.). *Investigação e*

variantes curriculares no ensino online: desafios da interculturalidade na era tecnológica, 111-124. Universidade Aberta.

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3575/3/EbookInterativo_CarlaAlmeida.pdf

(2012b). Atos do discurso, estratégias discursivas e figuração: histórias de vida em contexto de entrevista. In *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, N.º1, 9-38. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12714.pdf>

(2012c). “Que eu já nasci em Riba de Ave. [...] Sempre me conheci aqui em Riba de Ave (risos)”: a coconstrução do sentido em *narrativas de experiências de vida* no Vale do Ave. In V. B. Pereira (Org.). *Ao cair do pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave* (417-445). Afrontamento.

(2012d). *A construção da ordem interacional na rádio: Contributos para uma análise linguística do discurso em interações verbais*. Afrontamento.

(2013a). Conversação e emoção em emissões nocturnas de rádio: a ironia verbal como *tropo ilocutório* e como estratégia discursiva de gestão interaccional do conflito. In A. S. Silva (Org.). *Comunicação Política e Económica. Dimensões Cognitivas e Discursivas* (539-552). Publicações da Faculdade de Filosofia. Universidade Católica Portuguesa.

(2013b). Contributos para o estudo da configuração dos *rituais verbais de descortesia* em programas de rádio portugueses. In F. Silva, I. Falé, I. Pereira (Org.). *Textos Seleccionados, XXVIII, Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 59-77. APL.

(2014). O uso estratégico do ato de asserção num corpus de ‘histórias de vida’ realizadas em contexto de entrevista. In A. Moreno, J. Veloso, F. Silva, I. Falé, I. Pereira (Org.). *Textos Seleccionados, XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística em Coimbra*, 29-42. APL.

(2015). Estratégias discursivas de mitigação na sequência discursiva de pergunta-resposta: a justificação no contexto de entrevista. In A. Moreno, F. Silva, J. Veloso, João (Org.). *Textos Seleccionados, XXX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 65-76. APL.

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6272/1/Carla_Almeida_XXXENAPL_Texto2015.pdf

(2016). “Conselho de amigo, aviso do céu”: contributos para a análise semântico-pragmática dos atos ilocutórios de conselho e de aviso em confronto com o de ameaça. In *Revista da Associação Portuguesa de Linguística – Textos Seleccionados. XXXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 1-22. FLUP.

(2018). Rituais verbais, poder e identidades discursivas: estratégias discursivas de consolidação da relação interlocutiva em programas de rádio. In *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 7, 10-35.

(2019). “Discourse strategies of mitigation in an oral corpus of narratives of life experience collected in interviews.” In K. Roulston (Ed.). *Interactional Studies of Qualitative Research Interviews* (240-268). John Benjamins.

(2021). A construção do sentido e interações verbais na rádio em Português Europeu: mecanismos discursivos e narrativas de experiências de vida. In *Linha d’Água*, 34 (1), 44-59. Universidade de São Paulo.

(2022a). Linguagem e cognição em Interação: diálogos interdisciplinares entre a Linguística Cognitiva e a Linguística Interacional. In H. Batoréo (Ed.). *Linguagem – Cognição – Cultura: Teorias, aplicações e diálogos com foco na Língua Portuguesa (Português Europeu e Português do Brasil)* (131-146). Universidade Aberta.

- (2022b). “É com imenso prazer que verei todos aqueles náufragos agarrados ao seu salvas...”: criatividade numa interação num programa de rádio sobre futebol. In H. Batoréo (Ed.). *Linguagem – Cognição – Cultura: Teorias, aplicações e diálogos com foco na Língua Portuguesa (Português Europeu e Português do Brasil)* (251-266). Universidade Aberta.
- Altman, J. G. (1982). *Epistolarity. Approaches to a Form*. Ohio State University Press: Columbus.
- Amorim, C, Sousa, C. (2010). *Gramática da Língua Portuguesa*. Areal.
- Andrus, J. (2021). *Narratives of Domestic Violence: Policing, Identity and Indexicality*. Cambridge University Press.
- Antaki, C., Widdicombe, S. (2008). *Identities in talk*, Sages Publications Ltd.
- Antunes, A.L. (2005). *Cartas da Guerra – D’este viver aqui neste papel descripto*. D. Quixote.
- Attal, P. (1976). L’acte d’assertion. In *Semantikos*, V. 1 (3), 1-12.
- Aulete, F. J. C. (1987). *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (5.ª ed). Brasileira Editora Delta.
- Austin, J. L. (1970). *Quand dire c’est faire*. Éditions du Seuil.
- Bakhtin, M. (1984). *Esthétique de la création verbale*. Gallimard.
- Bamberg, M., De Fina, A., Schiffrin, D.
 (2007). Selves and identities. In *Narrative and discourse*. John Benjamins Publishing.
 (2011). *Discourse and Identity construction*.
https://www.researchgate.net/publication/226724339_Discourse_and_Identity_Construction
- Bamberg, M., Georgakopoulou, A. (2008). *Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis, From the journal*. <https://doi.org/10.1515/TEXT.2008.018>
- Bamberg, M., Marcham, V. (1990). What holds a narrative together? In *Papers in Pragmatics*, 4 (1/2), 58-121.
- Bargiela-Chiappini, F. (2003). Face and politeness : new (insights) for old (concepts). In *Journal of Pragmatics*, 35,1453-1469. Elsevier.
- Batoréo, H. J.
 (2004). CD-ROM- *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*. Universidade Aberta.
 (2016). Como conceptualizamos a ironia no discurso? Representações e meta-representações do implícito. In *Revista Portuguesa de Humanidades (Estudos Linguísticos)*, 20, (1), 9-24.
 (2017). On ironic puns in Portuguese authentic oral data. How does multiple meaning make irony work? In *Irony in Language Use and Communication*, 109-125. John Benjamins Publishing Company.
 (2022). A Linguística Cognitiva e o mito da linguagem como instinto. In *Linguagem – Cognição – Cultura: Teorias, aplicações e diálogos com foco na Língua Portuguesa (Português Europeu e Português do Brasil)* (27-45). Universidade Aberta.
- Bharuthram, S. (2003). Politeness phenomena in the Hindu sector of the South African Indian English speaking community. In *Journal of Pragmatics*, 35, 1523-1544. Elsevier.
- Bourdieu, P. (1983). *Sociologia*. Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais.
- Briz, A. (2013). A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas / the attenuation and the attenuators: strategies and tatics. Versão para português de L. A. Silva, A. M. Andrade, R. C. H. C. Blanco. In *Linha d’Água*, 26 (2), 281-314.
- Bronckart, J.-P. (1996). *Ativité langagière, textes et discours*. Delachaux et Niestlè.
- Brown, P., Levinson, S. (1987). Politeness : some universals in language usage. In *Language Usage* (311-323). Cambridge University Press.

- Bruner, J. (2010). Narrative, Culture and Mind. In D. Schiffrin, A. De Fina, A. Nylund (Org.). *Telling Stories: Language, Narrative and Social Life* (51-56). Georgetown University Press.
- Caffi, C.
 (1999). On mitigation. In *Journal of Pragmatics*, 31, 881-909. Elsevier.
 (2000). Aspects du calibrage des distances émotives entre rhétorique et psychologie. In Plantin, C. (Org.). *Les émotions dans les interactions* (89-114). Presses Universitaires de Lyon.
 (2010). Weakening or Strengthening?: A Case of Enantiosemy in Plato's Gorgias. *New Approaches to Hedging* In G. Kaltenbo, W. Mihatsch, S. Schneider (Org.). *New Approaches to Hedging* (181-202).
- Camacho, I., Almeida, C. A. De (2022). "Estratégias de proteção e mitigação do discurso em Português Língua Não Materna: um estudo de caso", In *Limite - Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía*, Vol.16/ 2022, 257-292
<http://hdl.handle.net/10400.2/14939>
- Campos, M. H. C., Xavier, M. F. (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. (361-379). Universidade Aberta.
- Camus, A. (2021). *Cartas a um amigo alemão*. Livros do Brasil.
- Canelas, C. (2017). *A hora da partida – Angola 1974-1975*. Verso de kapa.
- Capinha, G., Keating, C., Lechner, E., Solovova, O. (2018). Tessituras: Da poética e da política nos espaços das migrações. In *E-cadernos CES*, 29, 99-124.
- Carreira, M. H. A.
 (1995) Pedido de desculpa e delicadeza: para o estudo dos seus processos linguísticos em português. In Associação Portuguesa de Linguística (Org.). *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Évora, Universidade de Évora, 6-8 de Outubro de 1994), 105-116.
 (1997). *Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais*. Éditions Peeters.
- Casteleiro, J. M. (Org.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporâneo da Academia das Ciências de Lisboa*. Verbo.
- Céu e Silva, J. (2013). *1975 O ano do furacão revolucionário*. Porto Editora.
- Charaudeau, P. (1995). Une analyse sémiolinguistique du discours. *Revue Langages*, 117, Larousse. <http://www.patrick-charaudeau.com/Une-analyse-semiolinguistique-du.html>
- CLUL (Ed.). 2014. *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. <http://ps.clul.ul.pt>.
- Coelho, J. M. (2012). *Angola 1975. Testemunho de uma tragédia*. Âncora Editora.
- Coelho, M. I., Almeida, C. A. (2022). Narrativas de experiências de vida sobre «a guerra do Ultramar»: práticas discursivas de construção da memória e da representação do corpo, In *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIV, 46-66. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc44a3>
- Costa, A. L.
 (2008). Para a descrição da plurifuncionalidade de *AINDA QUE*. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 2, 161-177. Edições Colibri/CLUNL.
 (2015). Estas duas regras: construção da referência nas cartas. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 10, 49-64. Edições Colibri/CLUNL.

- Coutinho, M. A. (2008). Marcadores discursivos e tipos de discurso. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 2, 193-210. Edições Colibri/CLUNL.
- Culpeper, J., Bousfield, D., Wichmann, A. (2003). Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, 35, 1545-1579. Elsevier.
- Cunha, C., Cintra, L. (1986). *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (3.ªed). Edições Sá da Costa.
- Crystal, R., Altarriba, J. (2015). Culture and Language Processing. In F. Sharifian (Org.) *The Routledge Handbook of Language and Culture*. Routledge.
- Dacosta, F. (2013). *Os Retornados Mudaram Portugal*. Edições Parsifal.
- Debyser, F. (1980). Expressing Disagreement (Exprimer son désaccord). *Studies in Second Language Acquisition*, 3(1), 42–56. <http://www.jstor.org/stable/44488011>
- De Fina, A.
 (2009). Narratives in interview — The case of accounts: For an interactional approach to narrative genres. In *Narrative Inquiry*, 19 (2), 233-258.
 (2010). Discourse and Identity. In *Discourse studies a multidisciplinary introduction* (263-282).
 (2020). Doing narrative analysis from a narrative-as-practices perspective. In *Narrative Inquiry* (2-36).
- De Fina, A., Bamberg, M. (2011). Discourse and Identity Construction. In S. J. Schwartz, K. Luyckx, V. L. Vignoles (Eds.) *Handbook of identity theory and research* (177-199). Springer. DOI: 10.1007/978-1-4419-7988-9_25.
- De Fina, A., Georgakopoulou, A.
 (2008). Analysing narratives as practices. In *Qualitative Research* 8 (3), 379 -387.
 (2015). *The Handbook of Narrative Analysis*. Wiley Blackwell.
- De Fina, A., Perrino, S. (Eds.). (2011). Narratives in interviews. Interviews in narrative studies. In *Language in Society*, 40 (1), 1-11.
- Dicionário da Língua Portuguesa*. Academia das Ciências de Lisboa. <https://dicionario.acad-ciencias.pt>
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. <https://dicionario.priberam.org>.
- Dicionário Terminológico para consulta em linha*. Direção Geral da Educação. <https://dt.dge.mec.pt/>
- Dressler, W., Barbaresi, L. (2020). Pragmatic explanations in morphology. In *Word Knowledge and Word Usage, A Cross-Disciplinary Guide to the Mental Lexicon*. https://www.researchgate.net/publication/340985796_Pragmatic_explanations_in_morphology.
- Duarte, I. M.
 (2005). Falar claro a mentir. In *Dar a Palavra à Língua – Homenagem a Mário Vilela* (291-299). FLUP.
- Duarte, L. F. (2019). *Os palácios da memória. Ensaio de crítica textual*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ernaux, A. (2022). *Os Anos*. Livros do Brasil.
- Ferraz, C. V. (2007). *Fala-me de África*. Casa das Letras.
- Ferreira, K., Osório, P.
 (2018a). Dimensões pragmáticas da variedade angolana do português. In *Caderno Seminal Digital*, 31, 201-229.
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/36979>

- Ferreyrolles, G. (2010). L'épistolaire à la lettre. In *Littératures Classiques* (71), 5-27. Armand Collin.
- Figueiredo, I. (2015). *Caderno de Memórias Coloniais* (10.^a ed). Editorial Caminho.
- Fonseca, J.
 (1992). *Linguística e texto / discurso - teoria, descrição, aplicação*. Ministério da Educação / Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
 (1994). *Pragmática Linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*. Porto Editora.
- Fonseca, M. C.
 (2009). Sintaxe de concordância e sintaxe de regência: breves notas de análise gramatical e discursiva. In M. J. Marçalo, M. C. Lima-Hernandes, E. Esteves, M. C. Fonseca, O. Gonçalves, A. L. Vilela, A. A. Silva (Ed.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Universidade de Évora: Estudos funcionalistas em Língua Portuguesa: relações entre discurso e gramática. <http://hdl.handle.net/10174/6198>
 (2014). O cultivo dos idiomas nacionais ao tempo de Verney. In *Tricentenário de Luís António Verney* (1-10). Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/14226>
- Fonseca, M. C., Marçalo, M. J. (2008). Países e regiões lusófonas: aspectos da experiência de uma gramática prática da Língua Portuguesa. In *Colóquio Comemorativo dos 30 anos da Secção Portuguesa. Conferência Internacional diálogos com a Lusofonia* (234-243). Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/6196>
- Fonseca, M. C., Suelela, D. (2017). Complementação finita no português de Angola: para uma gramática da frase, In *Confluência 53 - Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português*, 53, 122-153. <http://hdl.handle.net/10174/21477>
- Fonseca, M. S. (2023). *Crónica de África*. Guerra & Paz.
- Foucault, M. (1994). *Dites et écrits*. Éditions Gallimard.
- Fracchiolla, B. (2006). Systèmes pronominaux et construction d'identité, In *L'information grammaticale*, 110.
https://www.persee.fr/docAsPDF/igram_0222-9838_2006_num_110_1_3836.pdf
- Fraser, B. (2010). Pragmatic competence: the case of hedging. In *New Approaches of Hedging* (15-34). Emerald Group Publishing Limited.
- Garcia, R.
 (2011). *S.O.S. Angola – os dias da ponte aérea*. Oficina do Livro.
 (2012). *Os que vieram de África. O drama da nova vida das famílias chegadas do Ultramar*. Oficina do Livro.
- Gatta, S. (2017). *Escrita de guerra: uma abordagem sociodiscursiva da relação entre inimigo e esforço de guerra nas correspondências e num diário íntimo durante a guerra colonial portuguesa 1961-1974*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras. [Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Linguística, na especialidade de Análise do Discurso].
- Geraerts, D. (ed.) (2006). *Cognitive Linguistics: Basic Readings*. Mouton de Gruyter.
- Gibbs, R. W. (2012). Are ironic acts deliberate? In *Journal of Pragmatics*, 44, 104-115. Elsevier.
- Goffman, E.
 (1967). *Interaction ritual. Essays on face-to-face Behavior*. Pantheon Books.
 (1973) *La mise en scène de la vie quotidienne*. Minuit.
 (1977) La ritualisation de la féminité. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 14, avril. Présentation et représentation du corps. pp. 34-50.
https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1977_num_14_1_2553

- (1981). *Forms of talk*. University of Pennsylvania Press.
- (1986). La condition de félicité - 2, In *Actes de la recherche en sciences sociales*, 65, 87-98.
https://www.persee.fr/doc/arss_03355322_1986_num_64_1_2338?q=goffman++LaconditiondefeliciteC3A9
- (2018). *Les rites d'interaction*. Les éditions de minuit.
- Gomes, M., Tavares, L. (2016). Estratégias de co-presença na interação epistolar amorosa. In *V Encontro CITLEM. As linhas e as letras : epistolografia e memória da cultura escrita*, Porto, 23-25 nov. 2016.
- Goodwin, C. (2015). Narrative as Talk-in-Interaction. In A. De Fina, A. Georgakopoulou, (Eds.) *The Handbook of Narrative Analysis* (197-218). John Wiley & Sons.
- Grice, H. P. (1975). Logic and Conversation. In P. Cole, J. L. Morgan, *Syntax and Semantics*, 3, 41-58. Academic Press.
- Gumperz, J.
 (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge UP.
 (1989). *Sociolinguistique interactionnelle. Une approche interprétative*. L'Harmattan.
- Günther, S. (2011). The Construction of Emotional Involvement in Everyday German Narratives – Interactive Uses of ‘Dense Constructions’. In *International Pragmatics Association. Pragmatics* 21 (4), 573-592.
- Haroche-Bouzinac, G. (2020). Une trentaine d'années de critique épistolaire 1987-2018. In *Mélanges de l'École française de Rome - Italie et Méditerranée modernes et contemporaines*, 132-2, 297-315 <http://journals.openedition.org/mefrim/10015>
- Haugh, M., Hinze, C. (2003). A metalinguistic approach to deconstructing the concepts of ‘face’ and ‘politeness’. Chinese, English and Japanese. In *Journal of Pragmatics*, 35, 1581-1611. Elsevier.
- Heisler, T., Vincent, D., Bergeron, A. (2003). Evaluative metadiscursive comments and face-work in conversational discourse. In *Journal of Pragmatics*, 35, 1613-1631. Elsevier.
- Heritage, J. (1984). Conversation Analysis as Social Theory. In B. S. Turner, *The New Blackwell Companion to Social Theory* (300-320). Blackwell Publishing.
- Herman, D. (2010). Multimodal Storytelling and Identity Construction in Graphic Narratives. In D. Schiffrin, A. De Fina, A. Nylund, *Telling Stories : Language, Narrative and Social Life* (51-56). Georgetown University Press.
- Houaiss, A. (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Temas e Debates.
- Joel, D., Vihanski (2020). *Cérebro e gênero. Para lá do mito do cérebro masculino e feminino*. Círculo de Leitores.
- Johnen, T. (2017). O ato de fala *Desculpa* numa gramática comunicativa do Português. In *De volta ao futuro da Língua Portuguesa. Atas do V simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*. Simpósio 14 – Gramática Comunicativa da Língua Portuguesa, 319-338. Università del Salento.
- Jorge, N. O. (2014). *O gênero memórias. Análise linguística e perspectiva didática*. [Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Linguística]. FCSH, Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/12524>
- Joyce, J. (2022). Challenging racism in public spaces: Practices for interventions into disputes. In *Journal of Pragmatics*, 201, 43-59.
- Kerbrat-Orecchioni, C.
 (1980). *La enunciation de la subjetividad en el lenguaje* (3.ªed). Edicial.

https://hum.unne.edu.ar/biblioteca/apuntes/Apuntes%20Letras/TEXTOS%20DIGITAL%20LING%20C3%9C%20C3%8DSTICA/kerbrat_enunciacion.pdf

(1987). La description des échanges en analyse conversationnelle: l'exemple du compliment. In *Documentation et Recherche en Linguistique Allemande Vincennes*, 36 (1), 1-53. https://www.persee.fr/doc/AsPDF/drlav_07549296_1987_num_36_1_1054.pdf

(1990). Les interactions verbales, I. Armand Colin.

(1992). Les interactions verbales, II. Armand Colin.

(1994a). Les interactions verbales, III. Armand Colin.

(1994b). Rhétorique et pragmatique : les figures revisitées. In *Langue française* 101, 57-71.

(1995). La construction de la relation interpersonnelle: quelques remarques sur cette dimension du dialogue. In *Cahiers de linguistique française*, 16, 69-88.

(1998a). La notion d'interaction en linguistique : origines, apports, bilan. In *Langue Française*, 117, 51-56. Armand Colin <http://www.jstor.org/stable/41558855>

(1998b). L'interaction épistolaire. In *La lettre entre réel et fiction* (15-36). SEDES.

(1999). L'oral dans l'interaction: une liberté surveillée. In *Revue française de linguistique appliquée*, 4(2), 41-55.

(2002). Politesse en deçà des Pyrénées, impolitesse au-delà : retour sur la question de l'universalité de la (théorie de la) politesse. In *Marges Linguistiques*, 1-18. Université Lumière Lyon 2.

(2004). Introducing polylogue. In *Journal of Pragmatics*, 36, 1-24. Elsevier.

(2007). L'analyse du discours en interaction : quelques principes méthodologiques. In *Limbaje si comunicare*, IX, 13-32.

(2010). L'impolitesse en interaction. Aperçus théoriques et étude de cas. In *Lexis, Journal in English Lexicology*. Université Jean Moulin.

<http://journals.openedition.org/lexis/796>

(2011). «L'impolitesse en interaction: aperçus théoriques et étude de cas». *Studii si cercetari filologice. Seria limbi romanice*, (09), 142-178.

(2016). Le désaccord, réaction "non préférée"? Le cas des débats présidentiels. In *Cahiers de Praxématique, Manifestations discursives du désaccord en domaine français*, 67

<https://journals.openedition.org/praxematique/4524>

Keshavarz, M. H. (2022). Impoliteness in Power-imbalance and Power-neutral Relational Contexts: Evidence from a Persian TV Drama. In *Journal of Pragmatic Research*, 4 (1), 41-59.

Koven, M. (2015). Narrative and Cultural Identities: Performing and Aligning with Figures of Personhood. In A. De Fina, A. Georgakopoulou, *The Handbook of Narrative Analysis* (388-408). Wiley Blackwell.

Koyama, W. (2003). How to do historic pragmatics with Japanese honorifics. In *Journal of Pragmatics*, 35, 1507-1514. Elsevier.

Labov, W. (1972). *Language in the Inner City*. University of Pennsylvania.

Lachenicht L. G. (1980). Aggravating language a study of abusive and insulting language. In *Paper in Linguistics*, 13 (4), 607-687.

Langacker, R. W. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I, Theoretical Prerequisites, Stanford University Press.

Lanson, G. (1895). *Histoire de la littérature française*. Librairie Hachette.

Lechner, E., Capinha, G., Keating, M. C. (Orgs.) (2020). *EM migração EM português. Exílios, retornos, colonizações*. Almedina. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

- Lehman, C. (2008). A auxiliarização de ficar. Linhas gerais. In J. Pinto de Lima, B. Sieberg (Eds.), *Questions on language change* (9-26). Colibri.
http://www.unierfurt.de/%0Bsprachwissenschaft/personal/lehmann/CL_Publ/%0Blehm annficar.pdf%20
- Li, S., Chen, A., Chen, Y., Tang, P. (2022). The role of auditory and visual cues in the interpretation of Mandarin ironic speech, In *Journal of Pragmatics*, 201, 3-14,
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378216622002247>
- Lima, J. P. (2006). *Pragmática Linguística*. Editorial Caminho.
- Lobo, F.R. (1890). *Corte na aldeia e noites de inverno*, 62. Companhia Nacional Editora.
<https://www.gutenberg.org/files/37757/37757-h/37757-h.htm>
- Locher, M. (2004). Power and Politeness. *Action: Disagreements in Oral Communication. (Language, Power and Social Process, 12.)*, XVI, 365. Mouton de Gruyter.
- Locher, M.; Watts, R. (2005) Politeness theory and relational work. In *Journal of Politeness Research 1*, 9- 33. <https://www.semanticscholar.org/paper/Politeness-Theory-and-Relational-Work-Locher-Watts/ec0a8b0e3659a82e51241b169d950e5670e4dcae>
- Lopes, A. C. M. (2005). *Texto e coerência*. *Revista Portuguesa de Humanidades* 19 (1/2), 13-33.
- Lopes, A. C. M. e Carapinha, C. (2013). *Texto, coesão e coerência*. Almedina /CELGA.
- Mainueneau, D.
 (1995). L'analyse des discours constituants. *Languages* 117, 112-125. Larousse.
 (1998). *Analyser les textes de communication*. Dunod.
- Mandela, N. (2018). *As cartas da prisão de Nelson Mandela*. Porto Editora.
- Marinho, A. L., Carneiro, M. (2015). *1975 O ano que terminou em Novembro*. Temas & Debates.
- Marcushi, L.A. (2000). *Gêneros textuais: o que são e como se constituem*. Universidade Federal de Pernambuco.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf
- Marques, A. (2018). *Segredos da Descolonização de Angola* (8.^a ed). Publicações D. Quixote.
- Marques, I. L. G. (2012). *Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola*. [Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Mestre, Área: História Social]. Universidade Federal Fluminense: Niterói.
<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1571.pdf>
- Marques, I. A. B. (2017). *Deixar África 1974-1977. Experiência e trauma dos Portugueses de Angola e Moçambique*. [Tese para obtenção do grau de Doutor em História]. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/28878>
- Marques, M. A.
 (2002). Conectores fáticos e construção da relação interlocutiva. In I. M. Duarte, J. Barbosa, S. Matos, T. Hüsgen (Orgs.). *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística do Porto*, vol. 2. Centro de Linguística da Universidade do Porto.
 (2008). Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In *O fascínio da linguagem. Homenagem a Fernanda Irene Fonseca* (277-296). Universidade do Porto.

- (2014). Linguagem coloquial e modalização. In *Redis: Revista de estudos do discurso*, 3, 94-106.
- Marquilhas, R.
 (2003). Conceitos de pragmática linguística na mise-en-page do texto escrito. Trabalho apresentado no II Congresso de História da Leitura e do Livro, Campinas. https://www.clul.ulisboa.pt/files/rita_marquilhas/Campinas-final.pdf
 (2008). “Eu ainda sou vivo”. Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar. *Estudos de Linguística Galega*, I, 47-65.
 (2012). Grandes margens. Uma abordagem sociopragmática de textos manuscritos e seus grafismos. In A. Costa, I. Duarte (Coord.). *Nada na linguagem lhe é estranho. Homenagem a Isabel Hub Faria* (689-701). Edições Afrontamento.
- Marquilhas, R., Albino, C. (2005). Escribir «cartas aterradoras» en el Palacio do Limoeiro (Portugal, 1822-1825). *Hispania*, 65(221), 991–1019.
<https://doi.org/10.3989/hispania.2005.v65.i221.130>
- Martins, A. M.
 (2010). Negação metalinguística (lá, cá e agora). In Ana M. B. et al. (Eds.). *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados*. APL, 567-587.
 (2016). O sistema responsivo: padrões de resposta a interrogativas polares e a asserções. In A. M. Martins, E. Carrilho (Eds.), *Manual de Linguística Portuguesa*. De Gruyter, 581-609.
- Martins, V. G. D. (2011). Reflexão sobre a escrita epistolar como fonte histórica a partir da contribuição da teoria da literatura. In *Revista Língua & Literatura*, 13, (20), 61-72. Departamento de Linguística, Letras e Artes, URI Frederico Westphalen, <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/152>
- Mateus, M. H. M., Duarte, I., Faria, I. H. (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. Caminho.
- Mateus, I. C. (2014). Brincos de Cerejas e pitangas: “retornados” e representação do Outro em “O retorno” de Dulce Maria Cardoso. In C. C. Vieira; P. Osório; J. H. Manso (Coord.). *Portugal Brasil África – Relações Históricas, Literárias e Cinematográficas*. Covilhã.
- Matos, H.
 (2015a). Há 40 anos, o desespero dos retornados: Tirem-nos daqui?, *Observador*. 19 de Setembro de 2015. <http://observador.pt/especiais/tirem-nos-daqui/>
 (2015b). Chamaram-lhes retornados, *Observador*. 11 de Setembro de 2015. <http://observador.pt/especiais/chamaram-lhes-retornados/>
- Matos, S. (1988). *AGORA: da ‘deixis’ temporal à argumentação*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, <http://hdl.handle.net/10216/8291>
- Matsumoto, Y. (2003). Discussion note. Reply to Pizziconi. *Journal of Pragmatics*, 35, 1515-1521. Elsevier.
- Melançon, B. (1996). *Diderot Épistolier, Contribution à une poétique de la lettre familière au XVIIIe siècle*. Fides.
- Melo, D. F. M. M. (2007). *O Escritório Aparente*. Corpus Eletrónico do CELGA – Português do Período Clássico – (CEC-PPC). Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA). Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
<https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/09oescritorioavarento>
- Mendonça, T.
 (2019). *Uma beleza que nos pertence*. Quetzal Editores.

- (2023). *Silêncio*.
https://www.snpcultura.org/silencio_pelo_cardeal_tolentino_mendonca.html
- Miranda, F. (2007). *Textos e géneros em diálogo – uma abordagem linguística da intertextualização*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, [Tese de doutoramento em Linguística].
<https://run.unl.pt/bitstream/10362/124104/1/Tese%20completa.pdf>
- Muekalia, J. (2010). *Angola. A segunda revolução*. Sextante Editora.
- Murteira, M. (1976). A situação económica em Portugal: origens e perspectivas (versão em português da comunicação apresentada à conferência internacional realizada na Universidade de Toronto sobre o tema «Crisis in Portugal».
<https://www.jstor.org/stable/41008208>
- Norrick, N.R. (2018). Narrative studies versus pragmatics (of narrative). In C.Ilie, N.R. Norrick (Ed). *Pragmatics and its Interfaces*. John Benjamins Publishing Company.
- Ochs, E., CAPPs, L.
 (1996). Narrating the self. *Ver. Anthropol*, 25, 19-43. UCCLA.
 (2001). *Living narrative. Creating lives in everyday storytelling*. Harvard University Press.
- Osório, P., Rebelo, I. (2007). Contribuições para uma descrição semântica do verbo ‘ficar’: o que os manuais de Português Língua Estrangeira (PLE) não dizem. In *Domínios da Linguagem. Revista Eletrónica de Linguística*, 1(1), 1-20.
<https://www.researchgate.net/publication/253135088>
- Padilha, L.C., Ribeiro M. C. (Orgs.) (2008). *Lendo Angola*. Edições Afrontamento.
- Palilha, S. (2009). *Contributos para a análise dos actos ilocutórios expressivos em português*. FLUC. Universidade de Coimbra, [dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino, na área de especialização em Linguística Aplicada].
<https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/dissertacoes/dissertacoesdemestrado/silveriamariaramospalilha>
- Peixinho, A. T. (2013). As cartas de Soror Mariana: o epistolar como discurso da paixão. *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, XI, 39-59.
https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/cartas_de_soror_mariana_o_epistolar_como_discurso_da_paixao
- Petitjean, A. (1989). Les typologies textuelles. *Pratiques : linguistique, littérature, didactique*, 62, 86-125. <https://doi.org/10.3406/prati.1989.1510>
- Pimenta, F. T.
 (2016). Nacionalismo, oposição e propaganda política em Angola (1945-1961). In A. Pena-Rodrigues, H. PAULO (Coord.). *A Cultura do poder. A propaganda nos estados autoritários* (367-386). Coimbra University Press.
<https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/39010/1/Nacionalismo,%20oposicao.pdf>
- (2017). “Causas do êxodo nas minorias brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)”. In *Revista Portuguesa de História*, 48. Coimbra.
https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43241/1/Causas_do_exodo_das_minorias_brancas.pdf
- Pizziconi, B. (2003). Re-examining politeness, face and the Japanese language, *Journal of Pragmatics*, 35, 1471-1506. Elsevier.
- Provenzano, F. (2010). Effacement énonciatif et doxa dans le discours théorique: l’exemple de Julia Kristeva, *Argumentation et Analyse du Discours*.

<https://core.ac.uk/download/pdf/224138926.pdf>

- Ribeiro, A. S. (Org.) (2021). *A cena da pós-memória. O presente do passado na Europa pós-colonial*. Edições Afrontamento e Autores.
- Ribeiro, M. C.; Vecchi, R. ; Silva, M. (Orgs) (2015) *Papéis da Prisão: apontamentos, diário, correspondência (1962-1971) de José Luandino Vieira*, Caminho-Leya
- Ribeiro, M. C. (2021). Memórias, pós-memórias e objetos. In Ribeiro, A. S. (Org.) (2021). *A cena da pós-memória. O presente do passado na Europa pós-colonial*. Edições Afrontamento e Autores.
- Ribeiro, M.C., Rodrigues, F. C. (2022). *Des-Cobrir a Europa – filhos de Impérios e pós-memórias Europeias*. Edições Afrontamento.
- Rio-Torto, G., Duarte, I., Pereira, I., Pereira, R. A., Ribeiro, S. (2016). *Gramática Derivacional do Português* (2.^a ed). Imprensa da Universidade de Coimbra.
<https://bibliotecadigital.ipb.pt>
- Rocha, A.
(1965). *A epistolografia em Portugal*. Almedina.
(1985). *A epistolografia em Portugal* (2.^a ed). Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Rodrigues, A. D.
(2005). *A partitura invisível. Para uma abordagem interativa da linguagem*. Edições Colibri.
(2011). *Processos cognitivos e estratégias de comunicação*. Centro de Linguística da UNL (CLUNL).
- Rodrigues, C. C. (1998). "Question-Answer Discourse Sequence / A Sequência Discursiva Pergunta-Resposta". In *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português*, 11-220. Porto Editora.
- Rodrigues, D. F. (2003). *Cortesia linguística. Uma competência discursivo-textual*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.
- Salgueiro, A. B. (2010). Promises, Threats, and the foundations of speech act theory. *Pragmatics*, 20, (2), 213-228.
- Schegloff, E., Jefferson, G., Sacks, H. (1977). The Preference for Self-Correction, in: the Organization of Repair in Conversation. *Language* 53 (2), 361-382.
<https://www.jstor.org/stable/413107?origin=crossref>
- Schiffrin, D., Tannen, D. (2001). *The Handbook of Discourse Analysis*. Blackwell Publishers Inc.
- Schiffrin, D., De Fina, A., Nylund, A. (2010). *Telling Stories : Language, Narrative, and Social Life*. Georgetown University Press.
- Searle, J. (2009). *Les actes de langage. Essai de philosophie du langage*. Hermann.
- Seara, I. (2006). *Da epístola à mensagem eletrónica. Metamorfozes das rotinas verbais*. Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/2411>
- Sen, A. (2007). *Identidade e Violência*. Tinta da China.
- Sena-Lino, P. (2021). *De quase nada a quase rei. Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal*. Contraponto Editores.
- Silva, A. S.
(1997). *Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística*. In H. J. Batoréo (2004) CD-ROM- *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*, (Texto A). Universidade Aberta.

- (1999). Metáfora e conceitos permissivos e proibitivos, In M. Vilela, F. Silva (Orgs.). *Actas do 1.º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (2003a). O poder cognitivo de protótipos, imagens e metáforas, In *Revista Portuguesa de Humanidades*.
- (2003b). Semântica Cognitiva e Análise do Discurso. In *Língua e Discurso, Encontro em Homenagem a Joaquim Fonseca*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (2003c). O poder cognitivo da metáfora e da metonímia. In H. J. Batoréo (2004) CD-ROM- *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*, (Texto E). Universidade Aberta.
- (2006). *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Almedina.
- (2019). Gramática, cognição e sociedade: para uma gramática de significados, usos e variações. In *Revista Da Associação Portuguesa De Linguística*, (5), 17–32.
<https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a2>
- (2021). *Figurative Language – Intersubjectivity and Usage*. John Benjamins Publishing.
- (2022). Emoções, Cognição e Variação Intralinguística e Cultural. In H. J. Batoréo (Ed.), *Linguagem – Cognição – Cultura: Teorias, aplicações e diálogos com foco na Língua Portuguesa (Português Europeu e Português do Brasil)*, (46-83). Universidade Aberta.
- Silva, M.M. (2023). *Retornados. E a vida nunca mais foi a mesma. Contraponto*.
- Silva, P. N.
(2012). *Tipologias textuais. Como classificar textos*. Almedina /CELGA.
(2015). Alguns contributos da linguística para a classificação dos textos literários. In *Atas do 11º Encontro Nacional da Associação de Professores de Português*, (1-29). Associação de Professores de Português.
(2016). Género, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto. In *Diacrítica* 30 (1), 181-221.
(2020). Redes, cadeias, sistemas e reportórios: sobre as relações entre géneros. *Linguística*, 15 (Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto), 95-134.
- Simonin, O. (2010). (Im)politesse, coopération et principes d'inférence. In *Lexis Special 2: Impoliteness/Impolitesse*, 21-34.
- Spencer-Oatey, H., Jiang, W. (2003). Explaining cross-cultural pragmatic findings : moving from politeness maxims to sociopragmatic interactional principles (SIPS). In *Journal of Pragmatics*, 35, 1633-1650. Elsevier.
- Spengler, N. (1980). Première approche de marqueurs d'interactivité. In *Cahiers de Linguistique Française*, 1, 128-148. Université de Genève. <https://clf.unige.ch/>
- Szczesniak, K. (2017). É um não querer mais que bem querer. Gramaticalização de conceitos volitivos. In *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 12. Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Tannen, D.
(1989). Talking Voices: Repetition, Dialogue and Imagery. In *Conversational Discourse. Studies in Interactional Sociolinguistics*, 6, University Press.
(1990). *You just don't understand: Women and men in conversation*. Morrow.
(2007). *Talking Voices. Repetition, Dialogue, and Imagery in Conversation Discourse*. Cambridge University Press.
- Tavares, L., Gomes, M., Guilherme, A. (2018). A interpretação do ilegível e do ininteligível na edição da correspondência privada. In *Mnemosyne*, 10, *Projeto Post Scriptum*.

<https://www.researchgate.net/publication/330404255> *A interpretação do ilegível e do ininteligível na edição da correspondência privada*

Toulmin, S. (2006). *Os usos do argumento*. Editora WMF Martins Fontes.

Traverso, V. (1996). *La conversation familière. Analyse pragmatique des interactions*. Presses Universitaires de Lyon.

Vasconcellos, L. (2023). A escrita e o arquivo: apresentando Papéis da prisão, de Luandino Vieira. In *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, (38), 17-26. <https://doi.org/10.24261/2183-816x0238>

Visona, M. W. (2022). Intertextuality and comembership by university police call-takers in relaying information from laypeople in emergency calls to 911. In *Journal of Pragmatics*, 201, 121-133.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378216622002326>

Wortham, S., Rhodes, C. (2015). Narratives Across Speech Events. In A. De Fina, A. Georgakopoulou. *The Handbook of Narrative Analysis*. (160-177). Wiley Blackwell.

Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (Orgs.)

(1990). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I. Edições Cosmos. [versão digital]

(1992). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume II. Edições Cosmos. [versão digital]

<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology>

Yu, M.-C. (2003). On the universality of face : evidence from chinese compliment reponse behavior. In *Journal of Pragmatics*, 35, 1679-1710. Elsevier.

ANEXO II

Identificação do *corpus* (dia/mês/ano e n.º de páginas)

Cartas do locutor A						
Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1974	setembro	10	6	3		25
			10	2		
			14	1		
			15	3		
			18	5		
			19	1		
			20	3		
			23	3		
			27	2		
			29	2		
	outubro	13	3	4		28
			4	1		
			7	2		
			10	2		
			13	4		
			16	2		
			18	3		
			21	2		
			23	2		
			25	2		
			28	1	Escreve 2 cartas no mesmo dia	
			28	2		
	31	1				
	novembro	14	2	5		29
			5	2		
			7	1		
			8	2		
			9	1		
			11	2		
			12	2		
			14	1		
15			1			
19			1	Escreve 2 cartas no mesmo dia		
19			3			
21			2			
25			2			
27			4			
dezembro	7	2	3		13	
		6	2	Escreve 2 cartas no mesmo dia		
		6	1			
		9	2			
		12	1			
		14	2			
16	2					
Total de cartas em 1974		44	N.º total de páginas em 1974			95

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1975	janeiro	6	21	2		12
			23	2		
			27	2		
			28	2		
			29	2		
			31	2		
	fevereiro	14	01	3		36
			02	2		
			04	3		
			06	3		
			08	2		
			09	5		
			11	2		
			14	4		
			16	2		
			18	2		
			20	2		
			23	2		
			24	2		
			27	2		
	março	15	01	4		36
			03	1		
			04	1		
			05	2		
			07	2		
			09	4		
			11	1		
			13	4		
			16	2		
			17	3		
			20	4		
			22	1		
			24	2		
			27	2		
	abril	14	01	2		32
			02	3		
			06	3		
			08	3		
			11	2		
			12	2		
			14	2		
			16	2		
19			2			
20			1			
22			2			
24			3			
27			2			

			30	3		
	maio	15	02	2	Escreve 2 cartas no mesmo dia	31
			06	2		
			06	2		
			08	2		
			10	2		
			12	2		
			14	3		
			16	3		
			19	1		
			20	1		
			22	2		
			24	3		
			26	3		
			29	2		
			31	1		
	junho	13	02	4		33
			04	2		
			06	2		
			09	2		
			10	2		
			12	3		
			15	3		
			16	2		
			17	3		
			18	2		
			21	2		
			23	3		
	26	3				
	julho	13	01	2		34
			04	3		
			08	2		
			09	1	carta datilografada	
			15	1	carta datilografada	
			16	4		
			19	4		
			20	2		
			22	2		
			24	4		
			27	3		
	28	3				
	30	3				
	agosto	13	04	6		37
			06	4		
			08	4		
			11	2		
			13	3		
			16	2		
			18	3		
			20	2		
	22	2				

			25	2					
			26	3					
			28	2					
			30	2					
	setembro	12	02	3		31			
			06	4					
			09	2					
			10	3					
			14	2					
			16	3					
			18	3					
			19	2					
			23	2					
			24	3					
			25	2					
			29	2					
			outubro	5	01		2		11
					04		3		
	08	3							
	12	2							
	14	1							
	dezembro	6	13	4		14			
			17	2					
			18	2					
			21	2					
			25	4					
			28	2					
n.º total cartas em 1975		126	n.º total pág. em 1975			306			

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1976	janeiro	11	01	4		40
			03	4		
			05	2		
			06	8		
			08	3		
			12	2		
			14	4		
			18	4		
			20	5		
			24	2		
			26	1		
			27	5		
			31	1		
	fevereiro	12	06	2		25
			12	2		
			15	3		
			16	1		
			17	1		
			18	1		
	18	3	Escreve 2 cartas no mesmo dia			

			19	3		
			22	2		
			25	2		
			28	2		
			29	3		
	março	14	03	3		40
			05	5		
			07	2		
			10	3		
			12	2		
			12	2		
			14	2		
			16	3		
			18	2		
			20	4		
			23	2		
			25	2		
			28	3		
			30	3		
	abril	4	01	2		9
			04	3		
			06	3		
			25	1		
	maio	Não foram encontradas cartas				
	junho	1	29	2		2
	julho	12	02	2	Escreve 2 cartas no mesmo dia	22
			04	2		
			04	2		
			09	2		
			12	2		
			14	2		
			17	1		
			20	2		
			23	2		
			26	2		
			27	1		
	agosto	10	01	2		24
			05	2		
			08	3		
			10	2		
			13	2		
			15	2		
			19	2		
			23	4		
			26	2		
			29	3		
	setembro	11	01	3		26
			05	3		
			09	2		
			12	2		
			14	3		

			16	2		
			18	2		
			21	2		
			25	3		
			26	2		
			29	2		
	outubro	13	01	2		29
			04	2		
			06	2		
			08	2		
			10	2		
			12	3		
			14	1		
			17	3		
			20	2		
			21	3		
			24	3		
			28	2		
			29	2		
	novembro	9	01	2		20
			07	2		
			11	3		
			15	2		
			16	2		
			21	2		
			23	2		
			29	2		
	30	3				
	dezembro	12	02	2		24
			05	2		
			07	2		
			12	2		
			15	2		
			17	2		
			18	3		
			19	2		
			22	2		
			23	1		
			25	2		
	28	2				
n.º total cartas em 1976		109	n.º total pág. em 1976			261

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1977	janeiro	10	01	3		23
			04	2		
			08	2		
			14	4		
			18	1		
			20	1		
			21	3		

			25	3		
			28	1		
			30	3		
fevereiro	10		03	4	Escreve 3 cartas no mesmo dia	23
			06	2		
			10	2		
			15	1		
			15	2		
			15	3		
			17	2		
			20	3		
			23	2		
			27	2		
		março	10			
	09			4		
	12			1		
	16			2		
	18			2		
	20			2		
	22			2		
	26			1		
	29	2				
	31	1				
abril	1		03	1 postal + 1 carta de 1957		1
maio	6		14	2		13
			16	3		
			22	3		
			24	1		
			26	2		
			31	2		
junho	9		02	3	Escreve 2 cartas no mesmo dia	20
			07	2		
			12	3		
			14	2		
			14	2		
			18	2		
			22	2		
			25	2		
	29	2				
julho	9		03	2		19
			07	2		
			10	2		
			17	2		
			21	2		
			25	2		
			27	3		
			29	3		
	31	3				
agosto	10		02	2		21
			04	2		
			07	2		

			10	2		
			14	2		
			17	2		
			19	2		
			23	3		
			28	2		
			30	2		
	setembro	8	05	1		15
			08	2		
			11	2		
			14	2		
			18	2		
			21	2		
			25	2		
			28	2		
	outubro	10	02	2		21
			03	1		
			06	2		
			10	2		
			12	2		
			16	2		
			18	2		
			23	2		
			26	3		
			30	3		
	novembro	9	03	2		17
			06	1		
			07	2		
			12	1		
			14	2		
			18	1		
			20	2		
			24	1		
			28	5		
	dezembro	5	04	1		6
			08	1		
			09	2		
			09	1		
			11	1		
n.º total cartas em 1977		97	n.º total pág. em 1977			198

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1978	janeiro	2	14	3		5
			30	2		
	fevereiro	8	01	2		19
			05	3		
			08	3		
			12	3		
			16	2		
			19	2		

			22	2		
			26	2		
	março	10	02	2		20
			05	2		
			07	2		
			09	2		
			12	2		
			14	2		
			19	2		
			23	2		
			26	2		
			30	2		
	abril	8	02	2		15
			07	2		
			09	2		
			14	1		
			16	2		
			21	2		
			24	2		
	27	2				
	maio	7	01	2		14
			04	2		
			07	2		
			10	2		
			14	2		
			22	2		
	25	2				
	junho	7	05	2		11
			08	2		
			12	1		
			18	2		
			22	1		
			26	2		
	29	1				
	julho	8	02	1		14
			05	1		
			09	2		
			13	2		
			19	2		
			20	2		
			24	2		
	30	2				
	agosto	8	03	2		16
			06	2		
			09	2		
			14	2		
			18	1		
			21	3		
			27	2		
	31	2				
	setembro	6	02	2		10

			07	1			
			10	2			
			18	2			
			25	2			
			28	1			
	outubro	Não foram encontradas cartas					
	novembro	3	12	2		4	
			19	1			
			21	1			
	dezembro	6	03	1		10	
			04	1			
			08	1			
			13	2			
			18	2			
			24	3			
n.º total cartas em 1978		73	n.º total pág. em 1978			138	

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1979	janeiro	7	01	3		14
			03	4		
			06	2		
			10	2		
			13	1		
			22	1		
			28	1		
	fevereiro	4	05	1		4
			13	1		
			19	1		
			22	1		
	março	5	01	1		5
			04	1		
			12	1		
			18	1		
			26	1		
	abril	4	04	1		4
			15	1		
			21	1		
			29	1		
	maio	6	07	1		7
			11	1		
			13	1		
			16	1		
			22	1		
			28	2		
	junho	4	03	3		9
			07	2		
15			2			
20			2			
julho	Não foram encontradas cartas					

	agosto	1	26	2		2
	setembro	4	01	2		4
			08	2		
			17	1		
			23	1		
	outubro	1	01	2		2
	novembro	2	20	2		4
			27	2		
	dezembro	1	11	1		1
n.º total cartas em 1979		39	n.º total pág. em 1979			56

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1980	janeiro	2	20	2		3
			30	1		
	fevereiro	2	14	2		4
			17	2		
	março	2	03	2		3
			18	1		
	abril	1	23	2		2
	maio	5	05	2		9
			16	3		
			22	1		
			23	2		
	junho	8	03	2		9
			05	1		
			10	1		
			16	1		
			18	1		
			21	1		
			26	1		
	julho	2	09	4		7
28			3			
agosto	2	07	3		5	
		29	2			
setembro	1	07	2		2	
n.º total cartas em 1980		25	n.º total pág. em 1980			44

Cartas do alocutário / locutor B						
Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1974	setembro	13	07	6		39
			09	3		
			12	4		
			13	4		
			15	2		
			17	2		

			19	4		
			21	2		
			22	2		
			24	2		
			27	2		
			28	4		
			30	2		
	outubro	16	02	4		45
			06	1		
			08	2	Escreve 2 cartas no mesmo dia	
			08	4		
			11	2		
			12	2		
			15	2		
			16	4		
			19	2		
			21	4		
			23	4		
			24	2		
			26	4		
			28	4		
			30	2		
	31	2				
	novembro	14	94	3		42
			5	6		
			7	2		
			9	2		
			11	4		
			13	4		
			s.d.	2		
			16	1		
			18	2		
			19	2		
			21	2		
			22	2		
			25	4		
	28	6				
	dezembro	7	01	4		21
			05	4		
			06	3		
			09	4		
			10	2		
			12	2		
			17	2		
Total de cartas em 1974		50	N.º total de páginas em 1974			147

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1975	janeiro	12	19	2		25
			20	2		
			21	2		

			22	2		
			24	2		
			27	1		
			28	2	Escreve 2 cartas no mesmo dia	
			28	2		
			29	2		
			30	2		
			31	4		
fevereiro	17		01	4		49
			03	4		
			04	2		
			05	2		
			07	2		
			09	4		
			12	2		
			13	4		
			17	2		
			18	2		
			20	2		
			21	3		
			24	2		
			25	6		
			26	2		
			27	2		
			28	4		
março	22		03	2		49
			03	2		
			04	2		
			05	2		
			06	2		
			07	4		
			10	2		
			11	1		
			12	1		
			13	2		
			14	2		
			16	2		
			17	6		
			18	1		
			19	2		
			21	2		
			22	2		
	25	4				
	26	2				
	27	2				
	30	2				
abril	20		01	2		42
			02	2		
			04	2		
			07	2		
			08	2		

			09	2		
			10	2		
			11	2		
			14	2		
			15	2		
			16	2		
			17	2		
			18	2		
			20	2		
			22	2		
			24	4		
			25	2		
			28	2		
			29	2		
			30	2		
	maio	18	02	4		42
			05	2		
			06	2		
			07	2		
			09	2		
			12	2		
			13	2		
			14	2		
			15	2		
			17	2		
			18	4		
			20	2		
			21	2		
			23	2		
			26	2		
			26	4		
			28	2		
	29	2				
	julho	17	03	2		48
			04	2	Escreve 2 cartas no mesmo dia	
			04	4		
			08	2		
			10	4		
			11	2		
			14	2		
			15	2		
			17	2		
			18	4		
			21	2		
			22	4		
			24	4		
	25	2				
	28	2				
	29	4				
	31	4				
	agosto		01	4		

		16	04	3		51
			07	2		
			09	2		
			11	4		
			12	4		
			13	4		
			14	4		
			16	2		
			19	2		
			20	2		
			21	2		
			26	2		
			27	4		
			29	6	Escreve 2 cartas no mesmo dia	
			29	4		
setembro	17	01			58	
		02				
		02				
		04				
		09				
		10				
		12				
		15				
		16				
		18				
		19				
		20				
		21				
		23		Escreve 2 cartas no mesmo dia		
23						
26						
27						
outubro	5	01	3		16	
		02	2			
		03	4			
		07	2			
		10	5			
dezembro	14	11			41	
		12				
		15				
		16				
		19				
		21				
		22				
		23				
		24				
		25				
		26				
		29				
		31		Escreve 2 cartas no mesmo dia		
31						

n.º total cartas em 1975	158	n.º total pág. em 1975	421
---------------------------------	------------	-------------------------------	------------

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1976	janeiro	15	04	2		43
			s.d.	1		
			06	2		
			06	4	Escreve 2 cartas no mesmo dia	
			07	4		
			09	2		
			09	2		
			11	6		
			12	2		
			14	2		
			18	2		
			21	4		
			22	4		
			25	4		
			30	2		
	fevereiro	14	02	6		36
			04	2		
			05	2		
			08	2		
			10	2		
			11	3	Escreve 2 cartas no mesmo dia	
			15	3		
			19	2		
			20	2		
			22	2		
			25	2		
			27	2		
			27	2		
	29	4				
	março	13	03	2		32
			07	2		
			09	2		
			10	4		
			11	2		
			15	4		
			17	2		
			18	2		
			21	2		
			22	2		
			25	2		
			28	4		
	30	2				
	abril	5	02			14
07						
08						
09						
21						

	maio	não foram encontradas cartas referentes a estes meses			
	junho				
	julho				
	agosto				
	setembro				
	outubro				
	novembro				
	dezembro				
n.º total cartas em 1976	47	n.º total pág. em 1976	125		

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1977	não foram encontradas cartas referentes a este ano					

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1978	janeiro	2	29	2		4
			31	2		
	fevereiro	7	03	2		13
			05	2		
			08	2		
			09	2		
			22	2		
			25	2		
			28	1		
	março	não foram encontradas cartas referentes a estes meses				
	abril					
	maio					
	junho					
	julho					
	agosto					
	setembro	1	26	2		2
outubro	não foram encontradas cartas referentes a este mês					
novembro	2	14	2		4	
		29	2			
dezembro	não foram encontradas cartas referentes a este mês					
n.º total cartas em 1978	12	n.º total pág. em 1978	23			

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.
1979	janeiro	não foram encontradas cartas referentes a estes meses				
	fevereiro					
	março					
	abril	1	22	2		2
	maio	1	29	2		2
	junho	não foram encontradas cartas referentes a estes meses				
	julho					
	agosto	1	26	3		3
	setembro	2	22	3		5

			29	2		
	outubro	não foram encontradas cartas referentes a estes meses				
	novembro					
	dezembro					
n.º total cartas em 1979		5	n.º total pág. em 1979			12

Ano	mês	n.º cartas	dia	n.º de pág.	Obs.	n.º total pág.					
1980	janeiro	não foram encontradas cartas referentes a estes meses									
	fevereiro										
	março										
	abril	não foram encontradas cartas referentes a estes meses									
	maio						1	29	2		2
	junho										
	julho	não foram encontradas cartas referentes a estes meses									
	agosto										
	setembro										
n.º total cartas em 1980		1	n.º total pág. em 1980			2					